

Defesa Nacional



Nov. - Dez.
1947

NÚMERO
402

Coronel RENATO BAPTISTA NUNES Diretor Presidente
Coronel ARMANDO VILANOVA P. DE VASCONCELOS Diretor Secretário
Major BELLARMINO NEVES GALVÃO Diretor Gerente
Major JOSÉ CODECEIRA LOPES Auxiliar
Capitão OCTAVIO ALVES VELHO Auxiliar
Capitão L. E. JOAO CAPISTRANO MARTINS RIBEIRO Tesoureiro

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXIV

Brasil — Rio de Janeiro, NOV. - DEZ. de 1947

N. 402

SUMÁRIO

	Pag.
Editorial	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Ensaio de adaptação da organização militar às condições futuras da guerra — General de Lattre de Tassigny	9
A F. E. B. por seu comandante — General T. de Alencar Aragão	27
O Regimento de Infantaria no Combate — Ten.-Cel. J. B. de Matos	33
Ciclo da Informação — Ten.-Cel. M. Poppe de Figueiredo	51
O cavalo na recente guerra — Cap. Eric Hordy, F. Z. S.	57
Como estudar o inimigo nos problemas táticos — Major Paulo Enéas F. da Silva	63
Duração do Período de Recrutas — Colaboração	73
A Tradição da Caserna — Major Arold Ramos de Castro	77
Os Transportes no Exército — Major Victor Hugo de Alencar Cabral	81
O Aproveitamento do Homem — Major Felicíssimo de Azevedo Avelino	91
O Pelotão de Minas do Regimento Sampaio do Castelo, rumo ao Norte. — Cap. José de Freitas Lima Serpa	95
Régua de Cálculo Militar — Tradução — Cap. Roberto Alves Carvalho Filho	113
Subsídio para estudo do papel da cavalaria a cavalo na última guerra — Major Roberto B. Rigg	129
Fichas de Trabalho do Artilheiro — Cap. Newton Franklin da Nascimento	137
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
O Problema Brasileiro do Petróleo — Gal. Juarez Távora	141
O Exército Brasileiro — Brigadeiro Ruy da Cunha Menezes	169
As Forças Armadas Modernas e a casa Brasileira — Cel. J. B. Magalhães	193
A Revolução na Guerra — Ten.-Cel. Adalardo Fialho	221
A História Militar na Formação Profissional do Oficial — Major Omar Emir Chaves	229
Por que se dispõem os povos à Guerra? — Major José Cadeceira Lopes	243
Uma visita aos campos petrolíferos de Aratú e Candeias — Major Alípio Ayres de Carvalho	253
A Campanha da França-Gen. Guderian	257
O sentido da nossa evolução militar — Cap. Moacyr Ribeiro Coelho	269
Bahia Histórica — Cap. Rui Alencar Nogueira	273
A Instrução Militar Moderna — Ten.-Cel. Poppe de Figueiredo	280
ASSUNTOS DIVERSOS	
Jogo do Pato — Trad. Maj. Belarmino N. Galvão	281
Conservar melhorando — Ten. Haroldo da Oliveira Mota	285
Bolotim	287
Notícias Militares	293
Ecos da "Dia do Reservista", em João Pessoa — 1946	299
Eletificação das linhas do E. F. Santos o Jundial — Redação	305
Idéias — Ten. Diógenes Vieira da Silva	307
A instalação do Hospital dos Servidores do Estado — Redação	313
Noticiário & Legislação	317

EDITORIAL

A 15 de novembro comemoramos a grande data de Proclamação da República, facto histórico que descortinou para a Nação Brasileira os amplos horizontes da estrutura política mais consentânea com a sede de liberalismo dos povos contemporâneos.

Cedo impregnadas pelas ideias liberais, brotadas com a Revolução Francesa, e depressa fortalecidas e espargidas graças a factos sociais sistematicamente conturbados por convulsões economicas cada vez mais fortes, as elites politicas nacionais, desde 1710, agitavam o problema de republicanização do País, inclusive mediante movimentos radicais iniciados naquele ano e repetidos em 1720, 1789, 1817, 1824 e 1835, com remarcados sinais de crescente vigor, e isso, não obstante profundos traços de caracter democrático situarem a monarquia brasileira em plano superior, no confronto com a forma republicana dominante, desde primórdios do século XIX, no cenário Sul-Americano.

A solução do problema da escravatura, suscitando vasta crise economica particularmente desastrosa para os ex-senhores de escravos, fê-los

afluir às fileiras do Partido Republicano, as quais se viram assim reforçadas de elementos que, por seus cabedais e influência, constituíam os verdadeiros esteios da monarquia. Por outro lado, de simples e sanável incompatibilidade entre as classes armadas e a política do Império, a chamada Questão Militar, tomando vulto por obra de hábeis explorações dos republicanos, combalia ainda mais os abalados alicerces do edifício monárquico, que acabou por desmoronar-se a 15 de novembro de 1889.

Assim, em realidade, as forças armadas, sob o comando do Gen. DEODORO DA FONSECA, nada mais fizeram que assegurar a ordem interna, quando os anseios gerais da Nação, incitados pela veemência de BENJAMIN CONSTANT, RUI BARBOSA, QUINTINO BOCAIUVA, CAMPOS SALES, EDUARDO VANDENKOLK, ARISTIDES LOBO, DEMETRIO RIBEIRO e tantos outros batalhadores da última etapa da jornada republicana, ameaçaram desordenar a pacífica evolução dos acontecimentos.

Evocando o facto histórico, focalizêmo-lo como o marco inicial de intervenção das forças armadas na vida política do País, intervenção essa que veio a repetir-se vezes outras, com o mesmo caracter meramente corretivo, sempre despida de ambição de domínio no quadro político, e formalmente subordinada a manifestas aspirações da coletividade nacional.

MAREC

HOMENA



MARECHAL MANOEL DEODORO DA FONSECA

Proclamador da República



HOMENAGEM DE "A DEFESA NACIONAL"

COLABORADORES

A fim de abreviar os trabalhos de impressão e de diminuir despesas, pois, convém repetir, os assinantes recebem a Revista por menos do que ela custa, não serão publicados os artigos que deixem de satisfazer as seguintes condições:

1.º) — Os desenhos não devem ser feitos no original e sim separadamente, em papel branco encorpado, a nanquim, e suas dimensões devem ser reduzidas ao mínimo indispensável à sua clareza.

2.º) — Somente em casos excepcionais, e a juízo da redação, serão reproduzidas cartas topográficas maiores do que a página, sendo sempre preferível um croquis topográfico suficiente para a compreensão do assunto exposto. Não há necessidade de requintes artísticos; a exactidão e a clareza bastam.

3.º) — Os artigos devem ser escritos, de preferência, a máquina, com espaço duplo, de um só lado do papel. A redação não dispende de pessoal para ler e corrigir os originais, é indispensável que os colaboradores o façam, para não multiplicar as correções tipográficas, que são a maior causa do atraso da impressão.

Outrossim, convém que os colaboradores adoptem sistematicamente, a ortografia oficial, do Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, ou a do último Acordo, igualmente oficializado, o que será muito facilitado pelo uso do Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa; o que não parece admissível é o sistema eclético, que demonstra desamor à própria língua.

4.º) — A concisão, sem prejuízo, é claro, da exposição das idéas, é condição primordial para o leitor e para a economia da Revista. O limite comum é o de dez folhas dactilografadas com espaço duplo, o que não significa que os assuntos mais vastos e complexos deixem de ser tratados, reservando-se, entretanto, a redação, a atribuição de julgar quanto à conveniência da publicação.

5.º) — As fotografias, somente em casos excepcionais poderão exceder o formato 9x12 cm., sendo sempre preferível o filme à cópia fotográfica. Os filmes serão restituídos sempre que o colaborador o exigir expressamente.

6.º) — Finalmente, insistimos na necessidade da colaboração referente às actividades da vida profissional dos corpos e de real interesse para todos os escalões da hierarquia, desde o sargento ao general; e todos estes precisam colaborar.

Observando rigorosamente estas normas de trabalho, estarão os Colaboradores cooperando, e muito, em prol da vida material e intelectual de nossa Revista, que só pode viver do esforço de todos e do sacrifício de alguns.

A DIREÇÃO

cuja
dispe
vêm
lume

siste
ros

só nu
revis

Cam
que s
cia t

AOS NOSSOS ASSINANTES

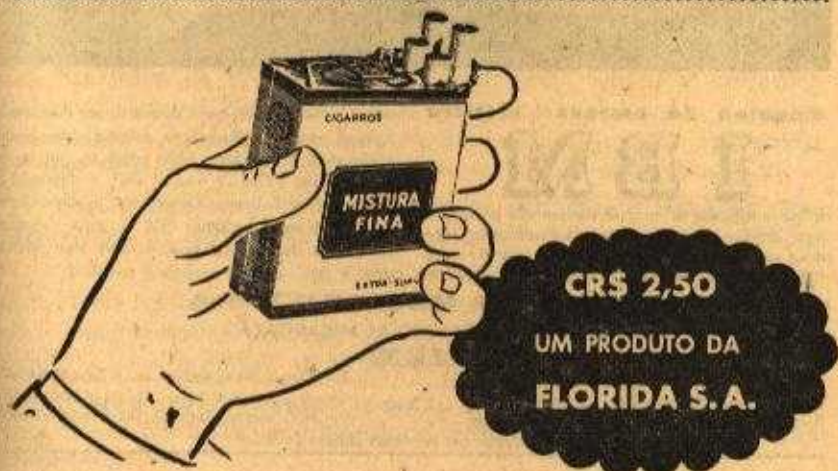
Dificuldades até hoje insuperáveis, para cuja eliminação não são bastantes os esforços dispendidos pela administração da Revista, vêm impedindo que suas edições venham a lume nos meses correspondentes.

Há esperanças de que esse atraso quase sistemático seja ganho no decorrer dos próximos meses do ano vindouro.

Para isso, somos forçados a fundir num só número, mais avantajado em páginas, as revistas de Novembro e Dezembro.

Contamos com a tolerância de nossos Camaradas os quais podem ficar certos de que seria impossível adotar outra providência tendente a reduzir aquele atraso.

A DIRECTORIA



ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

Ensaio de adaptação da organização militar às condições futuras da guerra

General de Lattre de Tassigny

(Tradução)

Nota da Redação. — Com a devida vênia transcrevemos da "Revue de Défense Nationale" a conferência que se segue, proferida na Escola de Estado-Maior Francesa pelo Senhor General de Lattre de Tassigny.

Se é verdade que a preparação para a guerra é função do meio físico e humano, e que, portanto, não pode haver planos ou regras universais aplicáveis a qualquer país, não é menos certo que, no domínio das idéias e das realidades presentes, há princípios e considerações tão lógicas e realistas que bem podem servir de guias tanto à reflexão quanto às conclusões, em cada caso particular.

Ela por que julgamos útil a divulgação dos conceitos expostos pelo eminente Chefe, o General de Lattre, na certeza de que merecerá a atenção e o interesse de todos quantos, pela função que exerçam, ou por suas atividades, caiba uma parcela de responsabilidade pelos destinos do país, sejam eles chefes militares, homens do governo ou personalidades dos quadros civis, ou legisladores, notadamente os que integram as comissões especializadas no estudo e elaboração das leis garantidoras da Segurança Nacional.

INTRODUÇÃO

Em Julho de 1946 presidi uma conferência sobre "as condições futuras da guerra", feitas perante a turma que vos precedeu, a fim de demonstrar o interesse que me despertou essa exposição, introdução de uma série de estudos empreendidos segundo minhas directrizes.

Essa conferência, embora decorridos seis meses, constitui uma base valiosa de informação e de reflexões.

Certos pontos, ainda mal conhecidos por nós naquele momento, como a eficácia dos projéteis atômicos, são agora objecto de informações suficientemente precisas, que justificam algumas rectificações de minúcias, sem prejuízo, aliás, do conjunto.

Procurei, desde aquele momento, destacar, como conclusão, alguns traços essenciais susceptíveis de orientar a continuação de nossas pesquisas.

Hoje, parece-me útil voltar pessoalmente a esses pontos de partida. É, com efeito, chegado o momento de considerar mais de perto esses dados para iniciar a fase das realizações.

Desde um ano, o Exército francês atravessa uma crise de adaptação às condições nascidas do após-guerra e impostas pelo estado de nossas finanças. Nessa situação, que necessariamente se prolongará ainda, convém, entretanto, nada esquecer relativamente ao que possa abreviar o conhecimento das grandes linhas da organização militar a adotar, logo que fôr possível.

Ora, essa organização só pode ser definida em função e à vista de uma *mobilização*, porque a organização militar deve, antes do mais, corresponder às necessidades da guerra, e a guerra moderna, veremos quando estudarmos o problema, repousa em noções novas de mobilização. É, portanto, partindo da ideia de mobilização, que examinaremos os problemas do futuro para deduzir as conclusões de que precisamos, para entrar no domínio das realizações.

É claro que não tenho a pretensão de apresentar-vos um plano cotado — nem mesmo princípios de base definitivamente assentados. Não estou aqui para ensinar-vos o dogma, mas unicamente para apresentar-vos algumas convicções que alimentamos desde já, extrair delas os primeiros elementos de um plano de acção, e convidar-vos a dedicar o melhor de vossa inteligência em reflectir.

AS VARIÁVEIS E AS CONSTANTES

O vertiginoso progresso material desses últimos tempos provocou uma revolução nas formas da guerra, que se pode, desde o presente, entrever em suas linhas mais prováveis, ao passo que a experiência do último conflito permite deduzir um certo número de ensinamentos, sem dúvida válidos para um futuro próximo.

Todavia, tanto no que respeita às hipóteses sobre o futuro, quanto às deduções do passado, é bem possível que nem todas essas conclusões tenha o mesmo valor provável; algumas dependem intimamente do valor e da extensão das invenções novas, enquanto outras se relacionando com o fenómeno da guerra considerado em seu conjunto, ou com as reacções humanas que ele acarreta, tornam-se, numa larga escala, independentes das características técnicas dos petrechos e métodos de combate.

As primeiras, que dependem estreitamente do material de guerra, são essencialmente *variáveis*; as segundas, representam as *constantes*, senão absolutamente imutáveis, pelo menos, de evolução muito lenta.

Diante das terríveis incógnitas das invenções novas, é difícil estabelecer uma arquitetura militar suficientemente válida, se não nos apoiarmos, em primeiro lugar, nessas constantes. A análise destas

constantes
às condições

PR

O fac
poder-se-ia

Esse f
ras nacion
tude ante
nos exerci
tão grande
grafia, ind
a guerra.

Mas a
esforço de
a toda a s
o avião, a
o raio de
suas retag
ritório naci
Dessa man
o homem

Partici
rigo de gue
destina, tai
derma um

Isto e
o quadro tr
as forças v
ção da ciên

Result
dernizada
organizaçã
cursos naci
nova da m

(1) — Por
pressão, a g
Essa noção
dade da vida
Para indicar
são de "guer

constantes é, portanto, indispensável a qualquer ensaio de adaptação às condições da guerra de amanhã.

*
* *

PRIMEIRA CONSTANTE: A GUERRA TOTAL

O facto essencial, central, do último conflito, é o *caracter total*, poder-se-ia mesmo dizer integral (1) — *da guerra moderna*.

Esse fenómeno, que se anunciara desde o surto das grandes guerras nacionais que lançaram povos contra povos, assumiu nova amplitude ante o facto da *guerra de material*; a introdução do maquinismo nos exércitos, impõe hoje a necessidade de um esforço de produção tão grande que todos os elementos do potencial de um Estado: demografia, indústria, riqueza e valor técnico, devem ser mobilizados para a guerra.

Mas a guerra não se tornou total somente pela cooperação do esforço de todos; é total também porque estendeu o perigo de guerra a toda a superfície dos países beligerantes. Ontem, a motorização e o avião, amanhã os foguetes e as forças aero-terrestres aumentam o raio de acção dos meios militares além das antigas "frentes" e de suas retaguardas imediatas, e até os pontos mais longínquos do território nacional, que podem ser destruídos ou ocupados pelo inimigo. Dessa maneira, todo o habitante se torna uma vítima possível e todo o homem válido um combatente em potencial.

Participação geral no *esforço de guerra*, participação geral no *perigo de guerra*, participação eventual de todos na luta armada ou clandestina, tais são os três termos essenciais que conferem à guerra moderna um caracter absolutamente total.

Isto equivale dizer que a guerra ultrapassa mais do que nunca o quadro tradicional e especializado dos exércitos, para accionar todas as forças vivas da nação, morais e materiais, seja qual tor a evolução da ciência e sua aplicação à guerra.

Resulta disso que o elemento primacial de toda concepção modernizada da elaboração da defesa do país, deve ser a preparação e a organização da convergência de todas as atividades e de todos os recursos nacionais visando a guerra. Será a *mobilização total*, fórmula nova da mobilização geral.

(1) — Por guerra total, entende-se, depois que LUDENDORFF consagrou a expressão, a guerra estendida a todos os domínios, político, económico e militar. Essa noção amplia o campo de esforço da guerra até fazê-lo englobar a totalidade da vida nacional, mas não caracteriza o grau de intensidade desse esforço. Para indicar que em cada um desses domínios ele é elevado ao máximo, a expressão de "guerra integral" parece dever ser adotada.

Dessa mobilização total, a mobilização militar é apenas uma parte: hoje, não é mais suficiente aprestar no país tudo quanto seja susceptível de exercer uma função na batalha; torna-se necessário, também suscitar e dirigir as forças de qualquer natureza da Nação. Não pode existir, portanto, mobilização total sem uma verdadeira transformação de todas as actividades em vista da guerra. Esta supõe *uma organização adequada do aparelho governamental*: trata-se, com efeito, menos de preparativos estudados por um ministério especializado que da organização da estrutura do Governo segundo as exigências da guerra total e as necessidades de sua preparação. Verificou-se a existência de uma transformação nesse sentido, no decurso do último conflito, em todos os Estados participantes da guerra, quer totalitários quer democráticos. Se a própria França não conheceu esta adaptação, foi unicamente porque o território de sua Metrópole foi ocupado desde a primeira fase do conflito.

A mobilização total pode ser subdividida em função de seus principais domínios.

1.º *A mobilização moral* do país e o ataque ao moral do adversário, correspondendo ao que se chamou "*guerra psicológica*", chave do "espírito de guerra" ou do "espírito de resistência", e cuja obra essencialmente política incumbe ao conjunto de Governo e aos órgãos de informação. Esta forma de luta foi objecto, nesses últimos anos, de técnicas muito precisas, que devem ser estudadas e postas em acção com método.

2.º *A mobilização da produção*, e o ataque à produção adversa, correspondendo ao que se chamou de "*guerra económica*". Esta mobilização visa não somente à produção necessária aos exércitos, como ainda ao racionamento do consumo e à racionalização da produção "civil", a fim de desembaraçar o máximo de efectivos em prol do combate. *A planificação da guerra*, tal como logrou êxito por métodos diferentes tanto na Rússia como na Alemanha, na Inglaterra como nos Estados Unidos, demanda *previsões feitas com antecedência e uma legislação especial completa*. Pode explicar-se toda a história da guerra pela sucessão das datas em que alemães, russos, ingleses e americanos puseram em acção seu planismo de guerra. Estes últimos só puderam desembarcar na Europa em 1944 porque só se movimentaram em 1940. Dessa maneira, esse planismo condiciona de perto, *vários anos antes*, o potencial propriamente militar dos Estados. Obra do Governo e dos departamentos ministeriais competentes em matéria de economia, de produção e de mão-de-obra, deve ser constantemente preparado e seguido como um dos ramos do plano económico do país.

3.º *A mobilização das amizades exteriores*, correspondendo à chamada "*guerra diplomática*". Trata-se aqui de orientar e de vivificar

a acção di
económica
falado da
à "política
política ex
saria deve
guinte, org

4.º E

luta arma
hoje, de u
encaregado
decisão e,
quer para
participar

A mo
mais posit
o "Exérci
poder incu
govername
de mobiliz

Conce
o Governo
de guerra
hamos de
e a condu
do chefe d

Na ex
compreend
riais, senã
sentido ma
de todas a

A lei
o tempo d
a guerra
de recurso
bastante a
de defesa
muita pre
refundi-la,
depois.

Quais
da de 11 d
samente o
expostas, u

a acção diplomática segundo concepções que considerem as realidades económicas e estratégicas, tendo em mira a segurança do país. Tem-se falado da antinomia existente entre "ter o exército de sua política" e a "política de seu exército". O que é preciso, na realidade, é ter a *política exterior e o exército de sua política geral*. Esta síntese necessária deve ser constantemente dirigida pelo Governo e, por conseguinte, *organizada com as engrenagens adequadas*.

4.º Enfim, a *mobilização propriamente militar* correspondente à luta armada necessita o accionamento de toda a Nação. Compreende hoje, de um lado, a *mobilização dos exércitos* emanados da Nação e encarregados de empunhar as armas destinadas a obter ou colher a decisão e, de outro lado, *colocar toda a população em estado de defesa*, quer para protegê-la contra todos os perigos, quer para permitir-lhe participar do combate ou da resistência, em caso de invasão,

A mobilização militar "ampliada", que é um dos ensinamentos mais positivos do último conflito, visa, então, a realizar não somente o "Exército nacional", como a "Nação armada" integral. Parece poder incumbir aos ministérios militares, mas exige um concerto governamental por causa de suas interferências com as outras formas de mobilização.

Concebe-se que, numa nação moderna, seja indispensável que o Governo permaneça sempre organizado (e não unicamente em tempo de guerra) de maneira que possa garantir as quatro funções que acabamos de analisar sumariamente. Sua síntese constitui a *preparação e a conduta da guerra total*, que dependem evidentemente do escalão do chefe do Governo.

Na execução, essa preparação e essa conduta da guerra total compreendem a actividade da maior parte dos departamentos ministeriais, senão de todos. Com efeito, conforme Clausewitz já viu, num sentido mais restrito, a guerra total é a continuação e a intensificação de todas as actividades vitais do país.

A lei de 11 de Junho de 1938, sobre a *organização da Nação para o tempo de guerra*, organizava convenientemente a preparação para a guerra total, encarregando cada ministro de mobilizar a categoria de recursos correspondente à sua actividade. Mas esta lei parece, hoje, bastante antiquada, notadamente porque só atende às providências de defesa passiva e de mobilização industrial, e ainda distingue com muita precisão a requisição civil da mobilização militar. Impõe-se refundi-la, para utilizar a experiência que adquirimos dolorosamente, depois.

Quais poderiam ser as grandes linhas da nova lei substitutiva da de 11 de Julho de 1938? Esta legislação também deverá visar não somente o tempo de guerra como o de paz, porque além das razões já expostas, os acontecimentos destes últimos anos demonstram que tan-

to é possível que a passagem da paz para a guerra se processe gradativamente quanto por surpresas brutais, como succedeu em Pearl-Harbor, e que o estado de paz pode, às vezes, conter perigos temíveis para a nação. Pode-se imaginar, igualmente, que um certo número de órgãos governamentais e administrativos sejam instituídos com a finalidade de coordenar a actividade dos diferentes departamentos ministeriais. Esta coordenação é concebível no escalão central, o da guerra total, ou no escalão do que chamamos de mobilização psicológica, de mobilização económica, de mobilização das amizades exteriores e da mobilização propriamente militar, ou ainda a outros escalões (o do território, ou da pesquisa científica, por exemplo) como fizeram nossos Aliados durante a guerra.

Do estudo do problema é possível deduzir-se um certo número de conclusões tecnicamente válidas. Esse problema, no entanto, cuja solução depende da nação inteira, é sobretudo um problema político, como tudo quanto se relaciona com a organização do Governo. Não podemos, portanto, aqui, como técnicos militares, fazer mais do que frizar, do ponto de vista do exército, a importância das questões criadas pela organização da guerra total, e acompanhar atentamente as soluções que lhes forem dadas.



A segunda consequência da guerra total é a transformação da noção do Serviço Militar — com suas excepções do tempo de guerra, como a "selecção dos especializados" — para ampliá-la até a do "*Serviço Nacional*".

Durante toda a duração de sua existência activa, cada homem ou mulher tem um dever eventual de guerra na produção, na administração ou no exército, e as obrigações que daí resultam devem ser imperativas para todos. A execução deste princípio constituiria o Serviço Nacional. Por outro lado, o Serviço Nacional poderia acarretar obrigações sociais ou coletivas, notadamente no que concerne às empresas.

A aplicação do Serviço Nacional, tanto às necessidades civis quanto às militares, levaria à resolução de problemas novos para nós.

De vez que se torna necessário repartir os recursos de pessoal por dois sectores, o dos exércitos, por um lado, o da produção, de outro, surge a obrigação de estabelecer-se um *justo equilíbrio* entre as necessidades de ordem militar e as necessidades gerais do país em tempo de guerra e em tempo de paz. Deve-se, igualmente, procurar para cada individuo ou coletividade, a utilização capaz de proporcionar o *melhor rendimento* de suas actividades em tempo de guerra, quer essa actividade seja de character psicológico, administrativo, económico ou militar.

Dessa m
o tempo de
que se preve
confira a c
paração para
do tempo de
cessidades da
necer ao sec
sáveis às mi
do país e à
guerra.

Esse "A
guerra, seria
lógicas. E m

O Serv
militar em t

As ide
temente ama
tude definiti
tunidade, qu
puramente i
tória para r

Pode-se
importante
civil, produ
só participa
ção. Sua c
reservistas
ria, então, s
obrigações c

Uma s
cujas aptid
condutores
exemplo, tr
rários de u
Enfim,

resse vital p
actividades,
tir-se do m

Todas
tar activo a
País. A d
a nossas tr
compensar,
de que os

Dessa maneira, se é conduzido à necessidade de elaborar, para o tempo de guerra, um verdadeiro "*Plano*", no escalão nacional, em que se preveja o conjunto das necessidades do país em guerra, e que confira a cada sector os meios que lhes sejam indispensáveis. A preparação para a guerra requer, ainda, o estabelecimento de um plano do tempo de paz, não somente para atender permanentemente às necessidades da economia, como o plano Monnet actual, como para fornecer ao sector militar os homens, o dinheiro e os produtos indispensáveis às missões permanentes das forças armadas, à instrução militar do país e à constituição dos stocks de toda a espécie, necessários à guerra.

Esse "*Plano Nacional*" para o tempo de paz e para o tempo de guerra, seria a base de toda a coordenação e de todas as previsões lógicas. E naturalmente, obra do Governo.

O Serviço Nacional poderia igualmente permitir que o *serviço militar* em tempo de paz fosse considerado por um prisma novo.

As ideias emitidas a esse respeito não se acham ainda suficientemente amadurecidas para que se possa, desde já, adoptar uma atitude definitiva quanto a esse assunto; mas não quero perder a oportunidade que esta conferência me proporciona, para expor, a título puramente indicativo, algumas concepções que poderão fornecer matéria para reflexão.

Pode-se deduzir da noção de mobilização total que uma parte importante da população será utilizada, durante a guerra, no sector civil, produção ou administração: Esses "*reservistas a título civil*" só participarão da luta armada na defesa local, em caso de invasão. Sua qualificação militar não é, portanto, a mesma que a dos reservistas relativos às forças armadas. Sua instrução militar poderia, então, ser mais sumária, devendo-se, entretanto, impor-lhes novas obrigações de ordem civil.

Uma segunda categoria seria a constituída pelos profissionais cujas aptidões possam ter aplicação imediata na organização militar: condutores de cargas pesadas, ou bons mecânicos de reparações, por exemplo, transformar-se-ão rapidamente em soldados de trem ou operários de unidades de reparações.

Enfim, certas profissões podem ser, em tempo de paz, de interesse vital para a Nação: é o caso actual dos mineiros; amanhã, outras actividades, notadamente nos territórios de além mar, poderão revestir-se do mesmo carácter.

Todas essas considerações levam à concepção de um *serviço militar activo de varios graus*, segundo as necessidades do Exército e do País. A desigualdade que daí resultasse, poderia parecer contrária a nossas tradições; mas a aplicação do Serviço Nacional permitiria compensar, com obrigações civis *equivalentes*, as obrigações militares de que os beneficiários fossem liberados. Dessa maneira, o Serviço

Nacional seria *igual para todos*, mas admitiria dosagens diferentes de obrigações militares e civis.

É, sem dúvida, muito cedo para julgar como o País acolheria essas concepções novas. É preciso não dissimular também que a forma das obrigações civis em tempo de paz é de elaboração difícil, e que a diversidade das obrigações militares pode chocar-se com sérias objeções de ordem política. É de ver, ainda, que o Serviço Nacional, talvez de aplicação delicada em tempo de paz, se imporia em tempo de guerra, como uma das bases da mobilização total. Sob essa forma, aliás, ele não faria mais que sistematizar certas tentativas postas em prática no decurso das duas últimas guerras.

*
* *

Dessa maneira, a forma total tomada pela guerra moderna é susceptível de causar repercussões profundas nas nossas instituições. Desde 1946, o legislador sentiu perfeitamente essa tendência, e incluiu, pela primeira vez na França, na Constituição da IV República, as noções de "comunhão dos recursos" para segurança da União Francesa, e da "coordenação das medidas de Defesa nacional". Essas noções gerais, porém, que se situam na escala dos princípios constitucionais, devem agora traduzir-se numa *legislação adequada, e numa adaptação da estrutura governamental e dos órgãos administrativos*, atendendo-se a essas preocupações essenciais.

Sem a construção desse edifício, nada de válido poderá ser entendido no domínio da técnica militar, de vez que este não é mais no presente, do que uma das componentes da guerra total e que, de qualquer maneira só pode ser a resultante do esforço fornecido pelos outros domínios. Esta interdependência completa entre as diversas formas da guerra total tornou-se uma evidência surgida do estudo de cada problema e, notadamente, em tudo quanto se relaciona com a preparação para a guerra. Ora, hoje, devido aos prazos consideráveis exigidos pela realização, principalmente dos programas de fabricação, a *preparação comanda e domina a execução*. Não é possível conduzir operações militares sem um esforço prévio para a preparação das forças do País, preparação que já é, *vários anos antes das operações militares*, um acto de guerra total. Vemos, dessa maneira, aparecer a noção do que se pode denominar de "*páz estratégica*".

Conciente dessa realidade, o Exército sente-se incapaz de resolver, por si só, os problemas dos quais sua potência depende intimamente. Longe de pretender fiscalizar, sob o pretexto de Defesa Nacional, o conjunto das actividades do País, deseja ardentemente que,

ultrapassando a rância militar ciência de seu espécie que a mulas novas

SEG

No domínio mas, pode-se ip tre tantas vari

As invenç comuns :

a) *Primei* projelil, ou o a bomba atômica cósmicos.

A superfic volume atmosf velocidades e d

Correlativa rina que o abri

b) Em seq enorme da pot amplia; a energ dimento dos m as blindagens, que ainda não recurso de efei

(1) — A carga e beligerantes, para processo consiste olus, de maneira cialmente calcula "dirigida", em ve forças aumenta es perfurante.

A carga "pla e que não foi emp areto. Considera 1946, efeitos verda epressão e contr do pelo Senhor C do Brasil).

ultrapassando a concepção "Defesa Nacional", eivada de preponderância militar em sua acepção tradicional, a Nação inteira tome consciência de seu papel permanente no concerto dos esforços de toda a espécie que a guerra total exige, e que se adapte resolutamente às formulas novas que, somente elas, podem garantir-lhe a segurança.

*
* *
*

SEGUNDA CONSTANTE: O TERRITÓRIO

No domínio militar propriamente dito, isto é, o da luta pelas armas, pode-se igualmente distinguir certo número de "constantes", entre tantas variáveis decorrentes da evolução dos materiais de guerra.

As invenções recentes compreendem, com efeito, características comuns:

a) *Primeiro, propagam-se quase todas pelo ar*: quer utilizem o projétil, ou o avião transportador de tropas ou engenhos de destruição, bomba atômica, infecção bacteriológica, ou sensibilização aos raios cósmicos.

A superfície rugosa da terra, ou à lisa do mar, junta-se, agora, o volume atmosférico ou estratosférico, único que permite as grandes velocidades e os grandes alcances.

Correlativamente, é na terceira dimensão subterrânea ou submarina que o abrigo indispensável se estabelecerá.

b) Em seguida, todas essas invenções conduzem a um *acréscimo enorme da potência do fogo*, "fogo" considerado na sua acepção mais ampla; a energia nuclear multiplica, em proporções inauditas, o rendimento dos melhores explosivos; a carga "*creuse*", que perfura todas as blindagens, a carga "*plate*" (1) junta um acréscimo de potência que ainda não revelou seus limites; a arma bacteriológica pode ser um recurso de efeitos consideráveis.

(1) — A carga *creuse* foi muito empregada durante a guerra 39-45, por todos os beligerantes, para aumentar o poder perfurante dos projéteis contra-couroças. O processo consiste essencialmente em repartir o explosivo no interior do corpo do obús, de maneira a formar, na parte anterior, um "vasio" de forma cônica, especialmente calculado. No momento da explosão, a deflagração é mais ou menos "dirigida", em vez de disseminar-se em todas as direções. Essa concentração de forças aumenta enormemente a potência no ponto de impacto, isto é, o efeito perfurante.

A carga "*plate*" é uma invenção franco-alemã que data do fim da guerra, e que não foi empregada por ocasião do último conflito. Esse processo permanece secreto. Consideravelmente aperfeiçoado mais tarde, pelos franceses, obteve, em 1946, efeitos verdadeiramente fulminantes contra placas de couraçamento de grande espessura e contra os carros mais pesados. (Esclarecimentos gentilmente fornecidos pelo Senhor Coronel A. Buchalet, Adido Militar junto à Embaixada da França no Brasil).

c) Enfim, os progressos incessantes em matéria de propulsão por reacção e a dirigibilidade à distância abrem agora a essa potência destruidora e aos deslocamentos das forças *um enorme campo de acção, na escala dos continentes e até do planeta.*

Essas perspectivas levam a considerar-se *um acréscimo de mobilidade, do alcance e da potência do fogo, e a prioridade da ameaça aérea.*

Desde logo, seja qual for a forma das operações militares, pode-se admitir como certo que estas se aplicaram à totalidade do território nacional, não sómente ao da Metrópole como à de toda a União Francesa tomada no seu conjunto, e que, por conseguinte, *a defesa do território deve conceber-se não mais na sua periferia, nas suas fronteiras, e sim em toda a sua superfície.*

Para que a defesa do País abranja toda a sua superfície, é necessário distinguir completamente *as divisões territoriais, do corpo de batalha*, reserva estratégica poderosa, capaz de intervir como força possante onde o inimigo exercer seu esforço. Essa reserva estratégica, à disposição do Comando Supremo, parece dever articular-se normalmente nos diversos teatros de operações, de acordo com a manobra de conjunto. Quando os elementos dessa reserva se destinarem a intervir em proveito de um teatro, deverão ser postos à disposição desse teatro. Dessarte, na concepção geral da guerra militar, a defesa territorial representaria mais ou menos o papel de uma armadura que cobrisse todas as partes do território nacional, ao passo que o Corpo de Batalha significaria a espada incumbida de golpear o inimigo e de parar seus golpes.

Esse Corpo de Batalha moderno, forma rejuvenescida dos exércitos tradicionais, constituído, sem dúvida, da combinação de unidades das três armas, parece dever ser dotado de grande mobilidade proporcionada à escala dos teatros de operações do futuro. Será, então, inteiramente motorizado, e muito possivelmente, aéro-transportável, para poder saltar de um teatro de operações para outro. Deverá, por conseguinte, aliar a leveza à potência, fórmula que só será realizável mediante o emprego de materiais de concepção nova, cuja elaboração está apenas iniciada.

Esta análise mostra que o Corpo de Batalha de amanhã se subordina tão estreitamente às variáveis técnicas, que não nos podemos firmar nas soluções previstas presentemente. (1)

(1)— Não examinaremos, por conseguinte, aqui, a constituição interna do corpo de batalha. Importa, entretanto, a fim de prevenir qualquer equívoco, assinalar que todas as razões que militam em favor do Exército Nacional, aplicam-se ao Corpo de Batalha; este, segundo nossas tradições militares, será formado de unidades activas, pelo princípio das conscrições, e reforçado por uma mobilização que combine as reservas com núcleos activos suficientes.

Se, na su
de suas missõe
gir forças imp
notável — en
senão um donu
impulsionados.

Contrária
desde já, cons

Com efei
categorias seg

a) Organ
aérea que cub
e destruir os e
defensivas e
vedeta-radar,
seada em enge
adversos. Pru
zar-se de rese
mento perman

A Protecç
mente em vias
veis em face à
malmente e in

b) Organ
sómente das p
ponto de vista
tenham import

A auto-de
a guarda desse
diata, aguardar
poderosamente
iniciar a organ
de redes de arm

Os efectiv
obtidos pela m
inspiradas na "
Milícias Suíças
der integrar-se
denada com el

Esta anális
clensões certam
que se o equip
cepção aérea
do material de

Se, na sua forma de transição, deve ser sempre mantido à altura de suas missões permanentes que, mesmo em tempo de paz, pode exigir forças importantes, — a Indochina é, a esse respeito, um exemplo notável — em sua forma futura, não pode e não deve ser actualmente senão um domínio de realizações progressivas e de estudos activamente impulsionados.

Contrariamente, a concepção nova da *defesa do território*, pode, desde já, constituir objecto de conclusões imediatamente aplicáveis.

Com efeito, essa defesa parece dever admitir as duas grandes categorias seguintes :

a) Organização de uma forte infraestrutura da *intercepção aérea* que cubra o conjunto do território e que seja capaz de revelar e destruir os engenhos inimigos no ar, e de alertar em tempo as forças defensivas e as populações. Hoje, formada pela combinação de vedeta-radar, de caça e de D. C. A., poderá ser amanhã, talvez, baseada em engenhos rádio-dirigidos, lançados ao encontro dos projectis adversos. Pronta para funcionar a qualquer momento, deverá utilizar-se de reservistas mobilizados no local, dentro de um enquadramento permanente sempre a postos.

A *Protecção Nacional*, espécie de defesa passiva ampliada, actualmente em vias de elaboração, e que vai necessitar de meios consideráveis em face à potência de destruição das armas novas, deve ser normalmente e intimamente ligada à organização da *intercepção aérea*.

b) Organização da *auto-defesa* dos pontos sensíveis, isto é, não somente das posições, zonas, instalações e depósitos interessantes do ponto de vista estratégico, como também de todas as organizações que tenham importância quer do ponto de vista político, quer da produção.

A auto-defesa deverá realizar perenemente : a *protecção*, isto é, a guarda desses pontos sensíveis, e, em caso de ataque, sua *defesa imediata*, aguardando, se for necessário, a intervenção das forças móveis poderosamente armadas. Em caso de invasão, a auto-defesa deverá iniciar a organização da *resistência interior*, mediante a constituição de redes de arame farpado e de guerrilheiros.

Os efectivos consideráveis exigidos pela auto-defesa só podem ser obtidos pela mobilização *local* das populações, segundo modalidades inspiradas na "Home Guard", na "Defesa Civil" e, eventualmente, nas Milícias Suíças. A organização da "Protecção Nacional" deverá poder integrar-se nesse sistema e, em qualquer caso, intimamente coordenada com ela.

Esta análise permite tirar-se, desde já, um certo número de conclusões certamente válidas no futuro. É fora de dúvida, com efeito, que se o equipamento e o modo de agir das forças incumbidas da *intercepção aérea* e do combate terrestre são, por muitas razões, função do material de guerra em vias de elaboração, a articulação dessas for-

cas, sua localização, e, notadamente, a maneira de colocá-la a postos, *acham-se ligadas directamente à própria noção do território*, constante sobre a qual se podem construir as grandes linhas do sistema.

a) É necessário, em primeiro lugar, *articular o território* do conjunto da União Francesa em teatros de operações, zonas estratégicas e sectores de defesa, bases de operações e zonas sensíveis. Essa articulação pode ser deduzida, desde já, do estudo estratégico e económico dos territórios da União Francesa. Poder-se-á, então, definir as regiões essenciais e a ordem de urgência dos esforços. Sem querer prejudicar aqui da articulação geográfica que teremos de escolher, convém examinar as grandes linhas do problema, tal como começam a revelar-se.

O *teatro de operações*, escalão de comando combinado que abrange o território e os dos elementos do Corpo de Batalha postos à sua disposição, deve corresponder ao vulto das necessidades aéreas. Para aviões que fazem mais de 1.000 Km. por hora, só se podem conceber teatros de operações muito vastos que podem ultrapassar mesmo, em extensão, os limites do território nacional.

Teatros de operações tão consideráveis, devem, então, subdividir-se para que o comando combinado possa ser exercido. Chega-se, dessa maneira, à noção de regiões ou *zonas estratégicas* nas quais a defesa do território e as forças dos Três Exércitos seriam reunidas sob um mesmo comando, continuando, entretanto centralizados no escalão dos teatros de operações a conduta da batalha aérea e o comando das reservas estratégicas.

Enfim, os *sectores de defesa* aplicável às fronteiras, às costas e ao interior, compreenderia apenas a defesa territorial reforçada, se for necessário, com elementos do Corpo de Batalha.

A *base estratégica* é uma concepção nova que participa, a um tempo, da antiga base naval, local protegido onde se encontram os serviços necessários à vida e à reparação das forças de alto mar, e do possante aparelhamento logístico que vimos funcionar nos domínios de nossos Aliados, em proveito dos Exércitos em operações. A base estratégica transforma-se na *zona* onde se acham implantados os serviços necessários à acção do Corpo de Batalha. É normalmente um conjunto de instalações, infraestrutura aérea, porto, depósitos, estabelecimentos de reparações, etc... cobertos por defesas adequadas contra as ameaças terrestres, marítimas e aéreas. É posta, por conseguinte, sob um comando combinado. A dispersão hoje imposta pela ameaça atômica, leva à consideração não de uma cidade ou um porto, mas de toda uma região, como por exemplo, a Bretanha ocidental em lugar de Brest, ou a Tunísia do norte em vez de Bizerta.

De ig
território
sensível" m

b —
que compr
mentos é o
diversas ca

Essa
nente em s
flito para
transmissõe
em condiçõe
protecção
mediante a
meio de fo

Dessa
tinado as
plano mate

c) —
ritoriais.

Entrar
essas força
maior parte
das de mar
e protecção
ritoriais de
sorganize a
mediante o
a trabalhar
concorreria

Dessa
jovens do
e instruidas
cia, da pro
incêndios, e
ses pontos
quase univ
os problem
militar e as

(1) — A or
ria servir de

De igual maneira, a noção de *zona sensível*, parte importante do território nacional, deve ampliar agora a antiga concepção de "ponto sensível" na escala das grandes aglomerações industriais ou humanas.

b — É mister, em segundo lugar, *implantar uma infra-estrutura* que compreenda os órgãos de comando, as transmissões, os estabelecimentos e os depósitos, em suma, tudo quanto constituir a *ossatura* das diversas categorias da defesa territorial.

Essa ossatura, convém fixar bem esse ponto, deverá ser *permanente* em seus elementos essenciais, porque não se pode esperar o conflito para só então instalar os P. C., centrais de informações ou de transmissões, órgãos de reparação e de manutenção que devem estar em condições de funcionar desde o rompimento das hostilidades. A protecção desses órgãos vitais deve efectuar-se desde o tempo de paz mediante a construção ou aproveitamento de abrigos passivos e por meio de fortificações de um novo tipo.

Dessarte, a infra-estrutura territorial substitui o lugar outrora destinado as defesas que se preparavam sobretudo nas fronteiras. No plano material, representa o aspecto moderno da cobertura.

c) — Cumpre, enfim, *preparar o apréstamento das forças territoriais*.

Entramos, aqui, num domínio inteiramente novo. Com efeito, essas forças territoriais, ao que parece, devem constituir-se, na sua maior parte, de unidades de *mobilização local*: estas serão organizadas de maneira a fornecer as permanências suficientes para a guarda e protecção das zonas sensíveis e ao funcionamento dos serviços territoriais de defesa aérea, costeira e terrestre, sem que, para isto, se desorganize a produção. Em caso de perigo, esses meios se reforçariam mediante o alertamento da população, da qual uma fração continuaria a trabalhar, enquanto que, em caso de ataque, todos os reservistas concorreriam para a defesa.

Dessa maneira, as *Reservas* correspondentes reforçadas pelos jovens do Serviço pré-militar, deverão ser organizadas, enquadradas e instruídas segundo o plano local (1) a fim de participar da vigilância, da protecção dos pontos sensíveis, da D. C. A., da extinção dos incêndios, da salvação dos feridos, bem como da defesa imediata desses pontos sensíveis. Notam-se as interferências desta mobilização quase universal, embora diferenciada, com a própria vida da região e os problemas que daí resultam para as relações entre o Comando militar e as Autoridades civis.

(1) — A organização do Serviço Pre-Militar cria uma infra-estrutura que poderia servir de início à organização dessa mobilização ideal.

A organização dessa mobilização local que visa a auto-defesa e a auto-protecção surge como uma das tarefas mais importantes que nos cumpre resolver, tanto pela sua necessidade quanto por sua novidade.

Convém frisar, antes de abandonar o assunto, que a *organização da defesa do território*, a respeito da qual podemos raciocinar sem grandes riscos de errar, é também o domínio em que as realizações menos se chocam, actualmente, com dificuldades financeiras ponderáveis.

Com efeito, o armamento das forças territoriais não reclama, em geral, mais do que um material conhecido, na maioria dos casos leve e fácil de multiplicar-se (1). A implantação da infra-estrutura, mais onerosa, poderá ser realizada progressivamente, a começar pelas zonas mais sensíveis. Estamos, portanto, desde já, em condições de empreender a constituição de um dos elementos essenciais de nossa defesa, enquanto aguardamos a possibilidade, intelectual e financeira, de reconstituir um Corpo de Batalha moderno que corresponda às nossas necessidades e possibilidades.

A defesa do território e a organização de suas forças devem constituir nosso primeiro objectivo.

*
* *
*

TERCEIRA CONSTANTE: O DINAMISMO HUMANO

Se reduzirmos as cousas à sua expressão mais simples, os problemas criados pela concepção, realização e utilização de um Corpo de Batalha moderno, e pelo accionamento da defesa territorial exigem modificações paralelas de nossos hábitos de espírito e de nossos métodos de formação.

A impossibilidade de considerar como atingido um estágio da evolução científica, de vez que as descobertas novas renovam constantemente os problemas, não permite, na ordem intelectual, qualquer conformismo, qualquer atitude estática. A necessidade de prever formas de combate dispersas, às vezes isoladas, exigindo qualidades excepcionais de iniciativa, interdiz, na ordem humana, qualquer passividade. *O denominador comum deve ser, portanto, a procura das qualidades dinâmicas*: — imaginação e curiosidade, por um lado, iniciativa e responsabilidade, de outro; nos dois planos, vivacidade e plasticidade.

(1) — Poderá, igualmente, admitir o emprego do material pesado actual (carros e artilharia) cujas condições impedem sua utilização no Corpo de Batalha.

Esse d
tremamente
precedente e
eito deve to
discutidas se
junção hierár
de nenhum es

Todavia,
vernada. Par
duza outra co
mente necessá
racterizada po
muito complet

De igual
dos combatent
lem para a m
homem avulta
pliam e quanc
tão, força-lo a
lectual e mor
instrução da
a faculdade d
todos da instr
sua força pess
guerra irregu
sem hesitação

Para os o
desde os men
chefes uma f
da importânci
um senso táct
cadas e de gr

O compl
dade dos chef
plina intelectu
tem a visão d
ções.

Dessarte,
mento do dín
preparação pa
de exercer no

Esse dinamismo impõe o abandono do hábito intelectual extremamente prudente e um tanto preguiçoso, preso à pesquisa do precedente e caracterizado pelo fetichismo do regulamento. O exército deve tornar-se centro de "corrente de idéas" largas e livres, discutidas sem preconceitos e sem a intervenção peremptória da injunção hierárquica, porque a imaginação criadora não é monopólio de nenhum escalão.

Todavia, imaginação criadora não quer dizer imaginação desgobernada. Para que essa corrente geral de curiosidade incessante traduza outra coisa que não um simples jogo de palavras, é absolutamente necessário apoiá-la numa *organização racional da previsão*, caracterizada por meios poderosos de *pesquisa científica*, e informações muito completas sobre as ideias e as realizações estrangeiras.

De igual maneira, esse desejo de dinamismo exige na formação dos combatentes, chefes ou soldados, o abandono de métodos que apelem para a memória mais do que para a personalidade. O papel do homem avulta quando os meios que lhe cumpre pôr em acção se ampliam e quando o combatente se encontra mais isolado; impõe-se, então, forçá-lo a adquirir o máximo de seu potencial humano, físico, intelectual e moral. Eis por que, desde o presente, o exército orienta a instrução da tropa no sentido de desenvolver a qualidade humana e a faculdade de adaptação do soldado. Para esse fim, recorre aos métodos da *instrução "choque"*, que dá aos combatentes a plenitude de sua força pessoal e coletiva, prepara-os para "aguentar firme, tanto na guerra irregular quanto na batalha moderna, e os habilita a utilizar sem hesitação os armamentos mais recentes.

Para os quadros, *o aumento da iniciativa e das responsabilidades*, desde os menores escalões da hierarquia, exige da parte de todos os chefes uma formação vigorosa do carácter. Devem estar convictos da importância do factor humano na condução das unidades, e possuir um senso táctico experimentado, a fim de saber tomar decisões delicadas e de graves consequências.

O complemento indispensável desse reforçamento da personalidade dos chefes de todos os escalões, reside na prática de *uma disciplina intelectual rigorosa e leal*; somente ela garante ao Comando, que tem a visão do conjunto, a segurança absoluta na conduta das operações.

Dessarte, na ordem intelectual como na da acção, o desenvolvimento do dinamismo de que o homem é capaz, surge como a melhor preparação para o exercício das funções ainda mal definidas que terá de exercer no serviço de materiais possantes, nas eventualidades da

guerra moderna. *O homem continuará a ser a "arma" fundamental da guerra moderna.*

* * *

CONCLUSÃO

A análise que acabamos de fazer permite tirar do conjunto ainda nebuloso das concepções relativas à guerra futura, um verdadeiro plano de acção.

1.º Da noção de guerra total, deduz-se a necessidade de uma adaptação governamental e legislativa que se traduz, notadamente, numa lei sobre a organização da nação, visando a mobilização total;

2.º De igual maneira, a noção de defesa "em superfície" permite, desde já, construir o quadro de conjunto da defesa do território, com suas categorias principais e sua articulação geral;

3.º Essas duas noções geram uma concepção nova do dever do cidadão na expectativa do tempo de guerra, que conduz a um *Serviço Nacional*, fórmula ampliada da antiga mobilização e, talvez, do Serviço Militar em tempo de paz;

4.º A necessidade de adaptação à evolução do progresso, induz a suscitar, no exército, uma corrente intelectual, que convém apoiar numa forte organização da Pesquisa científica e da informação;

5.º No domínio da instrução, é possível, desde o presente, formar uma doutrina capaz de exaltar o dinamismo humano e de desenvolver as faculdades de adaptação aos materiais modernos, como às situações imprevistas do futuro.

Eis as grandes linhas de nossas concepções actuais e do nosso trabalho de amanhã. Certas partes puramente técnicas, dependem unicamente de nós. Outras, ao contrário, somente serão possíveis mediante a participação e a compreensão da Nação inteira.

Importa, pois, que os problemas que acabo de evocar sejam objecto de amplos debates tanto nos nossos meios militares como perante a opinião, a fim de que o Exército e a Nação sejam impregnados da consciência das necessidades novas, impostas pela segurança e a defesa do País.

Elimine



DE

«A F. E. B. POR SEU COMANDANTE»

Pelo General T. DE ALENCAR ARARIPE
Comandante da Escola de Estado-Maior do Exército.

O Marechal MASCARENHAS DE MORAES, ao retirar-se do serviço ativo com quase meio século de vida e de lutas, não escondeu a satisfação, “a honra e o privilégio de ter exercido o Comando em chefe de uma parcela do Exército Brasileiro, na mais renhida e decisiva de todas as guerras em que se tem empenhado a humanidade”.

Por mais estranha que possa parecer a espíritos menos avisados, há natural cabimento nessa franca confissão. Se os militares são os que mais pensam na guerra, são também, por conhecer-lhe bastante as consequências, os que menos a desejam. Porém, nem por isso furtam-se os chefes em encarar a possibilidade de por à prova, nas horas do cataclisma, toda a sua dedicação e todo o seu labor do tempo de paz.

Nem todos terão a sua oportunidade. A mór parte ficará à margem da História e alguns mesmos se reverão em Von SCHLIEFFEN, o clássico chefe do Grande Estado-Maior alemão, o qual, tendo se dedicado por mais de 15 anos à auto-preparação para levar a sua pátria à vitória, morreu nas vésperas da guerra prevista e talvez sonhada.

Os que tiveram, porém, a sua oportunidade e viram aproveitado o seu esforço pessoal de preparação para a guerra, com a recompensa de ações felizes, estes poderão dizer, como o Marechal MASCARENHAS, “não haver nem maior honra nem maior conforto”. A sua última comissão representa indiscutivelmente o melhor fecho da vida profissional do verdadeiro chefe militar; e com ela o inclito soldado passou a figurar nas páginas da História Militar do Mundo.

Não quiz, porém, o Comandante das Forças Expedicionárias Brasileiras figurar aí sozinho. Mais do que depressa, deu a mão à sua F. E. B., colocou-a a seu lado e com ela se amalgamou.

Foi realmente esta a primeira impressão que tivemos da rápida leitura de “A F. E. B. PELO SEU COMANDANTE”.

Bem se sabe que “o recuo do tempo é fator de imparcialidade” (Conselheiro ALENCAR ARARIPE — “Como escrever a História do Brasil”). Mas, forçado a vir cedo à cena, o Marechal MASCARENHAS precientemente cuida o perigo e lhe antepõe a natural circunspeção, o espírito sereno e sempre avesso à exaltação, para “fugir a qualquer fantasia e para se subordinar à fidelidade dos acontecimentos”.

Não para aí o seu louvável senso da medida. Muito embora grandes historiadores, como Carlyle, Burckhardt, Mommsen, Macaulay e os contemporâneos Will Durant e Emil Ludwig afirmem ser a história do mundo a história dos grandes homens — o que representa uma grande verdade, — forçoso é reconhecer com Clemenceau que a personalidade, a que se pretende referir os acontecimentos, exerce ação perturbadora na apreciação do perfeito conhecimento das cousas e das lições que deste se devem tirar. Entende-se semelhante pensamento do grande político francês referindo-o à exaltação dos participantes na análise unilateral da intervenção de cada um, desprezando as circunstâncias do conjunto e mesmo as causas que influenciaram as ações singulares. Não chega a negar a influência dos participantes na feitura da história, por suas ações, por seus gestos e sentimentos, por seu feitiço psicológico, por seus depoimentos, pelos documentos que registraram a sua atuação, etc. O historiador não desprezará esse precioso material. Situando-se espiritualmente, não apenas no lugar, mas ao mesmo tempo na alma dos personagens e servindo-se da capacidade intuitiva e da experiência, ele irá escolher, separar, comparar e interpretar todos os elementos que contribuem para estabelecer a verdade dos factos.

O Comandante da F.E.B. apresenta um primeiro e valioso subsídio ao historiador nesse relato da atuação das Forças terrestres brasileiras na Itália. Não se perde em críticas e comentários, senão os de ordem geral e doutrinária. Evita, tanto quanto possível, as interferências pessoais, no afã de ser imparcial. Atende desse modo às imposições que o amadurecimento do tempo estabelece para o julgamento próprio. Mas deixa campo livre aos que desejarem completar a obra do historiador, na comparação dos factos, gestos e ações, no estudo dos aspectos psicológicos e na apreciação das qualidades de carácter dos participantes.

Sem deixar de ser justo, ele procura ser sobretudo prudente, no desejo de realizar trabalho construtivo.

O "A F.E.B. PELO SEU COMANDANTE" será o livro mestre da história da atuação do Brasil na segunda grande guerra. Ele vale pelo seu carácter de síntese e de consubstanciação dos factos e das ideias nas suas linhas fundamentais. Cada período e cada sentença são um convite à meditação e despertam a curiosidade para mais aprofundado conhecimento da situação e dos problemas então enfrentados.

Assim acontece desde as primeiras páginas. Quantos esclarecimentos e quantas reflexões não surgirão quando fôr possível analisar, no ponto de vista da verdade histórica, todos os meandros da política externa e militar dos brasileiros nos últimos quinze anos e particularmente em presença da luta que se esboçava de há muito e que por fim

envolveu toda a nação oficial, dirigentes, dos lições para as atividades

Os proble
ra constituir
modelação do
cessidades: de
exterior; de c
mento e de c
atividades corr
não apenas a
um sistema de
necessidades d
valor físico e
ficas das difer
riência da F.E
sos usados, atê
orientaram no
um método de
revolucionário

Todas essa
fácio: "É uma
meditação par
bilidade da me
guerra".

Há, nas p
marcha do ade
dos óbices que
envolveu, ressa
reforço que foi
empenho da F
com que são v
tida e dolorosa
pela sorte, no
de instrução da

Se em nos
ca, a escassez
mos objetivos
do material e
ram a nossa D.
cidamente incor

envolveu todos os povos da Terra? O estudo acurado da documentação oficial, das memorias, dos depoimentos e das reminiscências dos dirigentes, dos participantes e até das testemunhas, permitirá sadias lições para quem couber encargos do governo da Nação e das diversas atividades políticas, sociais, econômicas e militares de sua vida.

Os problemas da Organização da Força Expedicionária Brasileira constituíram uma experiência cuja análise nos conduz à radical remodelação do sistema geral de segurança nacional. Surgem aí as necessidades: de guarda de todos os pontos do país contra incursões do exterior; de constituição de sólido bloco de defesa agressiva; de aumento e de criação das fontes produtoras; de não perturbação das atividades correntes; de instituição de um serviço nacional abrangendo não apenas a atividade militar mas todas as atividades da Nação; de um sistema de mobilização racional e selecionada tendo em vista as necessidades de todos os ramos de vida do país e levando em conta o valor físico e intelectual do homem brasileiro e as condições geográficas das diferentes regiões. Se quisermos aproveitar a lição, a experiência da F.E.B. está a aconselhar quase uma revolução nos processos usados, até aqui. Seguiríamos, neste particular, os mestres que nos orientaram no sistema atual, os Francêses, que já se encaminham para um método de organização e serviço da defesa nacionais inteiramente revolucionário em relação ao sistema tradicional.

Todas essas ideias repontam à simples leitura da sentença do prefácio: "É uma fase (Actividades preparatórias da F.E.B.) digna de meditação para aqueles que, de futuro, possam arcar com a responsabilidade da mobilização, preparação e concentração da tropa para a guerra".

Há, nas páginas deste livro, bem minucioso quadro da acidentada marcha do adestramento da Força para as operações de guerra. Apesar dos óbices que eram constantes e da maneira irregular por que se desenvolveu, ressaltam-se aí a grande importância dada ao problema e o esforço que foi necessário desenvolver, tanto na fase que antecedeu ao empenho da Força como na das operações. Vale bem pesar o conceito com que são valorizados essa importância e esse esforço: "Ressalta nítida e dolorosa a conclusão de que a 1.ª D.I.E. não fora bafejada pela sorte, no que concerne ao seu adestramento militar, nos campos de instrução da Itália e do Brasil.

Se em nossa Pátria as dificuldades de organização, a seleção física, a escassez de material e fatores outros impediram que alcançassemos objetivos finais da instrução, na Itália o retardamento da entrega do material e as necessidades prementes da frente de combate forçaram a nossa D.I. a entrar em linha, em estado de adestramento reconhecidamente incompleto.

Tornaram-na, tais circunstâncias, a única Divisão que não foi submetida ao inalterável ciclo de instrução das Grandes Unidades norte-americanas.

Sobrevieram, sem dúvida, consequências imponderáveis na formação tática e psicológica de nossa tropa".

Aqui, como em quase todos os capítulos, a relevância da instrução impõe-se às preocupações dos chefes de todos os escalões. A imprevidência do tempo de paz repercute longamente nos sacrifícios irrecuperáveis. O relato das operações, o qual constitui a maior parte do livro, se processa de acordo com a técnica especificamente militar. Em cada ato são sempre bem delineados o quadro de conjunto da frente aliada e do Exército americano, a impressão militar do terreno, a situação e as possibilidades do inimigo e as linhas da manobra projetada. O desenrolar dos acontecimentos é pintado em notável sobriedade de linguagem, em que escasseiam os adjetivos tão comuns na literatura dos comunicados. Mas nem por isso deixam de ser ressaltados o valor e a destreza profissional dos combatentes, com os seus êxitos e também com os revezes, com os efeitos e também com as causas.

Há lugar, muitas vezes, para justas consagrações:

"Com a captura de tal elevação, escrevera a Força Expedicionária Brasileira o capítulo mais emocionante de sua vida.

MONTE CASTELO, resistindo durante três meses às investidas das armas aliadas, erigira-se a cidadela da presumida invencibilidade germânica.

Para os Brasileiros, no entanto, representara um símbolo e um marco na vida de tropa em terra de ultramar.

Constituiu o índice do valor de nossa gente.

Significou a sangrenta forja de nossa agressividade. Traduziu a odisseia anônima das atrevidas incursões de nossas patrulhas, avançando sob nevascas cortantes no gelo resvaladiço, a se esgueirarem através dos núcleos da defesa inimiga, em busca do prisioneiro e da informação.

Sumidouro de centenas de vidas patricias, a sua captura pelas nossas forças constituiu um dever de consciência e um imperativo de dignidade militar. Assinalou o início de uma série de vitórias esplêndidas para nossas armas, vitórias que elevaram o nome do Brasil e o prestígio de nosso Exército".

Em todas as ações há a repetição desse reconhecimento ao soldado valoroso de todos os escalões e postos. Além das citações e das referências elogiosas pessoais, cada expedicionário está honrosamente simbolizado neste monumento perpétuo que é o "A F.E.B. PELO SEU COMANDANTE". Sobretudo, neste se inscreve, na impersonalização que é nobre e simpática, a glorificação dos "pra-

cinhas de Pi
as grandes m
eterna. Eles,
dos no bronz
que para co

Inspirad

CARENHAS

aos Montes C
manes da na
Nacional de
bes se repres

Gesto da
missão, neste

A ma
CO

10
CO

6
PA
BA

PARA
PI

cinhas de Pistóia", o nosso imortal "soldado desconhecido", a quem as grandes nações ergueram solenes monumentos, em culto de gratidão eterna. Eles, os valorosos expedicionários bem merecem ser perpetuados no bronze, para que seja eterna a sua lição e inesquecível a dívida que para com a sua memória contraíram todos os Brasileiros.

Inspirado por sentimento de pura brasilidade, o Marechal MAS-CARENHAS DE MORAES, de volta de sua campanha gloriosa, subiu aos Montes Guararapes e, na igreja de N. S. dos Prazeres, invocou os manes da nacionalidade e enlaçou na mesma benemerência, o Exército Nacional de todos os tempos, os batalhadores de três séculos e que tão bem se representaram na Itália, em defesa da soberania do Brasil.

Gesto de valioso simbolismo para exprimir a perenidade de nossa missão, neste Brasil eterno.

A maior parte do dinheiro de todo Brasil está confiado à guarda de COFRES E PORTAS "BERTA"

185 COFRES
COURAÇADOS



65 PORTAS
PARA CASA FORTE
PARA O
BANCO DO BRASIL



*Estas encomendas são a melhor prova de confiança do maior estabelecimento de crédito do país nos ar-
tefatos da*

FABRICA BERTA
ALBERTO BINS PORTO ALEGRE



PARA VIVER TRANQUILO: Seguro de vida. PARA SEGURO DE VIDA:

PREVIDÊNCIA do SUL

O Regimento de Infantaria no Combate

Ten. Cel. J. B. de Mattos

O COMBATE DEFENSIVO

Os Movimentos Retrógrados

Antes de apresentarmos um caso concreto sobre os postos avançados gerais e a defensiva em largas frentes, vamos expôr a teoria sobre os movimentos retrógrados, visto como as operações a executar pelo Regimento de Infantaria nos referidos casos (postos avançados gerais, defensiva em largas frentes e movimentos retrógrados), apresentam características semelhantes.

No estudo do caso concreto procuraremos ressaltar o que acima foi afirmado.

Isto posto passemos ao estudo dos :

Movimentos retrógrados

I — GENERALIDADES

Denominam-se movimentos retrógrados quaisquer movimentos de tropas para a retaguarda. Podem ser deliberados pelo comando ou forçados pelo inimigo.

Embora se classifique entre os movimentos retrógrados, a saída duma tropa da frente para repouso o seu estudo não será objeto de apreciação por não importar ação tática.

Os movimentos retrógrados terão uma das finalidades seguintes:

- retirar-se do combate;
- evitar o combate em situação desvantajosa;
- conduzir o inimigo a uma situação desfavorável;
- ganhar tempo, sem empenhar um combate decisivo;
- pôr-se de acôrdo com o deslocamento de outras tropas;
- permitir o emprêgo de uma parte das forças em qualquer outro lugar.

O bom resultado dos movimentos depende principalmente do equilíbrio das forças aéreas em luta.

Geralmente revestirão a forma de :

- uma manobra em retirada;
- um combate em retirada;
- uma retirada
- pânico.

O emprêgo da Infantaria nessas quatro formas de operação exige as mesmas necessidades de segurança. Além disso na *manobra* e no *combate em retirada* têm como ações principais — *Uma ação retardadora* e *uma ruptura de contâto*, enquanto que na *retirada* a ação retardadora fica a cargo dum elemento autônomo — uma retaguarda. Todos êsses elementos, constituem ações elementares dos movimentos retrógrados.

Normalmente para a segurança dum movimento retrógrado impõe-se : —

- a) — a organização e ocupação de uma posição de retaguarda, antes do deslocamento, a fim de garantir a execução do movimento contra a ação de forças mecanizadas e a aviação inimiga;
- b) — a utilização máxima das destruições, obstruções, contaminações e obstáculos, particularmente as minas, a fim de retardar o inimigo e proteger os flancos;
- c) — o emprêgo da aviação de Combate contra a aviação de observação inimiga, e em combinação com os destacamentos de segurança (flanco-guardas, retaguardas).
- d) — utilização máxima do transporte motorizado;
- e) — o rápido reagrupamento das unidades e a máxima assistência material e moral à tropa.

II) — AÇÕES ELEMENTARES

- a) — *Ruptura do contâto*

A *Ruptura do contâto* ou Retraimento é a ação de interromper o combate com uma força inimiga que está em contâto e sempre vigilante.

É essencialmente uma operação de infantaria e representa para ela uma fase crítica e tanto mais difícil, quanto mais cerrado fôr o contâto.

A preparação cuidadosa, o sigilo dos preparativos e dos movimentos, a rapidez nos deslocamentos, são fatores de êxito.

A ruptura do contâto pode ser feita : —

- de noite
- de dia

As dificuldades dessa ação durante o dia, que são enormes em consequência dos poderosos e eficientes engenhos em uso, tornaram o retraimento à noite o caso normal.

A desorganização das unidades, o número de perdas, a facilidade de observação pelo inimigo e a inferioridade em que normalmente se encontra uma tropa que rompe o contáto de dia, levaram os Comandos a só empregá-lo, nos casos em que é absolutamente impossível durar na posição ocupada, até à noite, ou quando a cerração, a chuva ou uma cortina de fumaça tornem as circunstâncias mais favoráveis ao retraimento.

Nos demais casos é preferível durar na posição até anoitecer, rompendo o contáto sob a proteção da escuridão, beneficiando-se da dificuldade de observação e da impossibilidade de uma perseguição rápida e profunda pelo inimigo. Unidades de 2.^o escalão porém poderão retrair de dia com facilidade.

1.^o — *Ruptura do contáto à noite*

O Comando superior indica : —

- a posição de retaguarda e as unidades encarregadas de organizá-la e ocupá-la;
- os itinerários ou eixos de recuo das unidades subordinadas;
- a hora da ruptura dos grossos e dos elementos ligeiros de contáto, bem como a conduta destes elementos;
- elementos de transporte postos eventualmente à disposição das unidades subordinadas.

A ruptura do contáto é iniciada pouco depois do anoitecer, deixando-se ligeiros elementos em contáto com o inimigo — *Escalão de contáto* — (a muito conhecida *crosta de contáto*) e, quando fôr o caso, sob a proteção de uma força de cobertura — *Escalão de acolhimento* — colocada à frente da posição de retaguarda.

O *Escalão de contáto* tem a missão de manter a fisionomia da frente de contáto, procurando iludir o inimigo enquanto se executa o retraimento. Durante um certo período de tempo ele dá a impressão ao inimigo de que a posição não foi abandonada; para isso ele é reforçado com armas automáticas e estas atiram de várias posições; organiza patrulhas de reconhecimento. Permanece em posição até que o grosso da unidade esteja fora do raio de ação das forças terrestres inimigas. Para seu retraimento, deve ser reforçado com meios de transportes auto

O *Escalão de acolhimento* cobre as estradas imediatamente à retaguarda das unidades engajadas, a reunião dos elementos que se retraem e retira-se após o deslocamento do último elemento da zona da reunião.

1. — *Ruptura do contáto à noite — Caso do R I*

Após receber tôdas as indicações do Cmt. da D I, o Comandante do R I toma a sseguintes providências : —

- a) — Após um estudo na carta, organiza e procede os conhecimentos necessários, tendo em vista : —
 - a escolha da posição para o Escalão de acolhimento;
 - a escolha e designação das zonas de reunião do RI, dos Btls. e das Cias.;
 - a repartição dos eixos de retraimento para os Blts. e demais elementos.
- b) — Instala, quando for o caso, à retaguarda dos seus Btls. de 1.º escalão, o Escalão de acolhimento.
- c) — Determina o retraimento antecipado dos elementos que não interessam à defesa do sub-setor : trens, reabastecimentos, etc.
- d) — Fixa por Btl. e globalmente, o valor dos elementos do Escalão de contáto, bem como os meios de transportes a êle atribuídos para o retraimento, após o cumprimento da missão.
- e) — Estabelece o tempo de permanência do Escalão de contáto.

Todos êsses elementos serão contidos na ordem que o Cmt. do R I dá à sua unidade para o movimento retrógrado determinado pelo Cmdo. da Divisão.

2. — *Ruptura do contáto — Caso do Btl.*

Recebida a ordem para a ruptura do contáto, o Cmt. do Btl. :

- fixa os efetivos exatos a permanecerem em contáto com o inimigo (Esc. de contáto), bem como o chefe à comandá-los;
- determina as zonas de reunião e itinerários de deslocamentos para as Cias. e o Btl.;
- prevê uma segurança complementar durante o deslocamento de sua unidade, inclusive da zona de embarque, caso o deslocamento seja feito transportado;
- dá tôdas indicações necessárias, contidas na ordem do Cmt. do R I (Hora, transporte para os elementos do Esc. Acolhimento).

2.º — Ruptura do contáto de dia

É um ação difícil e penosa mas que pode ser imposta pelo inimigo.

Quando executada em condições atmosféricas particulares (cerção, chuva- ou com o emprêgo de agentes químicos (cortina de fumaças, é muito facilitada, porém requer o máximo de precaução porque : é impossível controlar a atmosfera, os melhores geradores de fumaça podem falhar e o vento poderá dissipar a nuvem de fumaça mais densa no curso de execução.

Para se conseguir êxito na ruptura do contáto de dia é necessário que se obtenha sôbre o inimigo uma grande superioridade de fogo, ou então que o terreno facilite.

Semelhantemente à ruptura do contáto à noite, o Comando superior determina : a organização e ocupação de uma *posição de retaguarda*, cuja missão é deter, limitar ou desviar o avanço inimigo ou, em alguns casos, a execução de um contra-ataque a fim de facilitar a ruptura do contáto.

As unidades em contáto, conforme a pressão do inimigo, retrairão em primeiro lugar, os elementos em contáto ou os elementos em apóio, contanto que as tropas em posição cubram as que se retraíam.

Os elementos naturalmente indicados para constituírem o *Esc. de Acolhimento*, são os da reserva dos Batalhões que equipam a linha principal de resistência.

1. — Ruptura do contáto de dia — Caso do R I

O Cmt. do Regimento recebe do Cmt. da D I, a ordem de retraimento, com tôdas as indicações necessárias.

Semelhantemente ao caso da ruptura de contáto à noite, o Cmt. do Regimento faz o estudo na carta com seu estado maior, organiza e procede os reconhecimentos necessários, a fim de :

- a) — escolher e designar os itinerários de retraimento e a zona de reunião dos Btls. e R I;
- b) — localizar o Esc. de acolhimento, que não deverá exceder o valor de um Btl. reforçado, em condições de bater com seus fogos as saídas L P R, tendo o cuidado de estudar quais as forças inimigas cujos movimentos são mais ameaçados para a operação em curso.
- c) — indicar o momento em que o Esc. de acolhimento deve retrair-se e que, em geral, deve coincidir com o início do movimento do grosso para traz.

- d) — indicar como deve ser efetuado o retraimento das unidades de 1.º escalão : em conjunto, ou em que ordem de urgência;
- e) — determinar a constituição de destacamentos de segurança (flanco-guarda e vanguarda), si fôr o caso;
- f) — tomar as medidas necessárias para a D A C e D A A.

2. — Ruptura do contâto de dia — Caso do Btl.

O Cmt. do Btl., após receber ordem para a ruptura do contâto, faz os reconhecimentos que forem possíveis;

— organiza os grupamentos cujos fogos irão permitir o retraimento da tropa em contâto;

— dirige o retraimento de seu Btl.

b) — AÇÃO RETARDADORA

A ação retardadora consiste em dificultar a marcha do inimigo, em beneficio de uma tropa que se instala defensivamente ou se desloca. Simultaneamente ela permite : —

- ganhar o tempo que se deseja,
- causar baixas ao inimigo.

É realizada : —

1. — Pelo largo emprêgo dos fogos longínquos de tôdas as armas, lançados de posições judiciosamente escolhidas, com amplas vistas, bons e extensos campos de tiro e com cobertas que facilitem o retraimento;
2. — pelo máximo aproveitamento dos obstáculos naturais e a criação de obstáculos artificiais, particularmente campos de minas, destruições e contaminações;
3. — por uma ação ofensiva, geralmente um contra-ataque;
4. — por uma ação defensiva numa posição ou em posições sucessivas;
5. — pelo emprêgo da Aviação de combate, contra a Aviação de observação e as tropas inimigas.

A ação retardadora é a manobra característica da Cavalaria e dos Dest. retardadores, particularmente quando constituídos de elementos blindados.

Quando realizados pela Infantaria, poderá ser realizada em uma posição ou em posições sucessivas, conforme o tempo que se precisa ganhar e o espaço que se pode ceder ao inimigo.

Em si

Desta
o inimigo,
assinaladas

Quanc
tância de
resistência

Duran
para outra
serva deve
los e evitar

O inin

c) —

Distin

POSIC
um elemen
mento de
intermediár

A RE
que se desl
tâto com a

A trop
transforma
vista pross
do inimigo

Na M
retaguarda

Em síntese consiste em : —

- organizar-se sumariamente uma posição defensiva em larga frente, coberta por um obstáculo natural ou por uma série de obstáculos artificiais, particularmente campos de minas.

Desta posição a Art., as armas coletivas começam a atirar sobre o inimigo, no máximo de seu alcance sem a preocupação de serem assinaladas.

Quando o inimigo cerrar o contáto e antes que ele atinja a distância de assalto, a Infantaria rompe o contáto e vái oferecer nova resistência numa outra posição mais à retaguarda.

Durante a defesa da posição e no deslocamento de uma posição para outra, é preciso ter o máximo cuidado com os flancos e uma reserva deve estar sempre em condições de ser empregada para protegê-los e evitar o envolvimento.

O inimigo é também retardado entre duas posições.

c) — RETAGUARDA

Distinguiremos : —

- a posição de retaguarda e a retaguarda.

POSIÇÃO DE RETAGUARDA é organizada e ocupada por um elemento cuja missão é cobrir a ruptura do contáto e o retraimento de uma tropa, bem como a instalação da mesma numa posição intermediária de resistência.

A RETAGUARDA é uma tropa que, a fim de cobrir um grosso que se desloca, retrái combatendo, desaferrando os elementos em contáto com auxílio dos elementos em apóio imediatamente à retaguarda.

A tropa que ocupa POSIÇÃO DE RETAGUARDA poderá se transformar numa RETAGUARDA, quer deliberadamente, tendo em vista prosseguir o retardamento do inimigo, quer forçada pela ação do inimigo.

Na MANOBRA EM RETIRADA, é instalada uma posição de retaguarda cuja missão é :

- cobrir o rompimento do contáto e o retraimento da tropa engajada;
- cobrir a organização de primeira linha de resistência intermediária, ou transformar-se numa primeira linha de resistência intermediária;

- acolher os elementos do Escalão de contáto, após o cumprimento de sua missão;
- retardar o inimigo na sua progressão, o tempo designado pelo comando superior;
- retrair-se para nova posição, mediante ordem, ou transformar-se numa retaguarda que retrair-se-á combatendo, caso seja forçado pelo inimigo.

No COMBATE EM RETIRADA, uma posição de retaguarda é instalada, tendo como missão : —

- acolher a tropa que se retrai combatendo;
- resistir na posição o tempo julgado necessário pelo Cmdo., para a instalação de nova posição à retaguarda, si fôr o caso;
- romper o combate, sob a proteção de um elemento à sua retaguarda já em condições de acolhê-la e prosseguir no combate ao inimigo.

Na RETIRADA, é organizada uma Retaguarda cuja missão, si considerarmos o caso da tropa que se retrai estar em contáto com o inimigo (o mais geral aliás), consistirá em :—

- cobrir o retraimento e a reunião dos elementos em contáto;
- cobrir o deslocamento do grosso que se retira, coordenando os seus deslocamentos com os dele;
- combater em retirada, chegando ao sacrifício, caso seja necessário para garantir a segurança do grosso.

Normalmente as POSIÇÕES DE RETAGUARDA e RETAGUARDAS são constituídas com tropas de reserva.

As posições a ocupar, devem ter as mesmas características das posições intermediárias de resistência, quanto a obstáculos, vistas, etc.

As forças são distribuídas em larga frente aproveitando os pontos fortes do terreno.

O disfarce e a defesa anti-aérea devem ser bem perfeitos, a fim de que o inimigo não possa descobrir o verdadeiro valor das tropas e as posições ocupadas; esta ignorância obriga-lo-á a tomar precauções ao abordar cada posição, perdendo, para isso, um tempo enorme.

III) — MANOBRA EM RETIRADA

a) — Generalidades

A MANOBRA EM RETIRADA é uma operação deliberada pelo Comando, tendo em vista ganhar tempo, evitando o combate aproximado e decisivo.

É uma ação baseada na resistência limitada em uma posição com a intenção de renovar essas resistências em posições sucessivas.

Não deve ser cedido mais terreno que o necessário.

Consiste em síntese : —

1. — na organização e ocupação de uma posição de retaguarda, para cobrir a ruptura do contáto e o retraimento de tropa engajada;
2. — numa ruptura de contáto, normalmente à noite; às vezes, na execução de um contra-ataque tendo em vista facilitar a ruptura do contáto;
3. — na realização de uma ação retardadora por todos os meios possíveis.
4. — na organização e ocupação de uma ou várias posições intermediárias de resistência, em cada uma das quais o inimigo é retardado a um tempo dado.

b) — CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

1. — A posição de retaguarda é normalmente organizada e ocupada, por elementos de reserva, que no caso de serem suficientes, também farão o balisamento da primeira posição de resistência intermediária.
2. — O contra-ataque é empregado quando o inimigo está muito ativo, pondo em risco o sucesso da operação, ou quando o contáto é muito cerrado.
3. — A ruptura do contáto obedece ao que foi precedentemente descrito.

Igualmente acontece com a ação retardadora, que visa dar tempo à organização das posições intermediárias de resistência.

4. — A posição intermediária é mantida durante um tempo limitado e deverá satisfazer as seguintes condições : —

— ser uma posição elevada e coberta por um obstáculo natural de preferência, um curso d'água; ter cobertas à sua retaguarda, que facilite o retraimento;

- satisfazer tôdas as condições para exercer eficiente ação retardadora;
- apoiar seus flancos em obstáculos intransponíveis, ou em zonas de difícil acesso, a fim de evitar as possibilidades de desbordamento;
- estar a uma distância tal da precedente, que o inimigo não possa atingir as duas com o mesmo dispositivo de Artilharia;
- facilitar o desenvolvimento total dos fogos de Infantaria e Artilharia na frente do obstáculo, até os limites de alcance eficaz.

A ocupação de uma posição intermediária deve satisfazer ao seguinte : —

1. — prestar-se a uma defesa económica, a fim de, mesmo com pequeno efetivo, dispor reservas para as eventualidades da manobra;
2. — permitir a utilização dos pontos de apoio naturais do terreno, barrando particularmente os eixos;
3. — facilitar a ação do comando, mantendo a tropa tão agrupada quanto possível em torno do chefe.

As frentes das unidades numa posição intermediária podem ter aproximadamente o dôbro das observadas na defensiva normal, o que é obtido sem aumento nas frentes das unidades elementares, aproveitando o terreno e fechando os intervalos com minas e fogos de flanqueamento.

A profundidade é reduzida, pela eliminação de escalões e diminuição das distâncias. Os elementos de apoio são reduzidos ao mínimo e destinados à proteção dos flancos ou de grandes intervalos.

As reservas de Btl. devem ser o suficiente para atender as ameaças em pontos críticos.

Os núcleos de defesa devem ter um intervalo mínimo de 150 m.

c) — EXECUÇÃO

Uma tropa em contato, recebe ordem para manobrar em retirada. Cálculados o tempo a ganhar e o espaço que se poderá dar em troca, são feitos os reconhecimentos para a execução de rupturas de contato, ocupação da posição de acolhimento (si fôr o caso), retraimento e reunião da tropa e preparação da primeira posição intermediária.

Em alguns casos a posição de retaguarda estabelecida pelo comando superior, transforma-se numa primeira posição intermediária.

Quando tura do conta e permitir ac

Ocupada determinada, necendo o Es mia da frente mento assegu dades subord

Ficando de acolhiment

Geralmen contáto iluder (determinado,

Começa, POSIÇÃO I sistema de ob

Si o Cmo DA à frente rompe o conta

preparando-se tropa da posi

A nova inimigo. Enu tência, ou a nizada.

Antes qu mediária é fe o tempo dese obtenha, fazer para a nova

Na frent perturbar o a também são intermediária qu

d) — CA

O R I p

1.º — C

2.º — in

3.º — co

d

Em qual

Quando o inimigo mantém grande atividade, dificultando a ruptura do contáto, é feito um contra-ataque, tendo em vista facilitá-la e permitir ao Cmdo. durar na posição até à noite.

Ocupadas as posições de retaguarda e de acolhimento, na hora determinada pelo Cmdo. superior é feita a ruptura do contáto permanecendo o Esc. de contáto face ao inimigo mantendo a mesma fisionomia da frente até então ocupada. Enquanto isso, o Esc. de acolhimento assegura o retraimento, a reunião e o deslocamento das unidades subordinadas, para a nova posição a ocupar.

Ficando assegurado o deslocamento do grosso da tropa, o Escalão de acolhimento faz o seu retraimento.

Geralmente, durante toda noite, os elementos que ficaram em contáto iludem o inimigo e, antes do clarear do dia, ou quando for determinado, retraem-se por sua vez.

Começa, então, a ação da Posição de retaguarda, ou da primeira POSIÇÃO INTERMEDIÁRIA, com seus fogos longínquos e o sistema de obstáculos, destruições e obstruções creados.

Si o Cmdo. superior colocou uma POSIÇÃO DE RETAGUARDA à frente da 1.^a posição intermediária de resistência, a tropa que rompe o contáto vai ocupar esta, dando-lhe uma organização sumária, preparando-se para retardar a progressão do inimigo e acolher a tropa da posição de retaguarda, após o cumprimento de sua missão.

A nova posição procura retardar ao máximo a aproximação do inimigo. Enquanto isso uma nova posição intermediária de resistência, ou a posição de resistência definitiva, é reconhecida e organizada.

Antes que o inimigo chegue ao ataque à primeira posição intermediária é feita outra ruptura de contáto, desde que se tenha ganho o tempo desejado. Caso contrário, é oferecida resistência até que se o obtenha, fazendo-se em seguida a ruptura do contáto e o retraimento para a nova posição.

Na frente de cada posição intermediária, a fim de retardar e perturbar o avanço do inimigo, são colocados postos avançados, que também são destinados a dificultar-lhes a localização da posição intermediária que cobre.

d) — CASOS DO R I

O R I pode executar uma Manobra em Retirada : —

- 1.^o — Como elemento de uma grande força retardadora;
- 2.^o — independentemente, numa missão retardadora especial;
- 3.^o — constituindo um destacamento de segurança de uma grande unidade (retaguarda).

Em qualquer caso o modo de agir é o mesmo.

1.º Caso

Na primeira situação, ordens superiores regularão a conduta das operações.

2.º Caso

No caso do R I conduzir a ação independentemente, seu Cmt. receberá a missão de : GANHAR UM CERTO TEMPO, RETARDANDO A PROGRESSÃO DO INIMIGO NUM ESPAÇO LIMITADO E BEM DEFINIDO.

Em consequência, após um estudo na carta, com seu E M determina : —

1. — as linhas sucessivas a defender e o tempo a ganhar em cada uma;
2. — os reconhecimentos a realizar, tendo em vista escolher :
 - uma posição para o escalão de acolhimento si fôr o caso;
 - os itinerários de retraimento e as zonas de reunião das tropas em contato;
 - a 1.ª posição intermediária a defender;
 - uma posição para os P A da posição acima, mais ou menos de 1.500 a 4.000 m. à frente dela;
 - as demais posições intermediárias, que devem ter um intervalo médio de 6 Kms. entre duas sucessivas.

Achando-se as tropas já alertadas por ordens preparatórias, durante os reconhecimentos o Cmdo. vá dando ordens verbais aos seus subordinados, as quais são confirmadas na ordem geral expedida para a execução da manobra, que conterà : —

- a posição, o efetivo e a conduta dos diversos elementos;
- organiza a defesa da 1.ª posição intermediária e os P A que a cobrem;
- cuida da cobertura dos flancos e da ação retardadora do inimigo;
- dá o início do retraimento, etc.

OBSERVAÇÕES :

As frentes dos Btls., Cias. e Pels. são o dôbro das adotadas para a defensiva normal.

Os limites dos Btls. devem ser prolongados até a 2.ª posição intermediária de resistência.

Os trabalhos de organização do terreno, são reduzidos ao mínimo, tirando-se o máximo partido dos acidentes naturais.

EXECUÇÃO

Expedidas as ordens e realizado o dispositivo, à hora H é desencadeada a ação, cuja conduta obedecerá ao que já foi descrito.

3.º Caso : —

O R I recebe do Cmt. superior ordem para ocupar uma posição de retaguarda. O Cmt. do R I procede como foi estabelecido no caso da Retaguarda.

e) — CASO DO BTL.

O Btl. pode fazer a Manobra em Retirada :—

- 1.º — Como parte de um R I de 1.º escalão;
- 2.º — como escalão de acolhimento de um R I;
- 3.º — isoladamente.

1.º Caso : —

Achando-se em 1.º escalão, o Cmt. do Btl. recebe a ordem do Cmt. do R I, com tôdas as minúcias; reconhece ou manda fazer os reconhecimentos necessários a fim de verificar : as zonas de reunião do Btl. e do R I, eixos de retraimento e onde está instalado o escalão de acolhimento do Regimento. Reconhece e designa as zonas de reunião das Cias. e, quando não houver Esc. de acolhimento do R I, designa um elemento para cobrir o retraimento de sua Cia. reserva.

Designa um elemento para reconhecer as posições na 1.ª posição intermediária de resistência e os itinerários respectivos.

Designa os guias para facilitar o retraimento, os elementos que devem constituir o escalão de contáto, o Cmt. dêste escalão e os apoios de fogos.

Transmite as indicações do Cmt. do R I quanto a hora de início da manobra, medidas de segurança, hora de retraimento do escalão de contáto, meios de transporte, apoio de Art., etc.

Todos êsses elementos são transmitidos aos subordinados por meio de ordens curtas, quasi sempre verbais.

À hora H o Btl. inicia a ruptura do contáto que, normalmente, é feita à noite, em conjunto, exceto o escalão de contáto que mantém a fisionomia da frente.

Quando a ação do inimigo força um retraimento de dia, cada escalão retráe sob a proteção da unidade mais próxima à sua retaguarda.

Assim, nas Cias. de 1.º escalão, os Pelotões em contáto retráem seus elementos sob a proteção de armas automáticas deixadas em posição até à saída dos últimos, que retráem finalmente sob a proteção dos Pelotões em apoio; estes, por sua vez, beneficiam-se da proteção da reserva do Btl. e, esta da do Escalão de acolhimento do R I e, si este não existir, da do Esc. de acolhimento organizado pelo Btl.

Reunidas as Cias. e depois o Btl., desloca-se pelo seu eixo ou zona de deslocamento, para a primeira posição intermediária, onde seu quartelão já está reconhecido e balizado.

2.º Caso : —

Terá como missão deter, retardar ou desviar o avanço do inimigo, enquanto a tropa de 1.ª linha faz a ruptura do contáto, se reúne e se desloca para a retaguarda. Receberá do Cmt. do R I a posição a ocupar e o tempo a durar.

A posição é organizada e defendida como uma posição de retaguarda.

Cumprida a missão, o Btl. se retráe sob proteção dos fogos de suas armas de apoio e de sua reserva.

3.º Caso : —

Quando o Btl. executa a manobra em retirada isoladamente, sua ação é semelhante à do R I em idêntica condição (2.º Caso do R I).

O Btl. se retráe, normalmente, sem aceitar combate, salvo quando a situação permite resistir até à noite, para fazer o retraimento em melhores condições.

IV — COMBATE EM RETIRADA

O combate em retirada consiste na ação de uma tropa que, para ganhar um certo tempo, toma contáto com um inimigo mais forte e vem retardando a sua marcha, por meio de combates oferecidos em posições convenientes.

É também a ação de uma tropa que, batida pelo inimigo, retráe-se como pode, apoiada pelo elemento imediatamente à sua retaguarda, indo por sua vez servir de apoio para o retraimento desta e assim sucessivamente até que o grosso fique livre do aniquilamento.

No primeiro caso, temos a ação da Cavalaria e dos Dest. retardadores, particularmente blindados.

No segundo caso, trata-se dos destacamentos de segurança (retaguarda ou flanco-guardas) ou das próprias tropas em contáto recalcadas e se transformando em destacamento de segurança, enquanto o grosso se reúne e se põe a salvo da ação das forças terrestres inimigas.

Em que
ganha-se um
uma sob a p

c) — I

Para a
uma retaguar

São escr
ção de um es
combate.

a) — C

É a ope
recuperar a l
cuja finalida

Só é ju
cumprir a m

Nenhum
rada por co
vizinhas.

Na retir
tropas; uma

A defes
destiladeiros

Estando
seguinte : —

1. — U

2. — E

à

3. — A

q

d

4. — P

5. — A

F

a

Em qualquer caso ocupa-se posições sucessivas de resistência; ganha-se um certo tempo em cada uma : rompe-se o combate em cada uma sob a proteção da imediata que toma o combate a seu cargo.

c) — INFANTARIA

Para a infantaria, o combate em retirada resume-se na ação de uma retaguarda, já descrita.

São escalões que, forçados pelo inimigo, retráem-se sob a proteção de um escalão de apoio que toma a seu cargo o prosseguimento do combate.

V) — RETIRADA

a) — GENERALIDADES

É a operação executada por uma tropa, tendo em vista obter ou recuperar a liberdade de ação. Faz parte de um plano do Alto Comando cuja finalidade é recusar o combate na situação existente.

Só é justificada quando se esgotam tôdas as possibilidades de cumprir a missão recebida.

Nenhum comandante possui competência para ordenar uma Retirada por conta própria, em face de revezes sofridos por unidades vizinhas.

Na retirada, trata-se de colocar entre o inimigo e o grosso das tropas; uma retaguarda, distância e obstáculos.

A defesa anti-aérea é organizada, defendendo particularmente os desfiladeiros importantes.

Estando em contáto com o inimigo, a operação segue o ritmo seguinte : —

1. — Uma Retaguarda é organizada com elementos de reserva.
2. — É feita a Ruptura do contáto em toda frente, geralmente à noite.
3. — As colunas vão aumentando de importância à proporção que se afastam, até ficarem constituídas em grupamentos de combate.
4. — Procura-se levar o grosso o mais longe possível do inimigo.
5. — A segurança do grosso é organizada em tôdas as direções.

Para isso : —

- a) — A Retaguarda encarrega-se de, combatendo em retirada, impedir que o grosso em deslocamento tenha que intervir no combate. Para isso deve ter um efetivo compatível.

VI) — PÂNICO

Nas guerras de todos os tempos, o Pânico tem causado embarços aos Cmdos.

É um movimento retrógrado desordenado, difícil de conter, mas que é preciso ser limitado e imediatamente ser restabelecido à frente rompida.

As posições extremas da brecha devem ser reforçadas imediatamente. Tropas disponíveis são deslocadas tendo em vista restabelecer a frente, enquanto o elemento que debandou deve ser aos poucos reunido e reorganizado.



recemnacidos



jardins e terraços



Loja: R. Frei Caneca, 107-Tel. 32-5909
FABRICA: TRAVESSA JACARE, 104 - TEL. 49-4455

GRAFICA "TULLIO SAMORINI"

de ROMULO SAMORINI

PAPELARIA E TIPOGRAFIA

Executa-se qualquer serviço tipográfica, encadernação, livros em branco, livros para escritório e miudezas escolares etc.

SERVIÇOS POR PREÇOS MÓDICOS E URGENTES

Avenida Capichaba 195/199 — Fone 223 — Vitória — E. E. Santo

CICLO DA INFORMAÇÃO

Ten. Cel. M. POPPE DE FIGUEIREDO

Certa ocasião, no Estado-Maior do Exército — ao se debater a necessidade ou não, nos novos manuais em preparo, de ser distinguida a informação bruta da informação trabalhada, se assim nos pudermos exprimir, à semelhança dos norte-americanos, com o seu "information" — organizamos para justificar nossa opinião favorável à afirmativa, o gráfico anexo, baseado no ciclo por que passa a informação segundo a doutrina norte-americana.

A "information", isto é, a informação simples, tal qual é colhida, verdadeira matéria prima, passaria a ser "informe", enquanto que "informação" ficaria reservada exclusivamente para traduzir o conceito de "intelligence", isto é, o produto elaborado, fruto do trabalho intelectual, muitas vezes de grande complexidade e dificuldade, das 2.^{as} Secções dos Estados-Maiores.

A necessidade e vantagem da distinção, se já não bastasse o exemplo norte-americano, é plenamente demonstrada no gráfico. Em verdade, é dito da vida comum, que se deve sempre "dar nome aos bois". É bem o caso aqui. De um lado, a matéria prima que entra na verdadeira oficina intelectual que são as E-2, de outro, o produto elaborado que delas sai, com outro valor para os fins militares. Numa comparação simples, a mesma necessidade que a vida prática impõe de se denominar diferentemente o algodão e os tecidos a que serviu de matéria prima.

O "ciclo da informação" resume de maneira simples, de fácil apreensão, toda a técnica moderna da informação. As expressões que nele são empregadas são as que constam dos manuais sobre o assunto, a serem em breve publicados.

Esperamos, assim, sejá útil aos camaradas.

Descrição do ciclo

Não daremos definições, pois estas constam dos manuais. Limitar-nos-emos a acompanhar a evolução do ciclo, segundo as suas cinco fases, descrevendo-as tais como se fossem quadros de uma representação teatral.

1.ª Fase — Apresentação, pelo E-2, do estudo da situação, ao Chefe e seu E.M.

Imagine-se o leitor colocado na sala da 2.ª Secção de uma D.I. em operações. Aham-se presentes o E-2 (Chefe da Secção) e seus auxiliares. Em uma parede, a carta da situação. Entram o Gen. Cmt. da D.I. (que acabára de receber nova missão do Cmt. do Corpo de Exército, em função da qual terá de tomar nova decisão), acompanhado do seu E.M.. Dirige-se o Cmt. ao E-2 e lhe pede o resultado do seu estudo da situação ("estimate of the situation" dos norte-americanos).

O E-2, tomando de uma vara, coloca-se em frente da carta da situação e faz sucintamente seu estudo da situação, em que objetiva, particularmente, a situação do inimigo, as condições de tempo e de terreno e conclui dando as possibilidades do inimigo.

O Gen. Cmt. da D.I., que já possui uma missão, toma, então, sua decisão. Em seguida, diz em voz alta ao E-2, que os anota, os elementos essenciais de informação — E.E.I. — (Correspondentes ao antigo "plano de informações" ou "informações necessárias") que são, em síntese, as informações sobre o inimigo que julga necessárias à condução da operação que tem em vista. Retira-se, após, com o seu E.M.

2.ª Fase — Preparação do Plano de Informações

O E-2 reúne, então, seus auxiliares, distribui tarefas, dando assim início à organização do Plano de Informações (correspondente ao antigo "Plano de Busca de Informações"). É feita a análise dos elementos essenciais de informação para determinar os indícios, que os evidenciam. Em consequência, resultam informes a serem colhidos. A procura desses informes é atribuída aos diferentes órgãos de busca. O documento (que pode ser sumário ou completo, segundo o exigir a premência de tempo) é completado com a indicação da hora e local de entrega dos informes.

Em função do Plano de Informações são, então, redigidas as ordens (às unidades subordinadas) e pedidos de busca de informes (às unidades superiores e vizinhas).

3.ª Fase — Busca de informes

A ação se desenrola aqui, em todo o teatro de operações ou, mesmo, fora dele. É a parte dinâmica do ciclo da informação. Os diversos órgãos de busca — que compreendem as unidades das armas, a aviação, agentes, unidades vizinhas, superiores e outros, tais como a própria E-2, pelo interrogatório dos prisioneiros de guerra — procuram obter os informes pedidos, os quais, direta ou indiretamente, chegam à E-2.

CICLO DA INFORMAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DA SITUAÇÃO AO CHEFE E SEU E.M.

2. PREPARAÇÃO DO PLANO DE INFORMAÇÕES

4.ª Fase — *Elaboração*

A ação passa-se novamente na sala da E-2. É a fase em que o E-2 funciona como verdadeiro laboratório: recebe *informes* e os transforma em *informações*. Primeiramente, à proporção que chegam, os informes são submetidos ao *registro*, que é um *trabalho material*, pois consiste em registrá-los ou transportá-los para uma série de documentos que constituem o arquivo da E-2: *diário do E-2*, *carta da situação*, *carta da ordem de batalha*, *folha de trabalho do E-2*, *folha da ordem de batalha*, *pasta de alvos* e *pasta de objetivos*.

Segue-se, então, a operação culminante de toda a técnica da informação, em que intervem somente o *trabalho intelectual*. Os informes são submetidos, inicialmente, à *análise*, que é feita tendo em vista o seu *valor*, a *idoneidade da fonte* e a sua *precisão*. Finalmente, passa pela *interpretação*, realizada normalmente pelo próprio E-2 e que consiste na determinação de sua *significação provável* e na *comparação ou confronto* dos vários informes, para ser possível chegar a *conclusões*, que podem ser reduzidas, numa última etapa do processo elaborativo, a uma *síntese*.

5.ª Fase — *Difusão das informações*

Obtido o produto elaborado — a informação — trata-se, agora, de fazê-la chegar aos interessados, para ser aproveitada. É o que realiza a *difusão das informações*, que é feita através de sete meios, cada qual com sua finalidade própria: *relatórios periódicos*, *relatórios especiais*, *boletins de informações*, *estudo da situação*, *anexo de informações à O.G.O.*, *parágrafo da O.G.O.* e *oficiais de ligação*.

Um desses meios é, precisamente, o estudo da situação que, evoluindo os acontecimentos, é apresentado ao Gen. Cmt. da D.I., fechando, assim, o ciclo. Nova situação será vivida no tempo e no espaço e iniciado novo ciclo, caracterizando o *processamento contínuo da informação*.

Dantas, Importadora Ltda.

REPRESENTAÇÕES E CONTA PRÓPRIA

Fornecedores do Exército e Marinha

FIOS DE ALGODÃO E DE LÃ PARA MALHARIA E TECELAGEM

AV. GRAÇA ARANHA, 326 — 9.º — TELEFONE 22-2416

End. Teleg. "DANCA" — RIO DE JANEIRO

O Cavalo na Recente Guerra

Cap. ERIC HARDY, P. Z. S.

Tradução de um artigo da "Armored Cavalry Journal", N.º de JULHO-AGOSTO de 1947.

Ten. Cel. A. FRANCO FERREIRA
Instrutor — Chefe do C.C. da E.A.O.

Afirma o Ten. Cel. HENGEL, em um de seus interessantes artigos técnicos publicados no fim da última guerra na revista "The HORSE", que grande foi o desapontamento dos oficiais do Exército que dedicaram toda a sua vida ao estudo do cavalo, quando souberam que o Alto-Comando dos EE. UU. não encontrara emprego para a cavalaria hipomóvel nesta Grande Guerra.

Isto, em essência, pode ser verdadeiro, mas também não deve ser encarado como a autorização oficial para alimentar o crescente e nefasto hábito de se chamar este recente conflito de GUERRA MECANIZADA, e de se admitir que ela tenha sido ganha exclusivamente por tanques e bombas atômicas, pois a própria história da guerra, desde os seus primórdios, em 1939, até seu término, em 1945, se encarrega de mostrar quão extenso e importante foi o emprego do Cavalo de Guerra e, bem assim, que não somente na Cavalaria Russa ele trabalhou intensamente.

Ao voltar da guerra, encontrei inúmeros civis que se espantavam ao saber que peças de artilharia russa haviam sido puxadas até por camelos, durante a defesa de Sebastopol, que renas arrastaram trenós de munição e ambulâncias para os Exércitos Filandês e Russo, no sítio de Murmansk, que bois tiraram os transportes pesados da Infantaria do Exército Francês, e que uma Força Aliada de Elefantes havia operado contra os Japoneses (que possuíam forças idênticas nos seus efetivos) nas inhóspitas selvas de Burma. Mas os cavalos continuam sendo o meio mais prático e econômico para assegurar o patrulhamento, a vigilância e até mesmo a manutenção de pontos distantes, em terrenos montanhosos, agrestes e menos civilizados de certos teatros de operações.

É coisa fácil, para certas autoridades militares, mostrar, em exercícios de manobras, a supremacia e a vantagem de um rápido tanque de reconhecimento, do "jeep" ou de um moderno carro blindado, sobre elementos de uma cavalaria hipomóvel, bem como a excepcional

capacidade de um caminhão leve ou pesado sobre a viatura puxada a cavalos, para o transporte de um pelotão de infantaria, mas, em montanhas agrestes onde, muitas vezes, se travam batalhas antes mesmo da Engenharia ter tido tempo de construir estradas de rodagem ou de ferro tidas como desnecessárias no tempo de paz, — tal como aconteceu na região atravessada pelos alemães no Cáucaso, antes da fragorosa derrota de Stalingrado, que libertou o Oriente Próximo — não se poderá dispor, certamente, de transportes motorizados e mecanizados "ad lib" e tudo quanto se poderá requisitar à população local será alguns velhos e desmantelados carros de aluguel de pouca duração para estradas assim pesadas.

Será que todas guerras futuras serão feitas nas visinhanças de cidades industriais, com asseguradas possibilidades de produzir veículos automóveis? Enquanto que cavalos podem ser facilmente reunidos e arrebanhados em várias regiões, veículos mecânicos só em muito poucas podem ser encontrados. A força mecanizada que ganhou a batalha inglesa de Alamein foi o resultado de uma longa e audaciosa obra de paciência montada através da imensa rota marítima do Cabo da Boa Esperança. A vasta planície e deserto do Norte da África constituiu excelente terreno de manobras de tanques; entretanto, as altas montanhas de muitas partes do mundo, como o Noroeste da Índia, a Síria, o Norte da Itália, os Montes Rochosos, estão cheias de mortais armadilhas para as Forças Blindadas que se arriscarem através das apertadas e sinuosas ravinas, mas sempre incapazes de acometer contra abruptos precipícios que o inimigo mantiver.

O exército altamente mecanizado dos Alemães que foi uma das mais perfeitas e realísticas realizações dos Nazistas, soube conservar todo o elevado poder vital do cavalo de guerra. Um milhão de cavalos foram usados para os transportes de sua Infantaria, — cada pelotão de infantaria alemão era equipado com uma carroça hipomóvel para reabastecimentos, comparável com a caminhonete "Ford" ou "Morris", de 15 cwt dos pelotões ingleses. É bem verdade que no período da retirada, depois do golpe das Ardenas, estes animais viveram penosos dias, pois muitos condutores tiveram que marchar nos leitos dos rios, abandonando as regiões cobertas de neve das tempestades e empurrando seus cavalos e suas carroças para dentro das águas geladas daquele rio cujos pedregosos leitos eram o único terreno firme da região. Mas, enquanto isso se passava, seus modelares transportes motorizados se atolavam irremediavelmente. Já no princípio da guerra, na invasão da Polónia, em 1939, os alemães utilizaram 200.000 cavalos para seguir de perto as pontas de lança mecanizadas, e, ao longo das intermináveis linhas de reabastecimento para alimentar o fútil e obstinado esforço alemão contra os russos, muitos dos rústicos cava-

los de tra-
cados e ve-
dos traba-

Por
Arco de
nados por

E qu-
nica lutou
na patrull
des e soli-
nha da S-
Alemães
meio da t-
e combati-
lançou, po-
mães na
Árabe de
trulhas de
bus simpa-
Oficiais ja-
de Pearl
tais, para
abrigassem
forças bli-
que é cap-

É ocu-
dos foi un-
pelos ingl-
e que tinh-
ral Romm-
a batalha

O pri-
to pelos
cedores, d-
onde os n-
dos os tra-
mecaniza-
panha nas
eficiente q-
o transpor-
onde só ex-
grande cor-
ções, deve

los de tração, arrebanhados em toda a Europa Central, foram sacrificados e vorazmente retalhados para servir de alimento para os esfomeados trabalhadores escravos das regiões submetidas.

Por ocasião da queda de Paris, as tropas alemãs desfilaram sob o Arco de Triunfo, contingentes montados a cavalo e elementos tracionados por cavalos.

E quanto a cavalos de montaria? A tradicional Cavalaria Britânica lutou na Palestina nos primeiros períodos da Guerra, e encontrou na patrulha hipomóvel o meio mais eficaz de cobrir e vigiar as grandes e solitárias cadeias de montanhas da Palestina Central. A campanha da Syria contra os Francêses de Vichy, que permitiram que os Alemães utilizassem seus campos de aterrissagem, foi conduzida por meio de fortes contingentes de Cavalaria, de ambos os lados. A tenaz e combativa Cavalaria Francesa que tão duramente lutou contra nós, lançou, pouco mais tarde, seus excelentes cavaleiros Spahi contra os alemães na África do Norte com não menor ardor. Também a Cavalaria Árabe de Transjordania participou da campanha da Síria, e foram patrulhas de Cavalaria que percorreram e entrevistaram na região das tribus simpatizantes dos nazistas da fronteira do Afganistão com a Índia. Oficiais japoneses foram vistos na Malaia, na primeira ofensiva depois de Pearl Harbor, montados nos pequenos e nervosos cavaleiros orientais, para que os pelotões invasores fossem suficientemente leves e não abrigassem tranbolhos mecânicos nem necessitassem da gasolina das forças blindadas. E o cavalo é o único transporte que viaja fácil e que é capaz de viver dos recursos locais.

É ocasião para lembrar que um dos troféus de guerra dos Aliados foi um magnífico garanhão Árabe, tordilho de 8 anos, capturado pelos ingleses no Depósito de Remonta Alemão de Schleswig-Holstein, e que tinha sido especialmente preparado para ser montado pelo General Rommel quando desfilasse vitorioso pelas ruas do Cairo, sonho que a batalha de El Alamein afastou definitivamente.

O principal emprego dos cavaleiros montados na guerra foi, tanto pelos Russos como pelas Nações Unidas, para missões de esclarecedores, de infiltrações na frente da Europa Oriental, nas montanhas onde os redutores dos motores tornavam demorados ou desaconselhados os transportes motorizados, e no inverno, quando os transportes mecanizados se atolavam na lama e na neve. Na viscosa lama da campanha nas montanhas do Norte da Itália, a mula mostrou-se muito mais eficiente que o transporte mecanizado. Também nas selvas de Burma, o transporte sobre dorso mostrou frequentemente que naquelas regiões, onde só existem bravios trilhos, onde nem o próprio jeep pode fazer grande cousa mesmo na época das secas, e nada faz na época das monções, deve-lhe caber a primazia. Por tudo isso, o Real Corpo Indiano

do Serviços do Exército, mantinha seu regimento especial de treinamento, utilizando mulas, quase sempre importadas da Argentina, que eram treinadas para a campanha de Burma, mediante pesados trabalhos em vigorosos exteriores conduzindo-as em difíceis rampas tornadas ainda mais difíceis e escorregadias quando molhadas, tudo sob pesadas cargas. Além disso eram submetidas a provas reais de treinamento aos efeitos dos bombardeios de mergulhos, fazendo sobrevoar sobre suas cabeças, em círculos e algumas picadas, com todos os ruídos do campo de batalha, diversos modelos de avião, até que ganhassem confiança e suportassem quietas tais provas.

Eis um sumário de um moderno relatório de combate sobre a missão desempenhada pelo Corpo de Cavalaria de Cossacos do Kuban do General Kirichenko, numa operação combinada com os tanques do General Tanaschishin, contra as tropas do Grupo de Exércitos Sul dos alemães, realizando uma excelente penetração. A operação se realizou em três fases; na primeira, a Cavalaria foi aproximada para a retaguarda imediata da Infantaria que estava executando o assalto; imediatamente depois de obtido êxito no assalto, foi ela lançada através da brecha, em "aproveitamento do bom êxito" e, na fase final, foi realizada a clássica "Operação em profundidade" no interior das linhas inimigas.

O máximo de precaução foi preciso tomar, na primeira fase, contra os reconhecimentos e agentes inimigos e, por isso as D.C. foram movimentadas em segredo e dispersadas em colunas que só cerraram aos pontos de ataque e se deixaram revelar no momento justo de tomarem contacto com o inimigo. Durante o dia, a Cavalaria escondeu seus cavalos nos pujantes milharais que cresciam maduros nas vastas estepes, enquanto a Infantaria combatia para preparar-lhes o caminho. Alguns aviões de reconhecimento alemães sobrevoaram os campos sem que tivessem assinalado os cossacos que, para evitar que seus cavalos se espantassem, relinhassem, ou de qualquer forma chamassem a atenção, seguravam-nos carinhosamente pela cabeça. Alguns cossacos de capa azul foram vistos metendo suas capas pela boca de suas montadas para evitar relinchos alarmantes, quando os aviões sobrevoassem ou, mais particularmente quando se lançassem em picada até baixa altura. E assim, cuidando seus cavalos, estiveram eles até o cair da tarde, quando a infantaria já começava a romper as linhas inimigas.

Até zero horas, o serviço de informações e a observação alemães ainda ignoravam a presença da Cavalaria no campo de batalha, quando um reconhecimento se chocou contra uma unidade de tanques sob o comando do Cap. Novikow. Não houve dificuldades para o regimento testa, do Cel. Karapetijan avançar através da estreita brecha aberta, com o esquadrão do Cap. Kuznetsov, com seus cossacos aliviados

— sem cap
mãos esper

Atingido
mães, o C
dobrou num
a impressã
aliás provo
ajustado e
cavalaria up
à primeira

Foi da
durante ess
mente, à ci
cularmente
de Cavaliari
e interiores

Desde
tornou mest
mento. E es
truir" — co
cação!

A três
te as missõe
lo a divisã
seguiu deslo
çaram rápid
inimigo e, m
unidades ale
por seus pr
tomando e d
taguardas al
cos tendo re
os flancos i
as bases de t

Enfim,
fazamos vot
tra guerra, e
habilidade e
sejam expos
sob esse pon
mentos sobre
ra, onde, na
trou-se a per

— sem capas, sem capacetes, sem túnicas, — na vanguarda, pois os alemães esperavam naquela noite, um ataque de tanques!

Atingida que foi a primeira localidade ainda mantida pelos alemães, o Cap. dos tanques fez ligar os motores de seus carros e os desdobrou numa frente mais ou menos larga, de modo que o ruído desse a impressão de que um largo ataque de blindados se processava, o que aliás provocou o desencadeamento de um descontrolado fogo pouco ajustado e ineficiente. Aproveitando a confusão da linha da frente, a cavalaria apeiou, aproximou-se silenciosamente da povoação que caiu à primeira vaga de assalto.

Foi da ordem de 22 milhas (35 Km.) a penetração dos cossacos durante essa feliz noite, nas posições inimigas, — devido, indiscutivelmente, à circunstância de que o movimento a cavalo, à noite, é particularmente silencioso e praticamente impressentido, fácil foi ao Corpo de Cavalaria seguir seu primeiro escalão, agindo contra as retaguardas e interiores do inimigo desorganizado.

Desde a campanha de verão de 1943 que a Cavalaria soviética se tornou mestra na arte de envolver por manobras de amplo desbordamento. E esta foi ideia explorada neste caso. "Envolver, dividir e destruir" — como é antiga esta teoria e como é moderna e atual sua aplicação!

A três divisões da Cavalaria Cossaca foram dadas respectivamente as missões de: cerrar, destruir e completar o aniquilamento. Tão logo a divisão do Cap. Tutarinov, que havia recebido a 1.ª missão, conseguiu deslocar as forças germânicas, a Cavalaria e os Tanques se lançaram rapidamente pela brecha, interromperam as comunicações do inimigo e, num raio de sessenta milhas (96 Km.) obrigou a todas as unidades alemães a fazer aquilo que a elas mais repugna, isto é, viver por seus próprios recursos e entregues à sua própria sorte. Por fim, tomando e destruindo os carburantes, as munições, e os viveres das retaguardas alemães, os Russos tinham o inimigo pela guéla. Os cossacos tendo recebido missões, nesta batalha, de atacar as retaguardas e os flancos inimigos, conseguiram, logo na 1.ª fase, isolar e destruir as bases de três divisões de infantaria e uma de tanques do inimigo.

Enfim, falando pela boca dos verdadeiros amigos dos animais, façamos votos e alimentemos esperanças de que: primeiro, não haja outra guerra, e em segundo lugar, caso venha a falhar, mais uma vez, a habilidade e a diplomacia dos homens, que, pelo menos, os cavalos não sejam expostos a grandes perigos nem sofrimentos. Todavia, e ainda sob esse ponto de vista, a recente guerra trouxe esperançosos melhoramentos sobre os calamitosos acontecimentos da primeira Grande Guerra, onde, na batalha do Somme, no curto espaço de uma hora, registrou-se a perda de 5.000 cavalos.

Como estudar o inimigo nos problemas táticos

Subsídio do Major Paulo Enéas F. da Silva

I — *PREÂMBULO* —

Frederico dizia: *Se A sabe o que faz B, A baterá B.* Axioma antigo, incontestável e que, mais do que nunca, se evidencia. Realmente, os recursos modernos da guerra, dando aos Exércitos uma flexibilidade considerável, aumentaram de muito a incógnita do problema, dificultando sobremodo sua resolução.

Os meios de investigação, mais numerosos e potentes, mais especializados, melhoraram, evidentemente, as condições de pesquisa sobre o que o inimigo é, faz ou poderá fazer.

A luta é, como vemos, a mesma. Nos problemas táticos, em que o adversário nos é apresentado sempre de maneira diversa, deve haver uma forma metódica para estudá-lo, a fim de descobrirmos as suas possibilidades. Não vamos apresentar novidade. O método é pessoal. Depende, sobretudo, do feitiço de cada um. Como subsídio, entretanto, poderá ser de algum modo útil. É o que esperamos.

II — *Esse estudo* —

Duas foram sempre as escolas clássicas de estudo do fator INIMIGO. A de suas *possibilidades* e a das *probabilidades*, apresentando aquela a virtude capital sobre a outra de não nos induzir a erros crassos, conseqüentes da preocupação de procurarmos saber que ELE QUER FAZER (as intensões). A história oferece exemplos marcantes dos resultados de uma e outra doutrina, quando adotadas pelos Chefes.

Não há dúvidas, o estudo das possibilidades cobre-nos contra as surpresas decorrentes da interpretação preconcebida, das linhas de ação prováveis do adversário.

Nossa base de partida: *o inimigo de hoje é o de ontem e será o de amanhã.*

Mesmo com relação aos pára-quedistas, cuja intervenção no campo da luta se faz súbita e surpreendentemente, podemos estender esse conceito. De fato, as unidades dessa natureza, de valor mais estratégico, não podem passar completa-

mente despercebidas. Sua existência, na organização das forças adversas, como soi acontecer às grandes unidades blindadas, constitui sempre uma grande preocupação para os Comandos. Resulta disso que o exame de suas possibilidades de ação se torna ainda mais imperioso. E' mais difícil, pois a quarta dimensão, vastíssima, dá ao problema uma amplitude desmedida. Mas a solução existe.

No que diz respeito às forças terrestres, aquêlê enuncia-do, básico de nossas apreciações, se aplica na íntegra.

O estudo do *fator inimigo* varia indiscutivelmente com a natureza da situação. Em cada caso devemos fazê-lo de modo particular. Além disso, não podemos tomá-lo isolada-mente. As possibilidades do inimigo só valem quando com-paradas com as imposições da missão recebida pela tropa amiga. Assim o estudo se torna *objetivo*.

Vejamos, então, no método que sugerimos, o que há de *comum* e de *particular* nesse estudo, considerado à luz das di-versas situações da vida em campanha.

Qualquer que seja a situação, o INIMIGO deve ser apre-ciado:

- 1) — *quem é?*
sua natureza? infantaria? cavalaria? etc.
- 2) — *seu valor aproximado?*
- 3) — *onde se encontra?* a que distância foi assinalado?
- 4) — *o que faz no momento em que foi visto?*
- 5) — *quando foi assinalado?* momento.

Temos desta forma definido o *inimigo de hoje*, que foi o de *ontem* e que procuraremos definir o que *poderá ser amanhã*.

Em cada situação particular, porém, surgem pormenores nesse estudo, que devem ser levados em conta cuidadosa-mente.

Antes de analisarmos êsses *casos particulares*, voltemos àquelas cinco perguntas. Que representam elas para o conhe-cimento das possibilidades do inimigo? Vejamos a primeira delas: será a mesma coisa se se tratar de tropa de infantaria ou de cavalaria? e se fôr blindados? E' claro que não. Cada uma tem suas características peculiares e que lhes determi-nam possibilidades especiais. A presença de cada uma delas nos desperta logo uma certa reação, diretamente propor-cional àquelas características. Do *valor* da tropa poderemos tirar uma impressão de esforço que ela poderá dispendir contra nós. Apreciando o *local* em que foi vista e o que ali *faz*, ficamos

desde l
e, cons
to em
possibi
firme p

Di
feito m
lidades
conside
quadra
cuja
mar qu

Pa
lisarmo

1.) —

De
a)

b)

Pa
migo s
os pont
servir
particul
o valor
base de
Realme
para te
ção de
mobilid
Conclus

Ne
za e de
terreno

No
cular. V

Um
é atingi
ção EF

desde logo com uma ideia de seu afastamento, maior ou menor, e, conseqüentemente seu estado potencial. Finalmente, o momento em que foi assinalada nos dará o início de contagem de suas possibilidades. As cinco perguntas representam, pois, a base firme para depois analisarmos as possibilidades.

Dêsmos mais atrás, que o estudo do inimigo deve ser feito muito objetivamente, isto é, comparando suas possibilidades com as imposições da missão. Mas, não é só. Devemos considerá-lo, qualquer que seja, não isoladamente, mas enquadrado na situação geral vivida. Trata-se de um conjunto, cujas peças se entrozam harmônicamente. Não podemos tomar qualquer delas em separado sem prejudicar aquêle.

Passemos agora aos casos particulares e, à luz dêles, analisarmos o inimigo.

1.) — *O problema das marchas:*

Devemos considerar:

- a) — a *marcha muito longe do inimigo*, em que só há possibilidade de intervenção da aviação e pára-quadristas;
- b) — a *marcha para o inimigo*, em que, além dêsses elementos, suas forças terrestres também podem intervir.

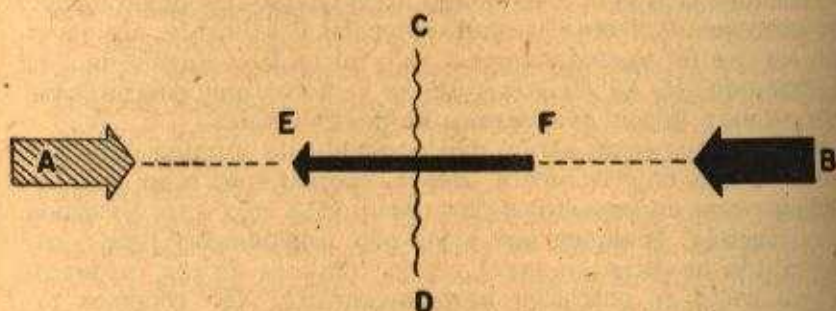
Para o primeiro caso, o estudo das possibilidades do inimigo se restringe ao exame do terreno, para nele descobrir os pontos ou regiões críticos, durante a marcha, que poderão servir à intervenção, seja da aviação, seja dos pára-quadristas, particularmente a primeira. Cumpre entretanto esclarecer: o valor da *força amiga em marcha* constitui um elemento base de raciocínio para se determinar essas possibilidades. Realmente, valerá a pena uma aviação *descer de suas alturas* para bombardear ou atacar em voo baixo, uma pequena fração de tropa? E, ainda mais, a natureza dessa tropa — *sua mobilidade* — dá-nos outro elemento de estudo.

Conclusão:

Neste caso, devemos pesar o valor da tropa, sua natureza e deduzirmos as possibilidades do inimigo, ligando-as ao terreno que teremos de percorrer.

No segundo caso, o problema oferece seu aspecto particular. Vejam, para isso, o esquema abaixo:

Uma força A vai marchar na direção AB e sua missão é atingir CD onde deve se instalar de modo a barrar a direção EF qualquer.



Sabemos que o inimigo está em B, cêrca de x Km de CD e conhecemos aproximadamente o seu valor e natureza (no caso, uma força de Inf. no valor de um R. I. com alguma Cavalaria); finalmente, que às tantas horas — H — estava ali estacionada.

Analisemos então suas possibilidades:

- 1) — o primeiro elemento a ser considerado, *sua cavalaria*, no valor X. *O que pode?*
- a) — continuar ali estacionada e assim beneficiar o cumprimento de nossa missão, na chegada à linha CD.
- b) — movimentar-se, a partir da hora H, e particularmente na direção BA, a que mais interessa à força A.

Qual das duas possibilidades considerar? evidentemente que a segunda por oferecer mais perigos ao cumprimento da missão da força A. *Então dentre as ações possíveis, a mais perigosa.* Sobre ela o Comando da força A monta seu estudo.

Continuando a cavalaria inimiga a se movimentar no sentido BA, a partir da hora H, com uma velocidade média de tantos Km por hora (6 ou 7 por exemplo), *pode* atingir a linha

CD às tantas horas ($\frac{x \text{ Km}}{6 \text{ ou } 7} = H$)

- 2) — e o segundo elemento, *de infantaria*, por um raciocínio idêntico, chegaríamos a saber quando poderia atingir a mesma linha.

Eis u
tese mais
tante ade
tro que f

Pergu
gosa? não
E se pern
Tanto mel
prever ess
Seus órgã
dade. Esti
se realizar
bilidade, a
rer-se-ia o
caso a out

Conclusão

"Faze
car a que
Sobre ela
contra as

2.) — O

Vejam

Com a conclusão das possibilidades neste caso: "Caso as forças de B se desloquem no sentido BA, a partir da hora H, é possível que:

- sua cavalaria, no valor de..., atinja a linha CD por volta das... horas;
- sua infantaria, no valor de..., a mesma linha somente às... horas."

Eis uma IMPRESSÃO colhida através a análise da hipótese mais perigosa para a tropa A. O nome impressão é bastante adequado. Responde ao temperamento do Chefe. E outro que fôsse, também a impressão seria diferente.

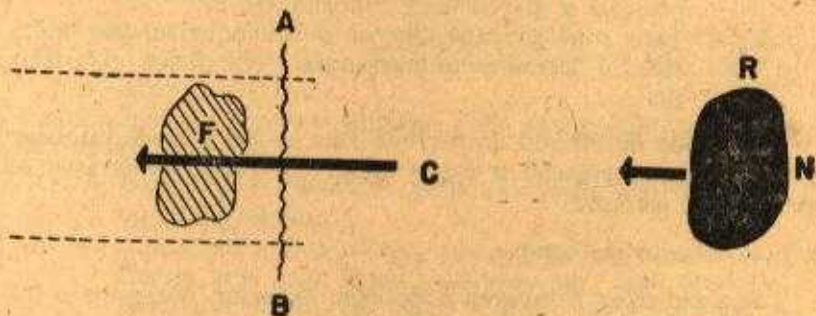
Perguntamos agora: *realizar-se-á a hipótese mais perigosa?* não sabemos, pois o inimigo é senhor de sua vontade. E se permanecer estacionado onde já havia sido assinalado? Tanto melhor para a tropa A. Mas o seu Comandante deverá prever essa hipótese e tomar todas as medidas decorrentes. Seus órgãos de busca de informações é que lhe dirão a verdade. Estimar porém, a priori, que será a 1.^a hipótese a que se realizará, importaria em aceitar uma determinada *probabilidade*, advinhando uma coisa que somente B sabe. E correr-se-ia o risco da surpresa no movimento de A para CD, caso a outra hipótese se efetivasse.

Conclusão:

"Fazer as hipóteses sobre o que o inimigo pode. Verificar a que mais perigo traz para o cumprimento da missão. Sobre ela calcar a análise. Tirar uma impressão. Prevenir-se contra as menos perigosas".

2.º) — *O problema da defensiva.*

Vejamos o novo esquema:



Trata-se de uma força F, que vai defender a frente AB de modo a barrar uma direção qualquer CD. O Comando dessa força recebeu informações de que uma tropa inimiga N fôra assinalada na região R, às horas H do dia D, em marcha para W. Sabe de seu valor aproximado e sua natureza.

O que pode fazer o inimigo?

- 1) — *continuar o movimento para W;*
- 2) — *parar, para estacionar, na hipótese de já ter feito esforço que isso exija.*

Qual das duas considerar, a fim de analisarmos as possibilidades futuras? pelo que dissemos atrás, a *primeira hipótese*.

No caso em apreço, há que considerar também os *interesses defensivos* do comando da força F, tais como: já se instalou convenientemente? precisa ainda de mais tempo para isso? Para cada uma dessas necessidades é preciso prescrever, dentro daquela hipótese considerada, como a mais perigosa, o que o inimigo pode fazer para contrariar aqueles desejos do comando da força F. Dêste exame nascerá uma impressão *favorável* ou *não* para o cumprimento da missão.

Ainda mais, não se trata somente de movimento da força N ao encontro da posição AB. É preciso *estimar* também *quando e como* esse inimigo pode abordar aquela posição AB. Corresponde a analisar as "suas" operações sucessivas, amarrando-as no tempo e no espaço. A *conclusão* resultante seria por exemplo:

"O inimigo de R, se continuar progredindo para W pode:

- a) — com seus elementos avançados abordar a nossa posição a partir das... horas de D;
- b) — com seus grossos, cerrar sobre aqueles, por volta das... horas e montar ações em força a partir de

O estudo detalhado do terreno face a AB poderá também nos dizer, com relação a essas ações em força, *onde* isso se caracteriza melhor.

3.º) — *O caso do ataque.*

Sua natureza é inversa à do caso anterior. Vejamos o outro esquema abaixo:

Trata-se
AB inimiga.
da. O Coma
pela observa
ali se encont

Para mo
verificar as

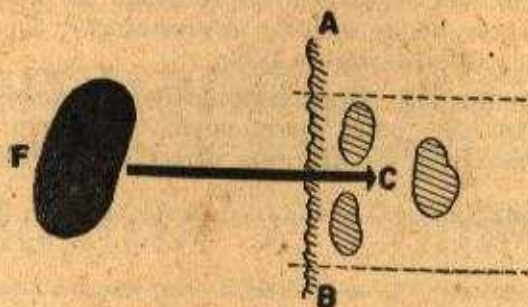
- 1) — a
- 2) — p
- 3) — fi

Qual a r
força F? é c
dessa força,
deve o coman
nessa pior h
atacar. Mas
essa hipótese

Por êsse
considerada r
que mais esf

Analisên
ça nas atuais

- a) — pe
- b) — al



Trata-se de uma força F que deve atacar uma posição AB inimiga, onde uma tropa C se acha devidamente articulada. O Comando de F sabe (pelas informações que recebeu, pela observação pessoal, etc.) que o valor de C é tal; que ele ali se encontra desde o dia D e o seu dispositivo é qual.

Para montar sua manobra o Comando F precisa primeiro verificar as hipóteses. Então:

- 1) — a tropa C pode *permanecer* nas atuais posições e aí aguardar o nosso choque;
- 2) — pode *furtar-se ao nosso ataque*, seja mesmo de dia, seja à noite usando os artifícios que puder.
- 3) — finalmente, *passar ao ataque*, da situação defensiva em que se encontra.

Qual a mais perigosa para o cumprimento da missão da força F ? é claro que a 3.^a pois irá surpreender o dispositivo dessa força, montado para um ataque. Mas, perguntamos, deve o comando da força F montar a sua manobra calcada nessa pior hipótese? evidente que não. A missão determina *atacar*. Mas então o que fazer? atacar e prevenir-se contra essa hipótese do inimigo também assim agir.

Por esse raciocínio, é a primeira hipótese que deve ser considerada na análise das possibilidades do inimigo. E' a que mais esforço exigirá.

Analisemo-la: o que o inimigo pode fazer, caso permaneça nas atuais posições?

- a) — pelo seu *dispositivo*, pode *ser mais forte* em tal ou qual região;
- b) — *ainda pelo dispositivo*, pode *manobrar*, seja com fogos, seja com suas reservas, em tais direções, particularmente em qual, a mais perigosa para o nosso ataque;

- c) — uma vez esgotados os recursos na posição AB, *trazer novos meios e contra-atacar*, especialmente nas direções tais e tais;
- d) — finalmente, impossibilitado de se manter na posição AB, "pular" para outra, seja com restantes dos meios de AB, seja com outras forças.

Como IMPRESSÃO resultante desse estudo, poderíamos resumir:

"Caso o inimigo C se mantenha em suas atuais posições (hipótese mais considerada) pode:

- a) — resistir com maior intensidade em tal ou qual região;
- b) — contra-atacar em tais direções particularmente na de...;
- c) — finalmente, "pular" para tal linha onde poderá oferecer nova resistência, seja com meios de AB, seja com novos, trazidos de trás."

Repassamos assim as diferentes situações da vida em campanha. O que há de *comum*, afinal, entre elas nesse estudo sobre o inimigo? é o que já havíamos dito anteriormente: as cinco perguntas básicas. Aplicam-se a todas elas. E o que há de particular? justamente, a maneira de se examinar as possibilidades do inimigo à luz de cada uma daquelas perguntas. Cada caso exige uma resposta adequada.

III — Conclusão —

Não temos a veleidade de, com esta sugestão, realizar o axioma de Frederico. Esperamos somente ajudar na busca de *uma boa solução*. Não nos esqueçamos entretanto: cada solução responde sempre ao temperamento do Chefe que analisa o caso. Jamais poderemos ter, portanto, duas soluções idênticas.

Outra coisa: a IMPRESSÃO colhida da análise sobre as possibilidades do inimigo só tem valor se, de fato, tiver provocado reações tais que permitam ao Chefe tomar medidas adequadas que lhe permitam cumprir a missão a despeito do adversário. Caso contrário, o estudo, por mais bem feito que tenha sido, torna-se inócuo e, como tal, desprezível.

Duração do Período de Recrutas

Por um colaborador

O número 397 da "A Defesa Nacional" focalizou um assunto de palpitante interesse para a formação da nossa tropa, qual seja, o tempo de duração do período de instrução dos recrutas.

Lemos com atenção e demos apoio integral a todos os motivos apresentados, e condenamos o apertado e asfiziado espaço de quatro meses para a formação dos recrutas. Atendendo à solicitação final do referido artigo, aqui estamos para fortalecer a necessidade de ampliação do período. Vamos, para isso, apresentar outras tantas razões, entre elas, a da divisão do tempo em relação aos assuntos a serem ministrados, assuntos esses que como bem ficou dito, foram tão consideravelmente aumentados no decorrer da última guerra. Como medida didática, vamos dividir o período em duas fases:

1.ª — Uma de dois meses iniciais e destinada:

- a) À ambientação do recruta à caserna, sua seleção e adextrimento inicial (período de adaptação);
- b) Ao preparo do homem, ministrando-lhe os ensinamentos tão necessários ao seu enquadramento na vida militar, e, muito principalmente, dos ensinamentos individuais imprescindíveis para o ingresso e formação da unidade elementar da arma.

2.ª — Outra de dois meses finais compreendendo:

- a) O trabalho coletivo da unidade elementar da arma;
 - b) O prosseguimento da instrução individual para aprimoramento dos conhecimentos já ministrados e introdução de outros necessários à melhor formação moral, geral, técnica e tática do recruta;
 - c) A verificação dos resultados obtidos, com a execução dos exames.
- A primeira fase, comporta, portanto, um período denominado de adaptação, e, a primeira fase propriamente dita, correspondente à instrução individual ou melhor, da instrução básica elementar.
- A segunda fase comporta os primórdios de uma instrução coletiva com aprimoramento das funções individuais de especialização. Essa fase termina, como vimos, com o período final — de exames.

Pode-se dizer que a primeira fase constituía instrução básica do soldado e a segunda a da instrução especializada essencial para a formação da unidade elementar.

Em cada fase ou período, há necessidade de se prever esforços principais em determinados assuntos, os quais, naturalmente, serão os pri-

mordiais para o fim a atingir na respectiva fase ou período. Consequentemente, isso induz em se proceder dosagens nos vários assuntos da instrução, a-fim-de-que o tempo seja suficientemente dividido e aproveitado com o máximo de resultado a serem obtidos.

Essas dosagens, contudo, não devem ser tomadas rigidamente, porquanto muitas causas influem para o bom êxito da instrução, taes como: — o aparelhamento material da unidade (linhas de tiro, estadios, campos de instrução, material de educação fisica, cinemas, films, etc.); — Instrutores (oficiais subalternos, sagentos monitores) e ainda; — o nível mental e fisico do contingente incorporado. Os comandos que acompanham as flutuações na progressão da instrução serão os termômetros que sentem e modificam as dosagens segundo as necessidades. Mas, em qualquer caso, é sempre oportuno dividir e dosar a instrução. Vamos tomar esses quatro meses, dividi-los teóricamente pelos dias e dosar a instrução nas duas fases.

Consideremos a melhor hipótese de englobar nos 4 meses, dois com 30, e dois outros com 31 dias, ao todo, portanto, 122 dias. Consideremos, também, que haja nesse período 17 domingos, ficando assim, os dias de instrução reduzidos para 105. Ademais, o ensino para ser eficiente deve ter um limite na sua execução, afim de não levar ao cansaço não só os alunos como o instrutor. Não se deve portanto, exceder diariamente, de mais de 7 horas de instrução, divididas em 4 horas pela manhã e 3 pela tarde, ou sejam, 36 horas de instrução por semana. Assim, tomaremos as seguintes proporções para distribuição dos assuntos e execução da instrução.

PERÍODO DE ADAPTAÇÃO (cerca de 70 horas)

Instrução Geral	40%	28 hs.
Educação Física	17%	12 hs.
Ordem Unida	17%	12 hs.
Exames Médicos e Físicos	10%	7 hs.
Armamento e Tiro	10%	7 hs.
Seleção Intelectual	6%	4 hs.
Total		70 hs.

INSTRUÇÃO BÁSICA INDIVIDUAL (cerca de 240 horas)

Instrução Individual do combatente ..	25%	60 hs.
Educação Física	18%	43 hs.
Armamento e Tiro	18%	43 hs.
Ed. Moral, Instr. Geral, Higiene, etc.	12%	29 hs.

Ordem
Treinam
Guerra
Imprevi

Prosegr
do
uni
ins
O.7

Educaçã
Armame
Higiene
Treinam
Ordem
Guerra
Imprevi

A divisã
ticamente, co
záveis (excet
utilizar todos
zando muitos
do a instruçã
camente nesse
para a instru
do com 700 l
te performan
20% entre o
se essa perce
a nada mais
ção do 1.º p
é esse tempo,
pa, mórmente
instrução def

É oportu
no Quadro d
ponível (6 m
Enfim, c
po é sempre

Ordem Unida	10%	24 hs.
Treinamento de Marcha	6%	14,30 hs.
Guerra Química — Prot. Ind. e aérea	6%	14,30 hs.
Imprevistos	5%	12 hs. *
Total		240 hs.

INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA COLETIVA

(cerca de 260 horas)

Prosseguimento da instrução individual do combatente e instr. coletiva da unidade elementar (Maneab., instr. tática, serviço em campanha, O.T.)	30%	78 hs.
Educação Física	18%	47 hs.
Armamento e Tiro	18%	47 hs.
Higiene	10%	26 hs.
Treinamento de Marcha	6%	15 hs.
Ordem Unida	5%	13 hs.
Guerra Química (proteção ind. e col.)	3%	8 hs.
Imprevistos	10%	26 hs.
Total		260 hs.

A divisão do tempo, como é fácil de se verificar, foi realizada teoricamente, considerando-se todos os dias do quatro meses como utilizáveis (exceto os domingos). Na prática, porém, torna-se impossível utilizar todos os dias, pois vários imponderáveis se interpõem inutilizando muitos deles. Como exemplo, podemos tomar o tempo destinado à instrução quando o período de recrutas era de seis meses. Teoricamente nesses seis meses, ou sejam, 25 semanas, havia 900 horas para a instrução; no entanto, o corpo da tropa que realizasse o período com 700 horas úteis poderia se gabar de ter realizado uma excelente performance. Havia conseqüentemente, uma redução de cerca de 20% entre os dias utilizáveis e os dias úteis para instrução. Levando-se essa percentagem para o período atual, ficaria, *ipso facto*, reduzido a nada mais de 500 horas para a realização de todos os atos de instrução do 1.º período. Não há necessidade de se comentar quão exíguo é esse tempo, para se cumprir todas as exigências da formação da tropa, mormente levando-se em conta que existe responsabilidade para a instrução deficiente.

É oportuno dizer que o Coronel Lemoine no "Ensino do Combate no Quadro das Pequenas Unidades", lamentava do pouco tempo disponível (6 meses) para ministrar essa instrução.

Enfim, cabe aqui a máxima do Cmt. Loustaunau-Lacau: "O tempo é sempre o ponto nevrálgico para todo o problema de instrução".

“A PATRIARCA”

COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

e o seu programa de ação

1.º — Uma administração vigilante, regulada por um rigoroso Regimento Interno tendo por base a coordenação da atuação de todo o seu corpo funcional, conjugada com a dos próprios diretores e dentro do lema “de subordinar os interesses particulares aos da coletividade”.

2.º — Uma organização interna norteadora por uma longa experiência administrativa e concretizada em um regulamento especial de funcionários, sobre bases racionais, quer no que se refere à classificação e ao exercício de funções, a apurar o senso de responsabilidade dos encarregados dos seus vários serviços, quer no que diz respeito à justa remuneração, direta ou indireta, a impôr deveres e a conceder vantagens correspondentes à capacidade demonstrada pelos seus membros. E isto sem prejuízo da cooperação geral, baseada, aliás, numa inteligente estabilidade de emprego, independente da estatuida pelas nossas leis trabalhistas, a fim de que passe a ser mais vivamente aspirada, inclusive pelas possibilidades de uma remuneração sempre progressiva e equitativa a excluir o pernicioso temor do estacionamento.

3.º — Uma modelar organização externa, a estimular, continuamente, as energias dos seus componentes a uma produção sempre crescente, para que atendida seja a lei do maior número, em cujos cânones se firma o progresso das Companhias de seguros, a permitir a concessão de proventos proporcionais aos resultados práticos conseguidos e o apóio dos Institutos especialmente criados para responderem pela segurança do futuro de seus auxiliares, principalmente quando, depois do período de uma compensadora atividade peculiar a todos os homens, sentirem diminuída ou exgotada a sua capacidade produtiva.

4.º — A adoção de toda uma série de medidas que, afinal, garantirão a disciplina, a ordem, o respeito à autoridade, a coordenação dos esforços dos responsáveis pelos seus múltiplos serviços, a se desenvolverem num aperfeiçoamento ininterrupto, com o consequente combate às resistências passivas, ao amor próprio doentio, à apatia, exclusivamente em benefício das altas finalidades de seus segurados — razão primeira da própria existência da “A PATRIARCA”.

“A PATRIARCA”

opera em seguros de:

FOGO — TRANSPORTES MARÍTIMOS E TERRESTRES — ACIDENTES PESSOAIS — RESPONSABILIDADE CIVIL — AUTOMÓVEIS

Capital: Cr\$ 10.000.000,00

Séde: SÃO PAULO — Rua Formosa, 413 — Tel. 3-4157 — Caixa Postal - A — End. Teleg.: “APATRIARCA”

Sucursal: RIO DE JANEIRO — Edifício Ipiranga — Av. Franklin Roosevelt 126 - 7.º Andar - Tel. 42-7104 - End. Teleg. “APATRIARCA”

Agências em Belém, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, S. Luiz, Salvador e Vitória.

A TRADIÇÃO DA CASERNA

Major *AROLD RAMOS DE CASTRO*
Instrutor-chefe de Cavalaria da E. E. M.

No decurso das manobras de Cavalaria da E. E. M. realizados na região de Pirassununga, nos foi dado constatar com emoção e alegria, a afirmação de uma das virtudes militares, que desde os primórdios da nossa formação de soldado, consideramos como das mais dignificantes : — o amor pelas tradições da unidade em que se serve.

Em Pirassununga, tem parada, desde longa data, um Regimento de Cavalaria, o antigo 2.º R. C. D., hoje 17.º R. C.. Em virtude de medidas económicas encontra-se o 17.º R. C. com o seu efetivo reduzido a um esquadrão, que tem a grande responsabilidade de zelar, não só pelo próprio nacional como também pelo vultoso acervo material daquela unidade do nosso Exército.

Durante a nossa permanência no quartel do 17.º R. C. sentimos todos nós, principalmente os Oficiais de Cavalaria, um profundo sentimento de tristeza e saudade. Tristeza, ao vermos quase deserta aquela magnífica caserna, verdadeiro orgulho para a Cavalaria; saudade, ao constataremos aqui e ali os vestígios do trabalho construtivo e dignificante de uma geração, que, anónima porém ardorosamente, dedicou o melhor dos seus esforços pelo preparo de uma Arma de indiscutível eficiência para a defesa do patrimônio moral e material de nossa Pátria.

Ao penetrarmos no salão nobre do 17.º R. C. nos domina uma atmosfera de respeito, admiração e orgulho. Correndo os olhos pela galeria dos ex-comandantes recordamos a personalidade de Chefes que definiram as etapas construtivas da unidade; ao examinarmos os troféus ganhos em renhidas competições esportivas, relembramos o ardor e a lealdade de um pugio de oficiais ardorosos e cheios de fé, não só pela carreira como pela Arma que abraçaram; ao folhearmos os anais do Regimento, acompanhamos através a marcha implacável do tempo, os seus dias de fausto e de vicissitudes.

É profundamente comovedor observar como o pequeno número de Oficiais e Sargentos pertencentes ao esquadrão do 17.º R. C., mantém sempre viva a chama das tradições do seu Regimento e acalenta a doce esperança, como disse o seu Capitão, de "poder vislumbrar ao longe a poeira fina e alta levantada na larga estrada, pelos quatro es-

quadrões restantes, que após longa ausência, retornam fatigados porém radiantes de alegria, ao seu quartel".

No momento em que se esboça a possibilidade da transferência do 17.º R. C. para outro Estado da Federação, movido também por esta mística e por este amor à tradição, espectador que já fui da mudança de sede do antigo 5.º R. C. D., unidade onde iniciei a minha vida profissional, lanço neste momento, em nome dos meus camaradas de Arma um apêlo sincero aos nossos Chefes, para que, na medida do possível, preservem os bens materiais e morais da Cavalaria.

Um quartel, principalmente de uma unidade de Cavalaria, é obra de gerações; os seus complementos — campo de polo, pistas de obstáculos, invernadas, plantio de forragens — demandam necessariamente um longo, perseverante e continuado trabalho.

É doloroso o espetáculo que se observa quando da mudança de sede de uma unidade do nosso Exército. Em geral, a unidade militar liga-se à cidade onde tem parada e à sua população civil, por laços de mútua compreensão, de simpatia e de confiança.

Em Pirassununga, um ambiente de nostalgia a todos invade, civis e militares, demonstrando irretorquivelmente que as unidades do nosso Exército, pela formação moral dos seus quadros e da sua tropa, são uma confortadora expressão de que a caserna é um prolongamento do lar.

No quartel do 17.º R. C., na melancolia das horas crepusculares, parece que vultos ligados às tradições e à história do regimento, percorrem tristemente os seus longos corredores e os seus amplos alojamentos, em uma comovedora visita de saudade.

Retiramo-nos de Pirassununga, concluídas que foram as tarefas que lá nos levaram, sentindo com a população civil e com os nossos camaradas de Arma a partida do 17.º R. C. e, cheios de comoção, parecia-nos ver na larga estrada batida pelos últimos raios do sol, o drapejar das pequenas bandeirolas dos esquadrões, que se retiram para não mais voltar.

MATERIAL PARA POLO "LACEY"

Importação direta — Atendemos pedidos para todo o Brasil

CASA SPORT

PORTO ALEGRE

CAIXA POSTAL, 819

«Os Transportes no Exército»

Major VICTOR HUGO DE ALENCAR CABRAL

IMPORTÂNCIA DOS TRANSPORTES: — Em quasi todos os nossos cursos temos nos preocupado com operações, movimentos de tropa e suprimentos de todas as classes, sem firmarmos a nossa atenção para a importância vital da questão de transportes numa guerra moderna.

Já em 1926, o Ten Cel. JASSERON, Instrutor de Transportes na nossa Escola de Estado-Maior, fazia uma advertência neste sentido e nos seguintes termos:

“Estas Divisões, estes Exércitos que *manobrais no papel*, cujos movimentos estratégicos e táticos tendes dissecado *na carta*, atentai bem, não são encontrados reunidos, num ponto e instantes desejados, por *mera obra do acaso*. Estas grandes unidades espalhadas em tempo de paz por guarnições grandemente afastadas umas das outras estão, sobretudo num grande país como o Brasil, bem longe do teatro possível de operações. Nestas condições podereis antever perfeitamente todo o tremendo esforço, complexo mas necessário, para levá-los em tempo útil ao campo de batalha com todos os seus *efetivos e meios*”.

O Coronel J. B. MAGALHÃES, por sua vez, tratando de tão magno problema, nos diz: — “Por instinto, ninguém desconhece a importância do reabastecimento da tropa. Todavia, nem todos sentem as dificuldades desse serviço quando os efetivos crescem desmedidamente, quando o rápido evoluir das operações que, de modo algum, se deve retardar, faz variar o centro de gravidade das forças de modo mais ou menos frequente. Em 1914, admitia-se, e hoje ainda em parte isso é verdadeiro, que um Exército não podia ser vantajosamente reabastecido, além de 100 a 120 quilômetros da via férrea. Atingido esse limite era preciso fazer avançar os trilhos. Nos tempos modernos, mesmo no fim da guerra, foi tal contingência perdendo o seu caráter despótico, pela utilização crescente dos transportes automóveis. O fato, porém, que nos interessa consignar é tanto mais quanto a *Arma do Trem, permanece praticamente mal compreendida entre nós*, é o esforço enorme que as operações exigem das formações de transporte da tropa”.

Dividir para viver; reunir para combater — era um dos lemas de Napoleão. Para dispersar-se ou para reunir-se, isto é, para viver ou combater, a tropa se desloca, movimenta-se e, em consequência, utili-

za todos os meios de transporte indispensáveis à condução dos elementos necessários à vida ou ao combate.

Desde as épocas mais remotas, foi sempre a questão das *comunicações e dos transportes* que condicionou as possibilidades de manobra dos Exércitos em operações.

As tropas tinham, outrora, uma capacidade de movimento estritamente subordinada às forças do homem ou do cavalo. Qualquer concentração, qualquer combinação, qualquer manobra dependia forçosamente do fator animal. E, como consequência, a experiência dos séculos fixou a velocidade de deslocamento de unidades de todas as armas numa média de 20 a 32 km. diários.

Nos tempos modernos, se se utilizam exclusivamente os animais como meios de transporte, essa média permanece verdadeira, e querer ultrapassá-la é querer expor-se a sérias e talvez cruéis surpresas.

Desde a origem das guerras, os movimentos dos Exércitos se subordinaram sempre às possibilidades de movimento dos meios hipomoveis. Os grandes chefes militares procuraram, por todos os meios, libertar-se dessa contingência. Napoleão, o mais flexível dos cabos de guerra, aquele que empolgou e venceu pela rapidez e imprevisto de seus movimentos, que conseguiu, pela velocidade de seus deslocamentos, surpreender seus adversários e conquistar as suas mais retumbantes vitórias, nunca pôde, também elle, emancipar-se da contingência que lhe impunha o fator animal, como motor de seus meios de transporte.

Só em meados do século XIX é que se processa, neste terreno, uma verdadeira revolução com o advento da *máquina a vapor* e, mais tarde, pelo do *motor a explosão*.

Os novos meios de locomoção acionados pelo vapor e pelo motor a explosão, apresentando justamente as características que faltavam aos meios de transporte até então usados, foram imediatamente empregados nas operações de guerra.

Potência e velocidade, características essenciais dos novos meios de transporte, vieram subverter grande número dos dados da estratégia antiga, pois que introduziram na solução dos problemas estratégicos, e até mesmo táticos, valores novos.

Foi sobretudo a *potência* dos novos meios que mais influíram sobre as condições da guerra. A possibilidade de transportar grandes efetivos, em tempo relativamente curto, veio influir consideravelmente na organização, reunião e concentração de Exércitos cada vez mais numerosos. Os efetivos do Exército não mais ficaram dependendo da fraca capacidade dos meios de transporte utilizados até então.

Com a utilização dos novos meios, o problema do remuniciamento, que sempre foi de capital importância e condicionava o emprego do armamento, é plenamente reduzido. Já então o emprego em massa

de armamento potente e de munição pesada não sofre as restrições da falta de capacidade dos meios de transporte. O advento das armas automáticas se torna possível. E, como consequência dessa grande possibilidade de consumo, a evolução do armamento se faz vertiginosamente: — os meios de destruição, podem, então, ser empregados em massa e com o seu remunição perfeitamente garantido.

As grandes Batalhas da Guerra 914-918, que se caracterizaram pelo emprêgo maciço da Artilharia, cujo consumo de munição ascendeu a toneladas enormes, só foram possíveis graças ao emprêgo dos meios de transporte potentes e rápidos.

Em Malmaison (1927), em 6 dias, a França consumiu 80.000.000 de quilos de obuses, com uma peça de artilharia para 6m.20 de frente.

Em Verdun (Agosto de 1917), foram consumidos 220.000.000 de quilos de obuses.

Em Agosto, Setembro e Outubro de 1918, foram consumidos pelos franceses 660.000.000 de quilos de obuses.

Essas cifras são bastantes expressivas, para que tenhamos necessidade de tecer comentários em torno do assunto que estamos tratando.

O aumento do poder dos meios de destruição trouxe ainda, como consequência, o aumento paralelo dos meios de defesa (trincheiras subterrâneas, blindagens, etc.), o que criou novas necessidades de material, que deveria ser transportado, em tempo útil, às diversas frentes de batalha.

Notemos, entretanto, que, se os meios de transporte modernos trouxeram profundas alterações em todos os domínios: — *na terra, no ar e no mar*, não quer isto dizer que devamos abandonar completamente os fieis meios de transporte antigos que utiliza o motor animal.

Onde o trilho acaba, e as estradas boas desaparecem ou não existem, é sempre, em última análise, aos meios hipomóveis ou aos cargueiros, que se recorre para os deslocamentos ou para os reabastecimentos.

No Brasil, essa observação é de grande importância, em vista da vastidão do nosso território e da precariedade das nossas rodovias e ferrovias. Há a acrescentar ainda a falta da matéria prima combustível: — carvão e essência.

FINALIDADE DOS TRANSPORTES — Os meios de transporte vieram dar ao Serviço de Transporte dos Exércitos uma importância muito grande e, por isso, devemos estudar os problemas que se lhe relacionam com particular atenção.

Os *Serviços de Transporte* em tempo de guerra têm por fim: —
a) Conduzir o pessoal, animais e material de um a outro ponto, para:

— Completar as unidades e serviços em efetivo de guerra: — *Transporte de mobilização*;

— Assegurar a reunião de unidades mobilizadas, ou mesmo em vias de mobilização e transportá-las, com os respectivos complementos e material necessário, para a fronteira ou fronteiras interessadas: — *Transporte de cobertura*;

— Assegurar a reunião de grandes unidades e dos meios necessários às operações iniciais de uma guerra: — *Transporte de concentração*;

— Assegurar os transportes de forças de uma para outra parte do mesmo teatro de operações ou de um para outro teatro: — *Transporte de operações*.

b) Assegurar às grandes unidades o transporte de tudo que lhes seja necessário para viver e combater no decurso das operações: — *Transporte de reaprovisionamento*;

c) Conduzir para regiões afastadas do campo de batalha ou do teatro de operações o pessoal, animais e material das Grandes Unidades, temporária ou definitivamente inúteis às operações: — *Transporte de evacuação*;

d) Cooperar na manutenção da população civil, suprimindo as suas necessidades mais urgentes, minorando-lhe o mais possível os efeitos da guerra, na zona do interior ou regiões invadidas e conquistadas ao inimigo: — *Transportes de socorro*.

VIAS E MEIOS DE TRANSPORTE — Para o desempenho das atribuições acima enumeradas, todos os meios de transporte existentes poderão ser utilizados, isolada ou simultaneamente. Antes, vejamos o exato significado de *vias e meios* de transporte. Do trabalho "Geografia dos Transportes" do Engenheiro Moacyr M. F. Silva, do Conselho Nacional de Geografia e Estatística extraímos o seguinte: —

Vulgarmente, se confundem os termos *Transportes e Comunicações* e também *vias e meios* (de transporte ou de comunicação), parecendo que *via*, — embora exprimindo, originariamente *caminho*, — suscita sempre a ideia de *comunicação*; e *meio*, a de transporte. Talvez reminiscência atávica e involuntária, porque, primitivamente, antes de haver telégrafo, telefone, cabo submarino, T.S.F., todas as *comunicações* eram feitas por *emissários pessoais* o que, — salvo o caso de atravessar o mato invio, a pé, — exigia o *caminho*, a *via* (de comunicação) e o *meio* de transporte pessoal.

Além disso, a confusão provém de que com os *transportes* (de mercadorias, de animais ou de pessoas), há, em geral, simultaneamente, *comunicações* (cartas, informações verbais, etc.).

Inspirado
maine") e d
nação Geral

Transpor
minado (pro

Via de
ou adrede co
condução.

Meio de
"los isolados,
transporte é
puxando).

Sistemas
tem instalaç
(postos, esta
zados (empr
(marítima, fl
técnicamente
nas, à super
etc.)

Rede de
ligadas a um
zam os trans

Comunic
tamente (cor
agentes de tr
em geral, (te
visão).

Nas com
viço de corre
prias vias de
como por via

Qualque
via (ou meio
vias (ou meio
port: (telégr

O transp
e sem o mei
homem. A co
pria (telégra
(T.S.F., po

Inspirado nos critérios de Vidal de La Blache ("Geografie Humaine") e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("Ordeação Geral dos Assuntos da Estatística Brasileira") definimos: —

Transporte — condução de massas econômicas de um local determinado (procedência) a outro igualmente determinado (destino).

Via de Transporte — o elemento natural (mar, rio, atmosfera) ou adrede construído (estradas, canais, etc.), por onde se realiza a condução.

Meio de transporte — um modo de condução: — animais, veículos isolados, sistemas. (Sem esquecer que o mais primitivo meio de transporte é o próprio *homem*, carregando, empurrando, rolando ou puxando).

Sistemas de transporte — dizemos quando, além dos veículos existem instalações fixas e aparelhamentos complementares indispensáveis (postos, estações, portos, etc.) como nos serviços rodoviários organizados (empresas de auto-ônibus, comboios, etc.) e nos de navegação (marítima, fluvial, aérea); ou quando os veículos são especializados tecnicamente e adaptados a via própria (estradas de ferro, linhas urbanas, à superfície, subterrâneas, ou elevadas; vias férreas funiculares, etc.)

Rede de transportes (ou de comunicações) — o conjunto de vias ligadas a um centro e articuladas entre si, através das quais se realizam os transportes (ou as comunicações).

Comunicação — transmissão da palavra escrita, direta ou mediamente (correspondência postal, telégrafo, cabo submarino, T.S.F., agentes de transmissão); da palavra falada (mensageiro) e dos sons, em geral, (telefone, rádio), ou da imagem, silenciosa ou sonora (televisão).

Nas comunicações, — excetuados os casos de mensageiro e o serviço de correio, — os meios de comunicação se confundem com as próprias vias de comunicação. Tanto vale dizer, por meio do telégrafo, como por via telegráfica.

Qualquer via (ou meio) de transporte é simultaneamente, uma via (ou meio) de comunicação. A recíproca não é verdadeira. Existem vias (ou meios) de comunicação que não são vias (ou meios) de transporte (telégrafo, T.S.F., etc.).

O transporte não pode realizar-se sem a via (caminho próprio) e sem o meio (modo da condução), embora este possa ser mesmo o homem. A comunicação pode efetuar-se sem meio, mas com a via própria (telégrafo, cabo submarino, telefone); e até sem via própria (T.S.F., pombo-correio, etc.) através a atmosfera.

No Brasil, o vocábulo *Viação* (derivado de *via*, em sentido amplo), designa o conjunto dos transportes e das comunicações, — como se depreende das atribuições do Ministério daquele nome.

São as seguintes as vias de transportes apropriadas às necessidades do tempo de guerra: —

- a) A *ferrovia*, que compreende: —
- via de bitola larga (acima de 1 metro);
 - via de bitola normal (1 metro);
 - via de bitola estreita (0 m,80 e 0 m,76);
 - via de bitola reduzida (0 m,60 e 0 m,40);

Extensão da rede: — A bitola de um metro é a mais comum no Brasil. Dos 34.272 quilômetros de estradas de ferro existentes em 1943, 30.700 quilômetros são desta bitola (um metro); 2.100 quilômetros da de 1 m,60 e 1472 quilômetros das demais.

Meios: — Existem no Brasil: —

Locomotivas	3.465
Carros de passageiro	3.755
Carros de carga	45.048

Parte eletrificada: — No nosso país já têm eletrificados 612 quilômetros de estrada de ferro assim discriminados: — Central do Brasil, 44; Oeste de Minas, 181; Paulista, 387.

- b) *Rodovia*: — que permite a utilização de:
- transportes automóveis;
 - transportes hipomóveis;
 - transportes em cargueiros,

conforme o estado de conservação e natureza das estradas.

Extensão da rede: — Em 1942 o nosso país dispunha de 258.390,1 quilômetros de estradas de rodagem, assim discriminados: — estradas de concreto hidráulico, 371,0 quilômetros; estradas de concreto asfalto 207,3 km.; macadame betuminoso, 2.263,9 km.; pedra britada, 8.622,0; terra melhorada, 52.831,5 km.; e terra não melhorada 194.094,4 km..

Meios: — veículos automóveis, 242.995 (caminhões, 92.375, ônibus 7.704, automóveis, 136.191, motocicletas, 6.725) e veículos a forças animada 56.982 (carros de 2 e 4 rodas, 1.565; bicicletas, 29.266; carroças, de 2 e 4 rodas, 17.417; veículos fechados e de tipos especiais, 1.615, carrinhos, 6.657 e carros de boi, 468).

c) A via
sam permiti
reza transpo

Extensão
rios brasilei
a 43.955 km
tribuídas pel

— Baci

— Baci

— Baci

— Baci

— Baci

— Baci

— Baci

— Baci

Dêstes
rados regula

Meios:
sivamente flu
no, gaiola g
glesas de 16
ganizada do
total de 15.0

d) A via
permite: —

— Seja

afastados, se

— Seja

servidas por

Extensão

ção, sendo u

9 de cabotag

A exten

milhas; cabo

Meios: —

gem, bruta 2

e) *Via*

na tonelagem

c) *A via fluvial e lacustre*, abrangendo os rios e lagões que possam permitir a navegação de navios e embarcações de qualquer natureza transportando certa tonelagem útil.

Extensão das redes — somados todos os trechos navegáveis dos rios brasileiros — com exceção dos ainda não explorados — atinge a 43.955 kms. a extensão total navegável da rede fluvial, assim distribuídas pelas bacias hidrográficas:

— Bacia do Amazonas (Rios Amazonas, Purús, Tocantins, Araguaia, Guaporé, Madeira)	25.446 km.
— Bacia do Nordeste (Rios Itapicurú e Parnaíba)	4.498 "
— Bacia do Leste (Jequitinhonha e Doce)	2.253 "
— Bacia do São Francisco (São Francisco e das Velhas)	4.133 "
— Bacia do Sudeste (Ribeira do Iguape, Jacuí e Itajaí-Assú)	1.286 "
— Bacia do Urugai	625 "
— Bacia do Paraná	3.367 "
— Bacia do Paraguai	2.345 "

Destes 43.955 km. de vias navegáveis, apenas 6.780 são explorados regularmente.

Meios: — Existem no nosso país 11 emprêzas de navegação exclusivamente fluvial. Estas dispõem de material diversos desde o *Vaticano*, gaiola grande do Amazonas de 951 toneladas até às *Chatinhas* inglesas de 160 toneladas. A Companhia de Navegação Fluvial mais organizada do Brasil é a SNAAP, que dispõe de 52 unidades, com um total de 15.000 toneladas e que explora a navegação do Rio Amazonas.

d) *A via marítima*, que utiliza os grandes navios modernos e que permite: —

— Seja aliviar a via férrea nos transportes entre pontos muito afastados, seja substituí-la quando não existir.

— Seja ainda diminuir os transportes rodoviários em regiões não servidas por estradas de ferro.

Extensão da rede: — o Brasil conta com 23 emprêzas de navegação, sendo uma de longo curso e cabotagem, 2 de cabotagem e fluvial, 9 de cabotagem e as 11 fluviais que anteriormente falamos.

A extensão das linhas é de: — longo curso e cabotagem 31.446 milhas; cabotagem e fluvial 11.568 milhas; cabotagem 25.818.

Meios: — Número de navios, de tonelagem diversa, 166; tonelagem, bruta 349.912; líquida 213.795.

e) *Via aérea*, reservada a transporte de pouca monta e de pequena tonelagem.

Extensão das linhas: — 208.602 km.

Meios: — Aviões de recreio, 406; mercantes, 100; e federa's, 10; tudo num total de 516 aeronaves, com tendência de ser aumentado depois do presente conflito, dado o grande número de emprêzas em organização. Dispõe atualmente o Brasil de 7 emprêzas particulares de navegação aérea (Cruzeiro, Vasp, Nab, Varig, Lap, Panair e Santos Dumont). (*)

CARACTERÍSTICA DOS TRANSPORTES —

a) *A Estrada de Ferro:* — bem aparelhada é indiscutivelmente o mais potente, mais econômico e, geralmente, o mais rápido dos meios de transporte.

Mas, o máximo rendimento será obtido com a linha dupla: — na simples, o decréscimo é de mais de 50%.

— As vias de bitola larga, em razão das condições de solidez de sua construção, permitem o tráfego de trens pesados, em média de 500 toneladas (podendo atingir a mais de 1.000), à velocidade média de 35 kms. hora. É a via de grande rendimento que satisfaz aos transportes intensivos e rápidos.

— As vias de bitola corrente, ainda boa via de transporte, permitem circulação de trens de 300 toneladas (médios) a 25 kms. hora.

— As vias de bitola estreita, permitem circulação de trens até de 100 toneladas (em média) à velocidade de 15 kms. horários.

— As vias de bitola reduzida, finalmente, quasi sempre de construção sumária, só permitem circulação de trens de 30 toneladas a 10 kms. hora.

b) *A Estrada de Rodagem:* — *prolonga, duplica*, ou, em certos casos, *substitue* temporariamente a estrada de ferro.

— Seu rendimento intrínseco é função das condições técnicas da sua construção e do estado de conservação, do que decorrem as possibilidades de utilização de meios de transporte mais ou menos rápidos, numerosos e potentes.

— Os transportes automóveis, de maior rendimento em boas estradas, constituem, certamente, o mais rápido (15 kms. horários em média) meio de transporte rodoviário. Em contraposição, o transporte automóvel exige pessoal especializado em grande número; o material é de difícil reparação e caro. Em má estrada se inutiliza rapidamente.

— Os transportes por tração animal, de menor rendimento dos que o já mencionados têm a vantagem de poder utilizar quasi todas espécies de estrada, mesmo de conservação precária. Por esta razão, os transportes hipomóveis serão quasi sempre utilizados, juntamente com os automóveis, ou isolados, em estradas não accessíveis a esses meios. Po-

(*) — Nota da Redação: — Estes dados já não são actuaes.

de se admiti
hipomóveis,
maiores de 3

— Os
quilos no ma
a viaturas (n
cia, grande r
modo, num
dad equival

e) *A via*
de tonelagem
a sua pequen
tradas de fer
vições não d
sanitarias.

d) *A via*
rações indep
transporte. S
dade dos por
gada estreita
vial que os a

e) *A via*
ma guerra (I
operação dos
pode ser util
importantes c
tropas comba
dade, foram
tal — Dskar
são da Itália
portes por es

SC

R

Be

AVEN

de se admitir a velocidade média horária de 5 kms. para os combóios hipomóveis, durante o dia e de 4 kms. à noite, evitando-se etapas diárias maiores de 30 kms.; a etapa média deve ser de 25 kms..

— Os transportes em cargueiros, de muito fraco rendimento (80 quilos no máximo por animal), são utilizáveis em terrenos inacessíveis a viaturas (muito íngremes, pistas estreitas, etc.). Exige, em consequência, grande número de animais para apreciável tonelagem e, do mesmo modo, numeroso pessoal (um condutor para dois cargueiros). Velocidade equivalente à dos meios de tração animal. Em certos casos, maior.

c) *A via fluvial* — lacustre — permite realizar transportes de grande tonelagem, algumas vezes até às proximidades da zona de combate; a sua pequena velocidade obriga a só utilizá-los quando há falta de estradas de ferro, ou quando se quer transportar material pesado ou provisões não deterioráveis. Pode ser utilizada também para as evacuações sanitárias.

d) *A via marítima*: — Pode ser utilizada para ligar teatros de operações independentes ou para concorrer com os demais recursos de transporte. Seu rendimento é função dos recursos em navios e da capacidade dos pontos de partida e chegada. A exploração dos portos fica ligada estreitamente à rede ferroviária ou rodoviária e ainda da via fluvial que os serve.

e) *A via aérea*, pelas notícias que se tem das campanhas da última guerra (Ilha de Creta, Invasão de Sicília, Invasão da Normandia, a operação dos paraquedistas e tropas aero-transportadas na Holanda, etc.) pode ser utilizada para transportar, por meio de aviões, destacamentos importantes ou respeitáveis toneladas de material para suprimentos de tropas combatentes em operações. Ninguém desconhece, com que intensidade, foram transportados efetivos, materiais e suprimentos, via Natal — Dakar por ocasião da concentração de meios que precedeu a invasão da Itália. Seu rendimento é grande e somente o alto custo dos transportes por esta via é que restringe o seu emprego com mais frequência.

CAFÉ E BAR GLÓRIA

SORVETERIA — BEBIDAS — CONSERVAS

Especialidade em lanches

RUA MARCELINO DUARTE, 21 — VITÓRIA

J. FONTANA & CIA.

Calé Bar Ideal

Bebidas Nacionais e Estrangeiras — Conservas

ONIPOL E LIMI

AVENIDA CAPICHABA, 310 — Mercado — VITÓRIA

O Aproveitamento do Homem

Com vistas à nova Lei de Promoções

Pelo Major Felicissimo de Azevedo Aveline

Cogitando-se de refundir ou aperfeiçoar a atual Lei de Promoções dos Officiais do Exército, ou mesmo fazer-se uma nova, consoante temos lido em várias fontes de informações, julgamo-nos no dever de concorrer com observações que temos feito, em mais de vinte anos de caserna, no interior do Brasil. Desejamos trazer a debate a questão do aproveitamento do homem — oficial ou sargento — profissional de carreira enfim, no serviço do Exército, o que vale dizer-se — da Pátria.

Como todos sabem, uma das grandes causas que impedem o mais rápido progresso do Brasil é a falta de gente. Com efeito, o nosso índice demográfico, isto é, o número de habitantes por quilômetro quadrado, é irrisório, pois que, apesar da inexistência de um cálculo exato, cremos que não alcança a casa dos seis. Tendo em vista essa falta de homens e, por outro lado, observando o afastamento da vida ativa de oficiais e sargentos, quer atingidos pela compulsória, quer pela passagem voluntária para a reserva, por motivos outros que não a incompatibilidade moral ou física para o serviço, os quais poderiam ainda trabalhar, com real proveito para o Exército, pela sua longa experiência do trato das cousas da burocracia militar, adquirida durante o tempo em que serviam, e, notando também, com grande frequência aliás, a existência de jovens oficiais e sargentos, recém-egressos das escolas militares, ocupados em serviços burocráticos que os ha muitíssimos nos próprios corpos de tropa, como sejam, a nosso vêr e a grosso modo, num regimento de qualquer arma — secretário, tesoureiro, o próprio fiscal administrativo, e quiçá outras funções, tratando-se de oficiais; empregos na Tesouraria, Almoxarifado, Secretaria, etc. tratando-se de sargentos, e nas numerosas repartições do Exército — como hospitais, arsenais, circunscrições de recrutamento, quartéis gerais, etc. etc., por tudo isso é que sugerimos o aproveitamento do pessoal nas condições anteriormente expostas.

Com isso aproveitaria o Exército, adquirindo pessoal mais estável e prático para certos serviços rotineiros da burocracia diária dos Quartéis Gerais, corpos, repartições, etc.; aproveitaria a instrução, pois que, não veríamos o espetáculo, até certo ponto triste, para o ator,

de se encontrar no arquivo de uma secretaria de regimento, como já temos visto muitas vezes e dêsse fato já fomos vítimas também, um jovem oficial de vinte e poucos anos, a conferir certidões e procurar avisos de ministros; aproveitaria o próprio oficial ou sargento, pois que, muitas vezes certos jovens que não tiveram uma infância de luta ou adequada educação, facilmente se deixam vencer pela vida sedentária que certas ocupações trazem, e se inutilizam para a verdadeira vida do soldado que, a nosso vêr, deve ser passada nas estradas, campos de instrução ou nas linhas de tiro; finalmente, muito aproveitariam também os próprios oficiais ou praças que passassem para a reserva, pois que, mediante uma gratificação módica, teriam seu soldo aumentado, continuariam produzindo no meio da grande família militar que é o Exército, e não se veriam, assim, obrigados a irem exercer atividades para as quais não se prepararam, a fim de melhorarem o modesto padrão de vida própria e de sua família, que o soldo do reformado proporciona.

Essas as considerações que julgamos oportuno fazer a respeito.

Uma previsão ampla na Lei de Promoções sobre o caso, completada por uma minuciosa regulamentação, adaptada até às condições de vida nas várias regiões militares e suas guarnições, creio que traria incalculáveis benefícios ao serviço e à instrução da tropa, e alicerçaria também um melhor preparo da mobilização militar para o caso de guerra.

Teria assim o Exército a iniciativa de ocupar a vanguarda nessa importantíssima questão do aproveitamento do Pessoal "em prol de maior economia e rendimento dos serviços", concorrendo também para a solução dos "problemas de readaptação de servidores e aproveitamento de disponíveis", consoante sugere o Presidente Dutra em sua mensagem de 15 de Março de 1947 ao Congresso Nacional.

Tinturaria e Lavanderia ON KEE

RUA BARÃO DE ITAPEMIRIM, 109 — Em frente a CASA
4 IRMÃOS
VITÓRIA — E. E. SANTO

Ipiranga S. A., Cia. Bras. de Petroleos

Endereço Teleférico: "IPIRANGASA" — Caixa Postal n.º 56

DISTILARIA EM RIO GRANDE — R. G. SUL

Produtos elaborados: Gasolina, querosene, oleos combustíveis e lubrificantes, graxas, asfaltos, dissolventes, benzina, água-rã, e demais produtos derivados do petróleo



EDIFÍCIO SAMS
LARGO DO CAFE 11-3, PAULO

EDIFÍCIO CENTRAL: LAR

O Pelotão de Minas do Regimento Sampaio de Castelo, rumo ao Norte...

Pelo Cap. JOSE DE FREITAS LIMA SERPA

Vimos a página modelada pela bravura impávida de Osório e o magnificante sacrifício de Sampaio, que os infantes do 1.º Regimento de Infantaria, escreveram com o sangue de seus heróis na fase Monte Castelo-La Serra. Vimos também, minuciosamente, o Pelotão de Minas nela se representar, como se fôra modesta vírgula, traço de união ou parêntese indispensável.

Vê-lo-emos agora instalado em seu novo acantonamento perto da localidade de Gabba e à disposição do Regimento, enquanto a Companhia de que faz parte, a contra-carros, comandada pelo Capitão Tércio de Moraes, achava-se nas alturas agrestes de Pizzo di Campiano. E depois, rumo ao Norte...

Para Campiano, aquela se deslocára logo após a jornada de Castelo, integrando o sub-grupamento Oeste, que comandado pelo Major Olivier, — P. C. junto à elevação na localidade de Farné —, substituiu os elementos da 10. de Montanha que naquela posição haviam tomado pé, expulsando os tedescos.

Este destacamento, na maioria constituído por oficiais e praças afeitos ao labor contra-carros e de reconhecimento, (1) deixando as viaturas e canhões nos depósitos da retaguarda, passou a fazer as vezes dos bravos infantes fuzileiros, os pracinhas dos *fox-holes*.

Escalando encostas escarpadas e seguindo caminhos quase impraticáveis, com muito custo e sacrifícios, chegou à crista da elevação que desce depois, por declives menos acentuados, até o terreno ainda em poder dos alemães.

Campiano nada mais era que parte do enorme muro granítico, interposto entre brasileiros e tedescos, e ocupada e defendida pela Companhia Tércio.

Uma vez aí, após o penoso acesso, os nossos, de costas para o abismo, protegiam a elevação, ericando-lhe a crista com suas armas, contras possíveis investidas inimigas, cujas patrulhas, silenciosas e desapercibidas no seio da noite, percorriam o terreno, galgavam as

(1) — 1.º Esquadrão de Reconhecimento, 3.ª Cia. do 11.º R. I., Cias. Contra-Carros dos 1.º, 6.º e 11.º R. I. e 450 guerrilheiros italianos (partigiani).

encostas, e continuamente caíam de surpresa em nossas posições, originando rápidos entreveros. Ao se retirarem, eram revezadas na fama inquietante, por bombardeios de artilharia e morteiros, que varriam a parte superior da elevação, causando mortos e feridos.

Arrostando tais adversidades e as dificuldades para os seus reabastecimentos que lhes chegavam guindados por cordas, ou às costas de soldados improvisados em alpinistas, sem qualquer possibilidade de recuo ou retirada, o que lhes negava o retroposto abismo, os brasileiros permaneceram em Pizzo di Campiano, 27 dias e noites angustiosas.

Neste dilatado período de sacrifícios e abnegações, uma esquadra dos nossos sapadores mineiros, comandada pelo cabo Amaury, foi chamada a intervir. Coube-lhe minar a frente defendida pelo Ten. Murilo, com engenhos contra-pessoal.

De Gabba, já regressos do Hospital de Pistoia a que havíamos baixado, assistimos a este acontecimento, e a outros que então houveram lugar. Em seu novo acantonamento, o Pelotão evidenciava o quanto seus homens já se haviam familiarizado com o meio italiano.

Instalado em duas casas da localidade, refazia-se rapidamente das emoções das jornadas de Castelo e dominava o ambiente formado por duas famílias de campônios e florido por algumas simpáticas "ragazzas" (moças).

Os pracinhas, nele bem sintonizados e em perfeita confraternização, adquiriam os colchões para dormir, o teto para cobri-los, bons ovos frescos, batatas fritas, pedaços de carneiro e alguns beliscões nas ariscas moçóllas, a troca de latas de saladas de frutas, geléias e apetitosas conservas variadas, quase tudo, porém, sempre nas eternas latas ou com "cheiro" de lata...

Seu trabalho, em nossa ausência orientado pelo sargento Velasco, consistira em lançar durante a noite, campos de minas contra-pessoal à frente do 1.º Batalhão, Major Uzeda, em Monte Belvedere, para onde este se deslocara com o Regimento, empenhado agora, após os sucessos de Castelo e La Sera, na defesa de Belvedere La Torracchia.

Pelo que os nossos soldados nos disseram, as minas eram lançadas de envolta com redes de arame farpado, estendidas pelo pessoal do Tenente Carlão, comandante do Pelotão de Remuniciamento da referida unidade.

Enquanto aguardavam a construção deste obstáculo combinado, espectantes, eram às vezes acometidos por bombardeios de morteiros, e destarte expostos a perigos talvez evitáveis. Contaram-nos até um episódio humorístico, que bem caracteriza a situação.

Foi o caso que, de uma feita, ao começarem a ser atingidos pelas granadas de morteiros, todos procuraram céleres, acoitar-se nas crateras e casamatas mais vizinhas. Numa destas, três soldados se com-

primiam lotar uma voz apressada: "um?", e antes o caso, como um corpo de fuzil e capace cheio sobre o parecia impossível continuavam.

Estava prontos, talvez um Partimos Uzeda,

Lá chegamos os superiores, oportunidades diversidade de dimentos com em missões as das minas se faram farpado. Destarte, evita o cumprimento

Ao nosso Tudo asse momento oportuno rem invariavelmente pau!...

Reagindo, Fazíamos palmente á Coronel Serpa, a mente a almoçar

Numa de Olivier, onde não saíram feridos

Apezar da situação, mas regressos

Continuando realizávamos todos nos dedicávamos em futuro próximo a carraspana de momento, o Coronel

primiam lotando a exiguidade do pequeno abrigo, quando ouviram uma voz apressada e angustiosa perguntar: "Tem lugar para mais um?", e antes que fôsse possível qualquer resposta negativa, que seria o caso, como que impulsionado pelo sopro de uma explosão próxima, um corpo de homem de um metro e oitenta, embaraçado por capote, fuzil e capacete de aço, atirou-se pelo orifício de entrada, caindo de cheio sobre o amontoado de corpos comprimidos, achando o que parecia impossível, um espaço vazio... Em derredor as explosões continuavam... Conforto e calma passou a reinar na casamata...

Estava previsto para a noite de nossa chegada, um destes trabalhos, talvez um destes episódios.

Partimos à hora aprazada, prontos para tudo, rumo ao P. C. Uzeda.

Lá chegados, após as costumeiras apresentações e conversas com os superiores, conhecidos e amigos, indispensáveis e de praxe em tais oportunidades, tanto mais quanto estes contatos eram espaçados pela diversidade de funções de cada qual na campanha, entramos em entendimentos com o Tenente Carlão, com quem já havíamos trabalhado em missões anteriores. Combinamos que desde então o lançamento das minas se fizesse somente após a completa extensão das redes de arame farpado, pois que talvez se pudesse realizar em uma única noite. Destarte, evitávamos perigos desnecessários, e ficávamos livres para o cumprimento eventual de outras missões.

Ao nosso acôrdo o Major Uzeda aquiesceu francamente.

Tudo assentado, regressamos a Gabba, onde fomos aguardar o momento oportuno para a nossa intervenção, vendo os dias desfilarem invariáveis e sem novas emoções. Extranha monotonia: Vida pau!...

Reagindo, todos procuravam algo para se distrair.

Fazíamos visitas de confraternização às tropas vizinhas, principalmente à Companhia de Obuses, comandada pelo nosso "xará" Capitão Serpa, aonde estávamos arranchados, levando-lhe invariavelmente a almoçar e jantar o nosso sempre faminto Pelotão.

Numa de nossas visitas, para variar, chegámos a Farné, P. C. Olivier, onde nos surpreendeu um bombardeio de artilharia, do qual saíram feridos alguns elementos do P. C.

Apezar da recepção ter sido tão calorosa, levamos a cabo a visita, mas regressamos com a ideia de nunca mais lá voltarmos...

Continuando a busca de lenitivos à solidão, liamos, escrevíamos, realizávamos torneios de jogo de malhas entre os elementos, ou então, nos dedicávamos a exercícios de tiro ao alvo com pistola, o que aliás em futuro próximo nos veio a custar um bom susto e uma enorme carraspana de nosso felizmente compreensivo comandante de Regimento, o Coronel Caiado.



Reunido entrevero de malhas, no acantonamento perto de Gabba...

De vez em quando, íamos também até o P. C. do Regimento cumprimentá-lo e sabermos do Major Passos, oficial de operações, se havia ordens para nós. Mas, confessemos, não era só por isto... Aproveitando a oportunidade, pois invariavelmente e por coincidência, lá chegávamos à hora do almoço, serviamo-nos à farta de uma conserva dulcíssima de peras em caldas... Depois, sempre constrangidos, aceitávamos um bom punhado de tâmaras, as únicas que vimos na Itália, e que o Ten. Coronel Samuel, sub-comandante, nos ofertava gentilmente.

Tudo porém, não era só busca de distrações, deveres e gulodices.

Começaram a surgir "casos".

Um soldado apresentava-se fazendo queixas de algum colega por isto, aquilo e aquilooutro, ou então de algum cabo ou do sargento, que julgava ter feito alguma "ursada" na escala de serviços. Estes, vinham dar parte de faltas, sempre de pequena gravidade, ainda bem, cometidas por algum soldado.

Não é que não se compreendessem e estimassem, ou não estivessem ligados por sentimentos fraternais, mas é que a inatividade lhes corroía a paciência...

De que
tivemos um

O soldado
amigo de

De três
Este fim

saparecera.

"Que f

"Não s

o mandrião
rotundo e

No dia
faiscando fú

O seu
presta teu

voitarei já
aqui.

A noite

Decidiu

pouso daque
na que o tro

Resulta
dias" para

Outro
Gabba, a qu

dar-lhe um
questão que

do severame

Começo

Conhec

necidos, com
gosto bem f

Era um

Evitam

diça senhori
o caso tão s

(motivos ap
ções — val

respeito...

Mas, e
na próxima

de uns bons
Desde l

indispensáve

De que tinham, uns pelos outros, verdadeiro "amor fraternal" tivemos um exemplo.

O soldado P. ido com permissão a Florença, partira com o seu amigo de patuscadas e entreveros, o soldado G., o tal da casamata...

De três dias era o prazo.

Este findo, o soldado P. apresentou-se de regresso, mas o G. desaparecera.

"Que foi que houve com o G.,? Aonde está?" perguntamos ao P.

"Não sei Tenente. Desde ontem que não o vejo", respondeu-nos o mandrião, com um sorriso angelical, desabrochando em seu rosto rotundo e rosado.

No dia seguinte, eis que, tempestuoso, surge o desaparecido G., faiscando fúrias.

O seu amigo, num dos passeios dissera-lhe: "Escuta G., me empresta teu dinheiro que eu vou fazer um negócio com um italiano e voltarei já com algumas mil libras a mais para nós. Fica me esperando aqui.

A noite se aproximou e nada de P.!

Decidiu-se então, o G., a ir dormir num campo americano de repouso daquelas adjacências e só no dia seguinte pôde obter uma carona que o trouxe de volta a Gabba.

Resultado final, ou ponto posto por nós na questão: "trinta dias" para o P...

Outro caso foi o de uma "signorina" que habitava por perto de Gabba, a qual veio queixar-se de um "soldati brasileiro" que tentara dar-lhe um beijo. Sendo uma "brava ragazza" (moça séria...) fazia questão que ele, caso pertencesse ao brioso "Caça Minas", fosse punido severamente.

Começou a descrevê-lo...

Conhecedores das aptidões dos nossos homens, e pelos sinais fornecidos, com facilidade identificamos o D. Juan Fracassado, aliás de gosto bem fraco...

Era um certo Cabo.

Evitamos submetê-lo ao vexame de um confronto com a irritadiça senhorina, que despachamos inconsolável, pois não consideramos o caso tão sério, todavia passamos ao cabo um sermão, principalmente (motivos apenas íntimos) por ser tão errado... Tínhamos certas razões — valha a verdade — para não sermos muito severos a tal respeito...

Mas, em meio de tais ocorrências, viemos a saber da existência na próxima cidade de Lizzano, onde se achava o P. C. da Divisão, de uns bons chuveiros de banho.

Desde logo, para lá nos dirigimos de jeep, com uma toalha e o indispensável sabonete. Já em Lizzano, uma placa indicava a velo-

cidade máxima de, se não nos enganamos, quinze milhas horárias. Achando este limite por demais exíguo e urgindo as delícias de um bom banho, coisa rara..., continuamos céleres.

Um quilómetro adiante, um polícia militar, de barba feita, uniforme limpo e com a aparência calma de quem acabava de tomar banho, nos deteve e nos informou que, o controle de tempo feito entre ele e um posto por onde passáramos, acusava-nos de excesso de velocidade.

Resultado, algumas centenas de liras de multa e nossa admirada surpresa pela perfeita fiscalização... Não deixamos porém, de tomar o apetecido banho.

Felizmente, tais dias não duraram sempre...

Afinal, desobrigada da missão que a retinha nas ingratas alturas de Campiano e depois de substituída por elementos do 6.º R. I., a nossa Companhia contra-carros partiu para Sarraca, localidade perto de Gabba, onde acantonou a 27 de Março de 1945.

Foi esta a primeira manifestação do início da corrida para o Norte que, com algumas pausas, levou as tropas brasileiras à região do Pó, nas pegadas do inimigo retirante e já em suas derradeiras resistências.

Não demorou muito que também a Companhia de Obuses iniciasse os seus preparativos para partir.

A 9 de Abril, ainda em Gabba, fomos chamados para trabalhar em suas novas posições ao Sul do Monte Terminalli, a fim de limpar de minas a área do terreno em que as suas peças seriam localizadas. Exultamos.

"Que ironia!... Tínhamos trabalho.

Dividida a zona interessante em "fatias", revistamo-las com os provadores e detetores de minas, em busca dos engenhos. Nada!

Regressamos a Gabba, mas aí ficamos apenas mais alguns dias, o suficiente para adquirirmos três novos elementos para o Pelotão — um dos quais por processo singular — desfalcado pela transferência que provocáramos de alguns soldados.

O claro aberto com a morte em ação de combate do Cabo Barros foi preenchido nesta época pela promoção do soldado Odir que se distinguira em lance doloroso, rememorado em artigo anterior.

O soldado Colbert, inteligente, cuidadoso e de coragem, que possuía vários amigos no nosso Pelotão e aonde geralmente aparecia em visita nos alegrando com seu violino e sua presença, foi um dos novos elementos, adquirido a nosso pedido, da própria Companhia contra-carros.

Outro, foi o soldado Orlando, "Bangú", transferido do Batalhão Franklin, 3.º do Sampaio.

E fina
nossa Com
nha a troc

Surg
Companhia
Bolonha or
do", apeza
F. E. B., p

Grand
mano deix
acomodarm

Com p
liras no bo
se transform
pequenos s

Apre
repertório
cado certo.
divertia fin

Extren
instruído p
intensivo cu
trução gera

O Pip
Se o c
fazia uma
ser mandad

Tenennte"
bom soldad

Resolv
As sua

E dur
pracinhas n
tores", o P
va-os com

Após r
tos e o inst
rável.

E nas
este contav
cial, pore

E assim
gado", nos

E finalmente o "Pipo", italiano quarentão, que acompanhava nossa Companhia desde Porreta, auxiliando-a nos trabalhos de cozinha a troco de alimentos.

Surgindo um incidente sem gravidade entre ele e soldados da Companhia, veio nos solicitar pousada no Pelotão, até chegarmos a Bolonha onde ele trabalhava num teatro. Esta situação de "agregado", apesar de "não oficial", era de uso frequente nas unidades da F. E. B., principalmente junto às suas cozinhas...

Grandemente estimado entre os nossos e sendo um pouco desumano deixarmos o Pipo desamparado e a meio caminho, foi fácil acomodarmos sentimentos e necessidades. Entregamo-lo aos soldados.

Com peças emprestadas de uniforme, gorro de lado, algumas liras no bolso e comendo de nossas próprias marmitas, ele em pouco, se transformou num "voluntário brasileiro especial", fazendo em troca pequenos serviços.

Aprendeu com facilidade o português. Principalmente um grande repertório de obscenidades, de muitas das quais não sabia o significado certo. Soltando-as, inesperadas, em meio à conversa, muito nos divertia fingindo-se brasileiro junto a seus patricios e patricias...

Extremamente bufo, o Pipo era uma novidade. Enquadrado e instruído pelos soldados, que não o deixavam socegar, em rápido e intensivo curso, ele adquiriu os conhecimentos imprescindíveis da instrução geral.

O Pipo já não era recruta.

Se o chamávamos, ele atendia pressuroso, em acelerado, e nos fazia uma vastíssima e perfeita continência, só abaixando a mão ao ser mandado. Sempre na posição de sentido, peito saliente, e "Senhor Tenente" para cá, "Senhor Tenente" para lá, ele se revelou um bom soldado.

Resolvemos transformá-lo em combatente.

As suas qualidades levaram-nos a ir mais longe que o habitual.

E durante dias iniciando-o nos mistérios da especialidade, os pracinhas não lhe deram fôlego. Sempre às voltas com os "instrutores", o Pipo percorria os campos vizinhos com os detetores e furava-os com os provadores em busca de minas e armadilhas.

Após muitos sofrimentos e fadigas, pois os instrutores eram muitos e o instruindo só um, ele foi considerado apto, em exame memorável.

E nas missões que a partir de Gabba coube ao Pelotão de Minas, este contava com um sapador mineiro especial, voluntário e não oficial, porem simpático, corajoso e galhardo.

E assim reforçados por um cabo novél, dois soldados e um "agregado", nos aprestamos para partir em busca de novas missões.

Reincorporados à Companhia Tercio, da qual não mais nos separávamos deixamos Gabba e seguimos, em comboio, para o Sul de Sassomolare, onde fomos nos instalar em casas de uma localidade vizinha, e em casamatas construídas por alguns soldados, na falta de acomodações melhores.



Casamata necessária por falta de acomodações nas habitações superlotadas.

Tivemos nessa ocasião, a surpresa agradável de uma novidade. Vimos cavalaria a cavalo! Eram tropas americanas bivacadas num vale próximo. De fato, quebrara-se a monotonia...

A artilharia inglesa, representada na região por peças de grosso calibre, também contribuiu para este feliz acontecimento. Hostilizava as baterias inimigas, e de modo tanto mais feliz que atraiu o fogo de contra-bateria tedesco... Vindos felizmente de grande distância, os seus tiros salpicavam sem grandes perigos o solo onde brasileiros, americanos e ingleses estacionavam...

A cavalaria, porém, menos feliz que nós outros, apenas sobresaltados, sofreu algumas baixas em homens e cavalos, causadas por um obús que lhe caiu em meio ao hivaque.

Novamen
aquele estacio
Castel d'Aiano
auto-estrada
com armas e

Ao se ap
evidenciavam
submetidos a
reparo, já um
à frente do j
granada de m
um estilhaço r
entre nós e a
são seguida de

O nosso
as nuvens de
vas sucessivas
sabemos.

As Dodge
comando...

Julgando
rolar aos tram
gre já não acc

Felizment
Alcançam
um alto para

Novamente, a 14 de Abril, retomamos o movimento e deixamos aquele estacionamento por um outro perto da vila semi-destruída de Castel d'Aiano, para onde o Pelotão de Minas seguiu, deslizando pela auto-estrada em seu pequeno comboio de um jeep e duas Dodges, com armas e bagagens.



Vista de Castel d'Aiano.

Ao se aproximar de Castel d'Aiano, reparamos em sinais que evidenciavam serem a estrada e os campos vizinhos, habitualmente submetidos a bombardeios. Mal o havíamos notado, feito tão infeliz reparo, já um silvo inesperado feria nossos ouvidos e a cinco metros à frente do jeep explodia, levantando uma nuvem de poeira, uma granada de morteiro alemão. Mas, graças, sem outra alteração que um estilhaço no parachoque de nossa viatura. Imediatamente, porém, entre nós e a Dodge que vinha logo à retaguarda, deu-se nova explosão seguida de outras, ainda mais para trás.

O nosso motorista Moraes, apressado e sem nada ver por entre as nuvens de poeira, desabalou estrada a baixo, adivinhando as curvas sucessivas, de fato invisíveis. Como o conseguiu, até hoje não sabemos.

As Dodges não se fizeram de rogadas e seguiram no rastro do comando...

Julgando preferível enfrentar nova descarga de morteiros a rolar aos trambulhões pelas encostas do morro, o que só por um milagre já não acontecera, sofreamos o Moraes e os seus seguidores.

Felizmente os tiros cessaram...

Alcançamos Castel d'Aiano, sem mais novidades, onde fizemos um alto para reajustar os ânimos e o comboio, e verificar se alguém

fôra ferido ou acidentado. Aproveitamos a oportunidade e umas carcassas de tanques tedescos destruidos, abundantes entre os escombros do logarejo, para tirar umas fotografias e continuamos rumo ao nosso futuro acantonamento.



Antes de lá chegarmos, porém, encontramos o Cap. Tércio, que nos aguardava na estrada com uma pequena missão. Limpar de minas a muleteira que conduzia a uma casa onde o Pelotão do Tenente Ayrton ia acantonar.

Sem delongas, escalamos uma esquadra para o serviço, o qual foi logo iniciado, e seguimos com o resto do Pelotão para nosso ponto de estacionamento, duzentos metros mais além.

Nada de casas e suas comodidades, nada de acantonamento.

Num campo desnudo e com algumas crateras, devíamos nos virar...

Algumas árvores, que poderiam servir como camuflagem, utilizamos para abrigar as viaturas. Alargando crateras com pás e picaretas, cobrindo-as com panos de barraca e forrando o solo com os capotes, o Pelotão finalmente aceitou-se para passar a noite. Em uma casamata sumária de pau e terra, instalamo-nos com o Tenente Sydnei, oficial de reconhecimento da companhia, o qual entre outras missões, escolhia e dividia a área de estacionamento...

Os "caça-

A noite,

Dois dias
vizinhas onde

Na noite
minas nova p
veta, o que f
seguinte, ainda
dilhas em algu
companhia.

A tarde
mento, do Ter
Isto foi mais
dores iam os li
do Tenente M
do com seus r

Pouco pro



Os "caga-minas" satisfazendo a curiosidade nos tanques alemães transformados em ferro-velho.

A noite, nova visita dos morteiros tedescos...

Dois dias depois, a situação melhorou, e fomos ocupar umas casas vizinhas onde outros dois dias se passaram.

Na noite de 18 o Pelotão foi chamado à atividade para limpar de minas nova posição para as peças de obuses, na região de Canovetta, o que foi levado a efeito e sem maiores novidades. Na manhã seguinte, ainda em Canovetta, coube-lhe verificar se não havia armadilhas em algumas casas destinadas para acantonamento da referida companhia.

A tarde cooperou com o Pelotão de Reconhecimento do Regimento, do Tenente Moura, em sua missão ao longo de uma estrada. Isto foi mais interessante, pela novidade. À frente dos reconhecedores iam limpar a estrada, acompanhados de perto pelo pessoal do Tenente Moura, com suas armas prontas a nos defender e mantendo com seus rádios ligação permanente com o P. C. do Regimento.

Pouco progredimos.

A estrada que avança pelos altos da margem de um rio, estava interceptada por grande demolição, e demandava o trabalho do 9.º Batalhão de Engenharia do Coronel Machado Lopes.

Impossibilitada a passagem, regressamos.

A noite do mesmo dia, recebemos nova missão, dada pelo Regimento, a de limpar um trecho da estrada que nos levaria até Vila d'Aiano, em cujas margens localizamos diversas minas "R" alemãs e de cujo leito retiramos armadilhas de granadas.



Mina "R" alemã contra-carros.

A armação de madeira serve para protegê-la e a alça para transportá-la. No orifício que se vê em seu centro pode-se atarrachar um ignitor a fim de torná-la também contra-pessoal.

No dia seguinte, ainda por ordem do Regimento, fornecemos uma esquadra de sapadores para acompanhar o Pelotão de Reconhecimento em suas missões.

A 21 novamente fomos empregados na limpeza de posições para a obuzes do "xará" Capitão Serpa, que entregue a frequentes mudanças de posições, se achava desta vez, em Semelano Di Sotto. Vimos à beira da estrada que lá nos levou, minas italianas de madeira, já removidas por outros sapadores. Nós nada de novo encontramos.

Ao regressarmos ao acantonamento, fomos de passagem "capturados" pelo Batalhão Syseno, 2.º do Sampaio, que estava se instalando em Vila d'Aiano e suas redondezas. Aí a esquadra que ficara à disposição do Regimento, regressou ao Pelotão.

O Capitão Barros Moreira, designou-nos algumas casas para limpar de possíveis malfadados engenhos.

Para a Companhia de Petrechos pesados do Capitão Celestino, removemos algumas minas "S" e Stockomina alemãs, que circundavam o seu P. C.

O pelotão
tando-se a au
De pé na

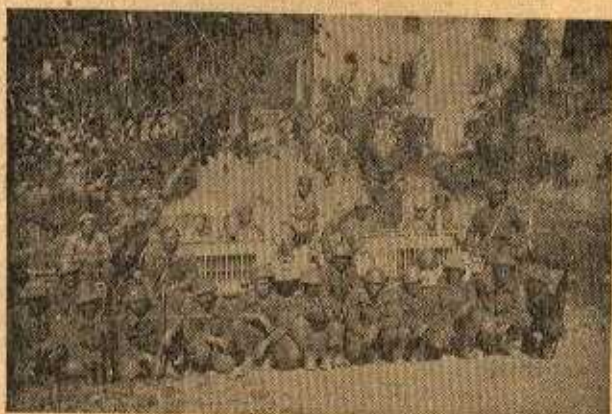
Esse trab
"booby-traps",
nosso modo de
dade do sapado

Nas diver
entrada, porta,
mobiliário e a
versário.

O sapador
num alçapão.
perto, para não
mo tenha feito

Pesquisando
massanetas e l
de mesas, os v
e no interior d
sapador fatiga
fortante poltro
convidativa...

Sem revist
tor, faz pressã
armadilha de p
Pode tamb
ferido, endireita



O pelotão pronto para partir com armas e bagagens nas viaturas, notando-se a ausência da esquadra à disposição do Regimento.

De pé na Dodge da direita, vemos o italiano "Pipo" transformado em voluntário brasileiro.

Esse trabalho de verificar a existência, ou não, de armadilhas e "booby-traps", como dizem os americanos, em casas e casamatas, é em nosso modo de ver um dos mais perigosos e enervantes na especialidade do sapador mineiro.

Nas diversas dependências de uma casa, por exemplo, escada de entrada, porta, bicas, assoalho, cadeiras, mesas, quadros, peças de seu mobiliário e adornos, podem ter sido colocadas armadilhas pelo adversário.

O sapador que recebe a tarefa de limpá-las, nelas penetra como num alcapão. Tem que estar sempre vivo, alerta, cuidadoso e esperto, para não ser colhido pelos efeitos de alguma carga que ele mesmo tenha feito explodir inadvertidamente. Está sempre em perigo...

Pesquisando com um arame, faca ou barbante, degraus de escada, massanetas e batentes de portas, táboas do assoalho, pés e gavetas de mesas, os vãos entre as paredes e os quadros, por baixo, por cima e no interior de todos os objetos, já cansado e sem nada encontrar, o sapador fatiga-se e facilmente deixa-se atrair por qualquer reconfortante poltrona, que se lhe depare á vista, bem estofada, macia, convidativa...

Sem revistá-la atentamente, deixa-se cair no seu aconchego sedutor, faz pressão sobre o assento e provoca o funcionamento de uma armadilha de pressão... Tudo pelos ares...

Pode também, ao querer, levado por seu sentimento de estética ferido, endireitar um belo quadro esquecido fora do lugar, para melhor

contemplá-lo, fazer funcionar uma armadilha de tração colocada entre este e a parede...

Ainda, terminado o trabalho e desejoso de levar alguma recordação, apanha uma máquina fotográfica deixada por esquecimento... Libertada do seu peso, uma armadilha funciona...

Sujeito a todas estas possibilidades, é necessário que saiba tudo abordar e verificar, nada esquecer, nem mesmo por distração, amor à arte ou medo. É questão de treinamento.

Mas seu susto não é somente na hora da limpeza.

Só após o seu "O. K.", a casa ou casamata, pode ser ocupada por alguém confiantemente, e isto mostra a responsabilidade que tem por qualquer acidente que venha a ocorrer, e é causa para ele de angústias inexprimíveis até que o tempo denuncie ter trabalhado a contento.

A todo o momento teme cheguem-lhe tristes notícias... Sentimo-lo bem, após a limpeza das casas a serem ocupadas pela Obuses e o P. C. do Batalhão Syseno...

Não é que o trabalho houvesse sido mal feito, mas é que o diabo está sempre à espreita...

Sem dúvida possível, era este um dos aspectos mais desagradáveis da nossa função.

Seja como for, em Vila d'Aiano terminara o Pelotão de Minas suas atividades especializadas na campanha da Itália. Daí por diante não mais lidaria com minas ou armadilhas, limitando-se a seguir sua Companhia nos deslocamentos para o Norte, vivendo as situações que a esta coubesse.

No desempenho das numerosas tarefas rememoradas, neste e nos artigos anteriores, vimo-lo trabalhar em favor dos três Batalhões de Fuzileiros do Sampaio e de alguns dos seus Órgãos Regimentais, as Companhias de Comando, de Obuses e Contra-carros. Só não o fez para a de Serviços, caso não consideremos as estradas limpas para o seu Pelotão de Transportes se movimentar com jeeps e GMC.

Algumas das missões eram caracteristicamente de um Pelotão de Minas, e outras não.

O Regimento de Infantaria, possui para o desempenho de suas necessidades "mineiras", além do Pelotão de Minas, que entra na composição da Companhia contra-carros, órgão regimental, dos Pelotões de Remuniciamento existentes nos Batalhões.

Em situações de desaforo, quando tudo corre bem e não surgem dificuldades, estes elementos trabalham no quadro das organizações a que pertencem e podem satisfazer todas as respectivas necessidades correntes com os próprios meios.

Veremos em tais casos, os elementos orgânicos dos Batalhões labutar no remuniciamento e nos obstáculos, mistéres que acumulam

em favor
fazer os in

Um e
principalme
trará o q
dades de e

Os de
Companhia
nições, red
facilidade
de Fuzileir

Estas,
riam" poss
em cada pe

De res
à sua func
para livrá-l

A nece
do soldado
os combater
nós sentirar
possível re

A situa
recebe seus
o precedem
gando, é por
pelo que lh
cídio...

Tal é o
rarmos o bi
tudo corre l

Mas...
novas, semp
dá-lhe a fisi

Em rep
casos partic
ções adequa

Ora, o t
sapadores m
ficientes par
precisará de
mineiros do

Análoga
às suas Com

em favor de suas unidades e os do Regimento, trabalhar para satisfazer os interesses do seu Comando.

Um exame rápido, porém, da composição destes dois pelotões, principalmente no que se refere ao efetivo, espontaneamente nos mostrará o quanto são limitados os respectivos raios de ação e possibilidades de emprego. Aproximadamente trinta homens por pelotão.

Os de Remuniciamento dos Batalhões, que fazem parte das suas Companhias de Comando, assoberbados pelas tarefas relativas às munições, redes de arame e demais mistéres de sapa, não poderão com facilidade distrair seus poucos elementos em favor das Companhias de Fuzileiros.

Estas, para a realização de suas necessidades em minas, "deveriam" possuir junto ao seu comando, uma esquadra especializada, e em cada pelotão, pelo menos, um sapador mineiro.

De resto, todos os oficiais e praças do Regimento, em grau relativo à sua função, deveriam também ter certa prática de minas, a suficiente para livrá-los de perigos certos, evitáveis com algumas cautelas.

A necessidade da existência de uma tal esquadra nas companhias, do soldado mineiro no pelotão e de tinturas desta instrução em todos os combatentes, bem o sentimos na experiência da Itália. Mais do que nós sentimos aqueles que sofreram as consequências disto não ter sido possível realizar desde o início, os infantes fuzileiros.

A situação de quem progride em ataque a uma posição inimiga, recebe seus fogos ajustados e mortíferos, vê os companheiros que o precedem tombarem vitimados por minas e tem que continuar avançando, é por demais angustiante e fere a fundo os nervos já torturados pelo que lhe vai ao redor. Se nada entende de minas, é o suicídio...

Tal é de um modo geral, o quadro que se nos depara, ao encarmos o binário Regimento-Minas, numa fase de desafoço e em que tudo corre bem...

Mas..., a variedade de situações do campo de batalha, sempre novas, sempre em efervescência, sempre se modificando, raramente dá-lhe a fisionomia de desafoço, de quando tudo corre bem...

Em regra, surgem constantemente problemas sempre inéditos, casos particulares, que exigem do Chefe, em todos os escalões, soluções adequadas às suas específicas circunstâncias.

Ora, o Comando do Regimento pode ter que reforçar com os seus sapadores mineiros um ou mais Batalhões, cujos recursos sejam insuficientes para satisfazer as próprias necessidades; ora, ao contrário, precisará de reforços da Divisão, que dispõe para isto dos sapadores mineiros do Batalhão de Engenharia Divisionário.

Analogamente ocorre com os Batalhões de Fuzileiros em relação às suas Companhias.

Além disto, pode se dar que o Comando do Regimento tenha de reunir todos os elementos de sua Unidade, em proveito de uma só de suas frações.

A consideração destas possibilidades leva-nos a fazer algumas observações elucidativas do que acabamos de aventar.

A fase da guerra em que entramos, nas operações da Itália, não proporcionou à F. E. B., como também a outras Unidades em circunstâncias análogas, — por exemplo, e para não procurarmos muito pois esteve a nosso lado, a 10.^a Divisão de Montanha americana, — viver todos os aspectos próprios de uma luta prolongada, com oscilações às vezes extremas, mas indo até atos de força intensa no ataque ou na resistência tenaz para a defesa de um terreno que o inimigo forceja por conquistar, sem medir meios, homens e materiais.

A F. E. B., porém, se a isto não teve de enfrentar, houve de vencer situações bem difíceis, que a levaram a agir em frentes demasiado extensas, entregues à sua defesa, e empenhada a fazer ataques custosos, já de início, em condições bem desfavoráveis.

Em tais circunstâncias, é o que nos interessa aqui registrar, não pôde viver o nosso Regimento, todas as situações que se lhe poderiam ter apresentado numa guerra do vulto da em que nos empenhamos, e muito menos, a nossa "minúscula unidade", pôde exercitar todas as suas habilidades e testificar todo o seu valor.

Na verdade, conquanto para a F. E. B. e mesmo para o Regimento viessem a faltar certas oportunidades, estas poderiam ter sido superabundantes para os elementos menores, como o Pelotão de Minas, cujo campo de ação é restrito e para os quais as ações de guerra, consistem sempre na prática de certos atos frequentemente repetidos, no quadro diversíssimo das missões dos Batalhões, Regimentos e Divisões. Mas isto não se deu.

Nada há, porém, a extranhar.

Muitos soldados morreram sem jamais terem visto um inimigo. Outros, tal a situação em que se encontraram, nunca tiveram a oportunidade de sofrer a ação de um ataque de aviões mergulhantes ou de vagas de carros de combate, como deve ter sido o caso dos que combateram nas *jungles* da Nova Guiné e outros teatros de operações. Os que lutaram nas montanhas da Itália, nunca sentiram o inimigo traícoeiro, fuzilando-os pela retaguarda, das copas das palmeiras... Os que viveram esta situação, não tiveram que galgar as encostas alcatiladas dos Apeninos, em ataque a um inimigo entocaiado em misteriosos grotões, que de cima dominavam a acidentada região...

Do mesmo modo, nem todos os comandantes de grandes unidades, dos diversos Exércitos, tiveram que se haver com chuvas de para-

quedistas
cularem su

Nada

Minas, fa

Nunca

a defendê-l

repartição

abrir cami

Tarefas di

ajustados e

Nem

defensivas

plitude que

çamento de

tra-carros e

ração e se

a interdição

posição org

Demol

sitos bélico

Nem

carros, can

dos seus ar

lento e in

do sendeiro

esmagando

tres metros

prendia as

lagartas do

das explosõ

atordoamen

de atacar o

uma tocha,

sem muniçõ

Esta fo

para "um c

nidade para

LIQUIDO

AVENID

quedistas em suas retaguardas ou em pontos capazes de desarticular suas combinações para a manobra.

Nada extranhável, portanto, que também ao nosso Pelotão de Minas, faltassem muitas oportunidades "interessantes"...

Nunca lhe coube reconhecer campos minados do inimigo disposto a defendê-lo, para verificar as espécies de engenhos empregados e sua repartição no terreno; balizar os contornos de áreas perigosas; ou abrir caminhos através delas para a passagem de carros e infantes. Tarefas difíceis a serem executadas à noite e sem despertar os fogos ajustados de um adversário vigilante e atento.

Nem mesmo para as suas habituais missões caracteristicamente defensivas houve nesta guerra oportunidade de lhes dar toda a amplitude que podiam comportar, tais como seria o caso relativo ao lançamento de "campos deliberados", isto é, grandes áreas a minar contra-carros e pessoal, que demandam trabalho contínuo, de grande duração e se apresentam geralmente nas lutas em regiões planas ou para a interdição dos caminhamentos obrigatórios de um atacante a uma posição organizada em grande profundidade.

Demolições de pontes, destruição de trechos de estrada ou depósitos bélicos, não lhe couberam.

Nem teve um seu soldado de amarrar diversas minas contra-carros, camuflá-las, e de um abrigo próximo, entregue à pequenês dos seus ardis, aguardar um tanque adversário, que irrompesse barulhento e inutilmente confiante na segurança de sua carcassa, através do sendeiro de um bosque. Ao se avizinhar o poderoso inimigo, tudo esmagando com o peso de seus ferros e ocupantes, a apenas dois ou tres metros de nosso minúsculo herói, este, puxando pela corda que prendia as minas, faria com que estas deslizassem para baixo das lagartas do tanque, que se imobilizaria destruído, em meio ao fragor das explosões provocadas. Feito isto, e logo em seguida ao tempo de atordoamento, não teve o nosso soldado em sua faina de extermínio, de atacar o inerte adversário com granadas incendiárias, tornando-o uma tocha, em que as chamas penetrantes pelas blindagens, explodissem munições e torrassem ocupantes.

Esta foi uma entre outras missões que faltaram ao nosso Pelotão para "um curso completo de guerra". E não mais teríamos oportunidade para isto, pois agora avançávamos céleres rumo à Paz...

O VALENTE D'AVENIDA

AQUI É MAIS BARATO

LIQUIDOS E COMESTÍVEIS FINOS. CEREAIS EM GERAL

Roberto Moreira

AVENIDA DR. ARRUDA NEGREIROS, 99 — VIA MERITI

— LINHA AUXILIAR — E. DO RIO

Régua de Cálculo Militar

(Tradução do "Military Slide Rule", Fort Sill)
pelo Cap. Roberto Alves Carvalho Filho

1) — APRESENTAÇÃO:

A régua de cálculo militar é um tipo de régua de cálculo especial "MANNHEIN". Foi usada primitivamente para cálculos de observação, mas pode ser usada em muitos cálculos aritméticos e trigonométricos do mesmo modo que as réguas comerciais.

2) — DESCRIÇÃO:

Compõe-se de um corpo, uma corredeira e um cursor.

a) — *Corpo*: — Compõe-se de base, guias superior, inferior e tabela.

Base: — Consiste em uma peça de acajú sobre a qual estão colocadas as guias e a tabela.

Guia superior: — Apresenta duas escalas e três pontos de referência:

I) — as duas escalas são referentes ao ângulo oposto. Uma (superior) é graduada em graus e outra (inferior) em milésimos. Estas duas escalas são utilizadas juntamente com a do ângulo do vértice, existente na corredeira para solução de triângulos obliquângulos.

Seu uso será tratado mais adiante.

II) — Os três pontos de referência são marcados respectivamente: SS = 369,2; Deg/Mil; M/Yd. Estes três pontos usados com a escala C. O ponto SS = 369,2 é usado no levantamento pelo som. O Deg/Mil. para a conversão de graus em milésimos e o M/Yd. para a conversão de metros em jardas.

Guia inferior: — Nela temos duas escalas: a das distâncias D e a escala A.

Tabela: — É um pedaço de papel colado às costas da base. Ele contém fórmulas e relações trigonométricas de uso mais comum.

b) — *Corrediga*: — A parte central da régua, amovível, é chamada *corrediga*. Numa das suas faces há 4 escalas: —

- I) — A inferior chamada “escala da base C”. É utilizada juntamente com a das distâncias D para multiplicação e divisão (funcionando simplesmente como escalas C e D) ou para resolução de triângulos (funcionando como escalas da base e das distâncias).
 - II) — Acima da escala C está a C1 (escala C invertida). É usada juntamente com a escala D para multiplicações e divisões.
 - III) — As duas escalas de cima de *corrediga* são as chamadas “escalas do ângulo do vértice”, uma graduada em graus (inferior) e a outra em milésimos (superior). Estas escalas são usadas conjuntamente com as do ângulo oposto na resolução de triângulos. Na outra há 4 escalas adicionais:
 - I) — A inferior é a escala C, idêntica à do lado.
 - II) — As outras 3 acima de C são as chamadas “escalas dos senos”, “dos senos-tangentes” e “das tangentes” todas graduadas em milésimos. São usadas em cálculos trigonométricos.
- c) — *Cursor*: — É um auxiliar para a leitura e manéjo da régua. Compõe-se de duas barras e um vidro, em cuja face inferior existe um índice vertical.

3) — MANEJO: —

Estas notas são feitas para o estudo individual, sem professor; é preferível, no entanto, uma classe para o seu estudo pois a sua assimilação será mais rápida.

Tendo em mãos a régua, irá o aprendiz fazendo todos os exemplos e calculando a resposta por um grande número de exercícios. Deve-se ter em mente que, apesar de fácil manéjo, somente uma grande prática nos proporcionará um uso eficiente com um mínimo de erros.

A) — CALCULOS ARITMETICOS: —

A escala básica da régua é a escala D, ela é dividida em 9 partes principais numeradas 1000, 2000... 9000 e 10000.

Cada uma d
um número.
As referênci
querdo e dir

O espaço
10 partes po
principais 10
merada. Cad
ta o 2.º alga
cundária à
23,000, 2300
cias secundá
quais se obt
sas referênci
a 2000 tem
4000 a 10000
cundárias. Se
principal nur
os números
ao 230 as 4

Da mesm
secundárias
para formar
as leituras s
grande prati

A escala
cada lado, é i
gradações v
conveniência
turas referên
2000 na D, i

Chamam
cobertas pelo

I) — MULT

Usando-s

a) — L
es

b) — L
di

Cada uma dessas referências representa o 1.º algarismo de um número. Assim 3000 representa 3,30 300 ou 0,003, etc. As referências 1000 e 10000 são conhecidas como índice esquerdo e direito da escala D.

O espaço entre duas referências principais é dividido em 10 partes por 9 referências secundárias. Entre as referências principais 1000 e 4000 a referência secundária central é numerada. Cada uma dessas referências secundárias representa o 2.º algarismo de um número. Assim, a 3.ª referência secundária à direita da principal numerada 2000 representa 23,000, 2300, 0,023, etc. Finalmente o espaço entre 2 referências secundárias é dividido em referências terciárias, com as quais se obtém o 3.º algarismo de um número. O número dessas referências terciárias varia ao longo da escala. De 1000 a 2000 tem 10 divisões. De 2000 a 4000 tem 5 divisões e de 4000 a 10000 tem 2 divisões, tudo entre duas referências secundárias. Se as 3.ª e 4.ª referências secundárias à direita da principal numerada 2000 são consideradas como 320 e 240, os números 232, 234, 236 e 238 são formados associando-se ao 230 as 4 referências terciárias existentes entre 230 e 240.

Da mesma forma, a referência terciária entre as 3.ª e 4.ª secundárias à direita da principal 5000 é associada a esta para formar o número 535. Depois das referências terciárias as leituras são feitas por estimativa. Para isto é necessário grande prática.

A escala C, colocada na parte inferior da corredeira e de cada lado, é idêntica à escala D, exceto na numeração. As suas graduações vão de 100 a 1000 em vez de 1000 a 10000. Por conveniência os zeros das graduações são deixados para futuras referências nestas escalas. Assim, 200 na escala C, ou 2000 na D, representa simplesmente 2.

Chamam-se de opostas ou em oposição duas referências cobertas pelo índice do cursor, sem se mover a corredeira.

I) — MULTIPLICAÇÃO: —

Usando-se as escalas C e D, ela é feita do seguinte modo:

- a) — Levar o índice do cursor para um dos fatores da escala D.
- b) — Levar um dos índices da escala C, para sob o índice do cursor.

- c) — Levar o índice do cursor para o outro fator, na escala C.
- d) — Ler o produto na escala D, sob o índice do cursor.

NOTA: — O número de algarismos do produto é igual à soma dos algarismos dos fatores, quando se utiliza o índice direito da escala C; e igual à soma menos um, quando se utiliza o índice esquerdo.

II) — *DIVISÃO:* —

- a) — Levar o índice do cursor para o dividendo na escala D.
- b) — Colocar o divisor na escala C, sob o índice do cursor.
- c) — Ler o quociente na escala D, oposto ao índice da escala C.

A escala recíproca C1, colocada sobre a escala C, em uma das faces da corredeira é igual às escalas C e D, porém, graduada da direita para a esquerda. Os números estão impressos em vermelho para lembrar ao operador que a leitura é feita da direita para a esquerda.

O recíproco de um número é obtido dividindo-se 1 por esse número. Assim, o recíproco de 2 é $1/2$; o de $3/2$ é $2/3$ e o recíproco de 4 é $1/4$ ou 0,25.

O recíproco de qualquer número é lido na escala C1 em oposição ao número na escala C.

I) — *MULTIPLICAÇÃO USANDO A ESCALA C1:*

O produto de dois números pode ser determinado dividindo-se um dos números pelo recíproco do outro, usando-se as escalas C1 e D. Assim, para se multiplicar 12 por 3, pode-se dividir 12 por $1/3$, logo:

- a) — Levar o índice do cursor para um dos fatores, na escala D.
- b) — Colocar o outro fator, na escala C1, sob o índice do cursor.
- c) — Ler o produto, na escala D, em oposição ao índice da escala C.

II) — *DIVISÃO:* —

A div...
pelo recípro...
veniente q...
tido por...
usando-se

a) —

b) —

c) —

d) —

A esc...
duas escal...
direita, co...
são semell...
as gradua...
la A é usa...
número da...
cala A é m...
drados e

I) — *QUOCIENTE:* —

O qua...
tiplicação...
mente, pel...
foram est...
sor para o...
sob o índi

II) — *RAZÃO:* —

A rai...
usando-se...
mero em g...
mero é m...
mero de g...
entre a vi

II) — *DIVISÃO USANDO A ESCALA C1:*

A divisão pode ser feita multiplicando-se o dividendo pelo recíproco do divisor. Essa operação é especialmente conveniente quando se quer dividir um determinado quociente obtido por uma operação prévia ou um determinado produto, usando-se as escalas C1 e D. Assim: —

- a) — Levar o índice do cursor para o dividendo, na escala D.
- b) — Levar um dos índices (esquerdo ou direito) da escala C sob o índice do cursor.
- c) — Levar o índice do cursor para o divisor, na escala C1.
- d) — Ler o quociente na escala D, sob o índice do cursor.

A escala A, colocada em baixo da D, é constituída por duas escalas exatamente semelhantes: a A esquerda e a A direita, começando uma onde a outra termina. Estas escalas são semelhantes à escala D, exceto que elas são a metade dela e as graduações terciárias são espaçadas diferentemente. A escala A é usada para, quando o índice do cursor estiver sobre um número da escala D, achar o seu quadrado na escala A. A escala A é usada com a escala D para a determinação de quadrados e raízes quadradas.

I) — *QUADRADOS:*

O quadrado de um número pode ser determinado pela multiplicação, usando-se as escalas C e D ou C1 e D ou, diretamente, pelas escalas A e D. Pelas escalas C e D e C1 e D já foram estudadas. Pelas escalas A e D, leva-se o índice ao cursor para o número na escala D e lê-se o resultado na escala A, sob o índice do cursor.

II) — *RAIZ QUADRADA:* —

A raiz quadrada de um número é melhor determinada usando-se as escalas A e D. O primeiro passo é dividir o número em grupos de 2 algarismos a partir da vírgula. Se o número é maior que 1, o número de casas na raiz é igual ao número de grupos. Se o número é menor que 1, há tantos zeros entre a vírgula e o primeiro algarismo significativo quan-

tos são os grupos de duplos zeros. Determinar a maior raiz quadrada que se pode extrair do último grupo da esquerda que contém algarismos significativos. Este é o 1.º algarismo da raiz quadrada desejada.

Para se determinar a raiz quadrada, pelas escalas A e D, levar o índice do cursor sobre o número da escala A e, sob o mesmo índice, ler a raiz quadrada, na escala D. Se o grupo da esquerda contém apenas um algarismo, o índice do cursor deve ser levado para a escala A esquerda. Se tiver dois deverá ser levado para a escala A direita.

III — PROPORÇÃO: —

A razão de dois números pode ser escrita como uma fração. A igualdade de duas ou mais razões é chamada proporção assim:

$$2/3 = 6/9; x/5 = 7/11; 2/3 = x/5 = 7/11.$$

Se o numerador de uma das razões fôr colocado na escala C em oposição ao denominador da mesma razão na escala D, o numerador de qualquer outra razão da proporção deverá ser encontrado na escala C em oposição ao denominador dessa razão, na escala D. Se o número desejado sair da escala, levar o índice do cursor para um dos índices C e, em seguida, levar o outro índice C para sob o índice do cursor.

IV) — PROPORÇÕES ESPECIAIS: —

- 1) — Para converter metros em jardas, utilizar a referência M/Yd existentes na guia superior da régua. Esta referência equivale a 0,9144, fração do metro igual a uma jarda, na escala D. Opera-se como se segue:

- a) — Colocar em oposição a M/Yd o índice C.
- b) — Levar o índice do cursor sobre o valor em metros na escala D.
- c) — Sob o índice do cursor ler as jardas na escala C.

- 2) — Para converter graus em milésimos, utiliza-se a referência Deg/Mil, existente na guia superior da régua. Esta referência equivale a 0,056, fração do grau igual a um milésimo na escala D. Opera-se como se segue:

- a) — Converter os minutos em fração decimal do grau.
- b) — Levar o índice C para a referência Deg/Mil.

c) —

d) —

NOTA: —

B) — ESC

Escala

Os núm
levar o índ
cessário de
subdivisões
do que se e

Escala

Esta e
1600" e co
do cursor é
la dos senos
cala C ou,
Quando o f
lho (ângulo
ser lido na
na escala D

NOTA: —

Escala

Esta e
105". Quar
(ângulo) n
lido, sob o
menores qu
seno, a esca
terminar a
Para ângulo

- c) — Levar o índice do cursor para o valor em graus, na escala D.
- d) — Ler o valor em milésimos, na escala C, sob o índice do cursor.

NOTA: — Ângulos maiores que $2^{\circ} 30'$ podem ser transformados fácil e diretamente, levando-se o índice do cursor para o valor em graus nas escalas do ângulo do vértice ou do ângulo oposto e ler, sob o mesmo índice, nas mesmas escalas, o valor em milésimos.

B) — ESCALAS TRIGONOMETRICAS: —

Escalas dos senos, senos-tangentes e tangentes —

Os números nessas escalas representam ângulos. Para se levar o índice do cursor para um ângulo, nessas escalas é necessário determinar o valor dos ângulos representados pelas subdivisões em várias posições destas escalas, do mesmo modo que se estudou na D.

Escalas dos senos:

Esta escala representa os senos dos ângulos de $100''$ a $1600''$ e coseno dos ângulos de $0''$ a $1500''$. Quando o índice do cursor é levado para um número preto (ângulo) na escala dos senos, o seno do ângulo é lido, sob o mesmo índice na escala C ou, quando em posição os índices C e D, na escala D. Quando o índice do cursor é levado sobre um número vermelho (ângulo) na escala dos senos, o coseno deste ângulo pode ser lido na escala C ou, quando em oposição os índices C e D, na escala D sob o índice do cursor.

NOTA: — É importante lembrar que o seno de $1600''$ é de 1 e, portanto, o índice direito representa 1 e o esquerdo 0,1.

Escalas dos senos-tangentes:

Esta escala representa os senos dos ângulos de $10''$ a $105''$. Quando o índice do cursor é levado para um número (ângulo) na escala seno-tangente, o seno do ângulo pode ser lido, sob o índice do cursor, na escala C. Como para ângulos menores que $100''$ a tangente é aproximadamente igual ao seno, a escala seno-tangente pode também ser usada para determinar a tangente de um ângulo. Daí o nome seno-tangente. Para ângulos menores que $10''$ o seno e a tangente podem

ser determinados levando-se o índice do cursor para um valor 10 vezes maior que um ângulo desejado, na escala dos senos-tangentes.

NOTA: — É importante lembrar que o seno ou a tangente de $10''$ é, aproximadamente, 0,1 e, portanto, quando a escala C é usada para se ler o valor do seno ou da tangente marcada na escala dos senos tangentes, o índice direito corresponde a 0,1 e o esquerdo a 0,01. Para ângulos menores que $10''$ o índice direito corresponde a 0,01 e o esquerdo a 0,001. O cosseno dos ângulos maiores que $1500''$ é determinado procurando-se o seno do complemento do ângulo na escala dos senos-tangentes. Assim, $\cos 1578 = \sin 22$ e $\cos 1593 = \sin 7$.

Escala das tangentes:

A escala das tangentes representa as tangentes dos ângulos de $100''$ a $800''$ e as cotangentes aos ângulos de $800''$ a $1500''$. Quando o índice do cursor é levado para um número preto (ângulo) na escala das tangentes, a tangente do ângulo pode ser lida, sob o mesmo índice, na escala C. Para os ângulos maiores de $800''$ quando o índice do cursor é levado a um número vermelho (ângulo) na escala das tangentes, a cotangente deste ângulo pode ser lida na escala C. A tangente é recíproca da cotangente ($\text{tg. } a = 1/\text{cot } a$). A tangente de um ângulo maior de $800''$ pode ser lida diretamente levando-se o índice do cursor para um dos índices da escala D e levando o valor do ângulo, em números vermelhos, na escala das tangentes, para sob o índice do cursor. Ler o valor da tangente na escala D em coincidência com o índice C. Para ângulos menores que $100''$ ou maiores que $1500''$ usar a escala dos senos-tangentes.

NOTA: — É importante lembrar que a tangente de $800''$ é 1 e, portanto, quando a escala C é usada para ler tangentes de ângulos marcados na escala das tangentes, o índice direito é 1 e o esquerdo é 0,1.

Para achar a tangente de um ângulo:

- Até $800''$ levar o cursor para o ângulo na escala das tangentes e ler, sob o índice, na escala C o seu valor será 0,...
- Entre $800''$ e $1500''$ levar o cursor para um dos índices D; levar o valor do ângulo na escala das

c) —

Arco

A exp
gente é 0,5
que $800''$.
quando a
C e ler o
Para tange
gente. Par
cala dos s
o ângulo é
gentes. Se
 $800''$. Para
do a tange
C oposto a
cursor par
tre 1 e 10,
tangentes,
tre 10 e 10
tes, de 1600
um décimo
 $1600''$.

C) — PRO

I) —

As esc
usadas jun
(D), na re
Se A,
nados, acha
a proporção

tangentes (vermelho), para sob o índice do cursor e ler o valor da tangente na escala D, oposto ao índice C. Variará de 1,... até 10,...

- c) — Ângulos maiores que $1500''$ fazer $1600''$ — a:
Levar o índice do cursor para um dos índices D; levar o valor do ângulo, na escala dos senos-tangentes, para sob o índice D. Se a diferença $1600''$ — a for menor que $10''$ e maior que $10''$ a tangente estará entre 10,... e 100,... Se a diferença for menor que $10''$ a tangente estará entre 100,... e o infinito.

Arco tangente:

A expressão arc. tg 0,341 significa um ângulo cuja tangente é 0,341. Se a tangente é menor que 1, o ângulo é menor que $800''$. Para se determinar um ângulo menor que $800''$ quando a tangente é conhecida, colocar a tangente na escala C e ler o ângulo na escala das tangentes ou senos tangentes. Para tangentes entre 0,1 e 1 o ângulo é lido na escala das tangentes. Para tangentes entre 0,1 e 0,01 o ângulo é lido na escala dos senos-tangentes. Para tangentes entre 0,01 e 0,001 o ângulo é um décimo do valor lido na escala dos senos-tangentes. Se a tangente é maior que 1, o ângulo é maior que $800''$. Para se determinar um ângulo maior que $800''$, quando a tangente é conhecida, colocar um dos índices da escala C oposto ao valor da tangente, na escala D; levar o índice do cursor para o índice da escala D e, se a tangente estiver entre 1 e 10, ler o ângulo na graduação vermelha, na escala das tangentes, sob o índice do cursor. Se a tangente estiver entre 10 e 100, subtrair o valor lido, na escala dos senos-tangentes, de $1600''$. Se a tangente estiver entre 100 e 1000, subtrair um décimo do valor lido na escala dos senos-tangentes de $1600''$.

C) — PROBLEMAS DO LEVANTAMENTO —

I) — Resolução do problema da pequena base:

As escalas do ângulo oposto e do ângulo do vértice são usadas juntamente com as escalas da base (C) e distância (D), na resolução dos problemas de pequena base.

Se A, B e C são conhecidos, B ou A podem ser determinados, achando-se, antes, o ângulo do vértice C e resolvendo a proporção:

$b/c = \text{Sen}B/\text{sen}C$ ou $a/c = \text{Sen}A/\text{sen}C$. Assim: —

- Levar o índice do cursor para o valor de B, na escala do ângulo oposto.
- Levar o valor de C, na escala do ângulo do vértice, sob o índice do cursor.
- Levar o índice do cursor para o valor de C, na escala da base (c).
- Ler a distância sob o índice do cursor, na escala D (distâncias).

NOTA: — O ângulo C é igual a $A' - B$. Se se tiver A em vez de A' , $C = 3200 - (A + B)$.

Quando o comprimento da base sair da escala das distâncias, mudar o índice c. Vejamos $b/c = \text{Sen}A'/\text{sen}C$:

- b. — e c. — como acima.
- Levar o índice do cursor para o índice C.
- Levar o outro índice C para sob o índice do cursor.
- Levar o índice do cursor para sobre o valor de c, na escala C.
- Ler o valor de B na escala D, sob o índice do cursor.

Conhecendo-se A' , B e b para se determinar o comprimento da base usa-se: $b/c = \text{sen}B/\text{sen}C$.

- $C = A' - B$.
- Levar o índice do cursor para o valor de B, na escala do ângulo oposto.
- Levar o valor de C, na escala do ângulo do vértice, para sob o índice do cursor.
- Levar o índice do cursor para sobre o valor de b, na escala D.
- Ler o valor de c, sob o índice do cursor, na escala C.

Os vários problemas acima podem ser resolvidos, quer em milésimos, quer em graus e minutos, utilizando-se para isto as respectivas escalas em milésimos ou graus e minutos, dos ângulos opostos ou do vértice.

Alguma vêzes, se bem que raramente, há necessidade de resolvermos problemas de pequena base quando o ângulo oposto é menor que $500''$ ou maior de $2700''$ ou o ângulo do vértice é menor que $45''$. Estes problemas não podem ser resolvidos com o auxílio das escalas do ângulo oposto e do vértice.

tice. En
da propo

a/se

Com

c=

a) —

b) —

c) —

d) —

e) —

II) —

Rumo

com o eiz

comprime

X da dire

pelo seno

minada m

d da direq

Assim

a) —

b) —

c) —

d) —

e) —

f) —

III) — De

Quand

eidas, o ru

dos senos

Quand

Nesse caso

tg a=I

Dividin

tg a/D

Então p

menor que

tice. Entretanto podemos resolver o problema com o auxílio da proporção:

$a/\text{sen}A=b/\text{sen}C$, utilizando-se as escalas dos senos C e D.

Como exemplo: — Achar o valor de b para

$c=1213$ ms; $A'=2940''$ e $B=2763''$:

- a) — $C=2940$ — $2763=177''$
- b) — Levar o índice do cursor para 1213 na escala D.
- c) — Levar o valor $177''$, na escala dos senos, para sob o índice do cursor.
- d) — Levar o índice do cursor para $437''$ ($3200''-2763''$) na escala dos senos.
- e) — Sob o índice do cursor, na escala D, ler o valor de $b=2918$.

II) — Cálculo de coordenadas:

Rumo de uma direção é o ângulo formado pela direção com o eixo dos Y (direção Norte-Sul). Quando o rumo e o comprimento de uma direção são conhecidos, a componente X da direção é determinada multiplicando-se a distância d pelo seno do rumo. Do mesmo modo a componente Y é determinada multiplicando-se pelo coseno do rumo o comprimento d da direção.

Assim:

- a) — Levar o índice C para a distância na escala D.
- b) — Levar o índice do cursor para o valor do seno do rumo na escala dos senos ou senos-tangentes.
- c) — Ler o Dx, na escala D, sob o índice do cursor.
- d) — Levar o índice do cursor para o valor do coseno do rumo, na escala dos senos ou senos-tangentes.
- e) — ler o Dy, na escala D, sob o índice do cursor.
- f) — Aos valores de X e Y do ponto considerado somar algebricamente os Dx e Dy achados.

III) — Determinação de direção: —

Quando os componentes x e y de uma direção são conhecidas, o rumo da direção pode ser determinado pelas escalas dos senos ou dos senos-tangentes.

Quando Dx é menor que Dy, o rumo é menor que $800''$.

Nesse caso usar a relação:

$$\text{tg } a = \text{Dx/Dy}$$

Dividindo-se esta equação por Dx, obtem-se:

$$\text{tg } a/\text{Dx} = 1/\text{Dy}$$

Então para se determinar rumos menores que $800''$ (Dx menor que Dy), opera-se assim:

- a) — Levar o índice C para o valor da componente y, na escala D.
- b) — Levar o índice do cursor para a componente x, na escala D.
- c) — Ler o valor do rumo na escala das tangentes ou na dos senos-tangentes, e o valor da tangente do rumo na escala C, tudo sob o índice do cursor.

Quando o Dx fôr maior que Dy, o rumo é maior que 800". Neste caso usar a relação:

$$\cotg a = Dy/Dx \text{ e } \cotg a = \tg(1600'' - a).$$

Combinando-se estas equações, obtém-se: —

$$\cotg a/Dy = \tg(1600'' - a) / Dy = 1/Dx.$$

Então para se determinar rumos maiores que 800" (Dx maior que Dy), opera-se:

- a) — Levar o índice C para o valor da componente x, na escala D.
- *b) — Levar o índice do cursor para a componente y, na escala D.
- c) — Ler o valor do rumo na escala das tangentes ou senos-tangentes e a tangente do rumo na escala C, tudo sob o índice do cursor. Ler o valor dos rumos nos números vermelhos.

O que acima está dito resume-se na seguinte regra:

- a) — Levar o índice C no valor da maior componente, na escala D.
- b) — Levar o índice do cursor para o valor da menor componente, na escala D.
- c) — Se Dx é menor que Dy, ler o rumo diretamente nos números pretos da escala das tangentes ou escala dos senos-tangentes.
- d) — Se Dx é maior que Dy, ler o rumo diretamente nos números vermelhos da escala das tangentes ou subtrair o valor lido na escala dos senos-tangentes de 1600".

NOTA: — Se as relações Dx/Dy ou Dy/Dx estiverem entre 0,1 e 1, o rumo é lido na escala das tangentes; entre 0,01 e 0,1 é lido na escala dos senos-tangentes; entre 0,001 e 0,01 é o rumo 1/10 valor lido na escala dos senos-tangentes. Uma vez achado o rumo, o azimute é encontrado como sabemos.

Quar
distânci
componen
ponto das

Em
Por defin
sen a

Assin
vidindo-se

Tam
cia pode
rumo.

O m
cia entre

Seja
um ponto
LP e PR
ângulo é
tg L

NOTAS:

a) —

b) —

OPERAÇÃO

a) —

b) —

c) —

d) —

IV — DETERMINAÇÃO DE DISTÂNCIAS: —

Quando as coordenadas de dois pontos são conhecidas, a distância entre elas é facilmente determinada, achando-se as componentes x e y pela subtração das coordenadas de um ponto das do outro.

Em seguida o rumo é determinado como vimos acima. Por definição:

$$\text{sen } a = Dx/d \text{ ou } d = Dx/\text{sen } a.$$

Assim, a distância entre dois pontos é determinada dividindo-se o Dx pelo seno do rumo.

Também: $\cos a = Dy/d$ ou $d = Dy/\cos a$, isto é, a distância pode ser determinada dividindo-se o Dy pelo cosseno do rumo.

O método seguinte é usado para se determinar a distância entre dois observatórios que não se avistam entre si.

Seja R o observatório da direita e L o da esquerda; P um ponto visto pelos dois observatórios, tal que as distâncias LP e PR possam ser determinadas e o ângulo P medido. O ângulo é determinado pela fórmula:

$$\text{tg } L = (PR \cdot \text{sen } P) / (LP - PR \cdot \cos P)$$

NOTAS: —

- Para a aplicação da equação acima é preciso se lembrar que o cosseno de um ângulo menor que $1600''$ é positivo e o cosseno de um ângulo entre $1600''$ e $3200''$ negativo.
- No caso do cosseno P ser positivo e a quantidade $Pr \cdot \cos P$ ser maior que LP a tangente de L é negativa e o ângulo L maior que $1600''$.

Uma vez determinado o ângulo L , a distância LR pode ser determinada pela aplicação da fórmula de lei dos senos:

$$LR = (PR \cdot \text{sen } P) / \text{sen } L.$$

OPERAÇÕES NA RÉGUA:

- Levar o índice C para o valor de Pr , na escala D .
- Levar o índice do cursor para o valor de P , na escala dos senos, números pretos.
- Ler, sob o índice do cursor, o valor de $PR \cdot \text{sen } P$, na escala D .
- Levar o índice do cursor para o valor de P , na escala dos senos, números vermelhos.

- e) — Ler, sob o índice do cursor, o valor de PR. $\cos P$, na escala D.
 f) — Subtrair PR., $\cos P$ de LP ou LP-PR. $\cos P = A$.
 g) — Levar o índice C para o valor de A, na escala D.
 h) — Levar o índice do cursor para o valor de PR. $\sin P$, na escala D.
 i) — Ler, sob o índice do cursor, na escala das tangentes, o valor do ângulo L.

PARA A DISTÂNCIA:

- a) — Levar o índice do cursor para PR. $\sin P$, na escala D.
 b) — Levar o valor do $\sin L$ para sob o índice do cursor.
 c) — Ler o valor de LR, na escala D, oposto ao índice C.

A) — EXERCÍCIOS —

I) — Multiplicação: —

- | | | |
|-------------------|----------------------|----------------------------|
| 1) — 3 x 2 | 8) — 3,05 x 5,17 | 15) — 0,495 x 0,0267 |
| 2) — 3,5 x 2 | 9) — 4,33 x 11,5 | 16) — 0,00205 x 4083 |
| 3) — 4,5 x 1,5 | 10) — 5,56 x 634 | 17) — 1,0473 x 3087 |
| 4) — 2 x 4,55 | 11) — 1,536 x 30,6 | 18) — 5 x 2 |
| 5) — 2,03 x 167,3 | 12) — 0,0756 x 1,093 | 19) — (1,756) ² |
| 6) — 1,75 x 5,5 | 13) — 1,876 x 926 | 20) — (4,98) ² |
| 7) — 3 x 5 | 14) — 1,876 x 5,32 | 21) — (3,142) ² |

II) — Divisão: —

- | | | |
|--------------------|---------------------|---------------------|
| 1) — 87,5 : 37,7 | 5) — 0,00377 : 5,29 | 9) — 2,72 : 3,14 |
| 2) — 3,75 : 0,0227 | 6) — 2875 : 37,1 | 10) — 3,42 : 81,7 |
| 3) — 0,685 : 8,93 | 7) — 8716 : 0,4683 | 11) — 69,8 : 3,49 |
| 4) — 1029 : 9,70 | 8) — 8716 : 9,832 | 12) — 193,4 : 9,341 |

III) — Quadrados: —

- | | | |
|----------------------|------------------------|----------------------------|
| 1) — 25 ² | 5) — 89 ² | 9) — 1,753 ² |
| 2) — 32 ² | 6) — 733 ² | 10) — 0,334 ² |
| 3) — 61 ² | 7) — 452 ² | 11) — 0,00356 ² |
| 4) — 75 ² | 8) — 2,08 ² | 12) — 0,953 ² |

IV) — I

Ang. A

- | | |
|------|-----|
| 1) — | — |
| 2) — | — |
| 3) — | 665 |
| 4) — | — |
| 5) — | — |
| 6) — | — |
| 7) — | — |
| 8) — | — |
| 9) — | — |

II) — D

- | | |
|----------|---|
| Dx + 123 | — |
| Dy + 298 | — |

III) — I

- | | |
|----------|---|
| Dx + 123 | — |
| Dy + 298 | — |

B) — SOLUC

I — Mul

- | |
|-----------|
| 1) — 6,00 |
| 2) — 7,00 |
| 3) — 6,75 |
| 4) — 9,10 |
| 5) — 340 |
| 6) — 9,62 |
| 7) — 15 |

II) — DI

- | |
|-------------|
| 1) — 2,32 |
| 2) — 165,2 |
| 3) — 0,0767 |
| 4) — 106,1 |

IV) — Base Curta: —

	Ang. A	Ang. A'	Ang. B	a	b	c
1) —	—	1067	940	—	?	785
2) —	—	1540	1327	?	—	656
3) —	665	—	2432	—	?	933
4) —	—	1391	1192	—	?	1282
5) —	—	2345	2024	—	?	324
6) —	—	975	848	—	5120	?
7) —	—	2332	2181	8625	—	?
8) —	—	2122,5	2059,2	?	—	868
9) —	—	593	473	—	?	941

II) — Determinar o rumo e azimuth de cada uma das seguintes linhas:

	1	2	3	4	5	6	7	8
Dx	+ 123	- 298	+ 89,3	+ 241	+ 36	- 598	+ 4,6	+ 896
Dy	+ 298	+ 123	+ 241	- 89,3	- 598	- 36	+ 896	- 4,6

III) — Determinar a distância entre os dois pontos abaixo: —

	1	2	3	4	5	6	7	8
Dx	+ 123	- 298	+ 89,3	+ 241	+ 36	- 598	+ 4,6	+ 896
Dy	+ 298	+ 123	+ 241	- 89,3	- 598	- 36	+ 896	- 4,6

B) — SOLUÇÃO

I — Multiplicação: —

1) — 6,00	8) — 15,77	15) — 0,1322
2) — 7,00	9) — 49,8	16) — 8,37
3) — 6,75	10) — 3525	17) — 3230
4) — 9,10	11) — 47	18) — 10
5) — 340	12) — 0,0826	19) — 3,08
6) — 9,62	13) — 1737	20) — 24,8
7) — 15	14) — 9,98	21) — 9,87

II) — Divisão: —

1) — 2,32	5) — 0,000713	9) — 0,866
2) — 165,2	6) — 77,5	10) — 0,0419
3) — 0,0767	7) — 18,61	11) — 20
4) — 106,1	8) — 886	12) — 207

III) — Quadrados: —

1) — 625	5) — 7920	9) — 3,08
2) — 1024	6) — 537	10) — 0,1116
3) — 3720	7) — 204	11) — 0,00001267
4) — 5625	8) — 4,33	12) — 0,908

IV) — Base Curta: —

1) — 5033	5) — 956
2) — 3155	6) — 861
3) — 6327	7) — 1692
4) — 6081	8) — 12,178
	9) — 3585

II) — Determinação de rumos e azimutes: —

1) — 399 NE, 399	5) — 61 SE, 3139
2) — 1201 NW, 5199	6) — 1539 SW, 4739
3) — 361 NE, 361	7) — 5,2 NE 5,2
4) — 1239 SE, 1961	8) — 1594, 8 SE, 1605,2

III) — Determinação de distâncias: —

1) — 322,4	5) — 599
2) — 322,4	6) — 599
3) — 257	7) — 896
4) — 257	8) — 896

Manufatura Brasileira de Louças S. A.

Escritório: R. Florêncio de Abreu, 407-3.º — Tel. 2-7153

S. PAULO

Fábrica: R. Pernambuco, 10 — Tel. 424 — São Caetano —
E. F. S. J.

ARMAZEM DO CRUZEIRO

LÍQUIDO E COMESTÍVEIS FINOS

Arthur Augusto Brites

Rua Vaz Caminha, 555 — Telefone, 29-0343 — CACHAMBY
RIO DE JANEIRO

Subsidio
cavalario

COSS

Trad

estr
suc
to

que
de
dire
emp
men
cess
dos
men
isola
unio
de
Ver

com
bina
em
nhu
estra
plos
ser
com
inter
sam
ter
terio
fôre

Subsidio para estudo do papel da cavalaria a cavalo na última guerra

COSSACOS DO EXÉRCITO VERMELHO

Pelo Major ROBERT B. RIGG

Tradução e condensação do Cap. RAUL LOPES MUNHÓZ

"Decididos ataques de surpresa, com apoio de fogo e estreita cooperação de forças mecanizadas assegurarão maior sucesso à cavalaria". (Regulamento de combate do Exército Vermelho-Cavalaria-Cap. I, par. 4).

"Carros de combate e blindados, ao mesmo tempo em que esmagam e destroem o pessoal inimigo e a sua potência de fogo, abrem caminho para a Cavalaria e lhe provêm apoio direto. Em circunstâncias especiais a Cavalaria pode ser empregada em missões independentes, tais como reconhecimento, ataques a grupos inimigos isolados etc. O maior sucesso na batalha é conseguido mediante ataques concentrados de carros de combate e blindados. O limite de fracionamento dos carros de combate é o Regimento, porém, carros isolados e pelotões de carros podem ser combinados com unidades de cavalaria ou destacamentos para cumprimento de missões independentes" (Reg. de combate do Exército Vermelho-Cavalaria-Cap. I, par. 14).

MOBILIDADE

"A idéia de que a Cavalaria não pode ser empregada com as forças blindadas é desmentida pela frequente combinação de Cavalaria e forças blindadas, na Rússia. Quando em contato, ou na iminência de contato com o inimigo, nenhum carro de combate, ou viatura blindada percorre as estradas a 30 ou 40 milhas, na direção do inimigo. Em amplos movimentos circulares, a Cavalaria, pode, muitas vezes, ser previamente reunida numa área conveniente e próxima, como também ser movimentada através campo, por linhas interiores. Quando a Cavalaria e forças blindadas, não possam ser empregadas inteiramente juntas, pode a primeira ter missão independente, como a de deslocar-se por linhas interiores para ligar as largas formações de Infantaria com as forças blindadas, agindo, assim, como um elo".

Brigadeiro Gen. H. S. HAWKINS.

Estas palavras do Gen. Hawkins são aqui repetidas não só porque esclarecem o título acima, como, também, porque simbolizam a lógica das respostas que se ouve, quando se fala com um oficial do Exército Vermelho, sobre o assunto. Os oficiais do Exército Vermelho, de todas as armas, manifestam muito entusiasmo por sua Cavalaria, e, parecem bem informados sobre as possibilidades da mesma. Tendo visto a Cavalaria em ação no "front", ou tendo assistido a recente demonstração de seu emprêgo, a opinião que os oficiais russos tem sobre o assunto, é muito diferente da dos oficiais americanos, que apenas conhecem a Cavalaria a cavalo através de leituras.

O oficial soviético admirar-se-á de saber que são murmurados argumentos para apoiar a arma de Cavalaria, ou que se faz a pergunta: "Pode a Cavalaria subsistir com viaturas blindadas?". Para tal quesito, a resposta russa usual será: "Não, de uma maneira absoluta, porém, devidamente empregada e coordenada, a Cavalaria adapta-se bem ao quadro do combate, e, muitas vezes, desempenha papel que outras armas não podem desempenhar.

A COMBINAÇÃO CAVALO-BLINDADO

No início da última guerra o Exército Vermelho percebeu que seus ataques de carros podiam ser acelerados substituindo-se os infantes por cavalarianos. Até então, o ataque dos carros, subordinado ao rendimento de marcha do infante, realizava-se a 3 quilômetros por hora, aproximadamente. Com a utilização da Cavalaria podia ser aumentado esse rendimento para cerca de 8 quilômetros. Este foi o fator que induziu à criação do famoso grupamento Cavalaria-carros, pois que o Exército Vermelho sempre deu muita atenção ao caso do apoio aos carros, a ponto de haver iniciado a prática de transportar infantes nos mesmos, e de ter-se ouvido falar de viaturas blindadas soviéticas, traicionando reboques especiais carregados de infantes.

A figura 2 mostra como unidades de Cavalaria são empregadas para substituir a Infantaria, quando esta não puder acompanhar um ataque de carros ou prosseguir. Por exemplo: num ataque contra uma posição fortificada a infantaria é o elemento que usualmente se emprega, com propriedade, em apoio ao blindado; quando o ataque é bem sucedido, as unidades de carros prosseguem, enquanto que a Infantaria, muitas vezes, absorvida pelo ataque inicial, ou ocupada em alguma ação decisiva, pode ficar para trás, em situação de não apoiar os carros. Surge assim um problema que o Exército Vermelho resolve, em alguns casos, fazendo a Cavalaria ultrapassar a Infantaria, e ir apoiar a progressão dos carros, como mostra a citada figura.

Um exemplo típico desse processo ocorreu em Korsun-Shevchenkovsky, no mês de Março de 1944, quando, estando a Infantaria im-

tente para avançar, foi substituída.

Uma outra situação é a Cavalaria que se lança para preencher a brecha aberta na linha de frente, porque, possuindo remanescentes de unidades, dando aqueles

Além disso, a surpresa, ataque, exemplo de sucesso quando a Cavalaria, varrendo terreno e cidades fortificadas, era nova, ressurcindo a Cavalaria-Carros.

Do ponto de vista, constitui o método par um cavaleiro, as, a primeira, lançado ao ataque, de modo a dar, os a cavalo.

Quando os carros são misturados, guiado de pelo lado, te. Deve ser tomado nos flancos, do lado de flanco.

No assalto, sobre os alvos, como objetivos, para atirar a

As missões de ataque. Quando consolidada a ocupação, substituída pela Infantaria, a Cavalaria prossegue.

tente para acompanhar uma progressão de carros muito bem sucedida, foi substituída com eficiência pela Cavalaria.

Uma outra combinação Cavalaria-Carros está ilustrada na figura 3. A Cavalaria segue na esteira de um ataque de Infantaria-Carros e, logo que as linhas inimigas são rompidas, a Cavalaria amplia os flancos da brecha aberta. Neste papel de conclusão do rompimento de uma posição a Cavalaria apresenta maiores possibilidades que a Infantaria, porque, possuindo maior velocidade e mobilidade, pode perseguir os remanescentes inimigos, progredindo atrás do escalão principal e impedindo aqueles elementos de fortificarem-se e organizarem novas posições.

Além disso, a velocidade da Cavalaria também assegura maior surpresa, atacando outras posições inimigas pelos seus flancos. Um exemplo de tal emprego ocorreu no Ingulets River, em Março de 1944, quando a Cavalaria foi arremessada no interior de uma brecha, e, atravessando terrenos muito pantanosos, tomou grande número de posições e cidades fortificadas inimigas, à retaguarda da L.P.R. Sua tática não era nova, ressaltando-se porém um emprego sistemático do combinado Cavalaria-Carros.

TÉCNICA DO ATAQUE

Do ponto de vista da Cavalaria, uma carga de Cavalaria-Carros, constitui o mais emocionante tipo de ação em que pode hoje participar um cavalarião. Quando o ataque é feito a fortes defesas inimigas, a primeira vaga é inteiramente constituída por carros. Uma vez lançado ao ataque, o cavaleiro segue seus blindados a pequena distância de modo a não dar ao inimigo oportunidade de separar os elementos a cavalo de seus carros...

Quando o objetivo não é uma defesa bem organizada, os cavaleiros são misturados com o primeiro escalão de carros, sendo este seguido de pelo menos um outro escalão organizado de modo semelhante. Deve ser tomada a precaução de colocar viaturas blindadas extras, nos flancos, de modo a proteger os cavaleiros mais vulneráveis ao fogo de flanco.

No assalto, a potência de fogo dos carros é mantida diretamente sobre os alvos maiores, enquanto que os cavaleiros montados tomam como objetivos o pessoal inimigo. As unidades a cavalo devem apelar para atirar a pé durante esses assaltos.

As missões secundárias da Cavalaria variam com o sucesso do ataque. Quando são obtidos apenas resultados limitados, a Cavalaria consolida a ocupação do terreno conquistado, mantendo-o até ser substituída pela Infantaria. Quando porém, completa rutura é obtida, a cavalaria prossegue para a frente com os elementos mecanizados.

Quando um ataque é retardado ou detido, a Cavalaria, procura os pontos fracos ou toma o terreno mais difícil, num esforço para penetrar e desbordar a resistência inimiga. Algumas vezes, quando a Cavalaria e outras armas são bem sucedidas contra forças inimigas, tenta-se, com a Cavalaria, cortar os caminhos de retraimento do adversário. A mobilidade da Cavalaria através campo, é útil na perseguição e lhe permite impedir que forças a pé apossam-se de terrenos difíceis...

É sempre conveniente conceber a Cavalaria no valor de Divisões e Corpos de Cavalaria com todos os seus componentes, armas anti-carros, morteiros e Artilharia, os quais dão equilíbrio ao conjunto.

Entretanto, a combinação Cavalaria-Blindado é bastante flexível, como ficou demonstrado pelo método empregado na terceira frente ucraniana, quando grupamentos especiais foram organizados com o fim de rechassar os alemães.

O comando do Gen. Malinovsky constitui um conjunto de varias pequenas equipes de combate, com o objetivo de romper as unidades alemães instaladas nos rios Bug e Ingulets. Tais equipes eram constituídas por dois carros de combate (ou canhões auto propulsados) carregando pequenas metralhadoras, e cavalarianos montados. Posteriormente, alguns desses grupos incluíam morteiros de trincheira e metralhadoras. A combinação mostrou-se eficiente pela mobilidade obtida, e, os grupos assim constituídos foram empregados em esforços conjuntos e grande número deles conseguiram penetrar nas defesas inimigas.

Toda vez que a situação apresentava-se favorável esses grupamento móveis de combate eram empregados para devastar o inimigo, e, então, tinham grande valor com a confusão que criavam nas fileiras inimigas. Certa ocasião um desses grupos atacou uma coluna motorizada alemã, na estrada, transformando-a em pequenos grupos de viaturas isoladas que se constituíram em ilhotas de resistência, e que, cercadas, foram atacadas e aniquiladas por outras forças.

CONCLUSÃO

Durante o ano de 1944, o grupamento CAVALARIA-CARROS, participou da libertação de Razdelnaya, Odessa, Kamenets, Podoek, Lublin, Minsk, Slonim, Grodno, Zolochov, Brodi, Brest-Litovsk, Focsan, Roman, Barlad, Debretsen, e muitas outras localidades mais, infligindo derrotas ao inimigo. Interessante é notar que, em Debretsen, no mês de Outubro, nada menos de 10 comandos de D.C. foram citados pelo Marechal Stalin, sendo a maior parte deles chefes de unidades de cossacos, tendo nesta batalha participado um número de unidades de Cavalaria maior do que o anunciado.

A história dos combates dos cossacos, realizados na segunda guerra mundial, ainda está para ser contada, faltando detalhes sobre o que

L.P.R.

BLINDADO
PROTEÇÃO
FLANCOAPO
DADO

Figs. 1 e 2 —
ciolmente em
de combate, d

Fig. 3 — Oge

L.P.R. INIMIGA ROMPIDA

BLINDADOS EM
PROTEÇÃO DO
FLANCO

BLINDADOS EM PROTE-
ÇÃO DO FLANCO

CAVALARIA

APOIADA POR UNI-
DADES DE CARROS

CAVALARIA EM RESERVA

CARROS DE COMBATE E
INFANTARIA ATACAM E
PENETRAM NA L.P.R.
INIMIGA.

CARROS DE COMBATE
PROGRIDEM RAPIDAMENTE
ALEM DO APOIO DA INFAN-
TARIA. A CAVALARIA UL-
TRAPASSA A INFANTARIA
E VAI APOIAR OS CARROS
DE COMBATE.

Figs. 1 e 2 — A Cavalaria suplanta a Infantaria, no apoio a unidades blindadas. Inicialmente em reserva, a Cavalaria ultrapassa a Infantaria e apoia vigorosamente os carros de combate, de vés que sua mobilidade está mais de acôrdo com o ritmo dos blindados, so uma perseguição é desenvolvida.

Fig. 3 — Organização típica do grupamento Cavalaria-Carros para perseguição do inimigo.

a Cavalaria teria realizado nas batalhas. Quando, porém, os historiadores militares começarem a escrever a história desta guerra, a CAVALLARIA terá a documentação mais do que necessária para provar a sua utilidade na chamada "máquina da guerra".



TE
F
TRÊS
DAS,
FUND
GOS,
LA
PALA
PARA
DO, F
NEIRA
FARD
DE A
SOB E
LA
FITAS
CIALI
TIRAS
GURA
FO
TRATA
ME. T
F
FUNCI
BREVI
DO M
CESSO
CIFICA
VAPO
ACEIT
DESDE
ME
FABRI
PRINC
AR
FITAS
E CRA
TOS P
D
SEM C
TECNI
E A C
TRIAI
Fábrica
TELEC

DE MARTINO S/A

Usinas Brasileiras de Ferro e Aço

**TEMOS A DISPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL OS
SEGUINTE DEPARTAMENTOS:**

Fundição

TRES FORNOS ELÉTRICOS DE UMA, SEIS E QUINZE TONELADAS, SENDO ESTE ÚLTIMO O MAIOR DA AMÉRICA DO SUL. FUNDIÇÃO DE FERRO, AÇO, METAIS, FERRO GUSA, TARUGOS, LINGOTES E PLACAS PARA LAMINAÇÃO.

Laminação a quente

PALANQUILHAS PARA RELAMINAÇÃO, FERRO REDONDO PARA CONSTRUÇÃO E USOS INDUSTRIAIS, FERRO QUADRADO, FERRO CHATO, FERRO-ARCO PARA BARRIS, CANTONEIRAS, FITA DE AÇO LAMINADAS A QUENTE PARA ENFARDAMENTO DE ALGODÃO E FINS INDUSTRIAIS, FITAS DE AÇO ESPECIAIS PARA CUTELARIA, PERFIS ESPECIAIS SOB ENCOMENDA.

Laminação a Frio

FITAS DE AÇO PARA TODOS OS FINS INDUSTRIAIS. ESPECIALIDADE EM FITAS PARA ESTAMPAGENS PROFUNDAS. TIRAS DE AÇO LAMINADAS A FRIO EM QUALQUER LARGURA, ESPESSURA, ACABAMENTO E DUREZA.

Fornos para tratamento térmico

TRATAMENTO TÉRMICO DE CHAPAS, FITAS DE AÇO E ARAME, TEMPERA E RECOZIMENTO.

Fábrica de Tubos

FUNCIONANDO PARCIALMENTE HÁ CERCA DE 1 ANO, EM BREVE PODERÁ SER CATALOGADA ENTRE AS MAIORES DO MUNDO. FABRICAÇÃO, PELOS MAIS MODERNOS PROCESSOS, DE TUBOS DENTRO DAS MAIS RIGOROSAS ESPECIFICAÇÕES "STANDARD" UNIVERSAIS Para: ÁGUA, GÁS, VAPOR, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E FINS INDUSTRIAIS. ACEITAMOS PEDIDO PARA QUALQUER CLASSE DE TUBOS DESDE 1/2" A 4" DE DIÂMETRO EXTERNO.

Mecânica

FABRICAÇÃO, SOB ENCOMENDA, DE MÁQUINAS ESPECIAIS PRINCIPALMENTE PARA LAMINAÇÃO.

Artigos para a segurança da embalagem

FITAS DE AÇO PARA EMBALAGENS: APARELHOS, SELOS E CRAMPOS CORRUGADOS. LINHA COMPLETA DE PRODUTOS PARA EMBALAGEM MECÂNICA SEM USO DE PREGOS.

Departamento Técnico

SEM QUALQUER COMPROMISSO, O NOSSO DEPARTAMENTO TÉCNICO SE PRONTIFICA A PRESTAR-LHE INFORMAÇÕES E A COLABORAR NO ESTUDO DOS SEUS PROBLEMAS INDUSTRIAIS. CONSULTE-NOS HOJE MESMO.

Fábrica e Escritório: Av. Presidente Wilson, 3594 — Tel. 3-0544
TELEG.: RADEMA — CAIXA POSTAL 4154 — SÃO PAULO

Seção de Vendas: R. São Bento, 329 - 1.º Andar

TELEFONES 2-5357 - 3-3773

Fichas de Trabalho do Artilheiro

(Notas compiladas pelo então Capitão

NEWTON FRANKLIN DO NASCIMENTO)

I. — DEFINIÇÃO

As fichas de trabalho, assim como os quadros de trabalho, constituem a documentação dos instrutores.

Traduzem a documentação dos Comandantes de Bateria; completam os quadros de trabalho e assumem uma importância considerável; pode-se dizer que a eficácia dos processos de instrução nelas repousa inteiramente.

II. — ORGANIZAÇÃO

Tais fichas são organizadas pelos instrutores e submetidas à verificação e aprovação dos Comandantes de Bateria, com a necessária antecedência.

Para cada matéria a tratar, o quadro de trabalho do Capitão estabelece as ações que devem ser ensinadas aos recrutas durante a semana de instrução correspondente.

Trata-se então, para o instrutor, de tomar uma a uma as ações que devem ser ensinadas e analisá-las — *de regulamento na mão* — de modo a determinar as operações que são necessárias e suficientes para a cabal execução de cada ação, devendo tais operações se reduzirem a uma *simplicidade extrema*, serem em *número tão limitado quanto possível* e, facilmente executáveis por homens medianamente instruídos, empregando esforços compatíveis com a capacidade de cada um e, para outros, com a maior rapidez possível.

— *Exemplos* : — desmontar e montar o aparelho da culatra; carregar e descarregar a peça; execução das funções que cabem a cada servente no acionamento da peça; encilhar uma parelha; atrelar uma peça, etc.

Será preciso, pois, proceder experimentalmente com homens medianamente instruídos, fazendo intervir o cronômetro para determinar os tempos de execução, os quais deverão ser melhorados sucessivamente, até a obtenção de *tempos-records*.

O *tempo-tipo* deve ser obtido por todo o pessoal e de maneira mais acentuada para as ações coletivas do que para as individuais, pois aquelas dominam a instrução.

Devem ser concedidas recompensas às guarnições ou às peças que obtiverem os melhores tempos.

Torna-se imprescindível que cada qual se convença de que sua própria sorte depende unicamente do êxito da equipe ou da peça de que fizer parte e de que estas são o produto de sua virtuosidade e de todos os outros serventes, bastando a imperícia de um, somente, para comprometer todo o conjunto.

Ao organizar uma ficha de trabalho, é preciso que o instrutor perceba de maneira bastante *clara e precisa* que qualquer *ação* se decompõe em funções e que as *funções* são decompostas em operações simples, com um *tempo mínimo* necessário a uma execução perfeita.

III. — REDAÇÃO

A redação das fichas não deve ser considerada sem importância. Elas devem apresentar uma forma mui característica e expressiva, falando, por assim dizer, a quem as tiver de empregar. Será preciso, portanto, que certas fichas, concernentes às ações que devem dar lugar a reflexos duradouros, possam imprimir-se facilmente na memória dos executantes, aí permanecendo qual uma ideia dominadora.

Praticamente haverá : —

- uma ficha por ação coletiva;
- uma ficha particular para certas funções duma ação comportando várias operações;
- idem para certas operações duma função;
- *Exemplos* : — função do conteirador e carregador no acionamento para a frente; função do atirador ou do apontador na execução do tiro (antes, durante e após a execução); graduar a espoleta (muniçador); carregar (carregador).

Como se observa, as combinações e os exemplos podem multiplicar-se ao infinito. Mas o principal a reter é que as fichas, em última análise, devem refletir a personalidade do instrutor.

IV. — CLASSIFICAÇÃO DAS FICHAS

Pode haver duas categorias de fichas : —

- 1.^a) — As fichas que não se referem às ações para as quais se deseja criar reflexos : educação física, instrução geral, serviço em campanha, certas operações de tiro e de técnica como a conservação do material e definições;
- 2.^a) — As que se referem, ao contrário, às ações essenciais e que devem ficar impressas profundamente na memória.

As
do que a
regulam
pedagógi
ção, impr
Cum
mento dá
literalmen
As f
acionamen
e condut
guarnição
sabido pe
A re
sentar-se
ciados no
dade extr

I.

II.

III.

IV.

V.

As fichas de primeira categoria interessam mais aos instrutores do que aos recrutas. Constituem guias preciosos para os monitores; regulam os planos das lições; põem em relêvo observações de ordem pedagógica; em uma palavra, destinam-se a evitar qualquer hesitação, improvisação e acréscimos intempestivos dos instrutores.

Cumprê frisar que na parte referente à ordem-unida o regulamento dá prescrições precisas e uma cadência fixa, as quais devem ser literalmente reproduzidas nas fichas.

As fichas da segunda categoria compreendem, por exemplo, o acionamento e serviço do material no combate, funções dos serventes e condutores na ocupação de posição, organização do terreno pela guarnição da peça e constam de tudo que deve ser integralmente sabido pelos instruendos.

A redação da ficha é pessoal. Materialmente, elas podem apresentar-se sob a forma dum quadro e classificadas por assuntos enunciados nos programas e planos e caracterizam-se por sua simplicidade extrema.

— Exemplo duma ficha — instrutor :

I. — *Definição e importância das fichas de trabalho*

II. — *Princípios de organização das fichas :*

- a) — cada ação se decompõe em funções e cada função comporta várias operações;
- b) — as operações a ensinar devem ser :
 - simples em extremo;
 - reduzidas ao mínimo indispensável;
 - executáveis facilmente até por homens medianamente instruídos e em tempos cada vez menores.
- c) — conceder recompensas às guarnições ou recrutas que obtiverem melhores tempos;
- d) — as ações em conjunto têm predominância sobre as individuais, embora estas formem a base de toda instrução.

III. — *Redação das fichas:* As fichas devem ser expressivas e falar a quem as tiver de empregar.

IV. — *Classificação das fichas;*

V. — *Texto a consultar:* R. n.º 13 — I Parte — Título I
— Art. 105 — Anexo III.

Escola Militar do Realengo — Rio, em 3.XII.1936.

O Problema Brasileiro do Petróleo

ENSAIO DE SOLUÇÃO OBJETIVA

Quarta conferência do Gen. JUAREZ TAVORA, realizada no Clube Naval, em 16 de Setembro

I — TERMOS DE UMA SOLUÇÃO OBJETIVA

1. Chamamos *soluções objetivas de um problema concreto* aquelas que, considerando devidamente os diferentes dados e aspectos peculiares desse problema, condicionam-se, fielmente:

1.º) aos objetivos a alcançar, isto é, aos fins visados com as mesmas soluções;

2.º) às realidades ambientes, que as condicionam — facilitando ou dificultando o estabelecimento de equações, através das quais devem essas soluções ser determinadas;

3.º) aos meios ou recursos efetivamente disponíveis para, ajudando ou contrariando as realidades ambientes, chegar aos objetivos ou fins visados.

2. No caso do petróleo, o problema se reveste de aspectos bastante complexos, que não devem ser esquecidos, na análise, ou, pelo menos, no confronto daquelas coordenadas condicionantes da objetividade das soluções.

Sobressaem entre esses aspectos:

- os econômico-financeiros
- os político-sociais;
- os administrativos;
- os técnicos;
- os legais.

3. Tal como nos problemas táticos que nos habituamos a resolver nas Escolas Militares — a apreciação que nos propomos aqui fazer, do problema do petróleo, comportarão duas fases distintas:

1.º) uma análise, baseada nos fatos concretos relacionados com o problema, conduzindo a uma síntese;

2.º) uma decisão, conduzindo logicamente a uma solução, coerente com a síntese e com os fatos de cuja análise ela resultou.

4. Não é demais salientar que, predominando na 1.ª fase os elementos técnicos, e na 2.ª um critério artístico — esta, muito mais

que aquela, estará sujeita a apreciações diversas e, até mesmo, controversas. É razoável que o fator pessoal contido nas concepções artísticas possa conduzir a soluções diferentes, partindo de uma mesma apreciação técnica dos dados ou fatores que a condicionam. E cada uma dessas soluções pessoais será aceitável, desde que a concepção artística de onde emanou haja sido lógica, isto é, coerente com a natureza e dependências recíprocas dos fatos analisados e síntese daí resultante.

5. A solução que tentarei esboçar aqui, para o momentoso problema da valorização econômica do nosso petróleo não pretende ter outros méritos além de ser lógica e coerente com os dados concretos em que se baseia.

Esses dados são os mesmos de que me socorri nas conferências anteriores, algumas vezes ampliados e outros corrigidos à luz de informações novas, que pude obter.

II — OBJETIVOS VISADOS COM A SOLUÇÃO DO NOSSO PROBLEMA PETROLÍFERO.

1. Dois objetivos fundamentais devem, ao meu ver, orientar a solução geral do problema:

1.º) suprir, quanto antes, as necessidades de consumo interno de petróleo e derivados, a preços adequados — reforçando, assim, ao mesmo tempo, a nossa capacidade econômico-financeira (redução de cobertura de cambiais para a importação) e a segurança nacional (abastecimento de combustíveis líquidos, independentemente dos caprichos de terceiros e dos riscos de transportes oceânicos);

2.º) concorrer — se o justificar a potência de nossas reservas petrolíferas — para a satisfação das necessidades continentais, e, eventualmente, mundiais de petróleo, proporcionando, de um lado, maiores recursos ao nosso organismo econômico-financeiro, pela ampla mobilização dessa riqueza potencial (acumulação de divisas ouro no exterior) e, por outro lado, reforçando as condições de defesa do continente, a cuja sorte estamos cada vez mais vinculados, tanto na paz como na guerra, por compromissos internacionais (suprimento de combustível aos países vizinhos que dele necessitam e aumento da própria capacidade de defesa).

2. Essa missão abrange, nitidamente, duas etapas ou objetivos sucessivos: o primeiro, mais restrito e urgente; o segundo mais amplo e, logicamente, mediato.

A primeira etapa ou objetivo é, nacionalmente, mais importante que o segundo, porque a satisfação de nossas necessidades internas deve preterir a das continentais e, com maior razão, a das mundiais. Analogamente, o reforço da segurança nacional prefere, na solução do

problema, o
vivemos.

3. Dessas
conclusões

1.º) de
forçadas, na
ra alcançar,
do problema
interno;

2.º) só
o autorizarer
rificadas em
parte da sol

3.º) co
jam os objet
mente — atr
de forma a
mo econômico

4.º) do
atingir, quan
ção das nece
pital estrange
veis da coleti

5.º) imp
financeiramen
se nos apresen

III — REAL

— Obser
constantes de
São Paulo.

1 Produ
a) A pro
de 2,3 bilhões

— Hemis
dos quais cer
Norte e mais

— Hemis
nos de 20%),
milhões (51%)

Essa prod
esperando-se q
de 30% na re

problema, o da segurança do continente ou do resto do mundo em que vivemos.

3. Dessa rápida análise da missão podemos chegar às seguintes conclusões parciais:

1.^a) devemos pôr em jogo todas as nossas possibilidades — reforçadas, na medida do possível, pela cooperação continental — para alcançar, imediatamente, o primeiro objetivo visado pela solução do problema — a satisfação integral das necessidades do consumo interno;

2.^a) só depois de atingido esse objetivo, e apenas na medida que o autorizarem (e enquanto o autorizarem) as nossas possibilidades verificadas em petróleo — deve ser empreendida e prosseguida a segunda parte da solução.

3.^a) convém, do ponto de vista econômico-financeiro, que se atinjam os objetivos visados — ainda que isso importe em fazê-lo lentamente — através de uma exploração controlada pelo capital nacional, de forma a integrar a totalidade dos lucros da indústria no organismo econômico do País;

4.^a) do ponto de vista da segurança nacional, o que convém é atingir, quanto antes, ao menos a primeira etapa objetivada (satisfação das necessidades internas) — mesmo sob controle parcial do capital estrangeiro — ressalvados — já se vê — certos direitos inalienáveis da coletividade nacional;

5.^a) impõe-se de qualquer forma, que nos preparemos, técnica e financeiramente, para assumir, desde que uma primeira oportunidade se nos apresente, o controle integral da nossa indústria petrolífera.

III — REALIDADES MUNDIAIS REFERENTES AO PETRÓLEO

— Observação preliminar: repetimos e completamos aqui dados constantes de nossa conferência feita no Instituto de Engenharia de São Paulo.

1 Produção, consumo e reservas.

a) A produção mundial de petróleo montou, em 1946, a cerca de 2,8 bilhões de barris de 159 litros, assim distribuídos:

— Hemisfério Ocidental — cerca de 2,3 bilhões (mais de 82%) dos quais cerca de 1,8 milhões (78%), correspondem à América do Norte e mais de 1,7 bilhões (ou 73%) aos Estados Unidos.

— Hemisfério Oriental — cerca de 0,5 bilhão de barris (ou menos de 20%), dos quais 167 milhões (33%) provêm da Rússia e 256 milhões (51%), do Médio Oriente.

Essa produção atingirá, no corrente ano, a casa dos 3 bilhões — esperando-se que, em 1951, terá crescido de 10% nos Estados Unidos; de 30% na região das Caraíbas; e de 100% na Ásia Menor.

b) O consumo que, em 1946, alcançou, também, a casa dos 2,8 bilhões de barris, tende a crescer ainda mais rapidamente que a produção — o que ameaça o mundo — pelo menos em algumas partes e nestes próximos anos — de uma crise de petróleo.

Nos Estados Unidos, espera-se que, já no corrente ano, para uma produção de 1.795 milhões de barris, haja um consumo de 1.940 milhões, havendo um déficit de 155 milhões de barris, a ser suprido por importação.

Esse déficit tende a aumentar progressivamente nos anos futuros devido, de um lado, às restrições que se vão opôr à exploração das jazidas petrolíferas estadunidenses (essa exploração, que concorrerá, no corrente ano, com 58% da produção mundial, deverá baixar a 50%, em 1956, e 44%, em 1965) e no aumento constante do consumo interno.

Calcula-se que, em 1965, as demandas totais do mundo em petróleo subirão a mais de 4,1 milhões de barris, para cujo suprimento os Estados Unidos concorrerão com 44%, o Hemisfério Oriental com 35% e o restante do mundo com 21%.

c) As reservas medidas são, atualmente, da ordem de 63,4 bilhões de barris, assim distribuídas:

— hemisfério ocidental — 30,1 bilhões (48%), dos quais 21 bilhões (70%) nos Estados Unidos;

— hemisfério oriental — 33,3 bilhões (52%), dos quais 5,7 bilhões (17%) da Rússia e 26,5 bilhões (cerca de 80%) na Ásia Menor.

As reservas possíveis, segundo Wilson ("oil across the World") são presumidas em cerca de 400 bilhões de barris, assim repartidos:

— hemisfério ocidental — 100 bilhões (25%), dos quais 80 bilhões (80%), nos Estados Unidos;

— hemisfério oriental — cerca de 300 bilhões (75%), dos quais 110 bilhões (37%), na Rússia, e 180 bilhões (60%), na Ásia Menor.

2. Rendimento por poço, custo de produção e de transporte.

a) As médias da produção diária, por poço, foram, em 1945, as seguintes, segundo regiões:

— América — entre 12 barris (nos Estados Unidos) e 206 barris (na Venezuela);

— No Médio Oriente — entre 270 barris, (em Bahrein) e 9.000 barris (no Irak).

b) Os custos médios, por barril, posto a bordo, foram, na mesma época e para as mesmas regiões, os seguintes:

— América — entre US\$ 0,54, na Venezuela, a US\$ 0,78, no Perú (nos Estados Unidos custava US\$ 0,64).

— Médio Oriente — entre US\$ 0,27, para o do Iran, e US\$ 0,49, para o do Irak.

c) O
US\$ 0,01

na travess

Os m

rão transp

conferenci

3. In

a) Na

do petróle

dução, dis

como se s

— A

(+5%);

— Ar

— Eu

— Ru

— M

— Ex

Totais

Nova

Mar das C

tros mund

idades, n

por dia.

b) O

fazem-se p

e setentrio

África do

tais da Af

— Tr

Francisco

tal de tod

Libano (A

terrâneo;

ses do Ext

As fr

em globo,

— 14

— po

Reino Uni

— e p

Europa Co

c) O custo dos transportes marítimos era antes da guerra, de US\$ 0,01 por barril/100 milhas — excluídas as taxas especiais pagas na travessia dos Canais de Panamá — (US\$ 0,18) e de Suez.

Os modernos navios tanques, construídos depois da guerra poderão transportar 1 barril de petróleo a 20.000 kms. (metade da circunferência da terra) por US\$ 0,45.

3. Industrialização, comércio e transporte.

a) No decorrer da última guerra, a capacidade de beneficiamento do petróleo, em todo o mundo, superava de 6% a capacidade de produção, distribuindo-se as respectivas percentagens, pelas várias regiões, como se segue:

— América do Norte — Produção 65%; Refinação 70% (+5%);

— América do Sul — Produção 13%; Refinação 8% (—5%);

— Europa — Produção 4%; Refinação 10% (+6%);

— Rússia — Produção 10%; Refinação 9% (—1%);

— Médio Oriente — Produção 4%; Refinação 6% (+2%);

— Extremo Oriente — Produção 4%; Refinação 3% (—1%);

Totais — Produção 100%; Refinação 106%.

Nova Orleans (Estados Unidos) no Golfo do México; Aruba, no Mar das Caraíbas; e Abadan, no Golfo Pérsico são os três maiores centros mundiais de refinação do petróleo, tendo, os dois últimos, capacidades, respectivamente, para beneficiar 385.000 e 280.000 barris por dia.

b) Os transportes oceânicos de produtos refinados de petróleo fazem-se preferentemente: de Nova Orleans, para a Europa ocidental e setentrional; de Aruba, para a parte oriental da América do Sul, África do Sul e SW da Austrália; e de Abadan, para as costas orientais da África, para a Índia e para a Austrália.

— Três centros menos importantes se situam: na região — São Francisco — Los Angeles (Califórnia), que abastece a costa ocidental de todo o continente americano e parte da Austrália; os portos de Líbano (Ásia Menor), que abastecem os países ribeirinhos do Mediterrâneo; e Batavia (Índias Orientais holandesas), que abastece os países do Extremo Oriente.

As frotas especializadas que efetuam esses transportes deslocam, em globo, cerca de 24 milhões de toneladas brutas, das quais:

— 14 milhões (cerca de 60%), sob bandeira americana;

— pouco menos de 4,5 milhões (menos de 19%), sob bandeira do Reino Unido;

— e pouco mais de 4,5 milhões (19%), sob bandeira de países da Europa Continental (excluída a Rússia).

— O oleoduto é, hoje, o meio de transporte mais usado para levar dos campos de produção aos grandes centros de refinação e consumo, ou aos portos de exportação, mais próximos.

Só nos Estados Unidos há, atualmente, mais de 250.000 kms. de oleodutos (entre linhas troncos e ramais).

Na Venezuela, os principais oleodutos ligam as regiões de Santa Barbara e Oficina, ao porto da Cruz; no Oriente Médio, são notáveis os oleodutos ligando os campos do Irak ao Mediterrâneo.

Os próprios transportes transcontinentais que eram feitos, até o início da última grande guerra, ou segundo cordas, por meio de vagões tanques, ou segundo arcos, por navios-tanques — estão sendo feitos, em alguns casos por oleodutos gigantes.

São célebres nos Estados Unidos, o "big inch" (24" ou 0m610 de diâmetro), para óleo cru, e o "little big inch" (20" ou 0m508, de diâmetro), para refinados — ligando os campos do Texas ao litoral atlântico (Nova York) com 2.156 kms. e 2.376 kms. e capacidades, respectivamente, para 300.000 e 200.000 barris diários.

Esses e outros oleodutos de grandes diâmetros, construídos durante a guerra, permitiram elevar a capacidade de transporte, por esse sistema, de 42.000, em 1941, a 750.000 barris diários, em 1945, equivalentes a 7 vezes o volume transportado por navios de cabotagem; duas vezes o volume transportado em vagões-tanques; e 33% mais do que a tonelagem transportada por navios-tanques transoceânicos. O custo de transporte nesses oleodutos é ligeiramente superior ao dos transportes por navios-tanques costeiros; mas é muito inferior ao dos transportes por vagões-tanques.

— Um outro grande oleoduto, de cerca de 1.700 kms., está sendo construído por companhias americanas (Standard da Califórnia, Texas e Gulf), segundo se diz, com o apoio do Departamento de Estado — para conduzir o petróleo nas margens do Golfo Pérsico, a um porto do Mediterrâneo, evitando a corda do Mar Vermelho e a travessia do Canal de Suez.

c) O comércio mundial de petróleo não se faz hoje, infelizmente, à base da livre competição. Seu beneficiamento, seu transporte transoceânico e sua distribuição constituem, praticamente, um monopólio detido pelos chamados "trusts" do petróleo, encabeçados, de um lado, pelo grupo americano da Standard Oil Co. de Nova Jersey e, de outro lado, pelo grupo anglo-holandês da Royal Dutch Shell Co. — senhores de enormes reservas petrolíferas nas regiões do Golfo do México e Mar das Antilhas, e na do Golfo Pérsico; donas das grandes destilarias de Nova Orleans, Aruba e Adaban e de frotas especializadas que ligam essas grandes centrais destiladoras a todos os centros de consumo do mundo.

Jogando grupos impedidores, no caso dos refinados.

4. Reações

a) O petrogresso econômico e o capital de segurança.

A disputa por fontes de produção e de distribuição por parte dos trusts internacionais, através das Maiores Militarências mundiais.

A ambição diplomática e as ações mais poderosas para escreverem uma nova humanidade.

Essa página de tempo em exposição.

b) Como os trusts e grandes da para o mundo, progresso e bem-estar, cada vez com a exploração.

Essa reação desde a simples biceiosa das jazidas ploração (caso da indústria).

5. Financi

a) A indústria, transporte e rece, também em capitais investidos.

Segundo da (n.º de Outubro) dos Estados (ano) investiram lares dos quais

Jogando com esses três fatores de predomínio econômico, esses grupos impedem, praticamente, a concorrência livre dos pequenos produtores, no comércio mundial do petróleo, especialmente de produtos refinados.

4. Reações político-econômicas.

a) O petróleo torna-se, cada vez mais, de um lado, fator de progresso econômico e bem estar social, e, de outro lado, instrumento capital de segurança nacional.

A disputa pelo monopólio, ou, no mínimo, pelo predomínio sobre as fontes de produção, usinas de beneficiamento e equipamentos de transporte e de distribuição — já se não opera apenas por conta dos próprios trusts interessados comercialmente em controlá-los — mas também, através dos bastidores dos Departamentos de Estado e Estados Maiores Militares, que orientam a política internacional das grandes potências mundiais.

A ambição desenfreada de lucro, açulada pelo incentivo de ações diplomáticas a serviço do predomínio político ou econômico das nações mais poderosas, tem levado os trusts internacionais do petróleo a escreverem uma das páginas mais sombrias da história econômica da humanidade.

Essa página é bastante conhecida para que me exima de perder tempo em expô-lhe, aqui, mesmo os seus meandros mais escusos!

b) Como contrapartida a esse espírito de presa e predomínio de trusts e grandes potências, que os instigam em sua corrida desenfreada para o monopólio dessa preciosa fonte de segurança nacional e de progresso e bem estar sociais — estão as nações mais fracas reagindo, cada vez com maior intensidade, contra o que razoavelmente chamam a exploração colonial de seu petróleo.

Essa reação apresenta uma extensa faina de intensidades, indo desde a simples limitação oposta, contratualmente, à exploração ambiciosa das jazidas e à emigração desembaraçada dos lucros dessa exploração (caso da Colômbia, Perú e Venezuela), até à exclusão total da indústria (caso do México).

5 *Financiamento da indústria.*

a) A indústria do petróleo, no seu conjunto — produção, refinação, transporte e distribuição — exige investimentos vultosos, mas oferece, também em conjunto, grandes possibilidades de remuneração aos capitais investidos.

Segundo dados publicados na revista "Muning and metallurgy" (n.º de Outubro de 1946) — as 30 principais companhias petrolíferas dos Estados Unidos (cerca de 2/3 da indústria do petróleo americano) investiram, em 1945, em suas atividades, 1.116 milhões de dólares dos quais menos de 10% no estrangeiro.

b) Segundo a mesma revista, a média anual desses investimentos, no decênio 1936-1945, foi de US\$ 747 milhões assim repartidos porcentualmente:

- a) Produção — 59,3%;
- b) Transportes — 12,4%;
- c) Refinação — 18,3%;
- d) Comércio — 9,0%;
- e) Adm. — 1,0%;

Como se vê a quota de despesas com a produção (pesquisa e lavra de jazidas petrolíferas) supera de quase 20% o total dos investimentos destinados aos demais elos da cadeia industrial do petróleo.

c) Convém frisar, ainda, que é esse o único elo dessa cadeia em que a remuneração dos investimentos é problemática — enriquecendo alguns e arruinando a outros. Vale a pena citar, a propósito, dois casos: o da Venezuela, onde, num total de 36 empresas estrangeiras que se dedicaram, nos últimos 30 anos, à exploração do petróleo — 3 conseguiram monopolizar 95% da produção; outras tantas, controlando a maior parte dos 5% restantes, estão podendo salvar seus investimentos, e as demais (isto é cerca de 80%) malograram em seus empreendimentos; e o da Sandi Arabia, onde, depois de técnicos britânicos pesquisarem infrutiferamente, entre 1920 e 1930, a existência de jazidas petrolíferas, e abandonarem desanimados o Campo — os americanos retomaram essas pesquisas, conseguindo localizar, em Abigaik, talvez maior lençol petrolífero do mundo, cobrindo uma faixa de 93 kms. de comprimento por 19 kms. de largura, cujas reservas, já medidas, são da ordem de 2,5 bilhões de barris!

6 Conclusões parciais.

Do exposto, sobre a situação mundial do petróleo, podemos concluir:

1.º) A produção, o beneficiamento e o consumo mundiais de petróleo, se vêm desenvolvendo em proporções equilibradas — havendo presentemente uma ameaça de as demandas, superarem a produção, pelo menos nos próximos anos.

2.º) Essa ameaça já será, no corrente ano, uma realidade para os Estados Unidos, cujo consumo excederá de mais de 150 milhões de barris, a respectiva produção, e se tornará progressivamente maior nos anos que se seguirem.

3.º) As reservas conhecidas garantem o consumo mundial durante 20 anos pelo menos; e as possíveis dão-lhe a esperança de abastecimento por cerca de um século.

4.º) Entretanto, se não fôr alterado substancialmente o atual ritmo de produção dos hemisférios oriental e ocidental — as reservas des-

te hemisfério
(13 anos com

5.º) No
mente mais
suas reservas

6.º) Par
paz — sobre
suas próprias
ver rapidamente
em ótima pos

7.º) Par
interno — co
de preferência
te americano.

8.º) Ess
de estratégica
so, é pouco
interrupção, e

9.º) Em
te combinaçõe
do petróleo d
mo continente
dominou proc

10.º) O
portador mais
vios-taques se
kms. por US\$

No trans
vantagens sob

11.º) As
lar, cada vez
culares, as for
mércio de pet

12.º) Os
das grandes p
têm escrito um
humanidade.

13.º) Em
insaciável ten
cooperação de
totalmente a i

te hemisfério se esgotarão 5 vezes mais rapidamente que as daquele (13 anos contra 66).

5.º) No tocante aos Estados Unidos a situação é ainda ligeiramente mais desfavorável, pois, mantido o ritmo atual de produção — suas reservas verificadas se esgotariam em cerca de 12 anos.

6.º) Para não perder a sua clientela internacional de tempo de paz — sobretudo a do velho continente, sem desfaltar, cada vez mais suas próprias reservas — têm os Estados Unidos interesse em desenvolver rapidamente a produção dos campos do Médio Oriente, colocados em ótima posição, entre a Europa, Ásia e África.

7.º) Para suprir seu deficit de produção, em relação ao consumo interno — convirá aos Estados Unidos desenvolver rapidamente — e de preferência por agentes seus — os campos petrolíferos do continente americano.

8.º) Esse desenvolvimento corresponde, também a uma necessidade estratégica, em caso de guerra extra-continental — pois, em tal caso, é pouco provável que os Estados Unidos possam controlar sem interrupção, a produção dos campos do Oriente Médio.

9.º) Em tempo de paz — é praticamente inviável — salvo mediante combinações bilaterais entre Estados americanos — a concorrência do petróleo dos mesmos, nos mercados internacionais — e talvez mesmo continentais — sem o placet dos trusts petrolíferos mundiais, que dominou produção barata do Médio Oriente.

10.º) O navio-tanque é, de capacidade média sem dúvida, o transportador mais econômico de petróleo (afirma-se que os modernos navios-tanques serão capazes de transportar um barril de óleo a 20.000 kms. por US\$ 0,45).

No transporte terrestre, o oleoduto está levando consideráveis vantagens sobre os outros meios (ferroviário e rodoviário);

11.º) As grandes nações, ciosas de seu poder, pretendem controlar, cada vez mais, através da ação de seus trusts, ou empresas particulares, as fontes de produção, o beneficiamento, o transporte e o comércio de petróleo.

12.º) Os trusts mundiais do petróleo, escudados na diplomacia das grandes potências — de cujo imperialismo são instrumentos — têm escrito uma das páginas mais sombrias da história econômica da humanidade.

13.º) Em contrapartida, as nações mais fracas, reagem contra essa insaciável tendência à absorção dessa riqueza — opondo restrições à cooperação do capital estrangeiro, ou, em alguns casos, transformando totalmente a indústria em monopólio do Estado.

14.º) Dados os elevados investimentos exigidos pela indústria petrolífera em seu conjunto, é razoável deduzir-se que as nações econômica e financeiramente fracas, não tentem controlá-la, integralmente, pelo menos de início.

15.º) Esse controle parcial deve começar pelos elos intermediários da cadeia — industrialização e transporte — porque, além de exigirem investimentos moderados (30,7% dos investimentos totais), representam pontos-chaves, contra o monopólio do consumo interno.

IV — REALIDADES BRASILEIRAS, REFERENTES A EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA.

Observação preliminar: Repetimos e completamos aqui, dados constantes de nossa Conferência feita na A.B.I., sob os auspícios da Universidade Católica do Brasil.

º O "Statu quo" do problema petrolífero brasileiro.

a) 35% da área do Brasil (cerca de 5.000.000 de km²) é geologicamente suscetível de acumular petróleo.

Quase nada se sabe, entretanto, a respeito da estrutura do subsolo correspondente a essas áreas e, menos ainda do valor potencial das reservas petrolíferas que podem acumular.

b) Após cerca de 10 anos de trabalhos e o dispêndio de Cr\$ 400.000.000,00, o Conselho Nacional do Petróleo, apenas ponde estudar, efetivamente, determinando-lhe as reservas petrolíferas — uma pequena área de cerca de 7.500 km² nas circunvizinhanças de Salvador.

c) As reservas aí medidas (excluídas as do novo campo de São João recentemente descoberto) são da ordem de 12 milhões de barris, exploráveis industrialmente à razão de 2.500 barris diários, durante cerca de 12 a 15 anos.

d) A produção média por poço, é, nessa região, da ordem de 50 barris diários, aproximando-se, assim, da dos poços colombianos.

No campo de Candeias, a profundidades média dos poços é de cerca de 900 m., sendo a percentagem dos produtivos, da ordem de 70% e o custo médio da ordem de Cr\$ 1.800, por metro, ou Cr\$ 1.620.000 por poço.

2 Dificuldades técnicas.

Do ponto de vista técnico, a exploração do nosso petróleo esbarra, de início, com os seguintes óbices:

a) A extensão e complexidade do território a explorar, agravadas pelas distâncias aos principais centros urbanos do País, pela deficiência de vias de comunicação, falta de recursos locais e, algumas vezes, pela existência de endemias tropicais.

b) Precariedade do País;

c) Descoberta (tectônica) do País;

d) Carência de

3 Realidade

a) As dificuldades quase 40 anos

Apesar de não tem bastante administração, gerando ultrapassado 25 bilhões.

b) A dificuldade da moeda desde 1944; e não é possível já montar

c) A situação que já não suporta, antes, seja tomas que ampliem

d) Viver vicioso; não envolvimento dos dependentes à economia robusta volver conver

4 Aspectos

a) A produção muito lentamente

— A irrigação dos, acarretando

— Produção vada pelo favor

— baixo de trabalho (o

esforço individual

— irresponsabilidade dos quanto a

fez, quanto à dos méritos

b) Precariedade das cartas geográficas e geológica, já disponíveis, do País;

c) Desconhecimento quase completo das condições estruturais (tectônica) do subsolo a explorar;

d) Carência generalizada de mão de obra especializada.

3 Realidades econômica-financeiras do País.

a) As dificuldades financeiras são um mal crônico que aflige, há quase 40 anos, os governos do Brasil.

Apesar do crescimento aparente das receitas o seu valor efetivo não tem bastado para cobrir o vulto das despesas ordinárias da administração, gerando deficits orçamentários que nos últimos anos, tem ultrapassado a casa de 1 bilhão de cruzeiros (o de 1946 ultrapassou 2,5 bilhões...).

b) A dívida interna, consolidada e flutuante — aí incluído o papel moeda de curso forçado — subiu de 10,7 bilhões, em 1937 a 30,6 em 1944; e não parou aí, pois só o volume do papel moeda inconversível já monta a casa dos 20 bilhões...

c) A situação econômica não é menos precária — parecendo-me que já não suporta a imposição de novas sangrias tributárias, sem que, antes, seja tonificada pela injeção de apreciáveis inversões financeiras, que ampliem suas possibilidades de mobilização de riquezas.

d) Vivemos, sob esse aspecto, encurralados num tremendo círculo vicioso; não temos equilíbrio financeiro, por que o precário desenvolvimento de nossa economia, não permite disponibilidades correspondentes às mais urgentes necessidades da administração; não temos economia robusta porque a insuficiência financeira não permite desenvolver convenientemente os fatores da produção econômica.

4 Aspectos administrativos.

a) A administração brasileira sofre de males crônicos que só muito lentamente poderão ser extirpados. Podem citar-se entre eles.

— A irracionalidade da estruturação dos seus órgãos mais elevados, acarretando, ora repetições ora omissões de funções;

— Prodigalidade sem cura nas lotações do funcionalismo, agravada pelo favoritismo nas admissões e promoções;

— baixo nível médio de produção unitária pelo escasso horário de trabalho (média semanal inferior a 36 horas) e pouco estímulo ao esforço individual espontâneo;

— irresponsabilidade praticamente completa, quer dos subordinados quanto ao escrupuloso desempenho de suas funções, quer dos chefes, quanto à orientação e controle eficiente de conjunto e à apreciação dos méritos individuais de seus subordinados — pela falta de uma

alçada judicial administrativa, que aprecie, sem eiva de nepotismo, os méritos e deficiências funcionais de chefes e subordinados.

— ausência de ação planificada, agravada pela descontinuidade, quando não contraposição dos esforços.

b) Devido, de um lado, a essas deficiências funcionais, e, de outro lado, a insuficiência dos recursos orçamentários — o nível médio de eficiência da administração pública brasileira é, talvez, um dos mais baixos do mundo.

c) Em consequência dessa dupla insuficiência, os empreendimentos industriais organizados e administrados pelo governo, em concorrência com as atividades privadas, tem, em regra, apresentado índices de eficiência bastante inferiores aos dos organizados e dirigidos por estas últimas.

d) A erradicação dessas deficiências só será conseguida, eliminando as suas causas primeiras, enumeradas na alínea "a" deste inciso — e isso me parece tarefa difícil e lenta, dados o baixo nível de compreensão cívica do nosso povo e a falta de orientação e de escrúpulos de nossa elite.

Realidades sociais

a) Apesar do amparo legal — louvável sob muitos aspectos — com que tem sido reforçados os direitos do trabalho no Brasil — sobretudo a partir de 1930 — verificamos, na prática, que, de um lado, o bem estar social dos trabalhadores pouco aumentou, e, de outro lado, as repercussões economico-sociais, no âmbito nacional tem sido desalentadoras.

b) Por esses resultados mediocres parece-me que devem ser responsabilizados:

1.º) O caráter unilateral da legislação que, firmando direitos e regalias dos trabalhadores, esqueceu a necessária contra-partida dos deveres econômico-sociais e sanções correspondentes às suas infrações;

2.º) o caráter fracionário dessa legislação — beneficiando quasi exclusivamente o trabalho urbano e agravando, assim a chocante inferioridade de direitos e abandono legal, que já pesava sobre o proletariado rural;

3.º a dupla escamoteação praticada pelo poder público, contra os direitos do trabalho — omitindo o pagamento das cotas de previdência e assistência social que lhe atribue a lei e chamando a si, abusivamente, a revelia dos verdadeiros interessados, a organização e administração das Instituições de Previdência.

c) A realidade real que se põe com toda crueza diante da consciência de nossa elite, em matéria de *economia-social*, é a que me apresentou em confidência, há poucos dias um eminente economista cristão: *ainda não conseguimos, como elite dirigente, proporcionar,*

si quer, ao
terial: o p
abrigar-lhe

E, entr
que abre os
— que o l

d) É t
tes, perante
mais intens
nudez, no
de cultura,
ausentes de
nômico-soci

e) Dev
ma petrolif

1.º) qu
repartindo p
constituir um
daqueles qu
fácil e conf

2.º) qu
recursos, ca
ciência, os
êles e não a
blemas.

6. Res

a) No
bilidades pe

1.º) Po
exploração
não apenas
bém as event

2.º) Es
de ser garan
serva, para
das, sob esse
dos, apenas
necessidades
potência fina
pôr, para ag

3.º) Aco
nacionalismo

si quer, ao povo que dirigimos, os três elementos primários da vida material: o pão, para alimentá-lo; a roupa para vesti-lo; o teto, para abrigar-lhe a família.

E, entretanto, não nos pejam os de ensinar nas escolas, à infância que abre os olhos para a vida (e também a consciência para a crítica) — que o Brasil é um país de riquezas potenciais inexgotáveis...

d) É urgente; é urgentíssimo que nos acreditemos, como dirigentes, perante essa massa que, abandonada nos campos, reflue cada vez mais intensamente, para as cidades, onde os complexos criados pela nudez, no ambiente repulsivo das favelas, constituem excelente caldo de cultura, para os fermentos de desespero, com que alguns brasileiros, ausentes de nossas realidades e fascinados por esquemas político-econômico-sociais estranhos, se comprasem de intoxicá-la.

e) Devemos esperar que uma razoável solução do nosso problema petrolífero traga dois refrigerios simultâneos a essa aflição social:

1.º) que pagando salários razoáveis aos seus operários e com eles repartindo parte dos lucros resultantes dos empreendimentos, venha a constituir um atrativo capaz de chamar, outra vez, ao interior, muitos daqueles que o abandonaram, seduzidos pela miragem de vida mais fácil e confortável no tumulto das grandes cidades;

2.º) que, proporcione ao poder público nova e ampla fonte de recursos, capaz de permitir-lhe resolver, com maior objetividade e eficiência, os problemas econômico-sociais básicos do País — já que a êle e não aos empreendedores particulares cabe a solução de tais problemas.

6. *Realidades políticas.*

a) No que tange à política interna, a mobilização de nossas possibilidades petrolíferas sugere as seguintes observações:

1.º) Por imperativo de segurança nacional, devemos imprimir à exploração petrolífera, quanto antes, um ritmo capaz de atender — não apenas as necessidades normais do consumo interno — mas também as eventualidades de um consumo de tempo de guerra;

2.º) Essa necessidade suplementar e eventual de consumo não pode ser garantida, efetivamente, pelas simples criação de campos de reserva, para exploração oportuna. Prova-o o caso das reservas constituídas, sob essa forma, pela Marinha Americana. Dos 4 campos reservados, apenas 1 chegou a ser explorado adequadamente para atender as necessidades emergentes da última guerra — isso apesar da técnica, da potência financeira e do largo compasso de espera de que pôde dispor, para agir, a grande República do Norte.

3.º) Acabamos de sair de um regime caracterizado por seu rígido nacionalismo, intensa e extensamente propagado, por todos os meios.

de que pôde dispôr, durante quasi dois lustros, um governo pessoal e discricionário. Não devemos desperceber-nos desse fato e da circunstância de se guiarem as massas, e mesmo uma parte de nossa elite, mais pela emotividade do que pelo raciocínio frio — ao traçarmos os lineamentos políticos da solução do nosso problema petrolífero.

4.º) Por outro lado, a nossa elite intelectual — especialmente a sua camada mais eminente — se tem deixado minar pelas seduções do ouro e da diplomacia de que dispõem os trusts, abandonando ou contrariando os interesses nacionais, através de pareceres jurídicos ou técnicos e, até da feitura de lei, adrede ajustadas aos propósitos dos mesmos trusts.

b) Do ponto de vista de política externa convém repisar:

1.º) Que a ambição e ligeireza de processos característicos dos grandes trusts internacionais do petróleo constituem fatos universalmente conhecidos, e que, suas tentativas de monopolizar o petróleo, onde quer que êle se encontre, são, hoje, mais do que ontem, apoiadas pela diplomacia das grandes potências a que serve.

2.º) que entretanto, dentro do espírito de cooperação continental que comanda, cada vez mais, as relações entre os povos da América, não devemos fazer da exploração de nosso petróleo — pelo menos se as reservas de que dispomos tiverem o vulto que lhes atribuímos — um negócio regido por exclusivismos nacionalistas, mas um poderoso e nobre instrumento, ao mesmo tempo, de impulsão de nossa economia e de reforço da segurança continental.

3.º) em contrapartida, os nossos irmãos do continente — especialmente os norte-americanos — dispoem de amplos recursos e interessados, como nós mesmos, nesse reforço da segurança continental — devem ajudar-nos, em nossas necessidades iniciais, proporcionando-nos, sem preocupações de imperialismo ou monopolistas, os capitais, os equipamentos e os técnicos especializados de que carecemos, para cumprir, com oportunidade e eficiência, a tarefa nacional e continental que nos cabe.

4.º) Si esse termo de bom entendimento recíproco não fôr viável — ou por exclusivismo injustificável nosso, ou por excesso de exigências dos trusts que dominam a indústria mundial do petróleo — devemos enfrentar, então e só então, sozinhos a solução do problema, prevenidos para o pior — isto é:

— uma possível diminuição, no tempo de paz, de facilidades de crédito para o desenvolvimento rápido de nossa economia;

— e, na eventualidade de nova guerra, uma severa restrição, ou mesmo a supressão de racionamento de combustível para atender as nossas necessidades internas.

7 Aspectos legais.

Os aspectos legais de nossa exploração mineira, em geral, foram examinados, com bastante minúcia, em minha 1.^a Conferência, feita no Clube Militar, em 21 de Maio e publicada no Jornal do Comércio desta Capital, de 27 de Julho, tudo do corrente ano.

O regime dessa exploração, estabelecido pela nova Constituição, pode ser assim definido em suas linhas essenciais:

- a) Abolição implícita do direito de accessão (art. 152);
- b) Regime de autorizações e concessões para a pesquisa e lavra de jazidas minerais (art. 153);
- c) Essas autorizações e concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a Sociedades organizadas no Brasil (1.^a parte do § 1.^o do art. 153);
- d) O proprietário do solo tem preferência para explorar as riquezas existentes no respectivo sub-solo, devendo tal direito ser regulado de acordo com a natureza das jazidas (partes média e final do § 1.^o art. 153);
- e) No que tange, particularmente, ao petróleo, compete à União decretar impostos sobre produção, comércio, distribuição e consumo, e, bem assim, importação e exportação (item III do art. 15), devendo essa tributação ter forma de imposto único incidente sobre cada espécie de produto e 60% da renda apurada ser distribuída aos Estados, Distrito Federal e Municípios (§ 2.^o do art. 15);

f) São mantidas as autorizações e concessões já outorgadas antes de 16 de Julho de 1934; mas tais concessões ficam sujeitas às normas de regulamentação e revisão de contratos na forma da lei (art. 21 das Disposições Transitórias);

8 Conclusões parciais.

1.^o) A solução do problema brasileiro do petróleo não pode ser deduzida como uma simples ampliação dos sucessos obtidos, inicialmente, na área circunvizinha à cidade do Salvador.

2.^o) Esse sucesso inicial poderá garantir, entretanto, à exploração estatal, uma vantagem considerável sobre quaisquer outros concorrentes à exploração do petróleo brasileiro, e essa vantagem deve ser ampliada, ao invés de diminuída.

3.^o) A pequena extensão da área estudada: (7.500 km², ou 1/400 da área total a estudar), e as relativas facilidades dessa região, em relação às demais bacias sedimentárias, de um lado; e, de outro lado, o investimento já exigido (Cr\$ 400.000.000), o tempo consumido (cerca de 10 anos), e a quantidade de petróleo já verificado (pouco superior a 5% do nosso atual consumo interno) — indicam a necessidade de imprimir nova orientação à política até aqui

seguida — sob pena de protelar, sine die, uma solução reconhecida-mente urgente.

4.º) As deficiências e dificuldades técnicas que terão de ser enfrentadas — amplitude e heterogeneidade das áreas a explorar; deficiência de recursos locais — de comunicações com os centros adiantados; precariedade das cartas geográficas e geológicas disponíveis; desconhecimento quasi completo das condições estruturais do subsolo (tectônica); e carência geral de mão de obra especializada — indicam, também, que, para ampliar, com a presteza necessária, os estudos já realizados, teremos que recorrer, pelo menos de início, a maior soma de auxílio estrangeiro;

5.º) A precariedade de nossa situação econômico-financeira aconselha, por um lado, que resolvamos urgentemente e com razoável amplitude o problema; mas, por outro lado, não faculta a disponibilidade de recursos internos indispensáveis para a realização oportuna e devidamente proporcionada do empreendimento.

6.º) Teoricamente, dos pontos de vista econômico-financeiro e da segurança nacional — a solução idéial para o problema seria realizada sob o controle integral do Estado; na prática, entretanto, essa solução idéial poderá tornar-se aleatória e discutível — pela deficiência de recursos próprios; pela atual ineficiência de nossa administração pública; pela delonga excessiva que pode acarretar para a solução; e pelo desestímulo que traria à nossa já mirrada iniciativa particular.

7.º) Socialmente, uma solução adequada do nosso problema petrolífero deverá:

a) de um lado proporcionar, diretamente, a valorização de algumas zonas do interior do País, saneando-as, ligando-as a outras economicamente já desenvolvidas e aumentando o nível de vida das respectivas populações locais; e, indiretamente, à neutralização da fuga de elementos dos campos para as cidades, instigada pelo caráter fragmentário e iníquo de nossa legislação social;

b) de outro lado, fornecer ao poder público maiores disponibilidades financeiras que lhe permitam enfrentar, com seriedade e eficiência, a solução dos problemas básicos de nossa população, proporcionando-lhe um mínimo indispensável de alimento, vestuário, habitação, saúde e educação.

Nota: Friso que essas tarefas sociais são encargos governamentais e não privados — devendo convencer-nos, desde já, que a exploração do petróleo, ou de outras riquezas potenciais do País, feita pelo Estado, ou por particulares, nacionais ou estrangeiros, não pode ter, por si mesma, a virtude de resolvê-las, — se não houver um governo comprometido de seus deveres funcionais.

8.º) Do

a) Deve já e já em co das necessid tado de guer b) Essa tir com a sim com as reserv

c) Para do auxilio est nômica, de se deve condicio meio emprega d) É pre sa elite intelec os trusts, par resses naciona

9.º) Do

a) Não põem nossa t de política pa nosso problem

b) Em nossos vizinho mais responsá mica e seguran diminuições in tais, equipame quada do prob

c) Só dia procamente pr ve recorrer-se do mesmo ser

10.º) Do

a) que, b mente imposto senão por mei

b) a Cons mente naciona para a explora energia hidrául

8.º) Do ponto de vista de política interna:

a) Devemos, por imperativo de segurança nacional, colocar-nos, já e já em condição de produzir o petróleo indispensável à satisfação das necessidades normais de nosso consumo interno e eventuais de estado de guerra;

b) Essa suplementação emergente, de guerra, não se pode garantir com a simples reserva de campos petrolíferos apenas estudados, mas com as reservas verificadas dos campos em exploração efetiva.

c) Para alcançá-lo, em tempo útil, parece indispensável o concurso do auxílio estrangeiro; mas esse auxílio, por imperativo de ordem econômica, de segurança nacional, e, também, de psicologia política — deve condicionar-se, razoavelmente, aos fins objetivados, como simples meio empregado para atingi-los.

d) É preciso, finalmente, levar em conta a permeabilidade de nossa elite intelectual às seduções do ouro e da diplomacia de que dispõem os trusts, para atingir seus objetivos via de regra contrários aos interesses nacionais.

9.º) Do ponto de vista de política exterior e continental:

a) Não devemos furtar-nos à cooperação econômica que nos impõem nossa tradição internacional e, especialmente, os compromissos de política pan-americana — dando, desnecessariamente, à solução do nosso problema petrolífero um cunho estremadamente jacobinista:

b) Em contrapartida, ficaremos com o direito de reclamar de nossos vizinhos do Continente — especialmente aos norte-americanos — mais responsáveis do que quaisquer outros, pela fraternidade econômica e segurança coletiva continental — que nos proporcionem — sem diminuições imperialistas, nem expoliações monopolistas — os capitais, equipamentos e técnicos de que necessitamos para a solução adequada do problema:

c) Só diante da inviabilidade provada de uma cooperação recíprocamente proveitosa e cabível em termos de respeito mútuo — deve recorrer-se às soluções extremas, mais demoradas e penosas, podendo mesmo ser entravadas por algumas represálias econômicas.

10.º) Do ponto de vista legal é cabível concluir-se:

a) que, bem ou mal, o regime de autorizações está constitucionalmente imposto às explorações minerais, a ele não se podendo fugir senão por meio de reforma da Constituição;

b) a Constituição atual não proíbe nem impõe a fórmula rigidamente nacionalista estabelecida na Constituição outorgada em 1937, para a exploração das riquezas do nosso subsolo e aproveitamento da energia hidráulica.

Restabeleceu o critério da Constituição de 1934, deixando ao legislador ordinário a faculdade de decidir sobre o caminho mais conveniente a seguir.

c) Dentro dessa interpretação constitucional, o atual Código de Minas (1940) como o Código primitivo (1934), podem ser revigorados, uma vez regulada a preferência assegurada aos proprietários do solo — sem que seus dispositivos incidam em inconstitucionalidade.

d) A preferência assegurada pela parte média do § 1.º art. 153, da Constituição, aos proprietários do solo, para a exploração das riquezas existentes no subsolo respectivo, estando condicionada à natureza das jazidas — (parte final do mesmo parágrafo) pode, ao meu ver, ser eliminada, sem civa de inconstitucionalidade, para a exploração de jazidas interessando visceramente à defesa econômica ou militar da nação, entre as quais devem figurar as do petróleo, gases raros, e minerais rádio-ativos.

e) O regime de onus e vantagens que fôr estabelecido pelas novas leis de minas, para a exploração mineral (e também para o aproveitamento da energia hidráulica) deverá aplicar-se aos concessionários de explorações ou aproveitamentos análogos, obtidos antes da promulgação da Constituição de 1934.

f) Nos termos Constitucionais, a concessão para a exploração de jazidas não transfere ao concessionário a propriedade destas, mas apenas o direito de explorá-las da maneira e pelo espaço de tempo que forem estabelecidos na lei.

V — SINTESE CONCLUSIVA.

1. Os objetivos a atingir e conclusões deduzidas de sua análise.

a) Voltemos, agora, aos fins visados pela solução do nosso problema petrolífero e examinemos como reagem sobre eles e as conclusões parciais resultantes de sua análise, as demais conclusões deduzidas da análise das realidades mundiais do petróleo e das nossas próprias realidades.

Frisemos que a consecução adequada daqueles objetivos constitui um fim a que devem subordinar-se, razoavelmente, todos os demais elementos incidentes do problema. É ela uma espécie de bússola a cujos rumos devemos manter-nos constantemente apegados.

Repetimos, porisso, aqui, os termos em que a pusemos e as conclusões que deduzimos de sua análise.

b) Dissemos que dois são os objetivos visados pela solução do nosso problema do petróleo e assim os escalonamos, por ordem de importância e urgência:

1.º) A
e seus deriv
capacidade e

2.º) A
em relação
de nossas re
sos ao noss
gerais de seg

(A essen
3.º, lateral:
oportunidade

c) Anal

1.º) De
reforçados, n
tal — para a

2.º) Só
que o autori
exigirem a s
pria economi
do segundo c

3.º) É o
procurar atin
zê-lo mais re
capital nacion
presa no org

4.º) Do
mais se impo
(satisfação d
dos — mesm

2. Prime
pondente.

Considere
nós essencial
terno — cons

a) Seu c
tivamente, o p
nal — leva-n

— Será p
nômico de un
querida para

— Se tal
maior enrique
diata?

1.º) A satisfação das nossas necessidades internas em petróleo e seus derivados — reforçando, com isso, ao mesmo tempo, a nossa capacidade econômico-financeiro e a nossa segurança nacional;

2.º) A exportação de sobras da produção petrolífera, verificadas em relação ao consumo interno do País — se o justificar a potência de nossas reservas medidas — a fim de proporcionar maiores recursos ao nosso organismo econômico-financeiro e reforçar as condições gerais de segurança do continente.

(A esses dois objetivos fundamentais poderíamos acrescentar um 3.º, lateral: preparar-nos técnica e financeiramente para, na primeira oportunidade, nacionalizar a indústria petrolífera do País).

c) Analisando esses objetivos, chegamos às seguintes conclusões:

1.º) Devemos pôr em jogo todos os nossos recursos próprios — reforçados, na medida do possível e conveniente, pela ajuda continental — para alcançar imediatamente o primeiro objetivo.

2.º) Só depois de atingido esse objetivo — e apenas na medida que o autorizem as nossas possibilidades verificadas, em petróleo, e o exigirem a segurança continental, ou as conveniências de nossa própria economia — deverá ser empreendida e prosseguida a consecução do segundo objetivo.

3.º) É obvio, do ponto de vista econômico-financeiro, que se deve procurar atingir esses objetivos — mesmo que isso importe em só fazê-lo mais remotamente — através de uma exploração controlada pelo capital nacional, de forma a integrar a totalidade dos lucros de empresa no organismo econômico do País.

4.º) Do ponto de vista da segurança nacional, entretanto, o que mais se impõe é atingir, sem delongas, ao menos o primeiro objetivo (satisfação das necessidades internas do País, em petróleo e derivados — mesmo com algum prejuízo não essencial do aspecto econômico).

2. Primeiro confronto de conclusões parciais e síntese correspondente.

Consideremos, em primeiro lugar, a objetivação da etapas, para nós essencial — a satisfação urgente das necessidades de consumo interno — consubstanciada na primeira conclusão.

a) Seu confronto com as conclusões 2.ª e 4.ª, que situam, respectivamente, o problema nos setores da economia e da segurança nacional — leva-nos a estas duas indagações imediatas:

— Será possível conciliar, no momento, o desejável proveito econômico de uma exploração integralmente nacional, com a urgência requerida para a solução do problema pela segurança do País?

— Se tal não fôr possível — que deve prevalecer: o desejo de maior enriquecimento econômico, ou a necessidade de segurança imediata?

Em outros termos:

— Podemos ou não podemos resolver, em condições de proporção e oportunidade aceitáveis, sob nosso exclusivo controle, desde o início, o problema brasileiro do petróleo?

— E, se não o podemos, qual o caminho a seguir: — manter nosso desejado controle, sacrificando aquelas condições necessárias, ou mantê-las, sacrificando, em parte e por algum tempo, esse controle nacional?

Aí está definida, em seus aspectos capitais, a encruzilhada difícil que defrontamos e diante da qual seria imperdoável continuar parados.

b) Isso posto, prossigamos nosso confronto, considerando, agora, as conclusões resultantes do exame de nossas realidades e das realidades mundiais do petróleo.

Leva-nos esse confronto a concluir, logicamente:

1.º) que a exploração, sob exclusivo controle nacional, que vem sendo ensaiada, para o problema do nosso petróleo, desde 1937, tem progredido demasiado lentamente por vários motivos, entre os quais sobrelevam a escassez de recursos financeiros e as tergiversações da administração pública (conclusões 1.ª, 3.ª, 4.ª e 6.ª do inc. 8, do item IV);

2.º) que, dentro de nossa atual premência econômico-financeira, é problemático esperar um reforço substancial de meios orçamentários para acelerar convenientemente a marcha de tal exploração (concl. 5.ª do inc. 8, do item IV).

3.º) que, nessas condições, pelo menos a produção primária do petróleo (pesquisa e exploração de jazidas) — que, além de ser a mais cara (absorve quase 60% dos investimentos totais da indústria), é o único ramo da indústria de remuneração, problemática — deve ser excluída do controle obrigatório pelo capital nacional (concl. 3.ª do item III);

4.º) que a obtenção de ajuda estrangeira e especialmente continental, para esse ramo da indústria petrolífera, parece viável em termos razoáveis, dados:

— o deficit de produção, que se esboça no mundo e, sobretudo, nos Estados Unidos, em relação ao consumo de petróleo (concl. 1.ª e 2.ª do inc. 6, do item III);

— o fato de o petróleo do Médio Oriente, embora muito mais barato que o americano, estar longe dos centros de consumo do Hemisfério Ocidental e ainda estar sendo produzido em quantidades insuficientes para atender as demandas de consumo do hemisfério oriental (concl. 6.ª do inc. 6, do item III);

de a esp
do hemis

a utiliza
rio orien

consituir
tética, a
8.ª do i

afirmada
ciso 8, d

— a
tituição
5.º)

vem cons
ração, en

— a
(e ao lac
por inter
o mundo

— a
cançar se
provocan
do inc.

— a
diosa des
8, do ite

6.ª
cooperaç
dida que

— P
dos elos
porte) —
tias de r
dos trust

— P
petrolífer
dustrial,
ciais, pre
economia

— a exploração das reservas medidas do hemisfério ocidental tende a esgotá-las muito mais rapidamente do que se estão esgotando as do hemisfério oriental (concl. 3.^a do inc. 6, do item III);

— o fato de, em caso de guerra extracontinental, ser problemática a utilização, pelos Estados Unidos, das principais reservas do hemisfério oriental, situadas na Ásia Menor (concl. 8.^a do inc. 6, do item III);

— a experiência recente, da própria Marinha Americana, de só constituírem reservas eficientes, do ponto de vista de segurança estratégica, as reservas medidas dos campos em efetiva exploração (concl. 8.^a do inc. 8, do item IV);

— os compromissos de solidariedade continental reiteradamente afirmadas nas últimas conferências pan-americanas (concl. 9.^a do inciso 8, do item IV);

— a faculdade legal aberta a essa cooperação pelo texto da Constituição atual (concl. 10.^a, do inc. 8, do item IV).

5.^o) que, em contraposição a essas circunstâncias favoráveis, devem considerar-se os seguintes óbices ao estabelecimento dessa cooperação, em termos razoáveis:

— a tendência, cada vez mais acentuada, de as nações poderosas (e ao lado delas, na primeira fila, os Estados Unidos) monopolizarem, por intermédio de trusts internacionais, a indústria petrolífera, em todo o mundo (concl. 11.^a do inc. 6, do item IV);

— a ação inescrupulosa e às vezes brutal desses trusts, para alcançar seus objetivos, em detrimento, sobretudo, dos povos fracos — provocando uma forte reação nacionalista destes (concl. 12.^a e 13.^a do inc. 6, do item III);

— a lamentável permeabilidade de nossa elite à penetração insidiosa desses trusts contra os interesses nacionais (concl. 8.^a do inc. 8, do item IV);

6.^o que, *na impossibilidade de se evitarem esses inconvenientes da cooperação do capital estrangeiro, deve-se procurar atenuá-los, na medida que o permitirem as seguintes circunstâncias*

— possibilidade e conveniência de controle, pelo capital nacional, dos elos intermediários da indústria petrolífera (refinação e transporte) — que exigem menores investimentos, oferecem maiores garantias de remuneração e são mais sensíveis à tendência monopolizadora dos trusts (concl. 15.^a do inc. 6, do item III);

— possibilidade de impôr-se a qualquer dos ramos da indústria petrolífera: — de um lado, onus fiscais, a título de imposto único industrial, taxa de regalia e imposto de renda; e, de outro lado, onus sociais, previstos em nossa legislação do trabalho de forma a integrar na economia nacional, parte ponderável da riqueza mobilizada, mesmo

quando essa mobilização seja controlada por capitalista estrangeira (concl. 10.^a);

— finalmente, a possibilidade de estabelecer-se a nacionalização progressiva da indústria petrolífera, após o termo das primeiras concessões, com fundamento no art. 146 da Constituição.

c) Em síntese, esse confronto de conclusões parciais impõe as seguintes conclusões finais, referentes à primeira etapa da solução buscada:

1.^o) Não é possível resolver — em condições satisfatórias de proporção e oportunidade — o nosso problema petrolífero, com o auxílio exclusivo de nossos próprios recursos;

2.^o) Para a consecução — em condições aceitáveis — do concurso estrangeiro, de que necessitamos, há circunstâncias externas e internas favoráveis e desfavoráveis — especialmente no setor do financiamento, que precisam ser criteriosamente balanceadas, ao se estabelecerem as bases legais da indústria petrolífera nacional;

3.^o) Os inconvenientes inevitáveis oriundos da interferência direta do capital estrangeiro em alguns ramos da indústria, poderão ser eliminados, no futuro, pela nacionalização progressiva de toda a indústria.

4.^o) Isso posto — admitimos que o interesse imediato da segurança nacional, deve preterir, pelo menos em parte e por algum tempo, a aspiração de enriquecimento econômico e bem estar social do País.

3 Segundo confronto de conclusões parciais e síntese correspondente.

Consideremos, agora, a objetivação da 2.^a etapa da solução do nosso problema — a exportação de petróleo e derivados — consubstanciada na 2.^a conclusão, referente aos objetivos a alcançar.

a) Seu confronto com as conclusões parciais seguintes (3.^a e 4.^a), leva-nos, como no caso da 1.^a etapa, a 2 conclusões de natureza ainda relativa:

1.^a) Do ponto de vista da economia nacional impõe-se, — tanto, pelo menos, quanto no caso do abastecimento do consumo interno — que as exportações sejam controladas pelo capital nacional;

2.^a) Do ponto de vista da segurança — quer nacional quer continental — o essencial é que existam campos petrolíferos em exploração efetiva, com reservas-medidas capazes de atender, imediatamente, uma demanda eventual de guerra, e, bem assim, destilarias com capacidade

suficiente para atender, com igual presteza, esse aumento de demanda, no que se refere a refinados.

b) Confrontemos, agora, essas conclusões parciais, com as resultantes da análise das realidades mundiais do petróleo e do exame de nossas próprias realidades.

Esse confronto levar-nos-á, logicamente, às seguintes conclusões relativas:

1.º) Não poderemos concorrer livremente — mesmo nos mercados continentais e, especialmente, no dos E. Unidos — com os grandes trusts do petróleo;

2.º) Não parece claro que esses trusts tenham interesse imediato na exportação do nosso petróleo — pelo menos enquanto dispuserem livremente da produção barata e abundante da Venezuela e da produção, mais barata ainda, do Oriente Médio, para os mercados dos E. Unidos e do Velho Continente.

3.º) Pode interessar-lhes, entretanto, exportar as sobras do nosso consumo interno, para os vizinhos imediatos do Brasil, (Uruguai, Argentina e Paraguai).

4.º) Para essa exportação poderíamos concorrer, também, mediante contratos bilaterais e desde que, esses nossos vizinhos, ou nós mesmos disponhamos de transporte especializado.

5.º) Embora essa política comercial possa contrariar interesses imediatos dos trusts petrolíferos — correspondente, entretanto, aos interesses da segurança continental e da segurança e economia nacionais.

c) Em síntese, esse confronto nos conduz às seguintes conclusões finais:

1.ª) É conveniente, senão imprescindível, do ponto de vista da segurança nacional, que produzamos — dentro dos limites que o justificarem as reservas verificadas — mais petróleo do que consumimos normalmente, para acudir a necessidades emergentes de guerra.

2.ª) É improvável que possamos negociar, livremente, no mercado internacional os excessos de nossa produção petrolífera, em relação ao consumo interno; mas poderemos fazê-lo, mediante acordos bilaterais, pelo menos com os nossos vizinhos mais imediatos do continente;

3.ª) Do ponto de vista econômico nacional é contraindicada a exportação de petróleo, por concessionários estrangeiros, impondo-se neste caso, também por imperativo de segurança, restringir as exportações — especialmente de petróleo bruto — sujeitando-as a onus progressivos de compensação econômica.

VI — ENSAIO DE SOLUÇÃO OBJETIVA

1.º) Penso que, com o conhecimento dos dados expostos; das conclusões parciais a que fomos conduzidos, pela análise de cada um deles; e, finalmente, pelas sínteses resultantes do confronto dessas conclusões parciais com os objetivos que nos propomos alcançar, mobilizando nossa riqueza potencial em petróleo — podemos ensaiar uma solução objetiva para o problema.

Esse ensaio abrangerá três aspectos fundamentais da solução:

- a) A acomodação inicial dos interesses nacionais e estrangeiros, em jogo no problema;
- b) A participação das iniciativas nacionais, privadas e públicas, na fundação de nossa indústria petrolífera;
- c) Algumas previsões para os rumos futuros dessa indústria (nacionalização ou estatização);

Comportará, outrossim, se o tempo o permitir, uma discussão crítica, com a cooperação da assistência.

2.º) Acomodação dos interesses nacionais e estrangeiros.

Essa acomodação constitui, como já tenho frisado, o ponto crucial da questão.

Em conferências anteriores já apresentei um balanço circunstanciado de exigências e compensações para essa necessária conciliação de interesses.

Dou aqui, apenas a título de resumo, as seguintes:

a) *Garantias dadas aos concessionários estrangeiros;*

- 1.º) Execução honesta das cláusulas contratuais;
- 2.º) Margem razoável de remuneração do capital realmente investido;
- 3.º) Liberdade de exportação para as parcelas de amortização do capital e para os juros e dividendos correspondentes à parte não amortizada do mesmo capital;
- 4.º) Direito de subscrição, em igualdade de condições com os nacionais, de ações ordinárias das empresas destinadas à produção primária do petróleo e à sua distribuição ao consumo;
- 5.º) Direito à subscrição, até o máximo de 40%, das ações ordinárias das empresas destinadas ao beneficiamento e transporte especializado do petróleo, podendo eleger nessas empresas, um diretor quando a Diretoria for de 3, ou 2 quando for de 5 Diretores;
- 6.º) Direito de receber, em caso de encampação das concessões, além do capital investido e não amortizado, a base do custo histórico e deduzida a depreciação — uma parcela razoável, a título de lucros cessantes;

7.º) Direito de exportar petróleo de sua produção ou da de outros — uma vez satisfeitas as exigências do consumo interno — com as restrições que a lei impuser (limitação de quantidade e qualidade e pagamento de imposto de exportação, progressivo com a quantidade e com o tempo).

b) *Exigências a ser estabelecidas em favor da economia e segurança nacionais.*

1.º) Pagamento de regalia e impostos fixados na lei (proporcionais à área de concessão e à produção de petróleo, e progressivos com o tempo);

2.º) limitação razoável das áreas concedidas e dos prazos de concessão;

3.º) fixação, pelo governo, de áreas previamente reservadas (faixas alternadas, em cada província petrolífera) e incorporação, ao patrimônio da União, de metade das áreas prospectadas pelos concessionários, à escolha destes;

4.º) reversão gratuita, ao patrimônio, da União dos acervos das empresas, ao terminarem os prazos das respectivas concessões;

5.º) obrigação de fornecimento, pelos concessionários estrangeiros às empresas congêneres nacionais, de petróleo bruto e outras facilidades que estiverem ao seu alcance;

6.º) obrigação de os concessionários empregarem em cada ramo especializado de seus empreendimentos, um mínimo inicial de técnicos e operários brasileiros, mínimo que será elevado a 2/3, ao iniciar-se a 2.ª metade do prazo da concessão.

3.º *Participação das iniciativas privadas e oficial, na solução industrial do problema.*

Discordo dos que pleteiam resolver o problema do nosso petróleo, fazendo, desde já, da respectiva indústria um monopólio de Estado. Não nego que seja essa, teoricamente, uma solução ideal para vários aspectos do problema — especialmente os políticos e econômicos.

Há, entretanto, entre essa concepção teórica e o terra a terra de nossas realidades atuais, em face do problema, tais distâncias e obstáculos a vencer que se tornariam, na prática, ilusórias e decepcionantes aquelas vantagens teóricas.

Mas discordo, também, dos que, por julgarem precárias as condições gerais de nossa administração pública, entendem que o governo deve deixar de lado a tarefa já realizada, confiando-a aos cuidados da iniciativa privada.

Penso que o governo deve prosseguir em suas atuais tarefas de pesquisa, lavra e beneficiamento do petróleo, podendo ainda dedicar-se a novos empreendimentos referentes ao transporte especializado e, mesmo, com o correr do tempo, imiscuir-se na distribuição ao consumo. Estimo que ele tem elementos para manter-se na 1.^a fila dos que se dedicarem à indústria petrolífera no Brasil, aproveitando-se da vantagem inicial que leva sobre os demais concorrentes.

Oponho, entretanto, um reparo à atual organização adotada para fazê-lo. Ou bem o C. N. P. reduz-se a um órgão de coordenação e controle oficial das atividades petrolíferas no Brasil, superdando-se, com autoridade, a todos os que se incumbirem de executá-las — ou deve passar a simples órgão de empreendimento industrial, como as demais entidades privadas que se dedicam à mesma indústria deixando a outro órgão oficial — o D. N. P. M. por exemplo — aquelas atribuições legais.

Ao lado desse órgão oficial, as atividades privadas, nacionais e estrangeiras, independentemente, umas das outras ou em íntima associação de interesses — devem participar dos riscos e vantagens que proporcionam os vários elos da cadeia econômica do petróleo.

Espero que isso será uma vigorosa injeção de sangue novo em nossa míngua capacidade de iniciativa privada.

4. Previsões sobre os rumos futuros da indústria petrolífera (nacionalização, ou estabilização).

O que não podemos realizar hoje — por falta de dinheiro, de técnica e de experiência — poderemos empreender amanhã, quando dispusermos de um mínimo indispensável de tais elementos.

E' de prever-se que, dentro de alguns anos, já possamos dispor:

a) de campos de reserva estudados, ao lado de outros em exploração;

b) mão de obra especializada e técnicos adestrados em cada ramo das concessões outorgadas;

c) alguma experiência e maiores disponibilidades financeiras para, aproveitando os elementos atrás enumerados, pensarmos em mudar de rumo, se for caso, negando novas concessões a empresas estrangeiras — sem prejuízo de nível já atingido por nossa indústria petrolífera.

Alguns anos mais tarde, começaremos a receber acervos de exploração, beneficiamento, transporte especializado e distribuição — revertidos ao patrimônio nacional com a expiração dos prazos das primeiras concessões outorgadas.

Então, e só então, se o aconselharem as circunstâncias, poderá decidir o governo outorgar concessões somente a nacionais, ou trans-

formar, progressivamente, toda a indústria petrolífera em monopólio do Estado.

O ensaio de solução proposto abre, assim rumos legais, quer para a nacionalização quer para a estatização futura de nossas atividades petrolíferas.

5) Observações finais.

1.º) Tenho falado em ensaio de solução e não em solução do problema brasileiro do petróleo, pois é evidente que uma verdadeira solução só poderá surgir de um trabalho acurado de equipe, capaz de ir até o fundo de cada um dos complexos fatores de que depende, e não apenas de um exame pessoal apressado, como o que aqui estou expondo.

2.º) Espero, contudo, que se reconheçam duas virtudes nesse ensaio: a vontade de bem servir ao Brasil com que foi empreendido; e a ausência de preconceitos com que foi levado a cabo.

Padaria
Fábrica de Massas
STA. LUZIA

Especialidades em Massa Branca, Amarela e Talharim com
Semola e Ovos

RUA MARECHAL FLORIANO N.º 521 — TELEFONE N.º 187

ANTONIO PARENTE

RIO GRANDE

Indústria Brasileira

Carlos & Irmão

Praça Costa Pereira, 214 — Tel. C. 185 — Vitória — E. E. Santo
Proprietário do Café Moderno — Aberto toda a noite
Bebidas Nacionais e Estrangeiras — Café e Bar

O EXÉRCITO BRASILEIRO

Brigadeiro *RUY DA CUNHA MENEZES*

(do Exército Português)

1 — O AMBIENTE HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E SOCIAL

O Brasil é hoje um País essencialmente pacífico; o povo brasileiro é sossegado, livre de ambições descabidas, feliz na sua maneira indifferente de encarar a sorte e o destino. No periodo da formação da nacionalidade, tanto nos tempos que precederam a emancipação como depois, não se registam lutas sangrentas, como as que caracterizam a formação das Repúblicas que o rodeiam; se a conquista e occupação do território foram, de começo, belicosas e violentas, a época dos embates com as tribus nativas, da caça ao indio, da guerra ao estrangeiro cubiçoso, já vai longe bastante, e a fase construtiva, em que a enxada do lavrador e o alvião do mineiro predominaram, apagou todas as recordações do tacape e da arma de fogo.

Estabelecidos os primeiros núcleos populacionais ao longo da Costa, abertos os caminhos para o interior, foi em relativa paz que se plantou a cana, se fundaram engenhos, se minerou o ouro. As ações militares — que as houve, é certo — tiveram sempre uma feição mais de defesa de direitos, de garantia, de posse, do que de aggressão premeditada ou de desejo incontido. As próprias campanhas do Sul, o carácter offensivo resultam essencialmente de necessidades de segurança contra as ameaças dos vizinhos.

Com excepção da Guerra dos Farrapos, as lutas internas foram sempre brandas e quase sempre pouco duradouras: a mais notável que foi a imposição contra a reacção das tropas portuguezas, quando da proclamação da Independência, liquidou-se na Bahia em menos de um ano, e na Cisplatina em catorze meses.

No entanto, a História Militar do Brasil conta tradições brilhantes, feitos gloriosos, homens de valor e factos de irrecusável notabilidade.

Geograficamente, nenhum País gosa de mais privilegiadas condições militares. Se é certo que a extensa costa atlântica apresenta ao inimigo uma sedutora vulnerabilidade, a sua defesa poderá concen-

trar-se, e reduzir-se mesmo aos portos de maior importância para a economia nacional como testas de via de comunicação ou como centros de vida, dominando determinadas zonas produtoras.

A faixa que corre ao longo do litoral, entre o mar e as linhas de alturas que limitam o sistema orográfico central é talvez demasiado estreita para a manobra de grandes massas invasoras. Quanto ao acesso ao interior do país, as dificuldades não são hoje menos de considerar do que foram no Século XVII, para os bandeirantes do ouro e das esmeraldas: depois das escarpadas serras que bordam o continente, vem a imensidão dos sertões sem fim, com todas as inúmeras contrariedades do clima, do isolamento, da falta de vias de comunicação.

Além de tudo, o interior do Brasil não constitue naturalmente objetivo, pois é na costa que se encontram os principais centros de vida nacional, de qualquer forma que esta seja encarada, demográfica, econômica ou espiritualmente.

Do lado de terra, a Oeste e ao Norte, as condições são absolutamente favoráveis à defesa; a fronteira, ou é constituída por acidentes naturais de valor considerável, ou perde-se no sertão indesejável — onde a guerra não é possível — e fica tão longe e tão separada dos centros vitais por centenas de léguas de matéria impenetrável, fartamente cortadas por importantíssimas linhas de água e ásperamente causticadas pelo sol canicular dos trópicos e pelas chuvas torrenciais, que não é concebível uma tentativa de agressão séria, por via terrestre (1).

Resta o calcanhar de Aquiles da defesa do território, no ponto em que sempre o perigo se manifestou mais patente, e onde por vezes se provou concretamente: o Rio Grande do Sul. Aí tudo é desfavorável à segurança e ao socêgo: a linha de alturas, que corre ao longo do mar, já lá não chega; a profundidade da zona, no sentido leste-oeste é relativamente curta, o terreno é francamente propício à manobra de tropas rápidas, o país constitue uma das fontes importantes da economia nacional. Assim parece naturalmente indicado que o problema militar, considerado geograficamente, se colocará na ponta sul do território, onde aliás êle aparece muitas e variadas vezes, na História Militar do Brasil.

Quanto às características sociais do Povo Brasileiro, sob o ponto de vista militar, o assunto é complexo, e não caberia em poucas linhas um estudo suficientemente elucidativo, que nos dêsse dêle uma compreensão bastante clara. País novo, ainda em formação, a sua população aparece-nos de tal forma heterogênea, sob qualquer ponto de

(1) — Dada a enorme extensão territorial do país, a região central não pode normalmente ser considerada teatro de operações." — Major F. de Paula Cidade — "Notas de Geografia Militar Sul-Americana".

vista em que procuramos encará-la, que se torna difícil, senão impossível, definir-lhe caracteres, determinar-lhe a evolução, prever-lhe o destino.

O núcleo constitucional primitivo, cujo forte foi a imigração portuguesa nos Séculos XVII e XVIII, e a concomitante afluência de escravos vindos da Costa de África, vai-se pouco a pouco diluindo, com a corrente de imigrantes de outras muitas e muito variadas origens que, de há cem anos para cá, tem entrado no Brasil, — e hoje se denuncia largamente nos apelidos de grande número de famílias brasileiras, principalmente das originárias ou constituídas nas grandes cidades do litoral.

Nos Estados do Norte, (Baía, Pernambuco, Pará, Manáus, etc.) este fenómeno é menos pronunciado, bem como nos Estados do interior, principalmente em Minas, onde a predominância do sangue português se acentua notavelmente.

Também é de notar que esta denunciante introdução de nomes "estrangeiros" é consideravelmente mais frequente na classe média do que nas outras, com tendência sempre para as classes mais altas. Daqui se pode talvez concluir que o recrutamento dos oficiais difere, em características raciais, do recrutamento do pessoal de fileira. Veremos mais adiante como este último se caracteriza, conforme a sua posição geográfica.

Seria longo, e trabalhoso, ir mais além na análise deste como de outros problemas que condicionam, no Brasil — e em toda a parte — o problema máximo da Defesa Nacional, que é o da constituição da força armada. É de crer que por agora nos baste, para compreensão destas ligeiras impressões sobre o Exército Brasileiro, a pequena síntese de fatores históricos, geográficos e sociais em que se criaram, e se movimentam, as suas atividades normais de organização e de instrução, e a previsão do seu emprego.

2 — ORIGENS. EVOLUÇÃO ORGÂNICA

As origens do Exército Brasileiro devem ser procuradas no período colonial, porque é no período colonial que tiveram início todas as grandes atividades, que mais tarde definiram o Brasil como Nação. Essas origens, no entanto, aparecem-nos grandemente confusas e mal determinadas, e não é fácil marcar-lhes um ponto de partida, uma referência em tempo ou um fato notável que as caracterize.

É natural que os primeiros soldados que pisaram o sólo brasileiro tivessem vindo com os Capitães-Móres, mesmo antes dos que acompanharam Tomé de Souza, em 1549, — e se destinassem à sua guarda pessoal e à manutenção da ordem e segurança dos pequenos núcleos coloniais que se iam fundando nas donatarias. Depois, à ma-

neira que esses núcleos foram crescendo, as respectivas guarnições iriam aumentando, e como o aumento era imposto por necessidades locais, fazia-se também por iniciativa própria, e à custa dos próprios colonos, que para elas contribuíam com pessoal e com dinheiro.

É assim que, após uma evolução mais ou menos lenta, que não deixou vestígios, vão aparecendo, aqui e além, dispersas, umas primeiras organizações militares já com certas características fundamentais de organização apropriada, disciplina, uniforme, etc.

As operações de maior envergadura, como foram a da expulsão dos franceses de Villegaignon, requereram sempre forças expedicionárias, vindas da Metrópole. No entanto na guerra contra os holandeses, — a mais importante que a História Militar do período colonial regista, aparecem os *terços* inteiramente organizados no Brasil, comandados por mestres-de-campo, e constituídos, alguns inteiramente também, por brasileiros natos.

Seguia-se então o critério de separar os *terços* por raças. Havia *terços de brancos, de pardos, de índios e de negros*. No Monte das Tabocas e nos Guararapes distinguu-se o célebre *terço de pretos* de Henrique Dias, e de tal maneira que a sua organização foi mantida durante cerca de duzentos anos, com a designação de *terço dos Henriques*, e originou mais tarde os batalhões de *Caçadores-Henriques*, existentes ainda no primeiro reinado. Também na guerra holandesa se notabilizaram as "companhias de assalto", tropas de escol, a que eram confiadas as missões de maiores responsabilidades.

Restaurada a Capitania de Pernambuco, os *terços* passaram a ser organizados por comarcas, e as suas companhias por freguesias, e constituíram desde então a força armada da Capitania. Em 1663 criou-se um *Regimento de Cavalaria de Ordenanças*, aparecendo também por essa época dois *Regimentos de Infantaria "paga"*. As fortalezas eram guarnecidas pelas chamadas "companhias de pé de castelo".

O que se deu em Pernambuco, repete-se em outras Capitanias que já tinham certo desenvolvimento, principalmente na Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte. O Sul andava um pouco mais atrasado, mas pode-se dizer que é no Século XVIII que se define mais ou menos uma organização de tropas territoriais, por Capitanias, a qual havia de conservar-se até que, já no Século XIX, começam a aparecer as primeiras características de um verdadeiro Exército do Rei. O processo de evolução, porém, é sempre mal definido, pois se bem que, a partir de certa época, a criação de unidades implica sempre uma determinação por carta régia, a sua feição continuava a ser afirmadamente territorial, no que respeita ao sistema de recrutamento e à manutenção.

Em começos do Século XVIII surge no Brasil o fenómeno social e económico que vulgarmente se denomina o "*Ciclo do Ouro*", e com êle o desenvolvimento súbito de um núcleo populacional de grande extensão no sul do território que passou a constituir a Capitania das Minas Gerais. Aí se formou, rapidamente também, outro centro de força militar, que, em breve, deveria tornar-se notável pela fonte riquíssima de gente e de meios de que os governos se haveriam de utilizar em momentos de apêrto, embora o Brasil já estivesse todo, mais ou menos, bem guarnecido de tropas.

Na Capitania da Bahia, por exemplo, existiam 8 *Regimentos de Ordenanças*, do tipo dos regimentos franceses da época, fora os *terços de milícias territoriais*. O Rio Grande do Sul possuía já Companhias de Infantaria e de Artilharia, unidades de tiro ligeiro, naturalmente apropriadas à região, um Regimento de Dragões, Cavalaria Ligeira e Cavalaria Auxiliar. Como se vê, desde longa data se vem adotando, nos Pampas, tropas de manobra, característica que perdura até aos nossos dias.

É na segunda metade dêste século que o Conde da Cunha organiza a 1.^a *Companhia da Guarda dos Vice-Reis*, mais tarde acrescida de uma 2.^a, passando ambas a chamar-se *Companhias de Dragões da Guarda dos Vice-Reis*, das quais, em 1808, saiu o 1.^o *Regimento de Cavalaria*, hoje chamado "*Dragões da Independência, Regimento de Guardas*", com sede no quartel de S. Cristóvão, no Rio de Janeiro.

Mas é na formação militar da Capitania de Minas Gerais, (1) que melhor se define como se teria dado a evolução orgânica do Exército Brasileiro, desde a constituição das primeiras milícias, e que, em linhas gerais, aqui deixamos exposto. "Essas milícias constituíram uma forte organização para-militar em todo o Brasil", — diz Lima Júnior.

Baseando-se nas possibilidades da Capitania, a que nos referimos, e nas apertadas contingências dos desastres sofridos na Colônia do Sacramento, uma carta régia de 22 de Março de 1766 manda mobilizar 13 Regimentos de Cavalaria e 6 de Infantaria, além dos *terços territoriais* de que se dispunha, — e tudo isto era custeado pelas municipalidades. No entanto, em Minas, já de longo tempo havia uma tropa paga, da qual o Capitão General D. António de Noronha tirou o Regimento de *Dragões de Minas*, que teve seu quartel próprio, especialmente construído, em Cachoeira do Campo, e do qual se originaram outros Regimentos; a sua tradição mantém-se hoje no *Regimento Osório*.

As campanhas do Sul absorveram gente e gente, e obrigaram à constituição de novas unidades. Surge por esta época a célebre

(1) — "A Capitania de Minas Gerais", de Augusto Lima Júnior — Rio, 1943.

Legião Paulista, — tropa mista, de tôdas as armas, à qual por muito tempo ficou entregue a guarda das fronteiras do Sul.

Apesar do esforço que se exige, e se obtém, das possibilidades locais, ainda vêm de Portugal três Regimentos de Infantaria, que nunca mais haveriam de voltar. Eram eles : o Regimento de Estremoz, dissolvido na Bahia em 1802, e os de Moura e de Bragança, que vieram a transformar-se muito mais tarde, respectivamente, nos 3.^o e 1.^o Regimentos do Rio, este último conhecido pelo Regimento Velho. Pouco depois veio também para o Rio o 1.^o Regimento de Infantaria do Porto.

Como se vê, até fins do Século XVIII, a organização das tropas do Brasil não obedecia a planos de conjunto devidamente estudados, mas sim às necessidades, mais ou menos prementes, da ocasião. As unidades constituíam-se com um dado fim e acabavam desaparecendo por gastamento e falta de reconstituição, quase sempre juntando-se os restos de várias delas para organizar outras novas.

D. João VI, ao chegar ao Brasil, (1808), criou um Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, cujo primeiro Ministro foi o Conde de Linhares.

O momento obrigava a cuidar-se mais das relações internacionais do que das atividades militares, — e o regime em que estas vegetavam pouco melhorou com a vinda do Rei. Mais um Corpo de Voluntários Reais em Pernambuco, mais um Regimento de Artilharia a Cavallo, um Corpo de Artífices, a Guarda Real de Polícia, — que originou a atual Polícia Militar, — e pouco mais do que isto, a não ser a fundação da Academia Militar, que haveria de dar a atual "Escola Militar de Resende".

Cuidou-se, no entanto com certo interesse da organização de estabelecimentos produtores de material de guerra e também a justiça militar mereceu uma atenção especial.

Nova fase da questão do Sul, agora em Montevidéu, obriga a mandar vir de Portugal, a célebre "Divisão de Voluntários do Rei", sob o comando do General Lecor, com a qual foi guarnecida aquela cidade da Cisplatina até que, proclamada a Independência do Brasil, não podendo manter-se fiel ao Rei, embarcou novamente para a Europa, ficando Lecor no Exército Brasileiro.

Como reforço desta Divisão, chegou mais tarde ao Rio, tendo já desembarcado parte na Bahia e parte no Recife, a "Divisão Auxiliadora" do comando do General Avilez. Foram as tropas desta Divisão que, sob o comando de Avilez, no Rio e do General Madeira de Mello, na Bahia, afirmaram quanto lhes foi possível a sua fidelidade à Corôa Portuguesa, protestando contra a rebelião do Príncipe Regente.

Em 1824, D. Pedro I organiza o Exército Imperial, criando tropas de 1.^a e de 2.^a linha que totalizavam, a primeira 27 Batalhões de Caçadores, 7 Regimentos de Cavalaria, 12 Corpos de Artilharia de Campanha e 1 de Posição, fora o Batalhão do Imperador e a Imperial Guarda de Honra; a segunda, 4 Regimentos de Infantaria, 89 Batalhões de Caçadores e 39 Corpos de Cavalaria.

Esta *"foi a primeira organização militar de valor no nosso País, e dela poderemos datar a coesão do nosso Exército"*, — diz Gustavo Barroso, na sua História Militar.

Julgadas, no entanto, insuficientes estas forças, e talvez pouco merecedoras da confiança pessoal do Imperador, criou este mais o Corpo de Estrangeiros, principalmente formado por alemães recrutados na Europa, e que chegou a contar três batalhões. Afinal, um dos batalhões veio a revoltar-se e o Corpo foi dissolvido, o que seria de esperar, em vista dos antecedentes pouco recomendáveis de grande parte dos aventureiros que o compunham.

Com a Regência, as forças foram consideravelmente reduzidas, ficando em 16 Batalhões de Caçadores, 5 Regimentos de Cavalaria e 4 Corpos de Artilharia.

É interessante, nesta época, a criação do Corpo de Oficiais-Soldados, no qual ingressaram muitos dos oficiais que, pela redução, haviam ficado sem colocação. Este Corpo só reunia em caso de emergência séria, e não tinha uniforme, distinguindo-se os seus componentes apenas por um tope no chapéu.

Pelas reformas da Regência — que foram várias — desapareceram os granadeiros e fuzileiros, que tão belas tradições tinham criado nas organizações anteriores, e constituiu-se, em 1831, a célebre Guarda Nacional.

Esta, que ainda em 1911 se fez representar numa parada, acabou caindo no desprestígio público, vítima da política que, depois de proclamada a República, dela se serviu como elemento de caciquismo eleitoral. Deixou, no entanto uma gloriosa memória, sobretudo pelo que respeita à sua ação na Guerra do Paraguai. Foi a Guarda Nacional que forneceu o principal efetivo da brilhante Divisão de Cavalaria Andrade Neves.

Pouco depois que D. Pedro II subiu ao trono, contratam-se na Europa 1.000 alemães, que vêm depois a formar um Batalhão de Infantaria, e também uma Companhia de Pontoneiros, com o respectivo material. Eram os restos do extinto exército do Schleswig-Holstein, que haveriam de se distinguir na batalha de Caseros. Em 1855, e depois em 57, enriquece-se o Exército com um Batalhão de Engenheiros, que seria a origem da Arma de Engenharia, e com uma Companhia de Enfermeiros, talvez origem do Serviço de Saúde.

As organizações sucessivas dos últimos tempos tinham sido orientadas principalmente pelas exigências das campanhas do Sul, do que resultava extinguírem-se as guarnições locais nas províncias, tão necessárias na época de agitação política que o Brasil atravessava. Surgem então os Corpos Fixos e os Corpos de Pedestres e Ligeiros e, mais tarde os Caçadores de Montanha e as Legiões, como a de Mato Grosso, que constituíam unidades mistas das três armas.

Esta organização, na qual se distinguem nitidamente as tropas fixas, de guarnição, e as móveis, de campanha, define-se em 1860, no período que antecede a Guerra do Paraguai. Mas é a Guerra do Paraguai que marca bem nitidamente as possibilidades militares do Brasil, em matéria de organização.

As campanhas do Sul, que a antecederam, tinham já reunido no Rio Grande e no Uruguai a maior parte da Infantaria, cujos Regimentos haviam adotado nomes significativos — que infelizmente se perderam — de acôrdo com o prestígio alcançado por cada um, e com as suas glórias. Eram o *Dois de Ouro*, o *Treme Terra*, o *Arranca Toco*, o *Boi de Botas*. Nada mais brasileiro.

A História da Guerra do Paraguai é o mais elucidativo documento da capacidade militar dos povos latinos: guerra de esforços, guerra de gênios, guerra de sacrifícios e de entusiasmos. Todo o Brasil vibrou e todo o Brasil se empenhou a fundo, sem hesitações nem desfalecimentos.

Além do Exército Regular, desde há muito empenhado nas constantes lutas do Prata, mobiliza-se a Guarda Nacional e formam-se os *Batalhões de Voluntários da Pátria*. Uma e outros haviam de fazer-se notar em tôdas as ações de maior vulto, e de deixar a sua fama assinalada em tôdas as batalhas dessa retumbante epopéia das armas brasileiras (1).

Logo que a guerra terminou, a Guarda Nacional foi desmobilizada, os Voluntários dissolvidos, e as tropas distribuídas por todo o território, ficando algumas unidades no Paraguai. O País precisava de descanso, e as finanças do Estado de reconstituição. Definidas as posições dos Países do Prata, aquietados os nervos dos seus caudilhos, arrefecidas as ambições de grandeza, de independência e de domínio, que tanto custaram de bom sangue espanhol e português, o Brasil pôde socegar militarmente, durante longos anos, não deixando contudo adormecer os seus soldados nem enferrujar as suas armas, porque sempre uma ou outra perturbação de ordem interna, (Canudos, o Contestado, 1929...) lhes iam dando que fazer o preciso para

(1) — Gustavo Barroso diz que “a verdadeira História Militar do Brasil começa com a Nação e a Nação surge no dia em que a Corôa da Metrópole vem para o Continente Americano. “Não concordamos”.

não perderem o treino das pontarias, o hábito dos bivaques e a exaltação do brio militar. A campanha da Itália acaba de o confirmar, gloriosamente.

O fim da guerra assinala um período novo de renascimento em tôdas as esferas de nossa vida, — diz Rocha Pombo. E assim é. Forma-se um novo espírito nacional; tôdas as atividades da vida brasileira são atingidas. Pelo que respeita ao Exército, êle tem na sua frente 70 anos para se reconstituir, se robustecer, criar o seu espírito próprio, afirmar a sua individualidade, dentro do conjunto da Nação. A ausência do perigo — que só em 1916 começa a determinar-se novamente — faz com que a sua evolução se arraste morosamente, ao sabor das circunstâncias, seguindo apenas a evolução geral, que nos outros países também não é muito ativa.

Sucedem-se várias reorganizações, das quais a mais saliente é a de 1908, em que a consciência militar vibra mais intensamente e mais flagrantemente. Deve-se ao Marechal Hermes da Fonseca, que anos antes havia procurado em dados concretos — as manobras de 1905 e 1906 — averiguar as condições em que o Exército se encontrava.

Por esta reorganização reconstituem-se os Regimentos de Infantaria e de Artilharia, respectivamente a três batalhões e três grupos, aumenta-se o número de unidades, constituem-se as Grandes Unidades do Exército, cria-se a *Confederação de Três* destinada a uma preparação pre-militar e à formação de reservistas e, acima de tudo mais, promulga-se a *Lei de Alistamento e Sorteio*, — serviço pessoal e obrigatório, — pela qual o Exército passa a constituir definitivamente uma 1.ª linha ativa, uma 2.ª linha de reserva. Esta lei de difícil execução imediata, só a 1 de Dezembro de 1916 pôde ser posta em vigor. A par destas medidas, o Governo começa a encarar o problema das vias de comunicação.

O Marechal Hermes, ao deixar o Ministério da Guerra, marca o ponto de partida para a organização total de um novo Exército, que há-de prolongar-se por muito tempo, num encadeamento de realizações, sempre crescente e sempre eficiente. Sobretudo data desta época a formação de um novo espírito militar mais conciente e mais empreendedor.

É devido ao impulso de 1908 que o Brasil pode aceitar a situação que, em 1916, lhe é criada pela agressão dos alemães contra os seus navios, e por-se ao lado dos Aliados, pronto a participar na Guerra, se as circunstâncias o tivessem exigido. É também êsse impulso que o Ministro Calogeras, em 1918, aproveita para dar um incremento máximo à instrução militar, criando escolas, — entre as quais se destacam a "Escola de Educação Física", a "Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais" e a "Escola de Aviação", — e, sobretudo, contratando a Missão

Francesa do General Gamelin, que haveria de ter uma influência decisiva nos destinos do Exército Brasileiro.

A par de todas estas inúmeras providências tomadas para que o Brasil dispusesse do poder militar que compete a uma Nação da sua categoria, começou-se também a cuidar da criação de órgãos reabastecedores de material, alargando os estabelecimentos produtores já existentes, montando outros, inaugurando assim, de forma positiva, um sistema de indústria militar, que nestes últimos tempos, com o Brasil beligerante, tomou decididamente um incremento considerável.

Ao aproximar-se o Grande Conflito passado, na previsão de possibilidades que efetivamente vieram a dar-se, o Brasil renovou as suas atividades no sentido de completar e melhorar a sua preparação militar. É de 1934 para cá que essas atividades se tornam mais flagrantes. Aparece o *Conselho Superior de Segurança Nacional*, remodela-se o ensino militar, dando-lhe características próprias (1), funda-se a "Escola Técnica do Exército", contrata-se uma Missão Militar Norte Americana para orientar a instrução de Defesa da Costa, separa-se a Aeronáutica, como Força independente do Exército, intensifica-se a produção, dá-se à instrução um novo ritmo, mais vibrante e mais intenso, e atualiza-se, dentro de uma nova concepção que indica já as normas da guerra total.

Toda a legislação, nestes últimos dez anos, entra num processo de constante renovação, evidenciando-se a *Lei de Organização Geral do Exército*, a readaptação dos *Tiros de Guerra*, e, sobretudo, o grande desenvolvimento dado aos *Centros de Preparação de Oficiais de Reserva*.

A evolução do armamento, que se vem definindo desde 1872-73 — quando foram distribuídas uniformemente pela Cavalaria e pela Infantaria as primeiras carabinas Spencer e as primeiras espingardas Comblain e Chassepot — atinge durante a última guerra o seu ponto culminante, com a aquisição do mais moderno e mais aperfeiçoado material americano, que substitue em parte o material de várias proveniências que estava em uso, embora constantemente melhorado e readaptado, e entre o qual figurava a espingarda (fuzil), Mauser 7 m/m de modelo especificamente brasileiro.

A 22 de Agosto de 1942 foi declarado o estado de guerra, e o Brasil entrou em plena atividade militar, em regime de mobilização. Prepararam-se as Forças Expedicionárias do Exército (F E B) e do Ar (F A B) que fizeram a campanha da Itália; organizou-se a polícia do Atlântico e a defesa das Costas. A evolução orgânica que a mobilização produziu, é assunto que excede estas ligeiras impressões e terá melhor cabimento em trabalhos mais diretamente relacionados.

(1) — Oportunamente trataremos d'este assunto, em especial.

com a história da F E B. Veremos adiante, ao tratar-se das atuais tendências doutrinárias, sobre que bases, e com que orientação essa evolução vai progredindo.

3 — ORGANIZAÇÃO ATUAL

a) — *Comando e direção* — Pela constituição de 1946, compete ao Presidente da República *exercer o comando supremo das forças armadas* — Exército, Marinha e Aeronáutica — para o que tem junto de si um Estado Maior Geral órgão criado há pouco e cujas funções ainda não foram definidas em diploma oficial (1). No entanto, ao tomar posse, o primeiro C. E. M. G. traçou um primeiro esquema das suas funções, dizendo: *O Estado Maior Geral, como todo Estado Maior, é um órgão de preparação das decisões do chefe. Há uma grande tarefa a realizar, desde a organização e articulação do conjunto das forças até ao planeamento estratégico do emprego destas no quadro de suas ações possíveis. O Estado Maior Geral não se sobrepõe aos Estados Maiores especiais, nem lhes invade as respectivas jurisdições. Apoiar-se-á, em regra, nos trabalhos de cada um deles, harmonizando-os com o objetivo de dar ao conjunto a necessária homogeneidade.*

Por sua vez, o C. E. M. do Exército, (2) ao receber o cargo, descreveu as suas atribuições privativas nestas palavras: *Cabe-lhe a missão de superintender no ensino e instrução militar, desde o preparo da tropa, em sua triplíce modalidade — fundamental, técnica e tática — até à formação geral e especializada dos quadros, de tal arte que todos se conservem em perfeitas condições de eficiência.*

A Lei de Organização do Exército, de 1946, anterior à Constituição, diz que "em tempo de paz como em tempo de guerra, o chefe supremo do Exército é o Presidente da República, representado pelo Ministro da Guerra.

Também junto do Presidente da República, e sob sua alta direção, funciona o Conselho de Segurança Nacional ao qual compete o estudo de todas as questões relativas à Segurança Nacional.

Assim para cada uma das Forças Armadas existe um Ministério e um Estado Maior privativo. O Ministro da Guerra dispõe, como órgão de consulta, do Conselho Superior do Exército, cujas atribuições se sintetizam no estudo — e respectivo parecer — de todas as questões relativas a planos de operações, e às bases da organização, equipamento, mobilização e instrução do Exército.

b) — *Organização territorial* — A base da organização territorial é a divisão em *Regiões Militares*, que são dez, agrupadas em quatro

(1) — É possível que se espere a volta do C. E. M. G., em viagem pelos Estados Unidos para se definir a missão do E. M. G.

(2) — General Milton de Freitas Almeida.

zonas, possivelmente correspondentes a quatro teatros de operações, e formando inicialmente quatro exércitos (1).

As Regiões Militares de maior importância têm como guarnição uma Divisão de Infantaria, as de importância secundária têm guarnições menores, geralmente Destacamentos adequados ao território, mas é sempre dentro da mesma Região que se constituem as G. U. de Mobilização. No Sul, a R. M. do Rio Grande dispõe, a mais, de três Divisões de Cavalaria, e de elementos de cobertura de maior vulto e mais completos.

Além das G. U. de linha, e de certos órgãos de Defesa da Costa, considerados G. U. quando comandados por generais, que guarnecem as R. M., há a considerar ainda outras, em formação, à maneira que os elementos componentes vão aparecendo, e que são : *Divisão blindada*, em cuja organização está previsto o fracionamento em *Grupamentos*, e a *Divisão Aero-Terrestre*, possivelmente destinada a operar em conjunto com a Aeronáutica, embora pertencendo ao Exército, a menos que venha a ter material de aviação próprio.

c) — *Localização das tropas* — Os fatores que presidem à distribuição das tropas sobre o vastíssimo território brasileiro são naturalmente de ordem política, geográfica e estratégica. Assim as zonas de maior densidade demográfica estão mais guarnecidas, as grandes povoações e as cidades mais importantes têm maior número de unidades, mas estas condições aliam-se às necessidades da concentração das G. U. pela localização dos seus prováveis componentes ao longo das grandes vias férreas, garantindo ao mesmo tempo a segurança e o funcionamento destas. As cidades do litoral são os centros militares de maior vulto, porque a costa é também o alvo mais sensível. A ponta Sul do País, sendo a mais vulnerável e de mais provável perigo, é guarnecida com maior densidade, pela menor superfície das R. M. de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul — e esta R. M. é também o local de estacionamento de três Divisões de Cavalaria, grande número de Batalhões de Caçadores e outros elementos de cobertura em dispositivo permanente, mais ou menos apropriado.

As pontas das linhas férreas, que conduzem à fronteira, como a Noroeste do Brasil, assinalam zonas militares importantes, assim como os pontos de entrada nos territórios mais acessíveis, pelo lado de terra.

Claro está, que a cidade do Rio de Janeiro tem que juntar a tôdas as preocupações de ordem propriamente militar, as da sua função de capital da Federação e, portanto, a da necessidade de uma representação especial, chegando a pôr em parada, como sucedeu em 7 de Setembro passado, cerca de 35 mil homens, (incluindo as escolas, representações da Marinha e da Aeronáutica, a Polícia Militar e os Serviços militarizados). Vinte mil soldados formaram há pouco na Vila Militar para a entrega do Comando da 1.^a D. I.

(1) — Logo após a criação das Zonas, foi instituído o posto de General de Exército.

Qual seja o critério desta distribuição, não é do conhecimento público, mas parece poder-se deduzir que, além de tudo, a capital é o objetivo principal da defesa do País, não só por ser o centro vital de maior importância, como também porque é junto dela que se localizam a maior parte dos órgãos indispensáveis à manutenção do Exército. Além disso é do Rio que sai o caminho natural para São Paulo e para o Sul de Minas, e o triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte constitui o *coração* do País.

Apesar da vastidão territorial, e das distâncias enormes a que ficam certas unidades, (para algumas, de muitos dias de viagem), a administração, governo e comando do Exército centralizam-se no monumental Palácio da Guerra, onde se alojam todos os órgãos de direção dependentes diretamente do Ministério da Guerra, e mais os Comandos das Zonas e da 1.^a R. M. A primeira vista parece que, embora as comunicações por rádio e por via aérea militar tenham um desenvolvimento muito considerável, seria razoável — e talvez venha a ser assim — que a direção superior fôsse em parte distribuída pelos comandos de Zona, quando as atribuições dêstes estivessem completamente definidas. Por outro lado é também possível que a descentralização assim obtida viesse a causar uma diferenciação muito sensível nos hábitos, na maneira de ser, no espírito, e até na mentalidade, entre as tropas das diversas zonas, tanto mais que o natural regionalismo se presta grandemente a isso. Mas, mesmo que isso se desse outra vez, a História provou já que o fenômeno não teria influência notável na coesão do Exército, pois nas campanhas do Sul, e na guerra do Paraguai, concorreram soldados e corpos de tropa de todo o País, por vezes sob um comando único, e em nada se ressentiu a unidade de ação dos Exércitos Brasileiros que fizeram essas campanhas, nem disso resultaram dificuldades para os comandos, que os conduziram.

É possível que uma descentralização por zonas facilitasse a administração e o comando supremo da vasta rede de tropas estendida sobre o extensíssimo mapa do Brasil. No entanto, o sistema vigente demonstra que a máquina está bem montada e funciona com a devida regularidade e eficiência. Notá-lo é definir, em síntese, uma característica interessante do Exército Brasileiro: a sua individualidade única, apesar das condições normais de dispersão, a que o força a natural localização das suas tropas.

d) — *Organização das Armas* — No momento que passa, devido ao período de transição em que ele está colocado, não é possível definir, de maneira precisa, qual seja a organização das Armas, porquanto estas vão-se adaptando aos poucos a uma orientação nova, consequência dos ensinamentos já adquiridos pelo contato íntimo que o Exército Brasileiro teve com as tropas em operações na Europa, e também pro-

duto do que vai chegando dos E. U. A. onde a evolução se faz em condições idênticas.

Em princípio, existe ainda, (mas... até quando?) a noção de Arma, e a Infantaria é a arma principal. Muitas das suas unidades — aqui se diz: "corpos de tropa" — conservam a organização antiga, comumente conhecida por *tipo francês*. Os Regimentos são de constituição ternária, até ao batalhão; este forma-se a três companhias, (tipo I), ou a duas, (tipo II); os tipos dos batalhões dão o tipo ao regimento. O mesmo critério para os Batalhões de Caçadores.

Mas esta organização vai-se transformando aos poucos, e os R. I. tendem a adquirir uma maior independência tática, pela inclusão de artilharia própria e pelo maior desenvolvimento dos órgãos de reconhecimento e de transmissões, e dos serviços. Já as companhias são dotadas de metralhadoras anti-aéreas, morteiros e lança-chamas; no quadro do R. I. figuram, no total, 25 metralhadoras anti-aéreas, 4 obuses 105, 10 canhões anti-carros, 8 morteiros 81, 10 morteiros 60 e 151 viaturas-auto diversas. Estão constituídas duas D. I. com corpos de tropa deste tipo.

Os Regimentos de Cavalaria continuam a 4 esquadrões de quatro pelotões.

A Artilharia organiza-se em Regimentos de 2 ou 3 Grupos de 3 baterias, indiferentemente para materiais de 75 (peças) ou 75, 105 e 155 (obuses) e em Grupos de Observação — abrangendo esta organização a Artilharia Anti-Aérea.

A Artilharia de Costa organiza-se em Grupos de Costa, ou Grupos Motorizados e Ferroviários, e em Baterias independentes. Os Grupos móveis são destinados à defesa das praias.

Para a Engenharia adota-se a unidade Batalhão de Engenharia, de Transmissões, de Ferroviários e de Pontoneiros, e também Companhias independentes. Os B. E. são mistos: comportam 2 companhias de sapadores, 1 de pontoneiros e 1 equipagem de pontes.

A independência de unidades pequenas, como batalhões e companhias, leva a crer na tendência para a constituição de agrupamentos, que, futuramente, substituirão as G. U. com a feição que atualmente têm.

As tropas blindadas formam, por assim dizer, grupo ou escalão à parte, compreendendo os Batalhões de Carros de Combate, Batalhões de Infantaria Blindada, Regimentos Mecanizados, Grupos de Obuses Blindados, Grupos de Destruidores de Carros e Batalhões de Engenharia Blindados. Estas tropas fazem parte das respectivas Armas, mas têm uma "Diretoria" especial.

Há ainda a contar as tropas Aéro-Terrestres, que são também de todas as Armas, pois comportam R. I. A-T de Paraquedistas, R. I. A-T de Planadoristas, B. E. A-T, G. A. A-T e Serviços A-T.

Os Serviços que completam a organização geral do Exército, constituem um conjunto de dois grupos : os de caráter técnico (obras e fortificações, fabricação e serviço geográfico), subordinados ao Departamento Técnico e de Fabricação do Exército; e os de caráter administrativo, (material bélico, engenharia, transmissões, recrutamento, intendência, saúde e veterinário), dependentes do Departamento de Administração. Estes dois *Departamentos*, com os Comandos de Zonas Militares e o E. M. E. constituem as quatro grandes divisões do Ministério da Guerra.

e) — *Recrutamento e Reservas* — O serviço militar é pessoal e obrigatório. A sua obrigatoriedade tem em geral boa aceitação, talvez em resultado de uma propaganda bem feita. A lei é severa e rigorosa : nenhum direito público tem qualquer brasileiro que não esteja quite com o serviço militar. Mesmo assim, a sua execução é por vezes precária, tratando-se de indivíduos que vivem nas regiões sertanejas de difícil acesso, afastados dos centros vitais mais rudimentares.

Aos 17 anos, o mancebo deve alistar-se no órgão alistador do seu município; aos 18 deve considerar-se convocado; aos 21 é incorporado.

Desde a convocação os mancebos entram em regime de instrução militar, ministrada durante dois anos nos corpos de tropa, (se os houver na localidade onde o alistado reside), ou durante 9 meses nos Tiros de Guerra ou Centro de Formação de Reservistas. Se as suas habilitações literárias lhes permitem ingressar nos quadros de oficiais de reserva, concorrem aos Centros ou Núcleos de Preparação de Oficiais de Reserva.

Quanto a pessoal, o Exército divide-se em dois escalões, cada um com a sua reserva : *Exército de 1.ª linha* constituído pelos cidadãos sujeitos ao serviço militar, dos 17 aos 30 anos de idade; *Exército de 2.ª linha* pelos de 31 a 44, sendo a sua reserva constituída pelos que passam de 37.

O cidadão que faz normalmente o seu serviço, tendo passado pelos corpos de tropas, constitue-se reservista de 1.ª classe; os que apenas frequentaram os Tiros de Guerra ou os Centros de Preparação, são reservistas de 2.ª classe; de 3. classe, os restantes. O mesmo sucede com os oficiais e sargentos que frequentam os órgãos de formação apropriados.

O recrutamento dos oficiais faz-se por duas vias : os que saem da Escola Militar, e os que, da classe de sargentos, passam ao Quadro Auxiliar de Oficiais. Estes atingem apenas o posto de 1.º Tenentes, fazem serviços de complemento na fileira das suas Armas, mas destinam-se principalmente aos serviços auxiliares. As promoções obedecem ao critério da antiguidade, do merecimento e escolha, esta última modalidade aplicada aos generais.

Para o funcionamento normal e eficiente do sistema de recrutamento é o País dividido em três grandes zonas, que por sua vez se dividem sucessivamente em circunscrições, delegacias e distritos de recrutamento, correspondendo estes aos municípios.

Ao estudar-se a organização geral do Exército Brasileiro, parece à primeira vista que o seu recrutamento, manutenção de reservas e de quadros é demasiadamente complicado, em vista da diversidade de órgãos que nêle têm interferência. Na prática, no entanto, aparece simplificado, pela ordem e método que presidem a todos os seus serviços. De resto, só nestas condições elle poderia satisfazer a uma população que vai a quase 45 milhões de habitantes.

f) — *Preparação militar* — A instrução geral faz-se nos corpos de tropa ou, como já se viu, em órgãos especiais, como os T. G. e os C. F. R. etc; a preparação dos oficiais, sua manutenção e aperfeiçoamento, a sua especialização, fazem-se em escolas diversas, que se podem agrupar segundo os Departamentos dos Ministério da Guerra a que estão subordinadas. Todas elas dependem do E. M. E. excepto a Escola Técnica que está directamente subordinada ao Departamento Técnico, mas apenas a Escola do Estado Maior depende directamente, pois as restantes estão subordinadas, primeiro, à *Diretoria do Ensino*. As que visam as várias especialidades, e o aperfeiçoamento, (cursos de tática), agrupam-se no *Centro de Aperfeiçoamento e Especialização*, órgão de grande vulto e de largo funcionamento por onde terão que passar todos os oficiais que queiram levar a sua carreira até ao fim. Também aquêles que pretendam atingir o generalato terão que tirar o curso de Estado Maior.

Daqui resulta que a preparação dos oficiais brasileiros é francamente boa — e se a sua influência na dos soldados se não faz sentir ainda na devida proporção, é simplesmente porque a índole destes, a sua mentalidade, o seu espirito e a sua educação inicial ainda não constituem características definidas em condições de serem aproveitadas eficientemente. Demais esta posição espiritual é relativamente nova e, embora dela participem todas as gerações hierárquicas — e foi mesmo das mais velhas que partiu — não está ainda talvez devidamente enraizada, para que forme um ambiente benéfico, com a capacidade de expansão e o poder de transformismo necessários. Atenta, no entanto, a atividade de trabalho intensidade de esforço que preside ao crescente desenvolvimento das suas instituições militares, é de crer que o Brasil venha a atingir, dentro de um tempo relativamente curto, um lugar de realce entre as potências militares mais destacadas, tanto mais que assim o requerem os seus destinos históricos e os compromissos morais que, tácitamente, vem assumindo, marcando e definindo uma missão de responsabilidade no preocupante problema da defesa do Hemisfério Occidental.

4 — TENDÊNCIAS DOUTRINARIAS

Quando rebentou a primeira Grande Guerra, o Exército Brasileiro procurava adaptar-se às correntes de doutrina então em voga, essencialmente caracterizadas, na Alemanha e em França, por processos táticos diferentes, e muito discutidos, e adotados, em todos os Exércitos. O Brasil tendia talvez mais para as doutrinas francesas, mas ia enviando oficiais a cursar as escolas, e a estagiar em unidades, de uma e outra daquelas duas potências militares. Era por intermédio desses oficiais que mais e melhor se fazia sentir, nos meios brasileiros, uma ou outra das duas doutrinas.

Durante o conflito foi decididamente colocada uma missão militar — a Missão Aché — junto do Exército francês, e então — como o Brasil estava na guerra ao lado dos Aliados — se resolveu de vez o problema da orientação doutrinária, nitidamente confirmada, quando depois foi contratada a Missão Gamelin.

Embora, ao tempo, a intromissão dos técnicos franceses nem sempre fôsse bem aceite por parte de muitos oficiais brasileiros mais ciosos da sua liberdade de opinião ou mais orgulhosos do seu nacionalismo, o fato é que a Missão Francesa introduziu firmemente no espírito da grande maioria as fórmulas, os processos de trabalho, os métodos de análise e os hábitos de vida profissional que, aos poucos, foram formando uma mentalidade nova, em breve tornada caracteristicamente brasileira e livre de qualquer tutela espiritual.

As escolas que então se abriram, os elementos de trabalho que se realizaram (1), a consciência de necessidades e de possibilidades que se formou, e a noção do perigo que se avolumava sobre o Mundo — e a que o Brasil certamente não escaparia — deu rapidamente ao Exército Brasileiro uma nova feição, mais concreta e, sobretudo, mais eficiente. O Brasil ingressou definitivamente no âmbito espiritual e moral em que se movimentavam as idéias militares saídas da guerra e trabalhadas já no sentido de orientarem um sempre possível, e até provável, segundo conflito.

No momento em que este eclodiu, o País possuía já — como atrás se viu — um núcleo de Forças Armadas capaz de mobilizar os meios em que fôsse necessário acudir, onde e quando fôsse necessário. Circunstâncias bem conhecidas encaminharam a guerra para o Atlântico Sul, e o Brasil viu chegar a sua vez de se achar metido nela. A sua contribuição para a Vitória, caracterizada nos esforços dos seus marinheiros no mar, e dos soldados da F. E. B. e dos pilotos da F. A. B. nos campos e nos ceus da Itália, bem demonstrou a con-

(1) — Vimos já como este período foi de considerável atividade no meio militar.

sistência da preparação com que se contava, e cujo êxito foi indubitavelmente glorioso.

Esta circunstância traz acidentalmente ao Exército Brasileiro a indicação de novas tendências a seguir, no rumo da sua doutrina militar. Para que a cooperação prestada aos aliados norte-americanos — em cujo conjunto orgânico houve que integrar-se — resultasse fácil e eficiente, tornou-se necessária uma adaptação, quase total, aos métodos e processos por eles usados, aliás, aqueles que vinham sendo selecionados pela experiência e determinados pelas necessidades e pelas condições da guerra. Daqui provieram naturalmente novas fórmulas na concepção e na instrução, de começo adotadas apenas pelas tropas expedicionárias, mas logo extensivas às que ficaram no País, e que, automaticamente, passaram a constituir o reforço ou a reserva para outras expedições previstas.

Uma nova forma de encarar as questões militares, em que a técnica do material se tornou predominante — porque é na abundância de material e na precisão do seu manejo que reside o segredo do sistema americano — condicionou em princípio a organização e a preparação dos que partiram para a Itália. Ao voltar, estes haveriam de espalhar noções novas, novas maneiras de ser, garantidos pela autoridade que lhes dera uma prática com reconhecido êxito, nos campos de batalha.

Além disso, o Estado Maior Brasileiro concordava em manter junto de si, em permanente contato, uma *Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos*, órgão que naturalmente respondia às consultas, e fornecia os elementos de orientação, de que uma remodelação em larga escala a fazer nas Forças Armadas, de acôrdo com as condições do momento, forçosamente precisava.

Terminada a campanha, recolhidas as forças, entradas as atividades militares na sua vida normal de tempo de paz, parece indicado — porque assim o aconselha o bom-senso, nêstes tempos incertos de perspectivas duvidosas — que o rumo traçado na emergência ocorrida se conservasse ainda, pelo menos... até ver em que paravam as modas. E assim se tem feito.

A *Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos*, cuja *Seção Terrestre* está agora sob a direção do General Charles Gerhardt, que comandou a 29.^a Divisão de Infantaria Americana, no desembarque da Normandia, continua no Brasil, tendo em vista a reorganização do Exército de Caxias, nos moldes do da grande Nação irmã (1).

Ora, para um observador atento — embora olhando de fora e de longe — os fatos que encadeiam esta evolução rápida das idéias e

(1) — Notícia da Imprensa diária, publicando uma entrevista do General Gerhardt.

dos sistemas, vão-se afinal desenrolando com certa cadência, certa sequência e certa justificação.

Em princípios de Maio passado, o Presidente Truman apresentou à aprovação do Congresso, um projeto de *Lei de Cooperação Militar Inter-Americana* que autoriza um programa de colaboração dos Estados Unidos com outros países americanos, *incluindo instrução, organização e equipamento das forças armadas desses países*. Este projeto de lei constituiria elemento basilar para a política que os Estados Unidos haveriam de seguir, quanto à defesa do Hemisfério Ocidental, na anunciada conferência do Rio de Janeiro.

De várias formas foram comentadas as intenções do Presidente Truman: uns viram na proposta uma tentativa de expansão imperialista, conduzida pelas vias militares e garantida pela necessidade quase premente da segurança do Continente; outros julgaram-na sob um aspecto comercial — certamente errado — em que o privilégio de fornecimento de materiais de guerra teria uma importância decisiva; outros ainda, apreciaram-na como uma indiscutível medida de previdência ditada por uma clara visão de futuros perigos ameaçando a América — e são estes, porventura os que mais certos andam. Muitos há também que receiam que uma demasiada intromissão de estranhos na vida íntima das instituições brasileiras venha a ferir os seus brios profissionais, as suas liberdades de pensamento ou mesmo até os seus sentimento de patriotismo.

Mas isto não é, de momento, causa em discussão; o que importa é o que na realidade se vai passando, ou como resultado dêste notável acontecimento, ou ligado a êle, ou apenas contemporâneo, por mera coincidência.

Entre as várias notícias que, a propósito do *Plano Truman*, chegaram ao Rio, logo no dia seguinte se lia nos jornais cariocas que o Ministro da Marinha, Almirante Dodswoth Martins — que se achava em viagem nos Estados Unidos — tinha elogiado a proposta do Presidente, *como garantia de paz do Hemisfério Ocidental*.

A Imprensa Brasileira transcreveu detalhadamente e em grande extensão, as comunicações das agências de informação, mas não se alargou em comentários, talvez porque o assunto a não preocupava grandemente; a repercussão nos meios onde se forjam as correntes de opinião e se originam as discussões também não se fez notar: o fato passou e diluiu-se quase despercebido e sem deixar vestígios de maior. Entretanto o intercâmbio Brasil-Estados Unidos, estabelecido durante os momentos difíceis do grande conflito, permanece e estreita-se cada vez mais: trocam-se visitas; oficiais e técnicos militares brasileiros vão às escolas norte-americanas, frequentam centros de especialização e, naturalmente, voltam de lá com conhecimentos mais nítidos dos métodos, dos processos, das doutrinas e das expe-

riências com que os americanos venceram na Tunísia, no Ocidente da Europa e no Pacífico. E, naturalmente também, influenciados pelo prestígio que a Vitória lhes deu.

Por outro lado, oficiais e técnicos americanos chegam constantemente ao Brasil, a convite do Governo Brasileiro, como simples visitantes umas vezes, outras vezes com missões de propaganda técnica ou de divulgação de trabalhos que possam aproveitar à preparação do Exército. Foi de assinalar a visita do General Crittenberg, que fez uma série de conferências, de caráter privado, na "Escola do Estado Maior", e, sobre todas, a do próprio General Eisenhower, embora esta tivesse, pelo menos aparentemente, uma feição essencialmente diplomática.

E se acrescentarmos agora, que todos os assuntos de caráter técnico, naturalmente ligados ao emprego do material americano, e à respectiva instrução, grande parte da organização e já também os consequentes princípios doutrinários, vão sendo norteados pela influência do intercâmbio — em parte consequência natural do novo equipamento — chega-se à conclusão de que a *americanização*, mais ou menos definida, de extensão mais ou menos variada tem fatalmente de constituir uma tendência a que o Exército Brasileiro, pela força das circunstâncias e como sinal dos tempos devido às necessidades que a segurança continental lhe impõe não pode resistir. E nessa tendência estará o fator primordial do seu progresso, dependente da sabedoria com que os dirigentes a encaminharem, da capacidade com que os oficiais a compreenderem e executarem e, principalmente das reações que ela produzir na massa geral das tropas.

Pelo que respeita aos órgãos de direção superior atento que eles são geralmente constituídos por indivíduos cuja idade torna mais sensíveis à razão do que ao sentimento, o problema está naturalmente resolvido como aliás os fatos que acabam de expor-se fartamente denunciavam. Quanto aos oficiais, também não será de duvidar que entrem sem dificuldades de maior na corrente de renovação e de remodelação que as circunstâncias apontam, se bem que para estes já ponderam de certa forma certas razões de caráter sentimental, peculiares da raça e mantidas na sociedade brasileira pelo hábito pela feição que a cultura geral tem seguido e por uma educação que, apesar de tudo, se conserva ainda afastada do modelo yanque.

Latinos ou latinizados na sua maior parte, os oficiais brasileiros sentir-se-ão ainda por certo tempo deslocados dentro das fórmulas americanas, quer na maneira de encarar o dever profissional quer na forma de entender a disciplina, quer mesmo na receptividade dos processos e métodos de instrução que apesar de mais práticos — diremos mesmo : mais racionais — carecem em muito da feição espiri-

tual um tanto subjetiva, que para nós constitui talvez por comportar métodos mais transcendentos o encanto do trabalho.

O predomínio da técnica, que resulta da riqueza e qualidade do material, dando à instrução uma forma rígida demasiado positiva, na qual a sensação e a respectiva reação mental pouco contam não agradam naturalmente a quem teve inicialmente uma educação de feição determinadamente intelectual quase exclusivamente baseada no raciocínio, na concepção, na dedução num trabalho cerebral movimentado e variado que não circunscrito a maneiras de fazer, ao sabor de uma mecânica tendente cada vez mais para o automatismo e dentro da qual, ao automatismo da máquina corresponde o automatismo de quem a maneja.

Todo o oficial novo, e sobre todos o oficial brasileiro que é vivo de espírito e muito senhor da sua vontade gosta de comandar e de instruir quando o comando e a instrução apresentam dificuldades e requerem dotes pessoais, que distinguem, que valorizam e que prestigiam. É talvez errado mas... é da sua feição racial. O trabalho mecânico que depende de memória e de tato papilar, não preenche os ideais de quem aprecia o seu próprio valor e se compraz em experimentar e exercer o seu poder de domínio sobre os elementos que o rodeiam.

O pequeno comutador elétrico obedecendo prontamente ao gesto simples do técnico americano comodamente instalado na sua cabine de manobra, não tem interesse para o brasileiro que ainda se enleva nas aventuras dos antepassados, desbravadores de sertões cuja glória se exaltava na luta, no esforço pessoal direto e duro, na ação determinada pela vontade, pela inteligência e pela sabedoria. O rolar do motor, que poupa o esforço e dispensa a vontade, não se coaduna com o dinamismo intelectual com que o atavismo as condições de formação e o próprio *habitat* caracterizaram os homens do Continente Sul.

A adaptação do militar brasileiro ao ambiente profissional do americano do Norte, terá de ser uma realidade, mas ha-de representar um penoso esforço da razão sobre a sua índole latina meridional, ou melhor dizendo: sobre a sua índole caracteristicamente brasileira.

E este esforço ha-de certamente mostrar-se ainda mais penoso, mais violento e talvez menos eficaz, ao tratar-se propriamente do soldado. O recrutamento do pessoal de fileira do Exército Brasileiro é muito heterogêneo e pouco eficiente porque as camadas mais baixas da população não têm ainda o total de qualidades que hoje se requerem para um bom soldado.

De uma maneira muito geral podemos definir na massa popular que habita o Brasil, três grupos étnicos mais ou menos diferenciados:

— o do Sul essencialmente constituído pelos gaúchos (bons soldados no que respeita a desembaraço, rusticidade e bravura, mas com

uma educação deficiente e muito baixa cultura) e em certa percentagem, por descendentes de europeus nórdicos, principalmente alemães e polacos, sendo certo que êstes, além da segunda ou terceira geração já não apresentam as qualidades militares dos seus ascendentes, e adquirem facilmente os complexos que o clima, o meio e as dificuldades de adaptação lhes proporcionam;

— *o do Norte*, representado pelo mameluco e pelo cabôclo, a quem a literatura da geração passada, com Euclides da Cunha à frente, concedeu uma quase divinização, mais tarde desfeita pela rude observação de Monteiro Lobato que, não lhe negando as qualidades do bom sertanejo úteis ao serviço militar, desfez a lenda das *penas do tucano por fora e virtudes espartanas por dentro*;

— *o dos Estados do Centro*, à volta do Rio e Minas, onde predomina o afro-brasileiro, com tendências marcadas para o pardo escuro, denunciando de maior percentagem de sangue africano, que dá homens espertos e sagazes, mas pouco inclinados a hábitos de disciplina e fisicamente mal conformados.

Embora a educação pública e a instrução tenham caminhado largamente no Brasil, e atingido já um grau elevado de organização e de expansão, ela ainda não conseguiu modificar suficientemente a mentalidade, os usos e costumes, e as qualidades físicas desta gente a ponto de garantir o fornecimento de bons soldados em número bastante para as necessidades de um Exército moderno. Não é de crer que tão cedo se venha a obter, no Exército Brasileiro, o pessoal necessariamente habilitado na técnica moderna, com o preciso espírito combativo individual, dentro de uma disciplina consciente e de uma noção do dever íntima e voluntária, que é possível procurar em povos, como o povo norte-americano, cujas normas de vida atingiram já um nível muito superior ao que é comum nas classes populares das Américas Latinas.

Isto é o que nos diz a observação direta de fatos que, no seu aspecto geral nos parecem definir as condições em que se realiza a *reorganização do Exército de Caxias, nos moldes do Exército da grande Nação irmã*. No entanto consignemos aqui a opinião do General Gerhardt que, ao terminar as suas visitas a grande número de unidades, escolas e estabelecimentos militares, declarou à Imprensa: "*A disciplina, integridade e estado de treinamento que podemos observar na tropa são magníficos, não exagerando se considerarmos esses fatores como cem por cento*".

Algum tempo depois, em discurso pronunciado por ocasião do aniversário da criação da *Secção Terrestre da C. M. M. B. E. U.*, o Coronel Starr, sub-chefe, confirmou esta opinião, dizendo: "*Muito nos tem impressionado o alto nível dos oficiais e soldados profissionais do Brasil*".

E o Ministro da Guerra, respondendo, acrescentou a estas impressões que *"a colaboração da M. M. A. tem sido das mais benéficas, pois trouxe, como consequência, a elevação do nível profissional do nosso soldado e extraordinário desenvolvimento na sua parte material"*.

5 — O EXÉRCITO E A NAÇÃO

Através de tôdas as vicissitudes de ordem política e social, em parte consequentes do após-guerra, em parte da brusca mudança de regime governativo, por que o País está passando, o Exército Brasileiro conserva intacta a sua disciplina, a sua organização espiritual e a sua serenidade. Se é certo que foi obrigado a interferir nos negócios públicos, em 29 de Outubro de 1945, a interferência conteve-se dentro dos limites do absolutamente indispensável, e realizou-se com a maior ordem e o mais comprovado bom-senso.

Deposto o Governo Vargas, julgado impróprio para o bem da Nação, foram os poderes governativos entregues na mão do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, entidade apolítica cujo cargo daria as necessárias garantias de probidade, na orientação da crise, que assoberbava a Nação.

Terminado o pronunciamento, sem um tiro, sem uma violência, reatado o fio do governo, o Exército retirou-se para os seus quartéis e retomou as suas atividades exclusivamente militares. Esta conduta pouco vulgar proporcionou-lhe o ensejo de fortalecer ainda mais o seu já alto espírito militar e de confirmar a confiança que merece à Nação. Assim, no meio da confusão e da incerteza que esta atravessa, na natural tendência popular para os excessos de liberdade e para o transbordamento de uma democracia mal compreendida, as Instituições Militares, com as suas características de ordem, de disciplina e de trabalho probo e eficiente bem definidas, constituem os poderosos pilares sobre os quais assenta a estrutura moral da Nação, e são o poste altaneiro e firme onde se fixa o seu lema constitucional, vigoroso e severo: ORDEM E PROGRESSO.

COMÉRCIO DE CAFÉ E CEREAIS EM GRANDE ESCALA

MANTIMENTOS, MOLHADOS, FERRAGENS, ETC.

VENDAS EM GROSSO

Duarte, Beiriz & Cia.

CASA FUNDADA EM 1879

ESCRITÓRIO FILIAL: RUA MARCELINO DUARTE, N.º 22

ENDEREÇO TELEG. "BEIRIZ" — VITÓRIA

ICONHA — E. E. SANTO — Endereço Teleg. "ICONHA" PIUMA

Códigos "RIBEIROS" e Particulares — Agência: Alfredo Chaves

Trapiches, Agência de Vapores, Serviço de Estiva e Navegação

Própria — PIUMA

Usina Elétrica e Maquinismos para Secar e Beneficiar Café e Arroz

AS FORÇAS ARMADAS HODIERNAS E O CASO BRASILEIRO (*)

Cel. J. B. Magalhães (da 1.^a cl. da Reserva)

INTRODUÇÃO

Não temos a estulta pretensão de vir ensinar o padre-nosso aos vigários. O que ides ouvir não é, por certo, novidade alguma e só se justifica que venhamos desfilar aqui as idéias que formulamos sobre a matéria que vai nos ocupar, pela gentileza do presidente desta casa, General de Exército Salvador Cesar Obino, muito digno primeiro chefe do nosso primeiro Estado-Maior Geral.

Acreditamos que o tenha levado a abrir-nos esta tribuna o pensamento de fazer ventilar determinados pontos de vista relativo aos novos aspectos que têm de condicionar a nossa estrutura militar e o mecanismo geral de nossa preparação para a eventualidade de uma guerra, por alguém desligado da trama oficial e que por força das circunstâncias tenha sido conduzido a cogitar tal assunto. Acreditamos também, que outros virão a seguir debater aqui o mesmo tema e assim corrigir os nossos erros de interpretação e, na melhor hipótese, completar certas idéias que exporemos em nossa dissertação.

E' claro que não nos poderíamos esquivar à honrosa tarefa.

Há seis anos no quadro da reserva, só recentemente ficamos totalmente desobrigados de nos mantermos em boas condições de disponibilidade imediata, isto é, de podermos prestar serviços úteis logo em seguida a uma convocação eventual. De outro lado, como membro integrante dêsse quadro intermediário entre as forças militares ativas e a massa nacional, sentimos que nos assistia um certo dever de interessar a nossa gente no estudo dos problemas que interferem com a preparação para uma guerra, o que constitui outra ra-

(1) — Conferência pronunciada no Clube Militar.

ção de nossa presença aqui, dado o que havemos exposto a respeito pela imprensa.

O que vamos dizer-vos é uma sùmula do que cogitamos. Ficaremos no quadro das idéias mais gerais sôbre a concepção da guerra hodierna e dos aspectos cardeais de sua preparação.

São concepções ou modos de ver talvez um tanto extra-terrenos, de quem se collocando um pouco fora do mundo pode ver o que aí se passa globalmente, em linhas mestras. São pontos de vista de um espectador e não de um ator ou autor.

Talvez, por isto, nossa exposição possa chocar certos espíritos e em muitos dêles provocar até uma enérgica repulsa. Esperamos mesmo que assim seja, pois a massa dos nossos militares, como os de todo mundo, é naturalmente conservadora. Têm uma formação mental de fundas raízes no passado e não se podem fàcilmente desligar dos hábitos adquiridos por heranças secularmente formadas. Domina-os, aliás, muito judiciosamente, uma salutar desconfiança contra as novidades, em regra subversivamente apregoadas e que pretendem a reformas tumultuosas sem razões bastantes que as recomendem, como capazes de subsistirem face às realidades efetivas da guerra.

Mas, entre resistências de *inércia* a vencer e estéreis e perturbadoras agitações de precipitados reformistas radicais, há o termo do bom senso ativo, que resulta da sadia observação dos fatos, e dá coragem para empreender modificações necessárias, com vista da autualização das instituições e dos procedimentos. Há acima de tudo o respeito à *verdade* e o *sentimento profundo das responsabilidades*, que induzem a enfrentar corajosamente os empreendimentos conseqüentes das concepções novas, a tempo de evitar a ação forçada por brutal imposição de fatos irretorquíveis, com risco de agir tardiamente.

Esse é o nosso ponto de vista.

O CONCEITO HODIERNO DA GUERRA

Não há hoje quem não possua uma idéia geral dos aspectos principais da guerra hodierna mas são poucos, mesmo entre os militares os que a formulam com suficiente justiça, notadamente, em vista do futuro próximo, do que vai vir. Qual é essa idéia?

Até 1914, as transformações morfológicas da guerra, consistiram sempre em amplificação do campo de batalha, em que se debatiam as forças militares, em *largura e profundidade*. Do choque direto de massas humanas armadas pelos povos em luta, desde a era das armas brancas chegou-se até às lutas ou duelos de artilharia de longo alcance do fim do século XIX, uma evolução lenta, cujo ritmo, porém, muito se acelerou, com advento da civilização industrial.

Tôda a evolução da guerra, até aí, seguiu, porém, uma trajetória mais ou menos contínua. Consistiu sempre em ferir o inimigo do mais longe possível para enfraquecê-lo o mais possível, antes que as forças principais adversas se abor dassem; em abordar estas nas circunstâncias mais favoráveis de terreno e de oportunidade, cujo máximo favor era obtido quando se conseguia surpreendê-las, isto é, atacá-las antes que estivessem convenientemente dispostas para a batalha.

Essa surpresa não era, porém, fácil realizar. Os contendores avançavam, um contra o outro, organizados e articulados, cobertos e protegidos por elementos destacados para longe, em tôdas as direções, onde o inimigo pudesse estar, cujo papel era descobri-lo, enfraquecê-lo, perturbá-lo retardar seus movimentos, impedi-lo de ver as forças principais com que se ia enfrentar.

Em duas palavras, — os adversários se aproximavam um do outro com suas forças organizadas e articuladas em um *grosso e vanguardas*. Chegados a distância conveniente, os grossos se dispunham para a batalha, protegidos pelas *vanguardas* e, então agrediam-se mutuamente, pondo em ação a gama dos armamentos que possuíam, empregando-os conforme suas características de alcance, poder destruidor e maneabilidade.

Até 1914, as coisas se passaram assim, variando apenas quanto a amplitude tempo e espaço, das operações.

Mas em 1918, ao terminar a primeira guerra mundial, havia surgido um elemento novo, ao qual parecia não se adaptar bem esquema tão simples. Tinha-se a impressão de que o seu emprêgo vinha modificar o conceito da guerra, até então adotado, tanto mais quanto se sentiam conseqüências de outros novos meios que a indústria fornecia às forças armadas para batalhar. E' que, com a aviação, a guerra deixava de se efetuar sômente em superfície, para travar-se em três dimensões, concepção que hoje se pode ampliar ainda com a luta

submarina, uma vez que é possível atacar em mergulho e os elementos mergulhados.

Não obstante, continuava a ser principalmente efetuada entre as *forças armadas*, de cuja vitória ou derrota ficava pendente o destino dos povos. A ação destas era ainda conduzida por *grossos* e preparada e protegida pelas suas *vanguardas*. A rigor, a idéia nova consistia em terem as *vanguardas* de ser completadas pela *cobertura aérea*, entrando apenas a *avição* no conjunto das operações como uma nova arma dos exércitos, de terra ou mar.

Onde parecia haver mais profundas modificações era no mecanismo da preparação para a guerra.

Até 1914, consistia êste essencialmente na formação e no prévio adextramento de forças militares e na previsão de mera reconstituição dos efetivos e dos materiais gastos no decorrer da campanha, para o que bastavam certas disponibilidades em dinheiro e uma provisão largamente estabelecida de meios de substituição. Mesmo o recurso à prévia formação de reservas instruídas, que formaram o *sistema de mobilização* militar instituído pelos prussianos e os franceses na segunda metade do século XIX, não era aspecto novo substancialmente diferente dos antigos e dos napoleônicos.

Mas a luta que se travou então, mostrou logo que os efetivos e os materiais acumulados, notadamente êstes, conforme as previsões feitas, eram insuficientes. As necessidades relativas aos primeiros forçaram a utilizar o máximo possível de indivíduos, não só para suprir as baixas como também para ainda mais ampliá-los. E isto veio se complicar com o problema dos materiais, cuja produção exigia um número considerável de trabalhadores de tôdas as categorias, gente subtraída ao campo de batalha.

Foi preciso ainda proceder a sucessivas revisões dos tipos das *unidades de ação* para obter do material o maior rendimento possível e para poder utilizar os recursos novos de toda espécie, que foram sendo criados pela indústria no decorrer da luta, na ânsia de cada qual destruir ou neutralizar a capacidade combativa do adversário.

Quando esta luta terminou, constatou-se que com a fisionomia nova adquirida pela entrada em cena da aviação, e as modificações conseqüentes do desenvolvimento dos outros recursos da guerra terrestre e marítima, também se impunha uma nova maneira de compreender a sua preparação. Não

podia mais satisfazer o processo de uma simples *mobilização nacional*, capaz de alimentá-la incessantemente.

Mas, um dos fenômenos novos mais importantes, que então se revelaram, foi a intimidade que se verificou existir entre a *frente* e a *retaguarda*. Viu-se que havia imediata repercussão numa do que se passava na outra, tanto no ponto de vista do material, como, principalmente do moral. Sentiu-se existir estreita correlação, para o desfêcho da luta, entre os exércitos e a nação.

Esse fato, vinha ampliar muito o conceito da preparação. Era preciso que, além de uma organização da vida nacional capaz de uma grande produtividade para satisfazer o enorme consumo dos campos de batalha, correspondesse um mecanismo para a ação psicológica capaz de manter elevado o moral da população, no ambiente de guerra.

Tudo foi bem traduzido na expressão — *guerra total* — com que se passou a denominar os dissídios armados entre os povos modernos.

Nem tudo isto, porém, foi desde logo amplamente compreendido e nem todos os novos aspectos foram profundamente sentidos. Em muitos espíritos influentes na solução desses problemas, na maior parte dos países, pairavam dúvidas.

A compreensão da guerra continuou, de fato, praticamente, a fundamentar-se essencialmente no preceito militar da tradição inmemorial. Persistiu-se em crer que o principal era ter exércitos para vencer, bastando que a nação se *organizasse* como *uma reserva* capaz de alimentá-los indefinidamente e de, em momentos dados, lançar novos elementos na luta.

Este era o estado geral das coisas quando veio a segunda guerra mundial.

Entrementes, no decorrer do tempo entre uma e outra, os meios de guerra, que então surgiram ou foram aperfeiçoados, desenvolveram-se consideravelmente. O submarino, a aviação, esta sobretudo, e os tanques, aumentaram muito seu raio de ação, sua velocidade, sua potência destruidora, suas possibilidades de manobra seu poder de ataque e defesa. De meros elementos auxiliares, capazes de somente ter emprêgo no quadro das velhas armas como servas submissas e dedicadas, passaram a querer fazer figura de grandes senhores com casa própria.

Fortes disputas doutrinárias se travaram conseqüentemente. O submarino sutil e traçoeiro queria ser o senhor ex-

clusivo do mar. O tanque garantia a execução de estratégias audazes, sem nenhuma hesitação. A aviação julgava-se capaz de fazer toda a guerra sozinho...

Havia, sem dúvida, exagero nesses modos de conceber, mas, havia muito de verdadeiro nas possibilidades imensas e ainda não bem conhecidas dos elementos novos.

As previsões eram sombrias... Davam seriamente que pensar nos efeitos de uma outra guerra...

O intervalo de cerca de um quarto de século que medeiu entre as duas grandes guerras foi um período de graves apreensões para a marcha da civilização. As transformações do sistema de vida da sociedade, impostas pelo ascendente crescente da indústria, acolitada pelos progressos das ciências da natureza física, continuaram cada vez mais imperiosamente. O poder destruidor, o raio de ação e a capacidade de movimento dos novos armamentos desenvolveram-se enormemente.

Era nítida a impressão de que a idéia da *guerra total* não podia mais conter-se num estreito âmbito nacional, nem se limitar a determinados aspectos das manifestações de força bélica das nações. Firmou-se desde logo a concepção de que ela interessava todos os grupos nacionais afins e abarcava as exigências nacionais em bloco: — governos, povos, forças militares, industriais, agricultura, minas, transportes, moralidade dos indivíduos e das coletividades, opiniões, tudo, tudo, eram *objetivos dignos de ataque*, pois que qualquer que cedesse abria brecha no sistema de forças do adversário!...

Foi assim que o mundo se lançou tateantemente na terrível aventura da segunda conflagração mundial. Não houve logo um conflito geral. O incêndio precisou três anos para se estender. Desde a aventura de Hitler contra a Áustria, e da Itália nos Balcãs, até que o Japão agrediu os Estados Unidos, as explosões foram se dando sucessivamente num ritmo audacioso e inconscientemente acelerado. Pearl Harbour foi a grande explosão.

A noção de *guerra total* pareceu durante um certo momento obnubilada pela da *guerra relâmpago*, mas a ilusão durou pouco.

Quando terminaram as batalhas, viu-se que fora apenas uma reprodução amplificada da primeira, elucidando-se uma noção nova presentida apenas naquela. Viu-se que a conquista da vitória não dependia mais da derrota dos exércitos adversários, como nos tempos de outrora, desde Homero até Napoleão, até 1870, até as vésperas de 1914! Para ganhar a guer-

ra era agora preciso derrotar as nações. Não mais bastava fazê-lo aos seus exércitos!

Viram-se os exércitos franceses destruídos, o exército inglês aniquilado, as muralhas russas rompidas, e, no entanto, a guerra continuava! E continuou até que a vitória refluíu a corrente...

Na verdade êsse refluxo se deu com a entrada em cena do potencial americano, mas há uma fase que antecede o momento em que êsse potencial se desdobra plenamente em forças operantes, bastante elucidativas; é a das chamadas batalhas de Londres e do Atlântico...

As armas novas lançadas pelos alemães nesta luta minuciosamente preparada por eles, mas de modo incompleto, pois contaram com efeitos reflexos que se não produziram, não bastaram para aniquilar completamente os adversários que primeiro diretamente os enfrentaram.

De início, bateram, destruíram as principais forças dos seus antagonistas, numa escala considerável, mas, as fontes das suas forças bélicas, mal foram atingidas. Dos laboratórios ingleses, americanos e russos, começaram a surgir armas novas, que a indústria foi fabricando e as formações militares reconstituídas ou inteiramente formadas então, aplicaram, a princípio, para neutralizar os meios de ataque dos alemães, em seguida, para destruí-los a seu turno.

O conflito mostrava algo bem diferente do que se via até a primeira guerra mundial. Até então, o princípio mestre da estratégia era o da *manobra para a batalha*, isto é, o do aniquilamento do exército do adversário. Os objetivos geográficos por si sós não tinham nenhuma importância. A escolha de Paris por Moltke em 1870, só foi feita porque no caminho da então ainda metrópole virtual do mundo, seriam encontrados os exércitos franceses.

Agora, êsse conceito parecia envelhecido. Essa preocupação de destruir os exércitos adversários parecia secundária nas combinações de estratégia da nova guerra, logo após as primeiras batalhas de 1940 e 1941 e isto tanto mais quanto mais a luta avançava para o seu termo.

A idéia dominante passava dia a dia a ser a do ataque direto das fontes de força do inimigo. Os alemães com os seus submarinos e minas magnéticas, esforçam-se por impedir a chegada de recursos novos à Inglaterra, para viver e combater, e, com os ataques maciços da aviação e mais tarde com os seus robots, tratam de destruir quanto podem os cen-

tros de vida e produção da nação britânica e a sua resistência moral.

A França, sabe-se hoje, fôra antes rapidamente vencida mais pelos efeitos de uma campanha psicológica, hábilmente conduzida, que pelos ataques das *panzers* e dos *stukas* mergulhantes.

A Alemanha começou a periclitarse, quando a aviação anglo-americana revidou os ataques aos centros de produção e iniciou a destruição sistemática de suas grandes fábricas e cidades.

A constatação destes fatos faz muitos considerarem subvertidas as leis da guerra. No entanto, estas permaneciam intactas e verdadeiras, o que se modificava era a sua interpretação...

De feito, quando pela ação sutil da propaganda se quebra a esperança de vencer e a vontade de lutar do povo adversário, ou pelo bombardeio aéreo se desmoraliza essa vontade, destruindo os centros de produção e rompendo as correntes de transporte, é o *princípio da manobra para a batalha* que se aplica.

Esse princípio recomenda que se disponham os exércitos para a batalha de modo a facilitar o emprêgo das armas de que se constituem e a que melhor se protejam para obter d'elles o máximo rendimento com o mínimo de perdas. Refere-se à *prévia atividade dos grossos que se exerce sob a proteção de vanguardas*.

No caso atual tudo isto ainda se mantém. Mas, há uma profunda diferença. Os *grossos*, isto é, o elemento de força máxima, constituídos pelos órgãos das atividades nacionais, não mais se movimentam. Dispõem-se no terreno, que é todo o território nacional, para melhor produzirem os meios de combater e de viver e de modo a facilitar a sua utilização. Agem de maneira essencialmente *latente*, ou *potencial*, por intermédio de suas *vanguardas*, que se formam de tôdas as forças armadas, e pelo emprêgo de elementos seus, ou das *vanguardas* destinados à ação direta, principalmente sobre o moral do adversário.

A luta entre as *vanguardas*, só é de importância decisiva quando batidas estas, deixam a descoberto os *grossos*, e o vencedor tem possibilidades de passar ao ataque direto, desarticulando os, impedindo os seus possíveis reajustamentos, e de, sob a proteção de novas *vanguardas*, desenvolver novos elementos de força.

É da atividade desses *grossos* — elemento potencial da força bélica — que depende a vitória ou a derrota.

As forças armadas lançadas na campanha têm por principal papel proteger, cobrir, assegurar a liberdade de ação desses *grossos*, isto é, sustentar o moral nacional e a capacidade de produção.

Funcionam, portanto, como *vanguardas*, cuja ação eficaz depende naturalmente de apoio moral e material que o grosso lhes possa prestar. O apoio moral é aquela resolução de combater até desaparecer o último elemento vivo, envolto em lágrimas suor e sangue, como o compreendeu Churchill, na hora mais trágica da vida da grande nação britânica. O apoio material resulta da capacidade produtiva dos campos, das minas e das fábricas do rendimento dos transportes e, sobretudo, dos laboratórios onde a ciência concebe e projeta armas novas, os quais são a *célula mater* das energias da luta.

A determinação da força e da composição dessas *vanguardas* e de suas missões *específicas* obedece exatamente às mesmas condições que outrora: terreno, possibilidades do adversário, posse do campo de batalha, tempo e espaço que o *grosso precisa*, ou de que dispõe, para desenvolver-se ou desdobrar as forças de que se constitui.

Só deixa de aparecer com a mesma nitidez no condicionamento da manobra das *vanguardas* a questão da escolha dos campos de batalha dos *grossos*. Mas, não desaparece de todo, pois, no caso atual, subsistente na idéia de *desafogo* que impõe o afastamento para o mais longe possível das *vanguardas* adversárias.

Até 1914, imperava a idéia dominante de que a guerra era feita pelas *forças armadas*, de cujo êxito tudo dependia completamente. A primeira guerra mundial, mostrou a intimidade das relações entre eles e o interior e uma estreita dependência recíproca, refletindo um o que se passava noutro de modo mais ou menos imediato. Mas, na realidade, encarou-se o interior como se fôra apenas uma *reserva* das forças armadas desdobradas para a batalha, destinada a sustentá-las numa constante e oportuna reconstituição de suas energias gastas.

Hoje, evidentemente, esse conceito evoluiu ou se esclareceu melhor. A luta é, de fato, travada entre as nações. O grosso está nos laboratórios, nas fábricas, nas minas, nos campos agrícolas, ligado a suas *vanguardas* pelas correntes de trans-

porte. Mas, como sempre, o que importa sobretudo para a vitória, é destruir *êsse grosso*, impedi-lo de ser ativo.

Daí a importância crescente dos meios de atuação direta sobre êles, da sabotagem de toda ordem, da propaganda e outras ações desmoralizantes e, principalmente, dos poderosos bombardeios aéreos destruidores.

Ainda é o velho princípio de guerra que se observa: — abordar o inimigo depois de havê-lo enfraquecido o mais possível, naturalmente, do mais longe possível. Mas, hoje, os meios de ataque permitem transformar êstes procedimentos, outrora apenas preliminares, em *ação principal*.

Destruídos os *grossos*, as *vanguardas* avançam para ocupar o terreno, e aí se instalam como postos avançados nacionais até que se concluem os termos da paz.

A PREPARAÇÃO PARA A GUERRA

A essas transformações da fisionomia da guerra, tem necessariamente de corresponder um novo aspecto da sua preparação.

Desde que deixou de ser travada diretamente pelas *forças armadas* pelos povos em dissídio para fazer-se uma luta direta entre as atividades que êsses povos são capazes de desenvolver, é do preparo dêstes, em todas as atividades de valor bélico, que tudo depende. Exércitos bem fardados, instruídos, equipados e armados com o que haja de mais moderno, nada mais significam do que tropas de *cobertura* ou *vanguardas*... cuja capacidade de ação é limitada no tempo e no espaço...

Nos tempos de Frederico, os *exércitos* permanentes eram tudo. Nos tempos napoleônicos os homens dos levantamentos em massa e os depósitos bem providos de material, decidiam o resultado final da luta. Não era da nação armada, o essencial era um sistema de mobilização militar bem montado e capaz de permitir a rápida entrada em campanha de exércitos numerosos.

Agora, nesta nossa era industrial, o que importa sobretudo é poder, preliminarmente, atender ao enorme consumo do campo de batalha, o que exige uma produção num montante difícil de determinar de antemão. Não se trata, porém, somente de produzir os meios de luta conhecidos na eclosão das hostilidades. Importa saber produzir, o mais cedo possível, em tempo útil e quantidade bastante, meios novos, por mero

aperfeiçoamento do que já existe ou criando recursos de luta ainda desconhecidos.

Preparar-se uma nação para a guerra hodierna é, portanto, preparar-se para *produzir*, o que depende de múltiplos fatores de ordem *material* e de *ordem moral*.

Os fatores de ordem moral, compreendem em nosso modo de ver tudo que implica o valor do homem. Nosso moral, aqui, é a força de alma obtida pela instrução da inteligência e pelo fortalecimento do caráter. Vale mais o homem *mais culto*, isto é, o que mais sabe e melhor pode utilizar o que sabe, no quadro dos interesses da coletividade a que pertence. O *erudito*, aquêlê que sabe muito, mas procede como se ignorasse, aquêlê cujo saber não condiciona a sua conduta, no sentido que reconhece ser o certo, não é um homem culto. Não se cultivou, ilustrou-se ou instruiu-se, apenas. Não tem valor militar. Não é homem de ação. Não produz.

A força moral dos nossos *grossos* em luta, na guerra total, exige saber, e ainda mais, requer a penetração dêsse saber até às raízes da alma nacional. E' consciência dos fatos e é psicologia da ação.

A preparação dêsse moral *pela instrução* e, notadamente, *pela cultura* para a ação, é portanto, de importância capital e não pode ser deficitário, sob nenhum aspecto.

Os fatores de *ordem material* são, porém, decisivos, por isso que nenhuma força moral prevalece sem meios de destruir o adversário. De resto, a maior potência material favorece a exaltação das almas confiantes na vitória.

Êsses fatores materiais da guerra — dependem essencialmente de dois elementos — *capacidade técnica* — *possibilidades industriais*.

A capacidade técnica, é uma questão de instrução e de cultura. As possibilidades industriais derivam de dois elementos básicos — *disponibilidades de energia*, e de *matérias primas*.

E', porém, a energia que a tudo sobrepuja, porque a nossa civilização assenta no trabalho da máquina. E, de tôdas as *energias conhecidas*, nenhuma, do ponto de vista da guerra, prevalece sôbre a *energia carbonífera*. E' o carvão o elemento capital, porque se utiliza para produzir aço — matéria prima fundamental no fabrico das máquinas pesadas. E porque dêle se podem tirar as outras energias com que hoje, principalmente, se movimentam as máquinas, a eletricidade e as derivadas dos combustíveis líquidos ou gasosos, que geral-

mente se obtém pela refinação do petróleo. E' o elemento capital.

Não há dúvida que, sem as matérias primas para a fabricação dos materiais, desde os minérios de ferro até os diamantes, e inclusive para o que serve ao alimento e ao abrigo do homem, a indústria não pode existir. Não basta, portanto, possuir fontes de energia. E' preciso dispôr de matérias primas para a indústria. Mas, estas, para quem possui energia, principalmente carbonífera, podem ser facilmente conseguidas, por uma política hábil.

No jôgo desta interdependência, toda a vantagem cabe aos que possuem energia, aos que podem produzir máquinas e, portanto, aos que dispõem de carvão abundante, barato e bom. Eles é que são fortes.

Isto pôsto, preciso é não ser absolutista. Deve-se considerar que é possível desenvolver uma indústria valiosa, utilizando as outras fontes de energia, para criar um potencial econômico e militar importante que torne, em caso de guerra, preciosa a sua colaboração com um produtor de máquinas de um país sem carvão, e que dê mesmo a este valiosa capacidade para sustentar uma luta armada, por conta própria, dentro de certos limites.

Considere-se agora que há impossibilidade para qualquer nação de se constituir em completa *autarcia*, o que estabelece uma interdependência comercial e militar entre todas, ou, ao menos, no interior de determinados grupos. Interdependência que é constantemente acrescida pela frequência e facilidades de comunicações entre todos os povos e pelo ráio de ação e o poder dos armamentos modernos, ampliando muito além das próprias fronteiras os limites mínimos das zonas de segurança de cada qual, ainda mesmo as maiores e mais poderosas.

Vê-se bem quanto a noção de preparação para a guerra se tornou extensa e muito além do conceito de preparação de forças militares propriamente ditas, dominante até há pouco.

Não quer isto dizer que se possa descuidar do preparo destas, e sim serem tais cuidados apenas parte do preparo eficiente, que é o preparo global da nação, no qual a capacidade de produção de meios para combater e viver prevalece.

Tal como já lembramos anteriormente, as forças armadas modernas são meras *vanguardas nacionais*, e é assim que sua preparação deve ser encarada, o que lhes impõe, — aliás,

um apuro de sua capacidade de ação bastante acentuado, mais mesmo do que outrora.

Nesse preparo, o que há de essencial é saber fazê-lo bem conforme a sua respectiva missão, tanto do ponto de vista da dotação dos meios de que elas se hão de compôr, como do que é relativo ao seu modo de agir.

O maior desenvolvimento que se dê ao exército, à marinha ou, à aeronáutica, olhados em conjunto, como partes componentes de uma simples *vanguarda nacional* e, dentro de cada qual, às armas e elementos diversos de que se constituem, deriva evidentemente do papel que têm a representar, da sua *missão de vanguarda*, nas circunstâncias práticas em que são chamadas a desempenhá-la.

Não só disto, mas também das condições industriais e outras características nacionais, pois a missão da vanguarda deve corresponder às necessidades da ação do grosso. Além disto, é preciso considerar-se que as necessidades militares diferem de uma nação a outra conforme a extensão, natureza e posição geográfica de seus territórios, seu povoamento, a posição relativa dos seus centros de produção, as possibilidades do inimigo vir perturbar as atividades nacionais etc. etc...

Além disto, como a guerra hodierna ultrapassa sempre os quadros nacionais, é preciso ter em conta a atuação ou o papel que a nação representa no grupo a que pertence.

Tornou-se, ainda, extremamente complexa a noção da preparação nacional para uma guerra nos nossos tempos. E essa complexidade criou, como uma das modificações mais profundas dos velhos conceitos, imensas responsabilidades para o *alto comando militar*.

De fato, o supremo comando é exercido pelo governo. E' êle quem dirige a ação do grosso e condiciona conseqüentemente, a *conduta das vanguardas*. Mas como os que exercem as funções governamentais nem sempre, só excepcionalmente mesmo, possuem conhecimentos do mecanismo da guerra bastantes para lhe orientarem uma sábia conduta, é necessário que de algum modo os grandes chefes militares, influam nas suas decisões, advertindo-os das necessidades, das conveniências e das suas possíveis conseqüências.

Tudo isto mostra como se ampliaram as responsabilidades do alto comando militar em tempo de paz. Não lhe corresponde, por certo, a tarefa de preparar a mobilização nacional, de exercer o comando supremo de tôdas as fôrças nacio-

nais, pois que isto cabe essencialmente ao governo. Mas, não pode mais restringir suas preocupações só aos primitivos aspectos militares do problema, isto é, ao que entende com a mobilização militar, o preparo das forças armadas e o seu emprêgo nos campos de batalha. Tem que cogitar do que interessa ao preparo do grosso e às atividades dêste.

Na guerra, o comandante de *vanguarda* tem que se manter em íntima ligação com o *grosso* para conhecer bem o que é necessário para garantir a sua liberdade de ação. Orienta também a ação dêste, dizendo-lhe o que é mistér para que a *vanguarda* se possa manter no desempenho da missão que lhe foi dada.

Na paz, não se pode hoje, portanto, limitar mais a ação do comando a utilizar o que existe no momento da eclosão da guerra; tem que cogitar as possibilidades de aumento da força, os meios de acrescê-la para sobrepujar as do adversário, conforme as previsões que faça relativamente às possibilidades do inimigo e ao desenvolvimento dos recursos da luta. Tem que ser, ainda, estimulador por excelência do preparo das fontes da força bélica nacional e controlador atento das atividades, para que estas se exerçam no rumo mais conveniente. Sem sua colaboração íntima, os governos não poderão desenvolver a capacidade da força militar nacional, desviados em sua atenção pelas preocupações de caráter pacífico, nem sempre coincidentes com o maior interesse militar.

Quer isto dizer que a importância do comando militar, na conduta da política nacional, aumentou consideravelmente, pois que não se pode êle alheiar das soluções dessa política que possam influir no valor do potencial bélico nacional. Entra, agora, no quadro das suas responsabilidades cogitar tudo que é fonte de força nacional, para pugnar por seu desenvolvimento uma ordem mais lógica, do ponto de vista da guerra, e pela criação de fontes novas que o país seja suscetível de possuir. Opôr-se a tudo que possa implicar, de fato, em depauperamento das forças nacionais, seja sob que forma fôr que se apresente, entra logicamente na discriminação de seus mais importantes deveres.

Nos países como a Rússia de Stalin, a França de Napoleão, ou a Alemanha de Hitler, onde o chefe de Estado é de fato o chefe militar supremo, e exerce, de feito, o comando de todas as forças nacionais, *grosso* e *vanguardas*, o problema faz-se de uma simplicidade extrema. O bom resultado depende principalmente de sua real capacidade.

Nas democracias, em que a consideração da guerra, figura como um constrangimento necessário do regime de vida nacional, tudo é mais difícil. É-lhes mistér fazer uma indispensável conciliação entre o *governo* e o *comando militar*, muito difícil naquelas que não sentem as ameaças bem visíveis.

Não quer isto dizer que se constitua o comando militar num poder super-político. Ao contrário, para que sua ação se possa exercer eficientemente, é indispensável que êle se alheie por completo do mecanismo político corrente do país e, notadamente, dos sistemas partidários.

Mas, é claro que não pode ficar indiferente, ou passivo, ao que se passar no país que redunde no seu enfraquecimento militar ou em mal proveito dos seus recursos bélicos enquanto a guerra fôr uma eventualidade admitida. E' a natureza desta que o impõe. Violentamente destruidora, empenhando na ação tudo que é força moral e material, demanda pelas condições incertas de seu surto, que não haja nenhuma perda de tempo no preparo dessas forças, que se não podem subitamente improvisar, matéria de que o comando militar é o órgão técnico responsável.

Para que êle, porém, possa bem desempenhar êsse papel, sem exorbitar querendo influir além da sua alçada, sem fazer intervenções inoportunas por demasiado precoces, ou inoperantes por demais tardias ou restritas nos seus horizontes, é indispensável que satisfaça a duas condições: — possuir uma organização adequada, e ser servido por um pessoal convenientemente selecionado e preparado para essa ampliação de suas antigas e habituais funções.

Seria demasiado e inútil vir aqui dizer o que devem satisfazer os mais elevados chefes militares em *inteligência, caráter e cultura*. Não será, porém sem razão pedir a atenção para o que corresponde aos seus estados-maiores.

Têm êstes que possuir em sua organização os elementos necessários para informar o comando, de modo que êle possa fazer as suas previsões e adotar em tempo útil as atividades convenientes junto ao governo, perante o qual é responsável.

Até aqui, até hoje, em quase todo mundo, a estrutura dos estados maiores que servem ao alto comando, inspira-se nos conceitos da guerra antiga, a de antes de 1914, quando êste só tinha a ver com as responsabilidades da conduta, do preparo das operações militares, a montagem e a execução da mobilização das forças armadas. Apenas subsidiariamente,

forçados pelas circunstâncias imponentes das realidades da guerra, que ninguém sente melhor e mais profundamente que o comando militar, tímidamente, de modo incompleto, vão os estados maiores satisfazendo, mais pelo valor dos indivíduos que os servem do que pelas suas responsabilidades funcionais, os novos mistêres mais amplos.

E' preciso, portanto, que se reconstituam conforme a nova fisionomia da guerra, tendo em si como conhecer, com a necessária precisão, por suas próprias investigações e julgamento, o valor dos elementos da força nacional, para habilitarem o comando a agir oportunamente no sentido de sua conservação e desenvolvimento.

E' claro que isto tem que se fazer com diversas amplitudes e numa gradação conveniente. E' claro, também, que, correspondentemente a uma tal gradação, haja uma escolha a fazer no pessoal chamado a receber esta sistemática preparação, tanto mais apurada quanto mais alto fôr o escalão de comando que se considere.

Aos fatos novos da guerra tem que corresponder uma *estrutura nova do comando*, assim como tem se dado na própria composição e organização das forças militares. A volta do antigo conceito de que estas formam um todo homogêneo, caracterizada pela criação de um comando militar único, é um indício de quanto se fazem sentir as imposições da fisionomia da nova guerra. Não basta, porém, para dar boa satisfação a tôdas as necessidades. Não se pode parar no reconhecimento dessas necessidades. E' preciso tirar tôdas as conclusões dos fatos da guerra total e chegar à idéia da preparação das forças nacionais, também como um todo homogêneo, sem distinção fundamental, como até 1914, entre militares e civis.

As responsabilidades morais, e efetivas perante a opinião pública, do comando militar, a êsse respeito, são tanto maiores quanto menos instruídas ou evoluídas são as elites civis que governam a nação.

As classes armadas, ou melhor, o comando militar, é de fato o responsável e o responsabilizado pela opinião pública, quando há malefícios pelas deficiências de preparação, pelo insuficiente aproveitamento dos recursos nacionais existentes, e na falta dos que podiam vir a existir, no quadro dos recursos nacionais.

O CASO PARTICULAR BRASILEIRO

O problema militar do Brasil apresenta aspectos peculiares, cujo exame convém fazer-se cuidadosamente. O fato de, até hoje, termos nos guiado mais pelas idéias abstratas da organização militar do que pela consciência das realidades, sem procurarmos resolvê-lo no quadro das nossas condições efetivas, tem sido causa das nossas maiores imperfeições e de um enorme desperdício de esforços e de recursos.

Deixando de lado os fatos históricos, que explicam, no entanto, muitos dos nossos atuais defeitos, assinalemos ter havido para nós uma séria agravação de dificuldades a partir do último quartel do século XIX, justamente quando as características da civilização industrial começaram a se tornar mais sensíveis na morfologia da guerra.

Ao fato de sermos uma população pouco numerosa e muito desigualmente distribuída, habitando um país imenso, cujas regiões apresentam ainda estados de civilização diferentes, veio somar-se o de não possuírmos facilidades naturais para a criação de uma indústria, capaz de satisfazer as nossas necessidades.

Assim, à proporção que a guerra se tornou cada vez mais dependente da máquina, mais foram crescendo as dificuldades, que se tornaram dia a dia maiores, por jamais nos haveremos conformado em procurar a melhor solução compatível com as nossas circunstâncias.

País sem indústrias básicas, com uma economia fundamentalmente agrícola, mas fundada em características climáticas e de terras, não das mais favoráveis à criação da riqueza, somos pobres, e atribuímos somente à inferioridade do homem o que é principalmente inferioridade da terra, agravando destarte as nossas dificuldades, por uma mentalidade imprópria, depauperante, desanimadora, inconstitutiva.

Além desses fatores naturais, temos sido vítimas de dois outros de grande importância para o valor das instituições militares. Um, é o espírito pacifista que nos domina bem acalentado pela ausência de ameaças prementes de guerra; outro, é um vício da nossa educação colonial, fundada no trabalho escravo durante quase quatro séculos, exatamente três séculos e oitenta e oito anos, e na opressão material e moral dos colonizadores, pelas quais nos habituamos a viver numa atmosfera de caráter feudal, e a nacional, num sentimento desestimulante de menosprezo pelas próprias obras.

Daí nos vieram certos complexos psicológicos de que até hoje não nos libertamos e contra os quais só muito recentemente começamos a reagir, com alguma intensidade. Isto é, há cerca de um meio século.

Daí a imperfeição das nossos realizações, a tendência para não confiar na nossa capacidade realizadora e para aceitar sem maior exame, digamos mesmo sem perfeita assimilação, soluções estrangeiras para nossos problemas. Daí, as irrealizações e a fraca reação aos vícios herdados, que um *ufanismo romântico* procura compensar, talvez, sem nenhum resultado prático que convenha ao nosso real aperfeiçoamento.

Isto pôsto, consideremos o caso militar brasileiro, no momento atual e vejamos qual a orientação que convém imprimir à sua solução.

O que nos importa principalmente assinalar é a conduta do alto comando militar, não em face do que diz respeito às *vanguardas nacionais*, mas em presença da formação da *fôrça do grosso*, em suas realizações sobre os órgãos do Governo.

Esse papel, de que êle, aliás, não se tem descuidado, como é público e notório, pelos seus esforços para a criação e estímulo de certas indústrias e os relativos a rede de comunicações, jamais o desempenhou com a necessária amplitude, sistematização e intensidade convenientes ao nosso caso particular, temos que confessar. Hoje, tudo assume proporções maiores, como se deduz da exposição que fizemos sobre as características fundamentais da guerra hodierna, acrescendo consideravelmente suas responsabilidades intelectuais, morais e práticas.

A dificuldade máxima a vencer consiste na franca adoção de uma *mentalidade nova capaz*, em primeiro lugar, de vencer as resistências ou vícios dos hábitos adquiridos e, em segundo lugar, de enfrentar a solução dos problemas com profundo *espírito realístico*, *sistematicamente* e com a necessária e persistente energia.

As nossas maiores dificuldades nos problemas de governo, residem no fato de sermos um país *efetivamente pobre*, ansioso por progredir, ânsia que serve de pretexto a erros graves da orientação prática e a especulações indecorosas de certos elementos gananciosos de lucros pecuniários, agravando alguns males aqui tornados crônicos. Todavia, em meio dos tumultuosos esforços que vamos fazendo, e apesar das perdas de tempo e de recursos que daí resultam, vamos realizando, por força das circunstâncias da civilização ocidental

progressos materiais, e mesmo culturais, nada desprezíveis, muito embora na marcha seguida se comprometam condições de boa conveniência para o futuro. Há abundantes exemplos a tal respeito, nenhum porém, mais expressivo e eloquente do que a questão florestal, em cuja política continuamos a agir como há quatro séculos, tal como se fossem as mesmas condições do mundo e os conhecimentos científicos, e como si os males daí resultantes não nos fôsem percebidos. E, no entanto, êsses males se apresentam já demasiado visíveis, e há cerca de 130 anos José Bonifácio os assinalava, prevenia contra êles e indicava medidas corretivas!

Abreviemos. Tal como se apregoa por tôda parte e em altas vozes, a chave da solução de nossos problemas é o desenvolvimento da nossa *produção*, agrícola e industrial, e, para isto, falamos muito agora na necessidade de *planejamentos*. Não desconhecemos que não adeanta produzir sem *transportar* e, por isto, também gritamos muito pela necessidade de desenvolvermos os nossos transportes, havendo já adotado a *fôrmula* de que *governar é abrir estradas*.

O que nunca se viu aqui, porém, foi ligar as duas questões e tratar de lhes dar solução conjunta. Por isto temos produzido, notadamente no campo agrícola, onde nem sempre há transporte e meios de defesa da produção, perdendo-a em grande parte. E temos criado transportes onde a produção não basta para lhes dar boas condições de vida e prosperidade.

Nunca se viu, também, ligar a solução de todos êsses problemas à do que êles dependem essencialmente, que é o da *energia* abundante e *barata*. Mas, vê-se todo dia quem pugne por artificios de política financeira e monetária para solucionar as crises nacionais, no prosseguimento de uma conduta que só faz tudo agravar! . . .

O alto *comando militar* nada terá a dizer sobre a desvalorização da moeda e a inflação que aumentam as dificuldades da vida nacional e podem levar as massas a atos de desespero pela extrema miséria? Nada terá a dizer, em tais casos, contra todos os sutis argumentos de certos interessados, quando os fatos mostram com lógica aritmética o que impede o desenvolvimento da força nacional, acumulando dificuldades que lhes vão cair sobre os ombros no momento das desordens generalizadas, que podem ocorrer?

Nenhum *planejamento* sobrepuja em importância, valor ou produtividade o que se possa fazer — para nos dar ener-

gia abundante e barata o mais possível. — O resto vem em consequência. Valeria muito mais procurar obtê-la do que criar e estimular indústrias que exigem sacrifícios perenes da população para se poderem manter, do que clamar por aumento de produção da qual grande parte fica perdida, pela falta de meios de transportes, e do que se tentar instalar indústrias bélicas no país sem organizar a economia nacional sobre uma base sólida, que as possa sustentar. Do que fazer *dinheiro de papel*, sob o pretexto jocoso de estimular as energias do país...

E aí está, meus senhores, uma indicação, a título apenas de exemplo, entre bastantes outras que se poderiam fazer de um dos pontos capitais da política geral, de que hoje não se pode desinteressar o alto *comando militar*. Ele bem sabe que os seus quadros de efetivos de homens e materiais, que julga necessidades mínimas para a mobilização militar, ficarão abstratos, se o país não tiver recursos para os preencher. Ele bem sabe que não adianta clamar por necessidades sem cogitar dos meios de satisfazê-las. Ele bem sabe que somente prevalecem as soluções de conjunto.

Cabe-lhe então, intervir para dizer que nossa defesa precisa de certos elementos mínimos em homens e materiais, mas que sua satisfação demanda do govêrno não consagrar esforços e seus poucos recursos para obtê-los antes de, principalmente, cuidar de dotar o país de *energia abundante e barata*, de que tudo o mais depende, mas trazendo êsse problema combinadamente com o da produção, do transporte, do povoamento do sólo etc., sem dar margem aos negociistas para lucrar à custa e com o sacrifício dos interesses nacionais, nem aos planejadores de horizontes limitados para prevalecerem.

Sabemos que nossas reservas carboníferas são precárias e que, portanto, nossa indústria pesada, a que pudermos economicamente montar e utilizar, dependerá do carvão importado. Mas, sabemos, que outras fontes de energia são utilizáveis para satisfazer necessidades militares e na produção de numerosos materiais bélicos. Aí está um rumo certo para o exercício de uma política eficaz desde que se faça sensatamente realista.

Estes são evidentemente problemas de que não se pode desinteressar o alto comando militar e tanto mais quanto êle é o mais capaz de encarar as soluções necessárias num quadro de conjunto, guiado pela *idéia forte da defesa nacional*, orien-

tado só pelos interesses globais da Pátria. Isto diz respeito ao *grosso*.

E as *vanguardas*?

Aí está a *base*, sôbre a qual tem-se ainda de construir o edifício das constituições da guerra. — montando um sistema de *mobilização* bem cuidado e ajustado às *condições nacionais*.

Ora, uma das mais fortes realidades da guerra em todos os tempos, indica-nos que tudo deve ser encarado sempre com o maior respeito ao *que é* e ao *que pode* vir fundamentadamente *a ser*, sem nos deixarmos impressionar pelo *que* deveria ser, se as condições fôsem outras.

O que devem ser e o que podem vir a ser em nosso país as instituições militares em face das realidades da guerra e das nossas realidades?

Não podendo contar com os recursos de uma indústria pesada poderosa e autônoma, a primeira consequência disto, é que a nossa força militar — a nossa *vanguarda* — tem que assentar principalmente no judicioso aproveitamento do *potencial humano*. Ela será assim essencialmente *terrestre*. A marinha, não pode ser mais que um elemento de vigilância e defesa da costa. A aeronáutica tem que se conformar com o mínimo de capacidade de ação autônoma possível.

Nossos exércitos, serão, conseqüentemente, construídos sôbre a base de uma numerosa infantaria e cavalaria a cavalo nos quais as outras armas figurarão na medida possível. De modo geral deverá constituir-se de dois tipos principais de unidades: — um, que chamaremos de ocupação do terreno; — outro, destinado à manobra para a batalha.

Bem sabemos que êste modo de ver encontra resistência e levanta objeções. Respondemos, porém, que não são outros os ditames da realidade nacional e que, se nos dispusermos a fazer obra própria com inteligência e vontade, encontraremos meios de adquirir, com tais recursos, valiosa capacidade de ação, nas manobras e nos combates, para uma eficiente disputa do terreno, insuspeitada hoje. Não poderemos resolver, só com infantaria e cavalaria, todos os problemas do campo de batalha, é claro, em luta com forças de nações industriais, mas poderemos torná-las capazes de empreendimentos consideráveis, agindo por seus próprios meios, como elemento de fundo das nossas batalhas decisivas, si bem soubermos armá-las e instruí-las.

Nossas possibilidades econômicas e industriais permitirão, — com algum trabalho intencional e sistematicamente conduzido — adquirir ou fabricar aqui mesmo tudo de que necessite uma infantaria, ou uma cavalaria, para disputar o terreno de um forte adversário. Organizadas, equipadas, armadas e instruídas, de modo a terem a máxima capacidade manobreira e combativa, essas duas armas serão base de uma força militar considerável e preciosa, sobre a qual, então, algumas poucas unidades de tipo moderno, dotadas de meios poderosos, se apoiarão e poderão desenvolver suas imensas possibilidades de manobra e seu grande poder ofensivo.

A Marinha e a Aeronáutica completarão esse quadro com o máximo de recursos que lhe pudermos dar.

Si não nos resignarmos a ver as coisas assim, a guerra há de nos surpreender sempre sem nenhuma preparação valiosa.

Mas, há mais a considerar.

Na solução desse problema, concorrem ainda duas outras condições; uma, é o papel de instrumento político que as nossas forças militares tem a representar na vida nacional; — outra, é a consideração do quadro internacional a que pertencemos.

A marcha progressiva que, há cerca de cinquenta anos, vem fazendo uma verdadeira política americana e que agora se define pelo conceito de que a América forma uma unidade na política mundial, condiciona de modo mais ou menos forte a organização militar dos países desta parte do continente. Eles desistem de uma preparação para a guerra de uns contra outros, mas assumem o compromisso de uma preparação em comum. Resultam, daí, para as respectivas instituições militares, misteres de ordem diversa a satisfazer, os quais decorrem naturalmente dos diversos fatores influentes na questão; — o papel estratégico que resulta da posição e demais características geográficas nacionais; — o potencial humano e o potencial material do país; — a natureza e a importância da própria economia; — e, a capacidade realizadora do povo.

Estas considerações facilitam o problema da nossa organização militar, reduzindo as dificuldades conseqüentes do fraco potencial de indústrias *pesadas autônomas*.

A satisfação desses interesses internacionais, para cuja solução é lícito contar com o concurso dos outros povos e cuja definição há de resultar das atividades de um estado

maior internacional, não desobriga, porém, dos aspectos puramente nacionais do problema.

A regra de D. João, de que ninguém é melhor servido do que por si mesmo, continua válida. E, além disto, nos países como o nosso, a importância das instituições militares não resulta só da consideração do caso de guerra externa. E' a outra condição a que nos referimos.

São elas instrumento poderoso para fortificar a solidariedade nacional, para robustecer o espírito de organização, para a prática dos hábitos de disciplina e do hábito mental de subordinar todos os procedimentos à consideração dos interesses superiores da Pátria, olhada sempre como um todo indissolúvel e eterno.

Este papel, que independe do tipo de organização militar que se adote, exige uma tropa suficientemente numerosa, convenientemente repartida pelo país e um comando organizado com proficiência. Exige, principalmente, que a tropa viva modeladamente exemplificando, por seus procedimentos, aquilo que é chamada a desenvolver na nação.

Isto, pode-se obter, evidentemente, com instituições militares concebidas como vimos de fazer e consideradas como uma *fôrça nacional única*, sem pretenderem as que se destinem a agir no ar, no mar ou em terra, serem tidas como preponderantes.

Isto, porém, não se obterá suficientemente, se não dominar nelas a idéia objetiva de sua missão de guerra, pois que é em tal emergência que se utiliza o máximo vigor nacional, cujo preparo lhes cabe.

Mas isto, acarreta para o comando militar um papel da mais alta responsabilidade e da maior dificuldade.

Exige que conheça a fundo as condições atuais da guerra, tenha perfeita compreensão das realidades nacionais, possua habilidade para agir vencendo as resistências que essas realidades oferecem. Demanda a necessária energia, para impedir, por sua oposição, erros graves na conduta geral da política do país, que redundem em malefício ou enfraquecimento das fontes de *fôrças materiais e morais* da nacionalidade, sem se imiscuir, porém, na trama das disputas correntes da política partidária.

Até 1914, o soldado era como que um elemento destacado da sociedade para se preocupar com o preparo militar da guerra. Quase que, como no tempo dos reis, só devia mera obediência ao governo. O resto, não lhe cabia na alçada.

Mas, recordemos. Depois da primeira guerra mundial, sentiu-se quanto a indústria era decisiva. A segunda, esta que ainda não se liquidou, mostrou bem que a força principal não estava mais nos elementos armados e sim nos que faziam as armas.

Agora, o soldado deixou de ser um elemento destacado da sociedade para cuidar da guerra. Tornou-se a parte dessa sociedade preocupada e responsável pelos interesses que influem nos resultados da guerra.

As qualidades que se exigem d'ele, não se limitam mais às que se fazem necessárias ao bom rendimento das formações militares. E' preciso que possua as que entendem com a melhor constituição dessas formações, tanto do ponto de vista de seus fundamentos humanos como dos materiais.

Naturalmente, as velhas qualidades do soldado permanecem como condição necessária e até se apresentam como devendo ser mais apuradas. Apuradas ao ponto das que marcavam outrora os soldados de elite que se escolhiam para as missões difíceis das vanguardas, para operar no desconhecido e tomar os primeiros contatos com o inimigo. Mais ainda é requerido de sua instrução. Esta, porém, não pode mais se limitar aos conhecimentos das necessidades de batalha. E' indispensável que habilite o soldado, notadamente os chefes, e tanto mais quanto mais elevada fôr a sua categoria, ao manêjo dos instrumentos novos da guerra — o homem e os materiais. O estudo da sociedade e do homem, o conhecimento da *economia nacional* — encarada esta no seu sentido mais completo — são-lhes indispensáveis.

As classes armadas são, nos nossos tempos mais do que outrora, o elemento central da ordem material — por assim dizer, das sociedades. E nos países como o nosso — elemento valioso para o progresso que se desenvolva de uma ordem normal ativa.

E' para elas que a sociedade apela nos seus momentos de crise de governo. E' nelas que o instinto das populações vê o esteio indispensável e salvador do edificio nacional.

E é preciso, então, que se habilitem a agir no sentido das boas conveniências nacionais, sem exorbitância e sem insuficiência, o que demanda um apuro de *instrução* e de *educação* levado a um grau bastante desenvolvido.

A cultura geral dos quadros, tem, então, tanta, importância, ou mais, que a estritamente profissional.

Esta questão de cultura geral necessária aos quadros ativos das modernas forças militares, cuja importância Foch assinalou no "Avant-Propos" de suas "Memoires", em suas habituais expressões cristalinas, dizendo que — "*à mesure que s'étend le domaine de la guerre, l'esprit de ceux qui la font doit s'élargir*" — é de um interesse capital. Também o General A. Boucher em seu "L'Art de Vaincre" e o General Debeney em sua "La Guerre et les Hommes" e muitos outros grandes chefes modernos, focalizaram-na interessadamente.

Para nós outros, dadas as condições nacionais, notadamente históricas e as que dominam a mentalidade e os costumes das nossas elites, sua importância assume proporções bem mais fortes que nos países europeus e nos Estados Unidos.

E' visível. O nosso cidadão soldado de hoje precisa ser mais que uma simples força à disposição do poder, passiva e muda. Deve compreender que não lhe cabe ser a garantia de negociastas e que precisa saber opôr barreira intransponível a todos que pretendam sacrificar a Pátria a seus pequeninos interesses ou às experiências de bizarras ideologias reformistas.

Não há dúvida que neste modo de ver encerram-se alguns perigos. Mas estes desaparecem justamente por essa cultura geral que habilita a compreender não serem os *exercitos poderes deliberantes* nacionais, e pelo cultivo sistemático e intenso de uma forte disciplina conciente. O maior perigo está na ignorância.

Mas esta cultura geral, para fazer-se operante, tem que ser tal como a profissional é compreendida hoje — essencialmente objetiva. Não viza formar eruditos ou discutidores, nem filósofos, nem quaisquer outras mentalidades abstratas. Viza habilitar à ação certa e ponderada no ambiente nacional e no quadro do mundo.

Servem-lhe de base necessária o estudo do homem, os que permitem a compreensão da história e os que deixam ver com nitidez os fundamentos econômicos da sociedade atual, mas — frizemos — tudo bem calibrado pelo *mesmo espírito cartesiano* que orienta o preparo atual para a ação nos campos de batalha.

E' claro, já o deixamos ver anteriormente, que se não exige de todos o mesmo desenvolvimento cultural.

O essencial é o comando — os chefes e os *seus estados maiores* — cuja organização moderna deve torná-lo tão hábil

como outrora, para o preparo e o manêjo das forças nacionais da guerra — o *grosso* e as *vanguardas* — tudo isto com unidade e realismo.

O arcabouço geral do *mecanismo geral* de nossa atual organização militar, permite achar as melhores soluções desde que os órgãos dêsse mecanismo funcionem de acôrdo com os seus destinos.

Hoje a existência do Estado-Maior Geral — deixa ver que adotamos a concepção da unidade das forças militares. Podemos determinar fãcilmente o seu valor e o seu emprêgo sem discussões estêreis, conforme as condições políticas e técnicas da guerra.

E' a êsse grande órgão que cabem essencialmente as responsabilidades da combinação dos interêsse nacionais gerais com aspectos militares do problema. Ele é o traço de união entre a força militar e a força potencial da nação.

Aos *Estados-Maiores* das forças terrestres, navais e aéreas, aliviados das preocupações que interferem com a estratégia geral e mobilização nacional — corresponderão, então, sômente as preocupações da mobilização militar, da organização e do preparo das forças de terra, mar e ar — conforme as condições determinadas pelo *Estado-Maior Geral*. Organização, instrução, tática e estratégia peculiar a cada uma delas, é a sùmula das matérias de que lhes cabe cogitar.

CONCLUSÃO

Aí estão esboçadas as idéias centrais que nos parecem dever dominar em nossa conduta em vista da guerra e de sua preparação.

Ao terminar, porém, seja-nos permitido fazer algumas poucas advertências, visando dar-lhes maior precisão.

As instituições militares ou são *organismos vivos* e elementos de progresso, ou existem como corpo estranho na sociedade, e se tornam por isto inoperantes ou perturbadoras. No primeiro caso, possuem um espírito forte de renovação das próprias energias — definido pelos conceitos bem nítidos da iniciativa e da disciplina. Domina-as forte tendência à ação manifestada em todos os seus elementos, mas ação coêsa e ordeira, com modéstia e perfeito sentimento e coragem das responsabilidades.

Ninguém suponha, porém, que possamos progredir sem saber vencer as sérias dificuldades materiais, que o nosso

caso comporta e, notadamente, as resistências mentais e morais dos hábitos adquiridos.

Das resistências mentais, a que mais nos deve merecer atenção, é aquêlê complexo de superioridade do estrangeiro — complexo colonial — herdado dos velhos tempos. E' preciso sabermos eliminá-los, sem cair, porém, na toleima do exagêro dos sentimentos *ufanistas*. O de que precisamos é saber encontrar, por nós mesmos, soluções próprias, servindo-nos, corajosamente, do que o estrangeiro tem a nos ensinar de melhor.

Falamos muito de conquistar independência econômica. Mais do que esta, parece-nos necessário adquirir independência intelectual. Sem presunção, porém.

Si houvermos essa independência intelectual — fácil de adquirir pelo estudo com sinceras preocupações cívicas e a meditação, até a assimilação suficiente dos conhecimentos assim adquiridos — não deixaremos de dar às nossas instituições militares — um caráter rigorosamente nacional. Tere-mos em conta que as *fôrças armadas* são a mais forte expressão da soberania nacional e que conceber a sua organização de modo *inteiramente dependente* do estrangeiro, é pôr essa soberania na total dependência de outras soberanias, sem nenhuma atenuação. Basta a fatal dependência em que ficamos pela situação industrial e econômica em geral, dependência, aliás, que, em graus diversos, amarra entre si tôdas as nações do mundo.

Certamente até que engrenemos tôdas as peças do nosso mecanismo bélico, para obtermos dêle um funcionamento satisfatório para agir na guerra — com um *grosso forte e ativo* formado pela nação — coberto pelas suas *fôrças armadas*, olhadas como *vanguardas* — muito esforço mental e fisico é preciso fazer-se, no sentido de sua preparação. Imenso trabalho a realizar. Mas, convém que seja feito com a mínima perda de tempo possível e com o máximo de dedicação de cada um de nós brasileiros, militares da ativa ou da reserva, ou civis, tanto mais que aos interêsses puramente nacionais se somam agora outros de ordem internacional cuja insatisfação, pode acarretar-nos prejuízos e dissabores extremamente sérios.

Aí está o que tínhamos para dizer-vos. Mas será leal confessar-vos, nossas apreensões:

"Le passé me tourmente, et je crains l'avenir".

(Corneille — Le Cid).

“A Revolução na Guerra”

Pelo Ten. Cel. *ADALARDO FIALHO*

O surgimento da era atômica, a globalidade da guerra e a exploração da guerra psicológica são, sem dúvida alguma, os fatores revolucionários máximos das guerras de hoje em dia. A era atômica pertence ao terreno material; a guerra psicológica ao humano e a globalidade invade ambos. A era atômica nada mais é que o último degrau de um desenvolvimento sempre crescente de novas armas e técnicas. Durante séculos e séculos, os exércitos humanos se movimentaram a pé e a cavalo, ou se transportaram em veículos tirados a cavalo, e 60 Kms. era então uma boa média de marcha diária. Essa situação se prolongou até o aparecimento das vias férreas, quando aquele número deu o primeiro salto. Contudo, a estratégia era condicionada ao traçado dos trilhos e ao próprio lançamento destes, empreendimento caro e demorado. Foi na 1.^a Guerra Mundial que surgiram os primeiros tímidos esforços da motorização, já dispondo de uma rede de caminhos mais densa e da mecanização, com a libertação definitiva dos veículos em relação às estradas. A ofensiva dos taxis de Paris do General Gallieni, no Marne e no Ourcq e o aparecimento dos primeiros tanques ingleses no “front”, em 1916, são marcos destacados da técnica militar. Foi também no grande conflito de 1914-18 que a Aviação de Combate ensaiou os seus primeiros passos, estendendo a sua ação inicial de simples reconhecimento, direção do fogo da Artilharia e bombardeio em pequena escala para os ataques diretos sobre tropas. Daí para cá, os progressos foram vertiginosos. Os exércitos modernos entraram na 2.^a Guerra Mundial dependendo principalmente dos meios moto-mecanizados e do poder aéreo. Nos mares, paralelamente, a evolução vem desde os remos e velas até às rodas de pá e hélices, movidas a carvão, óleo e gasolina. A luta da bala esférica contra a madeira transformou-se em luta da granada perfurante contra a couraça, porém o navio era sempre o mesmo: o navio de superfície. Foi ainda no conflito de 1914-18 que a guerra naval experimentou os primeiros efeitos da luta tri-dimensional, com o acréscimo do submarino e do avião à guerra de superfície. Desde então, a evolução foi também rápida e aqueles que eram dados como tolos, ao afirmarem que numa guerra moderna os navios mais pesados não passariam de meros cadafalsos flutuantes, tiveram as suas

predições confirmadas quando se soube, no início do conflito com o Japão, que dois grandes navios ingleses — o "Príncipe de Gales" e o "Repulse" — aventurando-se ao mar sem proteção aérea, foram enviados para as profundezas do oceano por torpedos aéreos num par de horas. Pouco mais tarde, as frotas americanas e japonesas se chocavam de modo singular, na batalha do Mar de Coral. Pela vez primeira duas esquadras poderosas se feriam pesada e mutuamente sem disparar nada senão salvas anti-aéreas. A luta foi inteiramente conduzida por aviões. Midway repetiu esse quadro, o que levou o almirantado americano a substituir os navios de guerra em construção ou em projeto por porta-aviões. Tratava-se, em última análise, do futuro do próprio navio de superfície e não de certos tipos, transformação que só ocorre raras vezes na história. O fator aéreo vinha alterar completamente o valor do poder marítimo e derrubar velhos sistemas de controle mundial. A Inglaterra, que fechara todos os mares e se postara à esquina de todos os oceanos, viu-se, de um momento para outro, em situação, ela própria, de completa vulnerabilidade. Certos espíritos tinham previsto a supremacia do poder aéreo, notavelmente o general italiano Douhet. Os alemães tinham não só previsto, como construído uma Força Aérea notável. O seu emprêgo de tropas paraquedistas, planadores, aviões de transporte e bombardeiros de mergulho era dominador. Creta ficou como um caso tático clássico. Porém, mesmo eles incorreram em erros. Tendo planejado uma Força Aérea mais para cooperação com as tropas terrestres do que, propriamente, para trabalhar independentemente, como força estratégica, foram apanhados desprevenidos de modernos aviões de caça e forçados a desistir do bombardeio das cidades inglesas exatamente quando os ingleses davam sinais de colapso. Tivessem compreendido, em toda a sua extensão, os efeitos do poder aéreo, não teriam onerado os seus limitados estaleiros com a construção de 2 ou mais gigantescos navios de guerra, tipo "Bismarck", destinados a serem neutralizados pelas bombas aéreas. Ninguém previu que não era o bombardeio de altas altitudes, com as suas maravilhosas miras, porém impossibilitado de ser usado de dia devido à necessidade de se esquivar dos canhões anti-aéreos inimigos; que não era, também, o bombardeio de mergulho que ia se tornar o terror dos mares, porém o avião transportador de torpedos. Ninguém podia mesmo prever, porque não havia nenhum fim ao desenvolvimento técnico em processo. Novas armas, tais como navios insubmergíveis, poderiam subverter toda a tendência. Desenvolvimentos eficientes de aviões controlados pelo rádio e planadores-torpedeiros poderiam, de outro lado, ser a resposta àquêles navios. Eis que, finalmente, surge a bomba atômica conduzida pelo avião e capaz de influir tanto em terra, como no mar. De 1914 para cá, disse o General Juin, na Escola de Estado-Maior, na Praia Vermelha, vimos

a evolução da guerra, a partir do combinado Infantaria-Artilharia, evoluído para Infantaria-Artilharia-Tanques ainda na 1.^a Grande Guerra. E, na última, surgiu o combinado Infantaria motorizada-Blindados-Paraquedistas-Avição, já evoluído para Blindados-Paraquedistas-Avição. Evoluímos agora para o combinado Aviação com bombas atômicas-Tropas paraquedistas de ocupação, em qualquer parte do mundo. Os Estados Unidos possuem 7 D. I. aero-terrestres e evoluem para que tôdas as suas D. I. se adaptem, pelo menos, ao transporte aéreo. O que nos reservará o combinado Aviação atômica-Paraquedistas, no futuro? Iroshima e Nagasaquí são novos marcos significativos da técnica militar. Cidades, por maiores que sejam, poderão ser destruídas em alguns minutos, sua população massacrada ou então neutralizada pela ação mortífera dos raios gama, emanados, entre nevoeiros tênues, das explosões atômicas. Uma cidade como Nova York, de população ultra-concentrada, poderá ser neutralizada por uma única bomba atômica, lançada nas profundezas do rio Hudson por um submarino ou simples agente inimigo. A tendência das cidades do futuro é se multi-partirem, se fragmentarem numa série de comunidades menores, para escaparem ao perigo da destruição maciça. Tôda uma Nação deverá viver em termos de alarme e defesa contra uma destruição repentina. Os exércitos deverão ser organizados com equipamentos imediatamente utilizáveis e efetivos de guerra. Todos os centros importantes do país, dentro do alcance do ataque aéreo inimigo (distância que encurta na razão direta do progresso da Aviação) deverão ser guarnecidos pesada e permanentemente, mantendo-se assim colossais Exércitos e Marinhas permanentes. Uma multidão de fábricas de suprimentos, subterrâneas, completamente à prova de ataques aéreos, equipadas como a Linha Maginot, serão dispersadas pelo país. Outras indústrias serão afastadas dos costumeiros centros consumidores, ou das zonas de matérias primas, com grave detrimento de sua eficiência e lucros de tempo de paz, para que não sejam facilmente postas fora de ação. Em outras palavras, não somente uma boa percentagem da mão de obra de cada Nação estará mais ou menos permanentemente sob armas, pronta para executar tôda uma série de planos de mobilização e de operações em horas, em caso de ataque (a tendência é para o desaparecimento dos planos de concentração, pois nas guerras do porvir não haverá tempo para grandes deslocamentos), como todo um gigantesco segmento das rendas nacionais será invertido naquilo que homens de tempos mais ajuizados poderiam chamar de investimentos improdutivos. Porém, poucas regiões da terra poderão arcar com o pêso de criar e manter tal organização econômica e tais super-armamentos. Poucos países possuem o requisito mão de obra hábil, o dito matérias primas estratégicas, tais como aço, alumínio, manganês, níquel e petróleo ou carvão: os Estados Unidos,

a Inglaterra com suas colônias, a Alemanha (Ruhr) com suas antigas colônias, a Rússia soviética e, num futuro mais ou menos distante, o Brasil, a Índia e a China. Os países não possuidores daqueles requisitos estão destinados a ficar dependentes ou pior do que isso. Contudo, a carga que recairá sobre os países dominantes será tamanha, que não os fará invejáveis. Em resumo, os últimos desenvolvimentos técnicos, no terreno material, impuzeram tremendas servidões sobre exércitos e povos, sendo capaz de alterar profundamente os seus sistemas militares e econômicos, capaz mesmo de torcer o próprio curso da civilização. Por outro lado, os aviões de todos os tipos, salientando-se os portadores de bombas atômicas, quer baseados em terra quer em porta-aviões e mais os veículos moto-mecanizados produziram outra transformação, de tipo igualmente aniquilador e incompreensível para os velhos conservadores. Eles alargaram os teatros de operações, incluindo todo o planeta. Fizeram a guerra potencialmente global, pois as zonas não sujeitas à ação militar direta, cooperam indiretamente para ela, na produção e transporte de matérias vitais para a guerra. É o que chamamos a globalidade da guerra. Já o primeiro grande conflito mundial havia ganho alguma distância nesta direção, porém o fato de um dos beligerantes, os Poderes Centrais, ceder tivesse perdido as suas longínquas colônias, foi um obstáculo para o completo alargamento das hostilidades. Outras circunstâncias contribuíram para isso. A Inglaterra, seja porque necessitasse de caminhos mais curtos para a Índia, seja porque tivesse compreendido a necessidade de dividir para dominar, havia se apoderado do Mediterrâneo e do Mar Vermelho, numa época de "poder marítimo", instalando-se em pontos-chaves, tais como Gibraltar — Malta — Suez — Aden, a sua "linha vital", verdadeira cunha entre o continente negro, de um lado, e a Europa-Ásia, de outro. A Alemanha, "poder terrestre" e incapaz de competir com a Inglaterra, nos mares, respondeu com uma aliança com a Áustria-Hungria, Bulgária e Turquia europeia e asiática e com uma via-ferrea que, partindo de Berlim, terminava no Golfo Pérsico, a chamada estrada estratégica dos 3 B : Berlim-Bagdad-Bassora. Em outras palavras, a estratégia da Alemanha consistia em opor à linha marítima da Inglaterra uma linha terrestre paralela. No caso de hostilidades, o papel da Turquia seria o de cortar a linha vital inglesa em Suez. Realizado isso, o "poder terrestre" alemão, tirando partido de sua superioridade e apoiado na via-ferrea estratégica aludida, dominaria a Inglaterra e seus aliados continentais, onde quer que se apresentassem. Como se vê, vastíssima era já a amplitude dos planos em perspectiva. Porém, iniciado o conflito, a Turquia não foi capaz de executar a parte que lhe competia e, daí, resultou, desde logo, a limitação do campo das operações. Contudo, algumas batalhas navais ocorreram em distantes mares, como a de Coronel, nas costas do Chile, a das Ilhas Falkland,

nas costas da Argentina e as aventuras do "Emden", no Oceano Indico, todas já acentuando a tendência para a globalidade. De resto, até 1942 um obstáculo final se opunha à completa globalidade da guerra: o raio de ação dos aviões ainda não era suficientemente grande para que as extremidades do eixo, no Pacífico e no Atlântico, se puzessem em ligação íntima, através da vastidão da Rússia soviética. E, quando esse raio se ampliou, a Alemanha já estava praticamente impotente para fazer outra coisa, no domínio aéreo, senão defender-se. Tivessem, Alemanha e Japão, iniciado a guerra com grandes frotas aéreas estratégicas, de longo alcance, e talvez a sorte da guerra fosse outra. De qualquer forma, a partir de 1942, a tendência era manifesta. Finalmente, as Nações Unidas, espalharam-se por toda parte. As suas comunicações atravessavam o planeta. As rotas aéreas, particularmente, cobriram o globo terrestre com densa rede de caminhos, da qual o ATC americano levava o melhor o quinhão. Abastecimentos e evacuação foram organizados de continente para continente. Na universalidade das rotas aéreas, os americanos ficaram senhores quase que absolutos. Enquanto que a Inglaterra empregava todo o peso de sua Aviação para se defender dos golpes da Alemanha, a princípio e depois para devolvê-los, um por um porém sempre dentro do continente europeu; enquanto que o Japão dispersava a sua Aeronáutica, no Pacífico ocidental, para poder manter as suas numerosas conquistas, acabando por aparecer fraco em toda a parte, causa principal de sua derrota; enquanto que a Rússia lançava todo o seu poder aéreo para apoiar as suas tropas terrestres e assim defender o seu próprio território contra um inimigo agressivo, enquanto isso, dizíamos, os Estados Unidos, distanciados da ação direta de seus inimigos, porém obrigados a golpeá-los longe, mantinham toda a sua liberdade de ação, no domínio aéreo, estendendo as suas linhas por toda a Terra. Daí a superioridade incontestada dos americanos na Aviação mundial, pois nenhuma nação colheu, como a América do Norte, soma tão grande de experiência e armazenou cabedal tão precioso de dados. Seus pilotos não são regionais, nem continentais. São mundiais. Vemos, pois, que a geografia da guerra moderna é mundial e sua consideração exige esforços mesmo dos mais cultos espíritos. Os Estados-Maiores de hoje são cada vez mais amplos, pois múltiplos, complexos e tremendos são os aspectos a considerar. Toda uma nova ciência, a Geopolítica, nascida com Mackinder, na Inglaterra e desenvolvida por Haushofer, na Alemanha nazista, vai surgindo para explicar a influência das condições naturais na política de cada Nação. Quem quizer contemplar, hoje, um mapa da última guerra, deverá recorrer a um planisfério físico-político. É ver, ali, com espanto, que as Nações Unidas possuíam forças em estágio de instrução, ou em operações, em nada menos de 50 lugares diferentes dos 5 continentes deste nosso pequenino planeta. É lícito, portanto, per-

guntar-se : que mapas usará a humanidade na próxima guerra ? Porém, com todos os seus recursos potencialmente superiores, as Nações Unidas viram-se, a princípio, quase incapazes de resistir contra as forças do eixo, operando de linhas interiores, devido à intervenção do terceiro fator revolucionário da guerra moderna : o fator psicológico, que deu origem à guerra psicológica. Na 1.^a Grande Guerra esta nova arma foi usada moderada, porém eficientemente pelos aliados. Os alemães aprenderam a lição e, no 2.^o conflito e até 1942 as Nações Unidas foram, de longe, ultrapassadas pelas potências do eixo. Mobilizando todos os recursos, às claras ou subterraneamente, os alemães dirigiram contra as massas de cidadãos dos países limítrofes, massas muitas vezes mais alfabetizadas do que educadas, uma torrente de projectis intellectuais, com o fim de abalar e dividir as opiniões, conquistar o apoio de minorias raciais, precipitar os impressionáveis e mobilizar os egoístas e os traidores contra os seus próprios governos. Era a guerra de nervos abatendo o ânimo de populações inteiras. Era a guerra das consciências embaciadas pelos impactos da propaganda. Este estado de coisas culminou na captura da Áustria por Hitler, depois de uma visita de Schuschnig; da Tchecoslovaquia, após um discurso feroz, seguido de "ultimatum" e na capitulação dos Estados Unidos diante do "slogan" japonês "dê-me óleo e sucata ou atacarei as Índias Holandesas", o que valeu aos amarelos a aquisição de suprimentos com os quais, afinal, atacaram as Índias Holandesas. Seguiu-se a queda espectacular da Polónia, Holanda, Bélgica e França, castelos de cartas derrubados menos pelo peso das armas do que pelo poder mágico e persistente de palavras que significam, em qualquer dicionário, "traição", "boato", "sabotagem", "propaganda" e etc. O interessante é a duplicidade do papel da arma psicológica. Ela serve tanto para efeitos externos, como internos. À Alemanha serviu para conquistar os seus vizinhos e, internamente, para criar mitos em torno de homens e de princípios. Estes mitos solidificaram a consciência alemã de tal sorte que, para torná-la penetrável, de novo, foi preciso arrasar a Alemanha. A lenta compreensão da derrota e dos próprios erros, por parte dos alemães, conseguida à custa de bombas atiradas de milhares de aviões, custou às Nações Unidas milhares de vidas e milhões de dólares. Na compreensão da utilização das possibilidades psicológicas os melhores espíritos militares andaram sempre um passo atrás dos acontecimentos, pois de outra sorte elas não constituiriam mesmo um fator revolucionário da guerra. O difícil, para os militares, nas guerras do futuro, é saber o "quantum" de tática e estratégia clássicas deverá ser posto de lado, quando as presentes possibilidades forem sistemática e coerentemente desenvolvidas. Possibilidades atômicas, possibilidades psicológicas, tudo em termos de globalidade. Nisto tudo a Aviação representa um papel básico. Qual será o futuro da Aviação ? Os peritos

poderão diferir quanto às necessidades menores, porém é ponto pacífico a necessidade de uma força aérea gigante. Os aviões poderão ser das seguintes espécies : de assalto, de curto raio de ação, porém poderosamente blindados ; caças, de longo raio de ação, capazes de cruzarem os mares oceânicos e os largos mares e voltarem ; de reconhecimento, de longo vôo ; diversos tipos de bombardeiros ; aviões torpedeiros, de diferentes tipos ; aviões de transporte, planadores, inclusive transportadores de tanques, para vôos a longa distância. Se os aviões varrerão os navios de guerra dos mares é uma pergunta ainda em suspenso. Biquini pode ter indicado apenas um reforçamento de blindagens, proteção contra raios gama e adoção de maior número de porta-aviões. Desde que os navios serão necessários para o transporte de materiais pesados, se não de homens, por muito tempo ainda, para além mar, então submarinos de tipos até então desconhecidos, armados de bombas atômicas de retardo ou portadores de simples minas de altos explosivos e operando contra comboios de navios através das vastas estradas globais transformarão os mares em verdadeiro inferno, gozando de vantagens tais que, para anulá-los, frotas 10 ou 20 vezes maiores que qualquer coisa que existe hoje terão de ser construídas, à base de porta-aviões com bombas também atômicas e abrangendo comboios fantasmas destinados a desviarem a atenção dos comboios realmente utilizados. Só as nações mais fortes e mais desenvolvidas, ou federação de nações menores, poderão esperar manejar poder político bastante para proteger a sua independência ante a visão de tão colossais necessidades navais. Em terra, o quadro não é menos aterrador. As exigências para transportes a motor cada vez mais rápidos, tanques cada vez mais pesados, armados de artilharia atômica, a integrarem exércitos inteiros motorizados, protegidos por canhões anti-aéreos sempre mais poderosos, conjugados com densa rede de aparelhos de radar serão incessantes. Fronteiras inteiras serão equipadas com aparelhos de radar, prontos para assinalarem a aproximação dos mais longínquos aviões inimigos. Diante de tais perspectivas, a salvação da humanidade parece residir na adoção de formas políticas inteiramente novas e na educação das massas. O atual sistema internacional de Estados Nacionais completamente soberanos, a invadirem terras alheias, em movimentos cada vez mais amplos, para empurrar cada vez mais para longe as suas chamadas fronteiras estratégicas sob pretexto de defesa nacional, está condenado a desaparecer. O sistema de alianças, com seus atributos — militarismo e guerras, está destinado a ter a mesma sorte. Só um organismo super-nacional, dotado de força própria e aceito por todas as nações parece poder afastar o espectro da destruição total que paira sobre a humanidade. Em outras palavras, a guerra global é preciso opôr a paz global. Mais do que nunca, a sobrevivência da humanidade descança sobre a prática de uma sã democracia,

tendo como base a educação das massas. Paz global é compreensão universal. Cada vez mais o direito de voto se impõe. Homens malucos, como Hitler, não mais poderão ser eleitos, em nações poderosas, por votos de qualidade e, muito menos, por votos de quantidade. Só a cultura permitirá isso. Não basta a simples alfabetização. É preciso que todos tenham a consciência do momento que se vive, qualidade de cérebros que pensam, para não decidirem aceitar tiranos que ponham em risco a sorte da humanidade. A facilidade com que se aceitam certos governantes é explicada; como observou Ernest Haycox, pelo fato da consciência social e política dos povos estar, hoje, mil anos atrasada em relação aos progressos da ciência. Nos últimos 50 anos, a humanidade deu um salto espetacular, no domínio das ciências, atingindo a era atômica, enquanto que as suas reações emocionais e as suas relações político-sociais jazem atrofiadas na mentalidade da idade média, para a maioria dos povos. Alguns, como os russos, fazem do medo, ostensivamente, a pedra angular de sua política externa, como se ainda estivessemos nos tempos de Genghis Khan. Medo de invasão. De modo geral, o medo, complexo de estado primitivo, predomina nas relações de todos os povos de hoje. Ha um evidente descompasso entre a inteligência e a consciência humanas. Seja como for, só a paz global, paz indivizível, paz mantida em toda a parte por força super-nacional, à custa mesmo de alguma luta, poderá salvar a humanidade da destruição certa. Como isso será conseguido é o maior problema de nossa era. A única esperança é que o senso comum fundamental, que conservou a humanidade viva, após guerras cada vez mais cruéis, através de milhares de anos, não nos decepcionará agora.

CASA NOVA ESPERANÇA

Ferragens, Tintas e Vernizes, trens de cozinha, louças, vidros e cristais, grande sortimento de artigos de fantasia para presentes e objectos escolares, artigos para electricidade e materiaes para construção.

M. A. Teixeira & Cia. Ltda.
RUA GENERAL GURJÃO, 161 — A — TEL. 28.1392
RIO DE JANEIRO

CASA TAMOIO

de ARLINDO ZARDINI

Louças, Aluminios, Ferragens, Vidros, Tintas, Vernizes, Manteigas,
Cabo, Artigos Sanitários de electricidade e para Seletros
Av. Duarte Lemos, 192 — Vila Rubim — Vitória
E. E. SANTO

A História Militar na Formação Profissional do Oficial

Major OMAR EMIR CHAVES
Instrutor da E.E.M.

IV — Outro exemplo

Apresentamos agora um exemplo de como ensinar a História Militar pelo processo Histórico Analítico, que como o anterior não representa mais que uma solução susceptível de variar desde que variem os dados do problema.

O caso vivido em apreço, reporta-se ao escalão R.I. e mesmo Btl. I, e por isso penso interessará a todos os graus da hierarquia dos quadros no Exército, até mesmo das outras Armas, desde que a apesar de tudo, a Infantaria ainda continua sendo o elemento básico das combinações táticas, a Rainha das Batalhas portanto.

COMBATE NA REGIÃO VOID-COLOMBEY, NOS DIAS 20 e 21 DE JUNHO DE 1940

(O R.I. e o BTL I NO ATAQUE E NO APROVEITAMENTO DO ÊXITO).

O caso vivido que vamos apresentar, reporta-se à Segunda Guerra Mundial. Nele veremos a ação do R.I. e do Btl I no ataque e no "aproveitamento do êxito", tomados no quadro da "perseguição".

Os fatos decorreram na fase da batalha da FRANÇA, travada em Maio e Junho de 1940. De um lado alemães vitoriosos perseguem franceses derrotados, do outro.

Não dispuzemos para a realização do estudo do caso em apreço, senão de uma tradução feita pelo Exm.^o Sr. General Teixeira Lott e publicada na revista "A DEFESA NACIONAL", número 329 de Outubro de 1941. O artigo em foco, põe em evidência sobretudo a ação do Btl., pelo que tivemos de reconstituir o quadro do R.I. e da D.I., apenas ordenando as ocorrências no âmbito do escalão militar conveniente.

A fonte tomada para base do estudo que vamos realizar, é uma única, e se bem que mercedora de confiança, não nos permitiu um es-

tudo mais aprofundado dos processos de combate, para não fugirmos à letra precisa dos fatos relatados.

Como precioso auxiliar no trabalho que exporemos a seguir, socorremo-nos do TM-E-30-451 (Restricted) "Handbook on German Military Forces" (1.º/IX/943).

As ações estudadas, apesar de tomadas no quadro d'uma "perseguição", permitem, em boas condições, o exame do emprêgo do R.I. e do Btl I em atuação caracteristicamente de ataque.

As situações examinadas, melhor satisfazem ao estudo da conduta dos Cmts de R.I. e Btl I, posto que compartimentadas no espaço, prestam-se a mostrar com clareza a concepção e execução da manobra dos dois escalões que desejamos focalizar.

SITUAÇÃO GERAL

Após as operações simultaneas contra a frente e a retaguarda da Linha Maginot, em que os exércitos franceses derrotados foram obrigados à retirada, iniciou-se por parte das forças alemães a "perseguição" tenaz, que culminou com a destruição completa dos franceses e objetivava evitar a reconstituição dos mesmos para uma nova resistência ou o reforço de tropas que operavam noutros teatros.

Assim sendo, foram vigorosamente perseguidos os gaulezes em três direções: — duas atravez das brechas abertas na Linha Maginot e uma terceira, desde SEDAN — procurando contornar por W, SW e S, TOUL e NANCY, tendo por fim evitar o escape das forças derrotadas para o Sul.

As operações estavam sendo realizadas com rapidez e energia, e impunha-se cortar as comunicações que, a coberto do obstáculo que é o MOSA, se pudessem realizar de TOUL e NANCY para o Sul, especialmente para NEUFCHATEAU e CHAUMONT.

Tendo em vista cobrir a retirada de suas forças e aproveitando o MOSA como obstáculo, organizaram os franceses, com as disponibilidades possíveis, posições defensivas que pretendiam impedir a transposição do referido rio, com o esforço na região de CHALAINES.

É interessante notar a ação do Comando alemão realizando com rapidez e enérgia esta operação, que tinha em mira cercar as forças francesas derrotadas no Leste, numa bela combinação de direções.

Era do máximo interesse do Comando Alemão atingir o quanto antes a região ao Sul da Linha TOUL — NANCY, que representava o gargalo para o escoamento das forças retirantes, senão que também anularia qualquer possibilidade de resistência nesta tradicional linha de defesa interior do território francez, justamente a cavaleiro duma direção importante, que por CHALONS vae ter a PARÍS.

Certa DI alemã que estacionava em SEDAN como reserva, foi com outros elementos lançada em "perseguição" ao inimigo derrotado e em fim de jornada do dia 19 de Junho, atinge a região da cidade de VOID, na margem NW do Canal RENO — MARNE, tendo os seus elementos sido transportados em caminhões.

Torna-se indispensável chamar a atenção dos Senhores para a necessidade de meios rápidos nas missões de "perseguição", os quais emprestam aos elementos empregados condições de mobilidade tais que permitem anteciparem-se ao inimigo em certos pontos importantes do terreno, por forma muitas vezes a encerrá-lo entre tenazes ou ainda facilitam as ações por surpresa, característica indispensável, mais que em outra fase da Batalha, para a obtenção dos sucessos locais, seja na direção mesma do movimento, seja realizando rebatimentos.

O R.I. que fazia a Vg, depois de reparada a ponte através do Canal, em VOID, penetrou no Bosque de VOID e Floresta de VANCOULEURS, ocupando as orlas L, face a THUSEY e mais para o N, e ainda frente a cota 359, W de VANCOULEURS, estabelecendo a cobertura necessária, por meio de um sistema de segurança aproximada.

Outro R.I. estacionou a NL de vila VOID, garantindo as direções de TOUL, SORCY-SUR-LE-MEUSE e COMMERCEY.

O R.I. que vamos estudar, estacionou na Floresta de VANCOULEURS e Bosque de VOID, numa larga articulação que lhe permitisse a retomada do movimento em qualquer direção, mas particularmente segundo o eixo VOID — VANCOULEURS — CHALAINES.

O Canal RENO — MARNE constituía, sem dúvida, um objetivo intermediário dentro da grande idéia de impedir a reconstituição do inimigo e encerrá-lo no quadrilátero: TOUL — NANCY — COLOMBEY e mais para Leste. Entretanto, a presença de organizações francesas no MOSA, agora confirmada pelas tropas de segurança, impunha maior energia nas próximas ações.

O dispositivo tomado pela DI satisfaz plenamente a permanência na missão em cujo cumprimento se achava, posto que tem a maioria dos seus meios orientados na direção VOID — VANCOULEURS — COLOMBEY, além de garantir-lhe o espaço necessário para adotar um dispositivo futuro, perfeitamente adaptado a uma nova missão e ao inimigo.

Para os franceses, é bem interessante o fato de haverem demolido as pontes sobre o Canal, região de VOID pelo menos, o que vem mostrar a necessidade do emprêgo das "destruições" na retirada, a despeito mesmo de não serem ativadas pela ação do fogo, mas que redundam, de qualquer maneira, no ganho de tempo em relação aos elementos perseguidores.

Neste mesmo fim de jornada, recebe o Cmt da DI novas ordens para o prosseguimento das operações, as quais se resumiram mais ou menos no seguinte: —

- Continuar em perseguição ao inimigo pelo eixo: VOID-CHALAINES-VANNES-BARIZEY-COLOMBEY, por forma a transpôr o MOSA; interceptar as comunicações entre TOUL e NEUFCHATEAU, até ocupar COLOMBEY-LES-BELLES em fim de jornada de 20, completando assim o estrangulamento das comunicações para o Sul.

Isto posto e estudado pelo Cmt da DI os fatores da decisão, pode então aquele comando induzir as ações do dia imediato, que resumimos da seguinte maneira: —

- Sem perda de tempo transpôr o MOSA em CHALAINES;
- Progredir rapidamente pelo eixo CHALAINES-VANNES-BARIZEY-AU-PLAIN e ocupar as orlas L dos bosques na linha HOUSSELMONT-SAULXURES;
- Transpôr a via-ferrea BARIZEY-LA-COTE-PUNEROT e ocupar COLOMBEY-LES-BELLES em fim de jornada de dia 20.

Neste sentido foi ordenado ao R.I. em estudo, articulado na Floresta de VANCOULEURS, que ultrapassando o RI da cobertura, tomasse a seu cargo a execução das missões confiadas à DI para a jornada de 20, como 1.º Escalão do dispositivo.

Como condição primeira, imunha-se a conquista de uma “cabeça de ponte” através do MOSA, que permitisse a transposição do curso d'água em condições satisfatórias ao prosseguimento das operações.

Para o Cmt do R.I., pelo estudo do terreno e do inimigo, tratava-se de um ataque com transposição de curso d'água num primeiro tempo, após ações preliminares.

1.ª SITUAÇÃO PARTICULAR

Realmente as informações das tropas de segurança acusavam a ocupação da cota 359, que pela posição e possibilidades de fogos, barra qualquer progressão por NW sobre VAUCOULEURS, situada na margem W do MOSA, bem em frente a CHALAINES, na margem L.

O casário de THUSEY achava-se também ocupado por elementos dos PA franceses.

Na margem L do MOSA, barrando a transposição do rio, tinham sido assinaladas organizações numa extensão de aproximadamente 3

km, englobando CHALAINES, onde tinham maior profundidade e ocupavam até a cota 332.

Uma ponte sobre o MOSA ligava VAUCOULEURS a CHALAINES.

Tudo fazia crêr que os franceses defenderiam tenazmente a cota 359 e se oporiam à transposição do MOSA.

O não reforçamento do R.I. com meios de apoio, tornava-o insuficiente para uma ação metódica.

Necessário se fazia porém cumprir a missão.

Desde logo para uma decisão, uma condição tornou-se imperativa — a surpresa. Ela teria de ser realizada pelo segredo no preparo das operações (tomada do dispositivo de ataque) melhor propiciada pelo aproveitamento da obscuridade, como também, pela rapidez no desencadeamento das ações.

No entanto e apesar de tudo, se fazia mister ocupar a cota 359 e VAUCOULEURS, mesmo que a surpresa falhasse, pelo que era necessário um apoio de fogos conveniente. Os meios de apoio disponíveis eram poucos e não iam além dos orgânicos do R.I.

As necessidades para a obtenção da surpresa e as disponibilidades em meios de apoio, impunha o emprêgo de meios, em Infantaria, os mais reduzidos possíveis mas suficientes.

A profundidade do esforço a realizar, 4 a 5 km, exigia uma maior profundidade no dispositivo, tanto mais quanto ao ataque da cota 359 e ocupação de VAUCOULEURS, sucedia-se a transposição do rio e conquista da cota 332, condição mínima para a obtenção da "cabeça de ponte" necessária à DI.

O prosseguimento da missão além de CHALAINES, pedia um terceiro escalão capaz de retomar as operações.

Por tudo isto resolveu e ordenou o Cmt do R.I., em estudo, mais ou menos o seguinte: —

— DISPOSITIVO: —

— Btls. sucessivos.

— MISSÕES: —

— Btl. X: —

- Tomar por surpresa a cota 359 e ocupar VAUCOULEURS;
- Atravessar, se necessário, a viva força, o MOSA ao alvorecer do dia 20 e ocupar CHALAINES;
- Para isso será reforçado pela Cia. de Obuzes de Infantaria, 2 (dois) Pels da Cia A.C. e a partir das 04.00 hs. por um Pel de pioneiros.

— Btl. Y: —

— Em segundo escalão, na esteira do Btl. X, deverá estar em condições de transpôr rapidamente o MOSA, ultrapassar o 1.º Escalão e tomar a cota 332 ou de reforçá-lo a qualquer momento.

— Btl. Z: —

..... (Reserva)

Uma vez tudo estabelecido, foram chamados ao P.C. do R.I., no BOSQUE DE VOID, os Cmts. de Btl. e com prioridade o do Btl. X, que foi conduzido, por um veículo regimental motorizado, a presença do Cel. às 01.30 h. e 20.

Elementos da AD, desdobrados nas clareiras da floresta, atiraram ritimadamente pela noite toda, realizando tiros de inquietação.

Recebida a ordem no P.C. do R.I., o Cmt. do Btl. X entra, imediatamente, em entendimentos com os elementos de reforço que deveriam cooperar com a sua unidade naquela manhã. Regressando ao seu P.C., ordena às Cias, verbalmente, de uma maneira concisa, as medidas necessárias. Diz-nos o próprio Cmt. do Btl.:

“Depois de concisas ordens, dadas aos diversos elementos do Btl., partiram as Cias, largamente escalonadas em profundidade, apoiadas à grande estrada que cortava o bosque.

“A progressão se fez silenciosamente, tendo sido deixado para a retaguarda tudo o que poderia causar grandes ruídos.

“Um entendimento com o comandante das forças de 1.º escalão de um outro R.I., que já tinha se chocado contra forte resistência inimiga e que deveria ser ultrapassado por nosso batalhão, proporcionou-nos, no lugar mesmo dos acontecimentos, uma clara impressão sobre a situação no momento. Cerca de 2 horas foram, nessa região, ouvidas várias detonações sucessivas, o que constituía indícios de que haviam sido destruídas as pontes sobre o MOSA.

“A seguir, abrigado em uma mina de cascalho próxima, dei, aos comandantes das diversas unidades, que deveriam participar da operação, indicações precisas sobre o dispositivo e medidas de execução do ataque. À nossa frente, no horizonte noturno, eleva-se uma silhueta. É a elevação 359.

“À sua retaguarda, pode-se, dos dois lados, fracamente perceber o vale do MOSA, coberto pelo leitoso nevoeiro da madrugada.

“Às 3 h. 45 aparece o Comandante do R.I., que veio, pessoalmente, se certificar se as condições de emprêgo do Batalhão reforçado, correspondiam ao fim visado. Nessa ocasião partem duas esquadras de

esclarecedores acompanhadas por pioneiros. Suas informações devem proporcionar, ao batalhão, as indicações sobre as possibilidades de uma aproximação a coberto e subsequente ataque de surpresa do MOSA, condições essenciais para a obtenção do êxito. Entrementes reina grande atividade na base de partida: comandantes de todos os escalões dispõem suas tropas para o ataque, que deve ser desencadeado dentro de alguns minutos: —

- Duas companhias acompanhadas, pelos meios do batalhão são lançados contra a cota 359, para daí penetrarem em VAUCOULEURS;
- A terceira companhia, reforçada por pioneiros, tem a missão, como tropa especial de assalto, de executando um largo desbordamento pela esquerda, por THUSEY-CHATEAU, irromper na parte norte de VAUCOULEURS.

"Ninguém sabe ainda se a cota 359 e a localidade à sua retaguarda se acham ocupadas pelos franceses, ou talvez já teriam estes retraido suas forças para o MOSA?"

É interessante notar a manobra do Btl., lançando, num movimento desbordante, uma Cia que com a missão de tropa de assalto, isto é, aindo por surpresa para chegar logo ao "Corpo a corpo", para o que eram as Cias Inf. Alemãs particularmente armadas, posto que dispunham de um armamento e material convenientes, além de um preparo técnico quase especializado.

As 04.00 h. hora marcada para o início do ataque sobre a cota 359, teve começo a infiltração dos elementos atacantes para atingir as encostas NW da cota. Chegado que foi ao sopé da elevação, os esclarecedores que precederam o escalão de ataque, anunciaram a ausência do inimigo.

Imediatamente a cota é ocupada e a seguir a encosta Leste, que domina VAUCOULEURS.

O apóio ao ataque, caso necessário, seria dado pela Cia de Obuzes que em "Vigilância" sobre a cota 359, ficara em uma clareira da parte L da Floresta de VAUCOULEURS. As armas A C, umas achavam-se também em "vigilância" sobre os possíveis caminhamentos vindos da cidade, outras constituindo a defesa móvel, acompanharam o escalão de ataque.

Como processo de combate da Infantaria, embora numa fase característica de ataque contudo, a infiltração através da mataria, se fazia por uma formação típica de "aproximação", com os esclarecedores à frente. Esta condição se impõe sempre que se deseja obter o ataque por surpresa através de bosque e pelo escuro. Este procedimento é

normal para as chamadas tropas SS, ou outras quaisquer que desempenhem missões dessa natureza, como é o caso da Cia Inf. que desbordava por THUSEY.

A ação do Cmt. ocupando imediatamente a cota 359 por achá-la desocupada, constituiu uma condição normal da ação de comando de qualquer chefe de escalão na Infantaria, além de ter sido um imperativo da missão recebida.

Finalmente o emprêgo da Cia de Obuzes do R.I., é típica num ataque desta natureza. O seu emprêgo não se faz normalmente em superposição aos sistemas de fogos da AD, senão que só intervem nos momentos oportunos, geralmente para os imprevistos, cuja necessidade fica condicionada a uma decisão do Cmt, em proveito do qual deverá intervir. A condição de "vigilância" imposta, é normal no emprêgo deste material no ataque, tanto mais quando era desejada a obtenção da surpresa, com prioridade.

A ocupação de VAUCOULEURS deveria pois se verificar em conjugação com os elementos que de THUSEY infletissem sobre as saídas N da localidade.

Efetivamente, após tomar de surpresa os elementos franceses em THUSEY, onde fez alguns prisioneiros, a Cia desbordante, deslizando ao longo da margem esquerda do MOSA, atinge as orlas N de VAUCOULEURS.

Participando ao R.I., pelo rádio, a ausência do inimigo na cota 359 e sua consequente ocupação, bem como da situação em THUSEY e presença dos seus elementos nas saídas N da cidade, além da resolução de proceder incontinentemente a tomada de VAUCOULEURS, deu início o Maj. X a ação, apenas completou as ligações indispensáveis.

A cidade abandonada é rapidamente ocupada e a margem do rio é atingida, onde a ponte que transpord-o conduz à CHALAINES, achava-se destruída desde às 02.00 h.

O terreno na margem oposta, particularmente favorável a defesa, apresentava prognóstico sombrio, posto que o rio, um obstáculo de 8 a 10 m. de largura, era facilmente dominado da cota 332.

O inimigo até então não se havia apercebido da presença dos alemães debruçados sobre o rio, tendo sido portanto obtida integralmente a condição surpresa.

A destruição das pontes sobre o MOSA era indício certo de que os franceses pretendiam ganhar tempo, mesmo em presença de um ataque alemão. As organizações já assinaladas indicavam a idéia de manter o terreno e impedir a transposição do rio.

Impunha-se, pois, seguir explorando a surpresa obtida, e tentar a passagem do rio.

A Cia. de 1.º Escalão, aproveitando a neblina matinal, ainda bastante densa, penetra em CHALAINES, passando por sobre os escombros da ponte.

Atingindo o lado oposto e ocupadas as primeiras casas, é finalmente alertado o inimigo e um completo sistema de fogos de artilharia cae sobre o rio e suas margens.

Impõe-se pois aproveitar o despertar atordoado e barulhento dos franceses, mas impreciso por falta de uma observação ainda não ajustada, e completar a transposição do obstáculo.

Os meios, como vimos, eram deficientes para a montagem de uma operação metódica e o tempo urgia.

A segurança e a capacidade de resistência da Cia já transposta eram precárias em presença da posição e da relação numérica do inimigo.

Esperar a chegada dos meios regulares de transposição, seria permitir aos franceses ajustar os seus fogos e talvez fazer fracassar a operação, além do sacrifício dos elementos já transpostos.

Por tudo isto era indispensável atravessar o obstáculo imediatamente de qualquer maneira. Assim sendo, é ordenada a transposição do restante do Btl. a nado e por sobre os escombros da ponte.

O Cmt. do R.I., numa perfeita atuação, está presente em VAUCOULEURS, para onde se dirigiu após a informação prestada da cota 359.

As decisões tomadas, as ações realizadas e em via de realização pelo Cmt. Btl., foram aprovadas, sendo-lhe ainda ordenado que completasse a "cabeça de ponte" para a DI, tomando a cota 332 a L de CHALAINES.

Decide também o Cmt. do R.I., deslocar o Btl. Y para VAUCOULEURS, o que ordena, e determina o estabelecimento das comunicações telefônicas com o Btl. Z, em reserva, agora na orla da Floresta de VAUCOULEURS, sobre a estrada.

Por uma ação típica de luta em cidade é finalmente CHALAINES completamente ocupada, graças ao valor moral e ao preparo das forças atacantes.

O Pel de Pioneiros, desde logo inicia a reconstrução da ponte sobre o MOSA, afim de permitir o afluxo de reforços e posteriormente facilitar o escoamento do restante da D.I.

Desde às 0650 h, após a chegada o Btl. Y, foi aproximada a Cia de Obuzes para VAUCOULEURS e tomou posição em condições de atuar sobre a cota 332.

Impunha-se agora para o Cmt. do Btl. X, reajustar o seu dispositivo para partir à conquista da cota 332. Uma parada efetivamente se fazia necessária, mas apenas o suficiente para o restabelecimento das li-

gações, perdidas durante o combate em CHALAINES, e a tomada de um dispositivo de ataque à cota 332.

A ordem foi restabelecida rapidamente e o ataque à cota 332 partiu apoiado pela Cia de Obuzes, obtendo êxito completo, graças a combinação do ataque frontal de duas Cias sobre a encosta W da elevação, com o desbordamento do flanco direito inimigo, por um Pel que agindo como tropa de assalto, devia cair, como caçu, de surpresa sobre as encostas N da cota 332.

Ao meio dia estava conquistada a cota 332 e assim realizada a "Cabeça de ponte" para a D.I.

O Btl. X havia cumprido a missão integralmente. O R.I. teria de prosseguir na perseguição, com o aproveitamento do êxito, para alcançar o mais rapidamente possível a região de HOUSSELMONT e SAULXURES, pelo eixo CHALAINES-VANNES-COLOMBEY.

Com a chegada em VAUCOULEURS às 0600 h. e consequente inteiramento da situação, o Cmt R.I. decide fazer atacar a cota 332 pelo Btl X, aproximar o Btl. Y para VAUCOULERUS e colocá-lo em condições de, ultrapassando o Btl. X, explorar o êxito segundo a direção CHALAINES — VANNES — COLOMBEY, ou ainda de reforçá-lo. Ao Btl. Z, reserva, ordenou ocupar as orlas L da Floresta, sobre o eixo VOID — VAUCOULEURS, em condições de seguir o Btl. Y, escalonado de 1km em profundidade.

Ocupada a cota 332, os Btls. Y e Z lançam-se pela estrada para VANNES, seguidos dos demais órgãos regimentais e dos meios divisionários.

Ao Btl. X, foi ordenado, uma vez ultrapassado, reunisse os seus elementos e seguisse para VANNES, onde estacionaria à espera de novas ordens. Isto realmente aconteceu e às 23.00 h. bivacou nas orlas L do logarejo em condições de prosseguir.

2.ª SITUAÇÃO PARTICULAR

O Btl. Y desde 17.00 h. achava-se detido em HOUSSELMONT face a BARIZEY-LA-COTE, enquanto que o Btl. Z, procurando prosseguir para COLOMBEY, imobiliza-se frente a BARRIZEY-AU-PLAIN pouco depois.

A Cia de Obuzes, posteriormente, atua em apôio sem resultado, a noite cai e a luta continua com as suas características de imprecisão, apesar do apôio dado pela AD, no fim da jornada.

Pela noite toda a AD realiza tiros de inquietação.

É interessante notar a atuação do Cmt. do R.I. que detido, lança mão da sua Cia de Obuzes em apôio, posteriormente solicita a cooperação da AD, só não empregando o Btl. X, por ainda indisponível àquela hora.

Ao amanhecer, não obstante renovado o apêio da Artilharia, com maior intensidade, é impossível aos Btl. Y e Z desembocarem, mantendo os franceses firmemente as cidades de BARIZEY.

Impunha-se, pois, o emprego da reserva.

Como, porém, fazê-lo?

Desde logo resolve o Cmt. R.I. ordenar ao Btl. X que seguisse na direção de SAULXURES e continuasse para L até atravessar a linha-férrea TOUL-NEUFCHATEAU, para então atacar na direção N, de modo a envolver as forças que defendiam BARIZEY-AU-PLAIN, para franquear o caminho para COLOMBEY.

É ainda o Cmt. do Btl. que diz:

“Com as armas prontas, partem as companhias, articuladas em profundidade, rumo ao flanco direito, descoberto. Tomam suas formações de aproximação, como se estivesse em exercícios no campo de manobras, e prosseguem, através de um terreno difícil, em que se acham as posições da artilharia. Cedo o calor torna-se insuportável. O suor corre ao longo dos homens. Agora, aqui e ali lança-nos o inimigo alguns pesados bocados, que felizmente não causam nenhum dano.

“SAULXURES é alcançado. É travado, em larga frente, um combate de reconhecimento, que, em pouco tempo, nos proporciona uma excelente imagem da atual situação do inimigo. Uma parte do pelotão de esclarecedores montados do regimento, estando à disposição do batalhão, revelou-se como uma força de esclarecimento particularmente apta. Agora é possível tomar novas decisões.

“Enquanto, à nossa esquerda, o combate brame terrível, em BARIZEY casas desmoronam e são presas das chamas, à nossa frente, na ala Sul da frente adversa, o inimigo, sob o fogo destruidor de nossa artilharia, torna-se fraco e cede.

“Agora, trata-se de explorar o êxito.

“O oficial de ligação do R.I. que, por acaso, se acha presente, é rapidamente informado da mudança sobrevida na situação e da decisão, que foi mister tomar — modificando a ordem recebida do R.I. — de atropelar o inimigo. O batalhão prossegue sem paradas. O comandante do batalhão francês que defendia BARIZEY, declarou, mais tarde, quando aprisionado, que essa progressão de nosso batalhão tinha sido a causa principal do seu desânimo e do de seus comandados: Viam-nos avançar, porém não podiam — fortemente fixados pelo ataque frontal. — nos combater devido à grande distância.

“Por meio de sua ação envolvente, conseguiu nosso batalhão, sem perda de tempo, alcançar a retarguarda do grosso das forças inimigas”.

É notável a atuação do Cmt. Btl. X que em presença mesmo da ordem de, uma vez transposta a via-férrea, atacar BARIZEY-AU-PLAIN

pelo Sul, não duvidou em passar imediatamente ao aproveitamento do êxito, desde que o completamento da ação, na direção de COLOMBEY, melhor condizia com o cumprimento da missão do R.I., posto que além de determinar a queda da frente, facilitaria a conquista de BARIZEY-AU-PLAIN. As circunstâncias exigiram, pois, do Btl. X, um envolvimento mais amplo com resultados mais completos.

O acontecido, longe de constituir uma indisciplina intelectual, demonstrou um perfeito conhecimento da finalidade da manobra do Cmt. R.I. como consequência da missão imposta pela D.I.; uma identidade perfeita no conhecimento do emprego dos meios e um nítido exemplo de combinação de esforços por iniciativa do subordinado, pela ligação intelectual, baseada na unidade de doutrina.

Isto posto e informado o Cmt. do R.I., que mantinha junto ao Btl. X um oficial de ligação, lança-se o Cmt. Btl. em exploração do sucesso na direção de COLOMBEY, desbordando por SL o Bosque de NEKONFOR.

Iniciada imediatamente a operação, foram os franceses, que em profundidade defendiam COLOMBEY por W, tomados de surpresa e resistiam a medida que a progressão avançava, enquanto que elementos escalonados para a esquerda realizavam a limpeza do Bosque de NEKONFOR, conseguindo uma boa captura de prisioneiros e materiais.

Pelas informações colhidas, os dispositivos francêsese verificados e o grande espanto dos defensores, pode-se constatar a perfeita realização da surpresa, graças ao rápido "aproveitamento do êxito" pelo Btl. X que num amplo envolvimento atingiu COLOMBEY pelo Sul, anulando as últimas possibilidades de fuga dos francêsese para NEUFCHATEAU. Este movimento causou o desmoronamento das posições em BARIZEY-au-PLAIN e BARIZEY-la-COTE.

A última fase do "aproveitamento do êxito", foi rica em lances extraordinários, mas todos de caráter nitidamente pessoais ou improvisados. Convém ressaltar a profundidade em que foi realizada a ação — 5 a 6 Kms.

Ao enfrentar, o COLOMBEY, o Btl. X, sofreu vários contra-ataques, partidos da localidade, até mesmo com carros, mas todos repellidos, graças às favoráveis condições morais da tropa e a um judicioso emprego das armas A.C. do Btl..

Sem tardança reforça o Cmt. da D.I. o flanco direito do Btl. X com uma nova unidade, o que permitiu fazer frente à pressão inimiga até o fim da jornada e posterior reajustamento do dispositivo.

"Entrementes, as companhias, partindo do Sul, aproximaram-se de COLOMBEY, fecharam a grande estrada que dava ao inimigo saída para NEUFCHATEAU e, de acôrdo com a ordem, chegaram até a orla Leste daquela localidade.

"Todavia o inimigo, apoiado por um poderoso fogo de artilharia, ainda uma vez lançou-se em contra-ataque e pôs em campo alguns carros de combate.

"Porém era tarde demais para poderem privar-nos da vitória, pois um outro batalhão veio, em marcha forçada, prolongar nosso flanco direito ameaçado.

"Imediatamente à nossa retaguarda, junto do P.C. do R.I., foram reunidos os restos de um regimento francês batido. O batalhão francês, cortado em BARIZEY, foi obrigado a depor as armas, e deste modo foi-nos possível retomar em mãos nossas forças assim liberadas.

"1.400 prisioneiros, grande presa de armas leves e pesadas, canhões e automóveis, foram-nos proporcionados pelo dia de hoje. Entretanto, uma vez mais, procuraram os franceses nos abalar, por meio de um fogo de surpresa de artilharia de todos os calibres. Não obstante alguns impactos em cheio em nossas fileiras, não conseguiu o inimigo abater nosso ânimo.

"Após uma noite agitada, desistiu o inimigo, de seu projetado ataque de rutura, na direção Sul, pois estava completo o anel que o constrigia.

"Foi com isto alcançado o grande objetivo: o inimigo está derrotado em uma larga frente. Mais de 100.000 homens depõem as armas nos dias imediatos e são conduzidos ao cativeiro".

O exemplo do emprêgo da Artilharia francesa por meio de concentrações maciças, num sistema de tiros de inquietação, deve constituir um ensinamento para aqueles que estabelecem bivaques ou reuniões em regiões sujeitas aos fogos da Art. inimiga. Os efeitos são muitas vezes desmoralizantes e desastrosos.

Tinha sido finalmente atingido o objetivo da D.I. O atraso verificado foi consequente da intervenção do inimigo, que foi superior ao previsto.

— * —

Recapitulando para concluir.

Já que vimos em pormenor a decisão do Cmt. R.I. e a manobra do Btl. X sobre a cota 359, na transposição do Rio MOSA até a conquista da cota 332, COLOMBEY, aventuraremos alguns conceitos, tendo em vista precisar os fatos no âmbito da Tática Elementar e da conduta dos chefes.

É interessante notar a decisão do Cmt. Btl. X fazendo transpor o obstáculo a nado e por sobre a ponte destruída. Desde logo vê-se que por sobre uma ponte destruída é quasi sempre possível fazer transpor o obstáculo por elementos a pé e que a conveniência da exploração do fator surpresa, sobrepõe-se mesmo ao emprêgo de meios regulares — iniciativa do comando executante.

A chegada do Cmt do R.I. em VANCOULEURS, logo após a ocupação da localidade, demonstra cabalmente a conveniência da presença do escalão superior nas ações do subordinado, meio normal e eficiente de impulsionar as ações, para tomar medidas em tempo útil e evitar assim solução de continuidade de cumprimento da missão.

No quadro do Btl. tivemos a oportunidade de ver a ação desbordante de uma Cia. com missão de tropa de assalto e novamente a repetição da manobra por um Pel na cota 332.

Em BARIZEY-AU-PLAIN, é o R.I. que realiza uma manobra envolvente.

Em todos os casos, vimos que as condições de surpresa realizadas pelos elementos que manobraram pelo franco, tiveram uma execução perfeita e consequências aplastrantes para o inimigo.

O exemplo que estudamos, como dissemos, é bem atual e nele se evidenciam plenamente ensinamentos importantes para a conduta de um Cmt. R.I. e Btl. I no ataque, mostrando a necessidade de decisões cuidadosamente concebidas, embora tomadas com rapidez e audácia.

Muitas outras conclusões lógicas poderíamos tirar do exame feito mas, tendo em vista não nos afastarmos da letra expressa dos fatos relatados, considerando também o escalão estudado deixamos de fazê-lo.

Com esta série de quatro artigos que publicamos, tivemos tão somente o desejo de lançar à meditação dos nossos camaradas, idéias e observações, tendo por escopo cooperar na melhoria, cada vez mais acentuada, do nível cultural dos Quadros de Oficiais.

Ficaremos suficientemente satisfeitos se o que expusemos puder ser aproveitado na finalidade prevista ou em outra qualquer que venha a constituir uma utilidade.

Agradecemos a todos aqueles que nos leram e pensaram no problema, mesmo para regeitar as idéias propostas.

A Defesa Nacional a nossa gratidão pela acolhida que nos dispensou.

MOBILIÁRIA CAJÚ

Salas de Jantar e Visita, Dormitórios Completos, Pegas Avulsas,
Tapetes, Congoleiros e Colchões

VENDAS A VISTA E PELO SISTEMA CREDIÁRIO
GUTMACHER & LICHT LTDA.
MÓVEIS DE TODOS OS ESTILOS

Rua General Sampaio, 38 — Cajú — São Cristóvão — Rio de Janeiro

Porque se dispõem os povos á guerra?

Maj. JOSÉ CODECEIRA LOPES

A) INTRODUÇÃO

Sem dúvida, todos os povos civilizados apavoram-se ante as perspectivas de um conflito armado. Os extraordinários esforços que dispendem para fugir á guerra levam-nos, até mesmo, ao paradoxo de buscar preveni-la mediante forte preparação bélica. Mas, apesar de tudo, a calamidade tem-se desencadeado, num crescendo de horrores. E, em sua impotência, buscando as raízes do mal que o deixa atônito, o homem pergunta a si mesmo: porque lutam os povos? que sobre humanos imperativos arrastam-nos, para o abismo que os apavora?

1.º Com o único propósito de apresentar subsídio para estudo mais profundo, procuremos fixar as razões que possam influir na disposição de um povo para a guerra. Para isso, consideremos o fato *ir á guerra como uma resultante cujas componentes* mais comuns sejam:

— no plano geográfico, a situação, a densidade demográfica, as fronteiras e o meio físico;

— no plano econômico, os recursos, a capacidade industrial e a política econômica;

— no plano social, a formação, a evolução cultural, as formas de governo, o grau de receptividade dos fenômenos sociais externos, e o movimento migratório;

— no plano político, as agitações internas e a ação do governo;

— no plano histórico, o passado e seus possíveis reflexos.

2.º Passemos a definir, em largos traços, como nos parece atuar cada uma dessas componentes, isoladamente, na composição da resultante aterrorizadora. (Mas, alertemos desde já: a atuação apontada é eminentemente relativa, porque se entrelaçará com a das demais componentes e daí surgirão reações que poderão anulá-la, inclusive).

B) EXPOSIÇÃO

1.º Situação geográfica.

a) Um povo em vizinhança com outro de acentuada índole belicosa tende, por força do instinto de defesa, a animar seu espírito de

luta. Essa é, sem dúvida, a tendência natural lógica. No entanto, algumas vezes os efeitos de tal vizinhança têm sido inversos. Sobretudo por derrotas sucessivas, ou falta de vitalidade do povo considerado, seu vizinho impõe-lhe passividade e o induz a um estado de verdadeira resignação.

b) Si um povo está localizado numa chamada "zona de atrito econômico" de potências imperialistas, ainda é por instinto de defesa que deve surgir, nesse povo, o espírito de luta. Isso porque, nas zonas apontadas, as lutas são freqüentes ou estão freqüentemente em expectativa.

c) O mesmo se dá quando um povo tem seu território abrangendo "zona de interesse estratégico" das grandes potências. Para estas, o domínio de tal zona pode vir a ser questão vital. E então, pressentindo que será levado à guerra, o povo considerado armará seu espírito de luta ou se predisporá a ver sucumbida sua soberania.

d) Outra situação geográfica que pode influir enormemente na inclinação para a luta armada é a de "país mediterrâneo". Caracteriza-se pela ausência do que se entende como "respiradouro natural". Tal denominação encerra, por si só, indistarcáveis designios de reivindicação. Subentende-se que falte *ar*, a quem falta *respiradouro*. E, desfraldada a comovedora bandeira do direito à vida, o povo é facilmente arrastado ao espírito de luta. Seu argumento de ter de lutar para não perecer "asfixiado" apresenta-se profundamente perigoso porque fere em cheio o sentimentalismo dos que não possuem interesse direto no caso. Os países vizinhos, possuidores do que aquele povo possa considerar "respiradouro", devem ter olhos abertos. Particularmente si a impressão geral é de que possuem número demasiado de "respiradouros"...

2.º Densidade demográfica.

a) Os povos que vivem em área insuficiente para o aumento constante de sua população, tenderão, para a procura de mais espaço. A política de seus governos, é quase certo, orientar-se-á no sentido de ampliação da área. Assim, é possível que surja, nesses povos, por imperativo geográfico, um espírito agressivo tanto mais acentuado quanto mais aumente o índice demográfico.

b) Os povos que apresentam razoável relação entre população e superfície tendem, apenas, para o orgulho da posse. Em princípio, serão atuados por fator psicológico que os predisporá à defesa.

c) Si a deficiência de população for acentuada, o povo inclinar-se-á para o espírito defensivo e manifestará estrema desconfiança em suas relações internacionais. O interessante a assinalar, nesta hipótese, é a influência negativa que a área pode ter, si a deficiência de

população fôr muito forte. Isso, porque a defesa da área, parecendo impossível à sua população, pode alquebrar-lhe o espírito de luta.

3.ª Fronteiras.

a) As lindes fronteiriças não definidas, como as variáveis, convertem-se em fácil pretexto de preparação e de desencadeamento da luta entre povos, embora esta seja sempre motivada, realmente, por causas outras. A história está prenhe de exemplos que nos mostram governos esquivos à fixação das fronteiras de seu país, protelando-a sob mil pretextos, para disporem desse fator de educação reivindicadora.

b) Sobretudo quando são abertas por natureza, as fronteiras vivas constituem, em geral, regiões de possível atrito, porque suas populações tendem, quasi sempre, para um estado de prevenção reciproca. Mesmo que não sobrevenham lutas, o espírito animoso persistirá muito acessível a qualquer insuflação. Tal predisposição será, sem dúvida, diretamente proporcional aos choques anteriores porventura ocorridos. E constituirá uma faceta a encarar, na índole da população local.

4.ª Meio físico.

A influência do meio físico sobre o homem é por demais conhecida. Clima, natureza e qualidade do solo, como a distribuição das águas e da vegetação, são responsáveis pela repartição dos homens na superfície terrestre e, também, pelas características de suas habitações, pelo seu vestuário, pela sua alimentação, e implicitamente, pelos seus traços psicológicos. Não chegamos a admitir que o homem seja produto exclusivo do meio, mas reconhecemos que é fortemente influenciado por êle. Apegar-se-á mais ou menos à sua terra, será indolente ou laborioso, dedicar-se-á ou não às coisas do espírito, predispor-se-á ao comodismo ou à luta, e assim por diante, conforme as incidências do meio.

5.ª Recursos econômicos.

a) A posse de vastos recursos econômicos faculta a um povo, normalmente, condições de vida fácil. Si êsse povo não fareja ameaça aos seus recursos, na cobiça de outros povos, tenderá sempre para a ação pacífica, até mesmo quando o comércio o arrasta à disputa de mercados. As facilidades de vida torna-lo-ão avesso às rudezas da luta armada. No entanto, face a uma séria ameaça, o amor às condições de vida, e o instinto de defesa dos recursos, serão fatores psicológicos de primeira ordem para compêlir tal povo a uma apaixonada atuação

pelas armas. A história atual aponta-nos um exemplo incontestável: o presidente ROOSEVELT tomando o "american way of life" como sólido alicerce para a preparação bélica do povo "yanque". O "modo americano de viver" está sob séria ameaça, proclamava o gênio político, armando os espíritos. E a conclusão da tarefa foi obra do próprio inimigo. Seu ataque a Pearl Harbour, em realidade, nada mais fez que dar força à afirmativa presidencial, visto como constituiu demonstração irreforçável de que o "modo americano de viver" estava, de fato, ameaçado. O processo empregado teve, portanto, êxito absoluto. E êsse êxito mais se realça porque o conceito geral, incidindo em erro de apreciação, era quasi unânime na sub-estimativa do espírito de luta norte-americano.

b) Os povos de vastos recursos econômicos serão, fatalmente, arrastados à luta pelo mercado externo, a qual merecerá nossa atenção, mais adiante. Basta que assinalemos aqui tal fato e a conseqüente tendência dos referidos povos para a luta, pacífica ou bélica.

c) A precariedade de recursos econômicos pode, por outro lado, predispor um povo para a luta armada, incutindo-lhe espírito de reivindicação tanto mais agressivo quanto mais acentuadas forem a vitalidade do povo considerado e a precariedade de seus recursos. Explicando o processo psicológico, os inimigos taxam-no de "complexo de inferioridade". A parte oposta justifica-o pelo aforisma "o sol nasce para todos", quando não o faz mais drasticamente, afirmando o "direito dos mais capazes". Mas, de qualquer modo por que seja encaráda, o que nos interessa é assinalar a influência do fato, na preparação para a guerra. E esta é inegável.

6.º Capacidade industrial.

Particularmente se adaptável às indústrias de guerra, a capacidade industrial é índice de facilidade em organizar-se para a luta armada. Inspira confiança e orgulho, ao povo. E anima os dirigentes ao emprego da força.

7.º Política econômica.

a) Não é de hoje que os governantes procuram fazer com que seu povo baste-se a si próprio. A ideia básica é tornar-se independente dos recursos alheios, sobretudo os de vital importância para a subsistência e para a guerra. Normalmente originada das dificuldades encontradas no comércio externo, a autarquia econômica aparenta um caráter de prudência francamente sugestivo. No entanto, nenhum povo pode pretender-se sem que isso lhe acarrete graves problemas, de vês que

não possui recursos suficientes para uma real e duradoura auto-eficiência. Os que a procuram sempre o fazem exarcebando o sentimento nacionalista, excitando o instinto de defesa e imbuindo na massa a necessidade de submeter-se a provações. Tal conduta faz parte do plano, porque a autarquia econômica necessita de acendrado espírito de luta para sobrepujar as dificuldades internas e as inevitáveis reações do comércio exterior. De qualquer modo, porém, afigura-se-nos falta de vitalidade repugnar o sonho de bastar-se a si próprio. Os anseios que ele representa parecem-nos sumamente elogiáveis, sobretudo como anhelos de independência. Mas, temos de convir, a realização de tal política inclina o povo para a luta armada e os seus dirigentes para o exagêro, no "modus faciendi". É uma nação nessas condições encarará a guerra como fato provável.

b) Verifica-se, facilmente, que o mercado externo tem sido o pomo da discórdia, na quasi totalidade das lutas entre os homens. Sem dúvida, o racional seria que os povos procurassem conquistar seus mercados por meio pacífico, ou seja, por melhor oferta. Recursos extra, porém, são já considerados normais, pela ambição humana. O comum, mesmo, é ver-se um mercado conquistado à custa de pressão, disfarçada esta sob as mais variadas formas, inclusive a chamada "compensação". Surgem, assim, situações desfavoráveis a certos países. Há os que não vendem, como há, também os que não têm liberdade de optar pela melhor oferta. Os primeiros apavoram-se antes as negras perspectivas da super produção, enquanto os últimos sentem-se enfeitados pela possibilidade de realizarem melhores negócios. Uns e outros passam a rebuscar solução para seus problemas, si possuem vitalidade. E na grande maioria dos casos, se convencem de que somente sendo suficientemente fortes poderão encontrar a solução rebuscada. Em consequência, armam-se material e espiritualmente. E acabam se chocando com os antagonistas... Mas os contendores escamoteiam esta causa, ao explicarem porque lutam. Como que se envergonham do "leitmotiv", que os impeliu às últimas guerras...

8.º *A formação social.*

a) A tendência de um povo para cuja formação social contribuiu cultura de índole guerreira deve ser, por força de hereditariedade, também guerreira. Mas não só o aspecto essencialmente guerreiro da contribuição deve ser observado. Carateres outros, também herdados na formação social, influirão na índole do povo, projetando-se sobre sua disposição para a luta armada. O amor à liberdade individual, por exemplo, constituiu forte traço dos formadores da nação "yankee". E nós percebemos nítida, até hoje, a influência marcante dessa herança, no espírito de luta dos filhos de Tio Sam.

b) Quanto maior fôr o grau de unidade racial decorrente da formação social, maior será a coesão do povo, visto como a índole tende a ser uma só. Resultará daí certa uniformidade nas reações que tal massa opera às solicitações para a guerra e, conseqüentemente, maior ou menor facilidade em incliná-la à luta.

c) Em um povo, quanto mais acentuada fôr a tendência ao culto, quanto mais essa tendência se achegue ao fanatismo, tanto maiores serão as possibilidades de seus mentores, para colocá-lo em boas condições psicológicas de luta. Não destacamos, em particular, nenhum culto. Todos eles estão em absoluto pé de igualdade, sob tal aspecto. O ídolo pode ser Cristo ou bezerro de ouro, Buda ou Hirohito, Antônio Conselheiro ou um clube de regatas. O ponto capital da questão é o grau de tendência popular à obsessão. Esse grau exprimirá sem dúvida, mais ou menos fielmente, o espírito de luta que se pode obter de determinado povo, em dado momento.

9.º *Evolução cultural.*

Quanto mais um povo escale os degraus do que se entende por "cultura social" ou "civilização" tanto maior deverá ser a sua tendência para o pacifismo. É que nela atuarão, gradativamente mais fortes, os sentimentos humanos. Tanto é assim, que os povos de civilizações mais adiantadas, para entrarem em guerra, despendem fortunas enormes no empenho da justificação que é feita, quasi sempre, e paradoxalmente, em nome do "bem estar humano". E tanto é assim que se justifica a apresentação de um projétil qualificando-o "humanitário" pelo fato de matar mais rapidamente e, portanto, poupar sofrimento ao homem. Em tudo, transparece certo pudor... Mas, larguemos as divagações. O que nos interessa fixar é que a mentalidade de um povo deve ser mais pacifista quanto mais culto fôr esse povo. E, com isso, concluir que a predisposição de um povo para a guerra também sofre influência de sua evolução cultural.

10.º *Formas de governo.*

Produtos que são imposições sociais e econômicas, as formas de governo não constituem, por si elemento fundamental de inclinação do povo para a guerra. No entanto refletem-se na preparação e na execução, sobretudo pela autoridade que outorgam aos condutores, o que explica a necessidade imperiosa de fortalecimento dos governos, para a guerra. Em tese, isso implica em reconhecer na democracia liberal um caráter mais pacífico, ou melhor, menos adaptável à preparação e à conduta da guerra. E nos induz à crença de que um povo subordinado muito tem-

po a regime democrático liberal, tenderá muito mais para o pacifismo do que se subordinado a ditaduras sucessivas.

11.º *Grau de receptividade dos fenômenos sociais externos.*

A primeira vista parece que tal componente se confunde com outra já assinalada: a tendência a culto excessivo. Realmente, essa tendência vai influir no grau de receptividade, dando-lhe corpo, fortalecendo-a. Mas, um povo com tendência a culto excessivo pode apresentar receptividade nula, para os fenômenos sociais externos, de vês que tal receptividade deve sêr medida pela inclinação da massa popular para as formas de governo, para as ideologias dominantes, ou melhor, para as evoluções sociais exteriores, no amplo sentido do termo. E, naturalmente, essa receptividade pode influir com fator positivo ou negativo na disposição para a guerra, pela absorção dos anhelos de paz, de fraternidade e de universalismo, os quais se vêem generalizando através os tempos. Como fator positivo, porque pode levar o povo aos campos de batalha, convencendo-o de que é preciso "fazer guerra à guerra". E como fator negativo porque, em nome da fraternidade universal, pode induzir-lhe ódio à luta armada.

12.º *Movimento migratório.*

a) O exodo de população apresenta três aspectos interessantes, na disposição de um povo para a guerra. Um, o de constituir grupamentos nacionais em terras alheias, é francamente positivo para os povos de acentuada vitalidade, porque lhes faculta a reveindicação de pretensa defesa dos "quistos" que porventura se hajam formado. Outro, o de constituir verdadeira sangria no que a população nacional possui de melhor — pois imigram, normalmente, os mais dispostos à luta pela vida — apresenta-se negativo. E o terceiro, o de fazer surgirem ligações sentimentais com outros povos, será positivo ou negativo, consoante circunstâncias outras.

b) O comum, pelo menos nos povos precavidos, é que as levas de imigrantes não venham a criar "quistos" e apenas atuem sôbre a formação social do povo que as recebe, inoculando-lhe seus traços que viem a predominar, no contato entre as culturas. Recai-se assim na componente *formação social*. Mas, si o povo não previne a formação do "quisto", pode ser levado a dispôr-se para a guerra ante a ameaça que se constituirá como foi apontado na letra *a* acima. No caso, terá a palavra o instinto de defesa, psicologicamente fortalecido pelo argumento de ingratidão do povo que se socorreu...

13.º *Agitações internas.*

Parece-nos indubitável que a frequência de agitações internas induz espírito de luta. Além disso, normalmente faz surgir e alimenta a organização militar, sobretudo porque, sob tais condições, o poder público tende a assentar sua estabilidade no apoio de força armada.

14.º *Ação do governo.*

Política é a "arte do governar um Estado", ou mais claramente, "é o modo de dirigir os negócios internos e externos que interessam no Estado". E sendo o Estado um dos pontos de aplicação dos imperativos geográficos, sociais e econômicos, é obvio que a "arte do governar", ou o "modo de dirigir", deverá sofrer os reflexos de tais imperativos. Nessas condições, ao verificarem os interesses do Estado e procurarem satisfazer-lhes os governos estão sempre, e irremediavelmente, ao sabor das imposições de ordem geográfica, social e econômica. A ação dos governos nada mais é, portanto, que um "efeito". No entanto, é capaz, por si só, de influir na disposição de um povo para a guerra, porque o governo pode realmente influir em sua inclinação para a luta, sobretudo explorando-lhe a índole. Sua ação exercer-se-á, particularmente, pelo aproveitamento das circunstâncias favoráveis ao emprego dos inúmeros processos de preparação psicológica e por simultânea educação militar. (Mas, frisemos bem, o governo que orientar o espírito de seu povo no sentido bélico, sem dúvida pretende empenhar essa força como meio para atingir determinado fim; esse fim será sempre comandado por imperativo tão categórico que a própria perspectiva de guerra não consegue anular; e nesses imperativos estarão as verdadeiras causas da guerra que o povo travará...)

15.º *Passado histórico.*

É sobretudo pelo orgulho das vitórias ou pelo espírito de desforra que o passado histórico influirá na disposição de um povo para a guerra. Mesmo que em determinada época o passado de um não seja explorado como fator de preparação, é conveniente tomá-lo sempre em consideração, pois permanecerá latente no espírito popular, com poderosa arma disponível pelos dirigentes, a todo momento. Com uma das bases do trabalho de recuperação assentada na evocação do passado, a França atual mostra-nos a força dessa componente na construção do espírito de luta.

C) CONCLUSÃO

1.º Em princípio, os povos são levados à guerra por imperativos geográficos, sociais e econômicos tão fortes que sobrepujam seu pavor à luta.

2.º No estudo que ora concluímos, a influência positiva ou negativa apontada isoladamente para dada componente, sem dúvida irá entrelaçar-se com as dos demais, provocando reações que podem, até mesmo, anular uma ou outras. Assim, na aplicação deste estudo impõe-se, portanto, um judicioso exame das reações que produza cada uma delas, frente às demais.

3.º Uma aceitável estimativa da resultante "ir à guerra" implicará, portanto, em rebuscar suas componentes, pesar-lhes as influências, contrabalançando-as e, depois, fixar o que *pode* resultar do conjunto de tais forças. Será mister que não se parta de ideia preconcebida, nem se considerem aspectos momentâneos, por vezes falazes. Eminentemente subordinada a alternativas, porque resultante de influências tão variáveis, a síntese de tal estudo pode apresentar aspectos diversos — até mesmo negativos — e, assim, conduzir os menos cautelosos a graves erros.

4.º As árvores atacadas por pragas dão imagem fiel do que pode acontecer na estimativa da disposição de um povo para a guerra. Muitas e muitas vezes aquelas árvores apresentam o caule totalmente definhado. Dir-se-iam mortas. Mas as raízes profundas sobrevivem, defendidas pelo solo. E revigoram o caule, sempre que a ação da praga esmorece. É preciso, pois, que se examinem as raízes, antes de dar-se a árvore por morta...

Companhia Fiação e Tecelagem Rio Grande

RIO GRANDE — RIO GRANDE DO SUL — BRASIL

FÁBRICA DE TECIDOS DE ALGODÃO

RUA SENADOR CORREIA N. 447

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: FTORBRAS

FONE 594

CAIXA POSTAL 23

Uma visita aos campos petrolíferos de Aratú e Candeias

ALÍPIO AYRES DE CARVALHO

Major de Engenharia

Como trabalho interno do EM/6a. R.M., tivemos a oportunidade de conhecer os CAMPOS PETROLÍFEROS DE ARATÚ e CANDEIAS e travar contacto com alguns aspectos desse grande problema brasileiro, que é o do Petróleo, os quais achamos interessante trazer ao conhecimento dos nossos conecidadãos.

Situação — Esses campos ficam próximo da BAHIA DE TODOS OS SANTOS e a W do eixo BAHIA-FEIRA. O de ARATÚ está a 10 Km de SANTO ANTÔNIO DO RIO DAS PEDRAS (KM 17 do eixo BAHIA-FEIRA) e o de CANDEIAS no KM 33 da estrada para CANDEIAS, cuja origem está um pouco além do KM 36 da estrada BAHIA-FEIRA.

CONDIÇÕES E CARATERÍSTICAS DOS CAMPOS —

O Campo de ARATÚ — consta de 7 poços de gás, 2 de petróleo e 1 poço seco. Atualmente não existe ali nenhum trabalho de perfuração, estando os poços de gás, com capacidade para mais de 1 milhão de metros cúbicos, esperando utilização industrial.

O C.N.P., há pouco, falando sobre a oportunidade de liberação do gás, disse que tem sido uma das suas grandes preocupações, o encontrar a fórmula exata para solucionar tão patriótico problema. Para ele, as Indústrias que mais justificam o emprêgo do gás, são as que exigem alta temperatura, como as de cerâmica, vidro, cimento e outras para fins metalúrgicos, mas que, também, se pode adaptar o gás à energia elétrica, si isto constituir necessidade primordial, como à indústria textil, principalmente o de ITAPARICA, que existe ali em menor quantidade.

Até hoje, porém, nenhuma solução definitiva foi encontrada e, assim, continuam os estudos a respeito, à procura da "melhor solução"; enquanto, por todos os cantos do Brasil, clama-se pela Industrialização do GÁS DE ARATÚ.

Há, também, em funcionamento em ARATÓ, uma pequena refinaria que produz querosene, gasolina e óleo diesel, em quantidade suficiente para o consumo do C.N.P. na BAHIA. É de notar-se que essa própria refinaria é acionada a gás e, ali, o gás é como as cousas sagradas que servem para todos os mistérios, pois ilumina o campo, aquece as turbinas, movimenta os cilindros das maquinarias, propulsiona motores e muitas outras cousas mais.

O gás sai das entranhas da terra com uma pressão verdadeiramente assombrosa e é espetáculo simplesmente grandioso, que deve ser visto por todos os brasileiros — assistir a soltura, por alguns minutos, desse carburante nobre de que tanto necessitamos.

O Campo de Candeias — é o maior campo petrolífero do Brasil, até então explorado... Contém cerca de uns 47 poços, todos já testados e, agora, constituindo a nossa reserva petrolífera, cuja capacidade econômica ascende a uns 5.000 barris diários. Nossa primeira refinaria, a ser montada em 1948, está prevista para utilizar 2.500 barris, desses já reservados. Pelos dados de consumo sabidos, espera-se que essa refinaria possa atender às necessidades dos Estados da BAHIA — SERGIPE E ALAGOAS.

O campo de CANDEIAS já é um povoado de torres e tudo ali cheira a petróleo, desde as conversas dos técnicos ao próprio terreno, onde o líquido negro empapa as estradas e orvalha o capim. Assistimos em Candeias, dois espetáculos dignos de registro: O primeiro, foi ver o petróleo jorrar. O Eng.º mandou abrir as válvulas de um poço e o líquido preto, precedido por um barulho ensurdecedor, enlameou toda a circunvizinhança, como que a nos mostrar, pelo seu estrugido a força, o quanto terá de representar para o nosso Brasil nos dias que veem. O segundo, foi ver escavar um poço. As máquinas resfolegavam, a lama corria e um punhado de operários brasileiros (bahianos) acionava aquele complicado sistema de broca, haste, talha, torre e outros petrechos mais. Todo o ambiente era tomado por aquele barulho ensurdecedor; todos trabalhavam como tocados por molas, cada um sabendo de cor o seu papel e o notável era que, tudo aquilo, se nos representava como a própria vontade deste nosso país que, com todas as suas forças, cava as suas entranhas para dela tirar esse ouro negro que há de lhe fazer próspero e forte, entre as grandes potências do Mundo.

Outros Campos — ainda há no recôncavo e, desses, o de D. João é considerado como um dos mais promissores. O óleo de D. João é fino e superior ao de Candeias porque possui grande teor parafínico. Em Matta de S. João o C.N.P. também deu início à exploração de outros campos assim como em Tucano e, desta sorte, ao poucos, vai ficando todo ponteadado de torres, o vasto recôncavo bahiano.

Outras regiões petrolíferas — Em outras regiões do Brasil o C.N.P. também está desenvolvendo as suas atividades, sendo que são consideradas importantes e de muitas possibilidades, as bacias sedimentares de — Maranhão - Piauí, do Paraná, do Pará e do Acre.

Nessas regiões os estudos geofísicos já atestaram a existência de terrenos próprios à acumulação do petróleo e, agora, só é preciso intensificarem-se esses trabalhos para que o caso do petróleo no Brasil se torne, de dia para dia uma realidade, um caso brasileiro por excelência, um caso do interesse de todos os que vislumbram os nossos altos destinos. E, desde que chegamos a este ponto, seria interessante tecermos alguns comentários à cerca da luta pelo petróleo em nosso país, observando-a pelo lado das necessidades de técnicos especializados no assunto. Um Eng.^o técnico de petróleo, disse-nos: "a sonda é o bisturi, só empregado quando temos delimitada a zona onde o mesmo deve existir. Antes, e tudo mais é obra do geólogo, do geofísico que, com aparelhos preciosísimos, como o RADAR, e valendo-se das propriedades da onda elástica, traça todo o perfil das terras — das litosfera à pirofera, dando a cada camada, a constituição precisa de que se compõe". Então, se assim se devem passar as cousas, isto é, se não se pode cavar um poço sem que os geofísicos digem: — *aqui é o lugar*, — que devemos fazer, pois, em prôl desse grande bem Nacional, que é o Petróleo, si o nosso país é essa imensa área territorial quasi tôda desconhecida, ainda mesmo até superficialmente? Supomos que, dada a clareza da situação, não podemos tergiversar para responder. A resposta vem logo à ponta da língua: — "devemos semear geólogos por este país a fora com a adequada aparelhagem, de modo que possamos, em curto prazo, ter levantado todo o nosso mapa geológico nas mesmas condições em que já se tem, hoje, o da região de Candeias e outros similares". Assim feito o estudo, este estudo que nenhum particular gostaria de tomar para si, pois que nenhuma vantagem pecuniária traz de imediato, viria, depois, essa outra parte, puramente empolgante — a da extração do petróleo — que, conforme o critério adotado, teria, por si só, a fascinação de atrair capitais particulares para a consecução desses trabalhos.

Após esta análise, pensando profundamente neste momentoso problema, perguntamos: terá o Brasil técnicos em número suficiente para espalhar pelo nosso interland à procura de regiões propícias à existência do ouro negro? Estará em condições de formá-los? Teremos Escolas capacitadas, com aparelhagem para formar técnicos práticos e não apenas, Doutores? Ou ainda teremos que mandar os nossos jovens aos Estados Unidos da América do Norte, para aprenderem esses assuntos que só o grande tirocínio americano pode ensinar? Pelo que vemos essa é mais uma faceta do problema "Petróleo no Brasil"

Outras regiões petrolíferas — Em outras regiões do Brasil o C.N.P. também está desenvolvendo as suas atividades, sendo que são consideradas importantes e de muitas possibilidades, as bacias sedimentares de — Maranhão - Piauí, do Paraná, do Pará e do Acre.

Nessas regiões os estudos geofísicos já atestaram a existência de terrenos próprios à acumulação do petróleo e, agora, só é preciso intensificarem-se esses trabalhos para que o caso do petróleo no Brasil se torne, de dia para dia uma realidade, um caso brasileiro por excelência, um caso do interesse de todos os que vislumbram os nossos altos destinos. E, desde que chegamos a este ponto, seria interessante termos alguns comentários à cerca da luta pelo petróleo em nosso país, observando-a pelo lado das necessidades de técnicos especializados no assunto. Um Eng.^o técnico de petróleo, disse-nos: "a sonda é o bisturi, só empregado quando temos delimitada a zona onde o mesmo deve existir. Antes, e tudo mais é obra do geólogo, do geofísico que, com aparelhos preciosíssimos, como o RADAR, e valendo-se das propriedades da onda elástica, traça todo o perfil das terras — das litosfera à piro-sfera, dando a cada camada, a constituição precisa de que se compõe". Então, se assim se devem passar as cousas, isto é, se não se pode cavar um poço sem que os geofísicos digem: — *aqui é o lugar*, — que devemos fazer, pois, em prol desse grande bem Nacional, que é o Petróleo, si o nosso país é essa imensa área territorial quasi toda desconhecida, ainda mesmo até superficialmente? Supomos que, dada a clareza da situação, não podemos tergiversar para responder. A resposta vem logo à ponta da língua: — "devemos semear geólogos por este país a fora com a adequada aparelhagem, de modo que possamos, em curto prazo, ter levantado todo o nosso mapa geológico nas mesmas condições em que já se tem, hoje, o da região de Candeias e outros similares". Assim feito o estudo, este estudo que nenhum particular gostaria de tomar para si, pois que nenhuma vantagem pecuniaria traz de imediato, viria, depois, essa outra parte, puramente empolgante — a da extração do petróleo — que, conforme o critério adotado, teria, por si só, a fascinação de atrair capitais particulares para a consecução desses trabalhos.

Após esta análise, pensando profundamente neste momentoso problema, perguntamos: terá o Brasil técnicos em número suficiente para espalhar pelo nosso interland à procura de regiões propícias à existência do ouro negro? Estará em condições de formá-los? Teremos Escolas capacitadas, com aparelhagem para formar técnicos práticos e não apenas, Doutores? Ou ainda teremos que mandar os nossos jovens aos Estados Unidos da América do Norte, para aprenderem esses assuntos que só o grande tirocinio americano pode ensinar? Pelo que vemos essa é mais uma faceta do problema "Petróleo no Brasil"

que, também, merece ser meditada. Não há dúvida que um dos fatores preponderantes deste problema é o de seus técnicos. Precisamos tê-los mais e mais, pelo menos proporcionalmente à nossa vasta área territorial, pois o que se vê é que ainda estamos por saber de nossa verdadeira situação no seio das nossas terras. Cada dia que mais se observa em outros ângulos a questão, detidamente, outras regiões aparecem no cenário do petróleo brasileiro. E, por isso tudo, e mais porque os técnicos são os precursores dessa jornada heróica que ainda não está totalmente vencida, urge tenhamos pressa em atender esse lado da questão. Já muitas potências anunciam chegados os tempos da *era atômica*, muitos povos já choram o escasamento de suas reservas, outros já edificaram civilizações à custa desse líquido precioso, enquanto nós ainda estamos esperando por melhores dias para mandarmos os nossos engenheiros a outro país com o fim de aprenderem o que aqui não se pode, efetivamente, ensinar. Mas... não podemos continuar assim! São indispensáveis os técnicos! Que fazer? Mandemos os nossos engenheiros, jovens e velhos, ao estrangeiro, porque, somente os livros lhes não ensinam e eles precisam formar-se no cadinho da experiência diária, labutando com tudo o que a ciência e arte moderna colocam a seu serviço.

No Brasil podemos ter competentes professores e ótimas escolas; falta-nos, contudo, a experiência madura do problema, mesmo porque, só agora, é que os nossos interesses estão voltados para o interior da terra, até então, somente jazida das nossas riquezas potenciais e por se descobrirem.

Terminando essas considerações que só teem o fito de dar mais uma demão ao estudo do problema petróleo no Brasil, pedimos não se esqueça o leitor do seguinte! — No "Problema do petróleo" não podemos prescindir de técnicos, principalmente geólogos, geofísicos, visto como, os que temos, são no num total mais que insuficiente às nossas grandes necessidades. Precisamos produzir gente capacitada para esse fim em grande número e, por enquanto, não dispomos de todo o necessário para tal. A ida dos nossos engenheiros ao estrangeiro, é uma medida que se impõe, e este assunto é um, dos tantos, que devem absorver os nossos concidadãos, para que o Petróleo em nosso país se transforme em uma das maiores e mais sonhadas realidades nos dias que correm.

Agência Encarnação de Transporte
ENCARNAÇÃO, DAMM & CIA. LTDA.

CONSIGNATÁRIOS DE CARGAS, SECÇÃO DE TRANSPORTE
E REDESPACHO

Rua do Comércio n.º 199 — Tel. 385 — Caixa Postal n.º 141
— Teleg. EXPRESSO — VITÓRIA — EST. DO ESP. SANTO

A Campanha da França

vista pelo Gen. GUDERIAN

Em Novembro de 1946 o Cmt. ROGÉ' como enviado especial do E.M.E. Francês teve oportunidade de interrogar o Gen. GUDERIAN, sobre a Campanha de Maio de 1940. De autoria do próprio Cmt. ROGÉ', encontramos em REVUE HISTORIQUE DE L'ARMÉE (n.º de Março do corrente ano) um relato do interrogatório acima referido.

El-lo:

Pergunta o Cmt. ROGÉ: — Quantas divisões blindadas e motorizadas possuía o exército alemão, a 10 de Maio de 1940?

Responde o Gen. GUDERIAN: — A 10 de Maio de 1940 o exército alemão dispunha de 10 divisões blindadas e de 6 divisões motorizadas. Todas estas divisões foram engançadas a 10 de Maio de 1940, contra a França.

P. — Tinha o exército alemão unidades de carros além das orgânicas das divisões blindadas?

R. — O exército alemão não tinha nenhuma formação de carros fora do quadro divisionário.

P. — Qual era o número de carros de cada divisão blindada?

R. — As 10 divisões blindadas não eram constituídas do mesmo modo e não possuíam o mesmo número de carros. As divisões 1, 2 e 10 contavam com 276 carros de combate, cada uma; as divisões 3, 4 e 5, com 324 carros de combate, cada uma; as divisões 6, 7 e 8, com 218 carros de combate, cada uma e a 9.ª divisão com 229 carros de combate. Havia, assim, um total de 2683 carros de combate das categorias 1, 2, 3 e 4, aos quais convém juntar os carros de comando e os auto-metralhadoras.

P. — Poderieis indicar-me, meu general, pelos documentos que possuis, qual era o efetivo dos carros de comando e dos auto-metralhadoras das divisões blindadas?

R. — Cada divisão blindada tinha 3 carros de comando, ou sejam 30 carros; cada brigada blindada tinha 4 carros de comando, ou sejam 40 carros; cada regimento de carros tinha 3 carros de comando, ou sejam 60 carros; cada batalhão de carros tinha 3 carros de comando, ou sejam 120 carros, cada regimento de artilharia da D.B. tinha 7 carros de comando ou sejam 10 carros. Total dos carros de comando: 320.

P. — O número total dos carros das 10 divisões blindadas eleva-se, então, a $2683 + 320 = 3003$ carros?

R. — Exatamente. Mas este número é teórico. Jamais foi atingido e nós nunca utilizamos mais de 2800 carros em condições de fazer campanha.

P. — Mas devem ser computados ainda os auto-metralhadoras. Quantos tinheis?

R. — 56 por divisão blindada, ou sejam 560; 24 por divisão motorizada, ou sejam 144; 3 por divisão de infantaria da ativa ou sejam 108. Total: cerca de 800. Mas esta cifra teórica não foi atingida e o número de nossos auto-metralhadoras deve ser avaliado em 700.

P. — A 10 de Maio de 1940 todas as divisões de infantaria estavam armadas com três auto-metralhadoras?

R. — Só as 36 divisões do exército ativo eram dotadas de três auto-metralhadoras.

P. — Segundo vossos dados, meu general, o número total de engenhos blindados, carros e auto-metralhadoras utilizados contra a França em 1940 não ultrapassou a casa dos 3500?

R. — Exato. Dispúnhamos ainda de uma centena de carros, de auto-metralhadoras e de auto-canhões, na Noruega e nas escolas de tiro, na Alemanha.

P. — Carros e auto-metralhadoras estavam sendo fabricados, então?

R. — Certamente, mas não me recordo da quantidade a 10 de Maio de 1940.

P. — As divisões blindadas de números 12, 13, 14, 15, 17 e 24 participaram da campanha de França em 1940?

R. — Não. Estas divisões não existiam. Os projetos de organização e constituição estavam em vias de estudo.

P. — Qual era o número de divisões blindadas e motorizadas aptas para fazerem a campanha, a 1.º de Setembro de 1939?

R. — A Alemanha engajou contra a Polónia todas as divisões blindadas e motorizadas disponíveis, ou sejam: 4 divisões blindadas e 5 divisões motorizadas.

P. — Como pôde a Alemanha pôr em linha, no mês de Maio de 1940, 10 divisões blindadas e 6 divisões motorizadas?

R. — Os quadros e as tropas existiam já instruídos para o emprego dos carros. O material foi construído de Setembro de 1939 a Abril de 1940.

P. — Teriam contribuído para a constituição de divisões blindadas, os carros recuperados na Tcheco-Slováquia e na Polónia?

R. — As doutrinas e emprego dos carros, na Polónia e na Tcheco-Slováquia, não era mas mesmas que na Alemanha. Além disso, os materiais estrangeiros não correspondiam aos fins fixados pelo estado-maior geral alemão. Não eram intermutáveis.

P. — Recuperasteis na França, em 1940, muitos carros franceses?

R. — O número de carros apreendidos nos parques da França não foi importante.

P. — Quantas divisões blindadas e motorizadas foram engajadas contra a Rússia, a 22 de Junho de 1941?

R. — 24 divisões blindadas e motorizadas, inclusive as unidades S. S.

P. — Quantas divisões blindadas e motorizadas foram constituídas entre os meses de Julho de 1940 e Junho de 1941?

R. — 14 divisões blindadas e 4 divisões motorizadas.

P. — Estas divisões não eram do mesmo tipo e tinham a mesma composição das que combateram em França, no mês de Maio de 1940?

R. — Não. Eram menos potentes. Cada uma das 24 divisões blindadas só possuía três batalhões de carros, em vez dos 4 com que contava a divisão blindada, de 10 de Maio de 1940. As divisões blindadas de número 1 a 10 perderam 1 batalhão de carros cada uma, e 32 novos batalhões de carros foram criados. Cada uma das divisões blindadas que entraram em campanha contra a Rússia, em Junho de 1941, não possuía mais de 180 carros, enquanto que na campanha da França esse n.º se elevava a 280 carros, em média.

P. — No curso da guerra o estado-maior alemão não tentou reconstituir as divisões blindadas, dotando cada uma de 4 batalhões, como em 1940, durante a campanha da França?

R. — Com grande pesar não pudemos aumentar o número de carros de nossas divisões blindadas. Não tivemos carros em número suficiente para as operações que empreendemos na Rússia e na África.

P. — Contudo, a produção de carros da indústria alemã deve ter sido muito elevada, dados os meios de que dispunha. Foi assim?

R. — Nossa produção de carros passou de 250 por mês, no começo de 1940, a 500 no começo de 1942, para atingir 800 no começo e 1000 no fim de 1943. A partir do verão de 1944, a produção baixou e não cessou de decrescer até Abril de 1945. A multiplicidade dos tipos dos carros contribuiu para retardar a produção.

P. — Nestas condições, porque não foi possível reforçar as divisões blindadas?

R. — As perdas, na frente russa em particular, foram tais que os carros que saíam das fábricas mal bastavam para substituir aqueles que eram destruídos ou estragados. Não obstante, elevamos o número de nossas unidades blindadas para 34. Mas em cada divisão o número de batalhões de carros foi diminuído de tal modo que, no fim da guerra, não passava de 100 a 120 carros.

P. — Como a Alemanha resolveu o problema dos carburantes, durante a guerra, para alimentar suas divisões blindadas e motorizadas, sua aviação e sua marinha?

R. — A produção de gasolina sintética da Alemanha não era suficiente, mesmo com o aproveitamento do petróleo austriaco. Os petróleos da Romênia tornaram-se indispensáveis para a continuação da guerra.

P. — Pôde a indústria de guerra alemã ajudar aos aliados da Alemanha: Itália, Finlândia, Hungria e Romênia, quanto a armamento e equipamentos?

R. — Não obstante a produção, as perdas foram tais que impossibilitaram a uniformização do armamento do exército alemão e dos seus aliados. Por isso, estes eram menos bem armados que o exército alemão, especialmente em carros, auto-metralhadoras e D.C.A.



Abandonando as questões puramente técnicas, o diálogo abordou a da campanha contra a França. As informações então recolhidas talvez permitam, até certo ponto, completar

nossos próprios documentos e nos proporcionar um conceito sobre o valor das manobras executadas de ambos os lados.

"O primitivo plano de invasão da França, disse o Gen. GUDERIAN, consistia na execução integral do plano SCHLIEFFEN, caracterizado por um potente ataque da ala direita alemã através da Holanda e da Bélgica, para atingir a costa francesa da Mancha. Mas, em Novembro de 1939, um correio alemão conduzindo ordens estritamente confidenciais concernentes ao plano de invasão, aterrisou desastrosamente em Bruxelas, em vez de fazê-lo em Colônia. Hitler, por isto, decidiu mudar o plano de invasão da França. A manobra principal passou a consistir em realizar o esforço decisivo no centro, através do Luxemburgo e do sul da Bélgica, para atingir o Mosa em Sedan e romper a linha Maginot neste ponto. Esta manobra, se bem sucedida, permitiria uma marcha rápida sobre a embocadura do Somme e asseguraria a separação das forças franco-inglesas em duas partes, uma na Bélgica e no norte da França, e outra a leste, no interior das fortificações da linha Maginot. Esta operação militar devia revestir-se de importância decisiva e a sorte da campanha do oeste dela dependia. A ofensiva do grupo de exércitos do centro seria prolongada pelo ataque do grupo de exércitos do norte, através da Holanda e da Bélgica, com os objetivos de manter o Alto Comando aliado na crença de que o plano SCHLIEFFEN estava sendo aplicado e de cercar os exércitos franco-belgas no norte da França, em ligação com o grupo de exércitos do centro".

P. — Que papel representáveis pessoalmente na execução do novo plano de campanha e que pensáveis deste plano, meu general?

R. — Em novembro de 1939 eu estava em Coblentz. Fui convocado por HITLER para dar meu parecer sobre o novo plano. Em caso de aprová-lo, devia eu assegurar a preparação e a direção do mesmo, no que concernia à arma blindada. Mas eu já o havia estudado e até mesmo proposto ao general VON MANSTEIN, chefe de estado-maior do marechal VON RUNDSTEDT, antes mesmo de ser chamado por HITLER. A comparação dos dois planos salientava as seguintes vantagens do novo:

1) — Segundo o serviço de informações alemão, o Alto-Comando franco-britânico esperava que a Alemanha utilizasse o plano SCHLIEFFEN. Nesta eventualidade, o Alto-Comando francês havia concentrado a massa de suas tropas

blindadas e motorizadas sobre a fronteira belga e parecia decidido a penetrar na Bélgica logo após a invasão alemã.

II) — As instalações defensivas, principalmente na Bélgica e na Holanda, atestavam que o inimigo se preparava para fazer face ao plano SCHLIEFFEN. Ao contrário, as defesas belgas na fronteira do Luxemburgo, eram fracas.

III) — No setor de Sedan, no centro do dispositivo franco-britânico, a linha Maginot permanecia inacabada e não possuía a potência das fortificações da Lorena e do Reno.

IV) — A concentração das tropas inimigas na região de Sedan demonstrava a fraqueza do dispositivo, com divisões estendidas em grandes frentes e pertencentes, algumas delas, à reserva de segunda categoria.

V) — O fator surpresa podia ser decisivo.

Um estudo mais aprofundado provou ser indispensável o emprêgo de mais de três divisões blindadas, como o previa o plano SCHLIEFFEN. Fácil foi persuadir ao Alto-Comando da necessidade de utilizar todas as divisões blindadas e motorizadas disponíveis.

P. — Que comando tinheis, para a execução do plano de campanha contra a França?

R. — No grupo de exércitos do centro, comandado pelo marechal VON RUNDSTEDT estava constituído um grupoamento blindado às ordens do general VON KLEIST e formado pelos 14.º, 38.º e 19.º corpos de exército blindados. Recebi o comando do 19.º corpo de exército blindado.

P — Como dirigistes o treinamento dos quadros e da tropa durante o "ensaio" de guerra?

R. — Pela primeira vez tinha a possibilidade de organizar a preparação detalhada de operações, orientando generais de divisão e treinando as tropas em manobra. A preparação durou vários meses, de início nos "jogos de guerra", e depois, nos terrenos do Eifel, semelhantes aos das Ardenas e onde treinava as tropas na execução detalhada das manobras a realizar no Luxemburgo, na Bélgica e sobre o Mosa, na França, de D a D + 5. Os estados-maiores e as tropas do 19.º corpo de exército blindado chegaram a um tão alto grau de treinamento que as ordens do corpo de exército, das divisões e dos regimentos estavam redigidos até D + 5. De 10 a 15 de maio de 1940, não tive grandes alterações a fazer nestas ordens, que saíram no momento preciso, como as diferente cenas de uma peça de teatro.

P. — Como foram designados os generais e os comandantes de unidades do 19.º corpo de exército blindado?

R. — Escolhi meus subordinados, dentre os que conhecia bem. Meu chefe de estado-maior, o general NEHRING, que no ano seguinte comandaria o Afrika Corps, compreendia-me pelo olhar. Além disso, meu método de comando era muito simples e muito rápido. Consistia em dar minhas ordens sempre através de rádios cifrados. Tinha sempre comigo um oficial-rádio e um oficial-citógrafo. De meu carro, comandava diretamente meus subordinados, e ia visitá-los na linha de frente. As ordens escritas eram redigidas por meu chefe de estado-maior e não passavam de uma ou duas páginas.

P. — Qual era a composição do 19.º corpo de exército blindado, a 10 de maio de 1940?

R. — O 19.º corpo de exército blindado compreendia três divisões blindadas, a 2.ª a 1.ª e a 10.ª, da direita para a esquerda. A 1.ª, do centro, era seguida pelo estado-maior do 19.º corpo de exército e pelos elementos não divisionários, isto é: 1 regimento de artilharia blindado, (2 grupos de 105 e 1 grupo de 150), 1 regimento de Flack (D.C.A.), 1 esquadrilha de observação, 1 batalhão de transmissões, 1 batalhão de pioneiros e o regimento "Gross Deutschland." Cada divisão blindada contava com um regimento de artilharia blindada de 3 grupos (2 de 105 e 1 de 150), dois regimentos de carros, 2 regimentos de infantaria motorizada, 1 grupo de reconhecimento motorizado, 1 batalhão moto, 1 batalhão de pioneiros, 1 batalhão de transmissões, 1 batalhão anti-carros, 1 companhia de Flack, 1 esquadrilha de reconhecimento e serviços motorizados. Com seus 900 carros e seus 12 grupos de artilharia, dos quais 4 de 150, o 19.º corpo de exército, blindado concentrava em si força e velocidade. As tropas e os quadros estavam certos da vitória.

P. — Como transpusestes o Mosa a 13 de maio e rompestes a posição fortificada francesa de Sedan?

R. — Já haviam sido reconhecidos os itinerários e escolhido o setor de ataque entre o Sedan e Saint-Menges. A questão capital residia na rapidez de execução: ultrapassar o Mosa o mais depressa possível. A 12 de maio a 1.ª divisão blindada se apodera de Sedan, enquanto a 10.ª entra em Bazailles e em Balan. A 2.ª está detida frente a Semoy. O general VON KLEIST dá a ordem de atacar às 16,00 horas do dia 13, para transpor o Mosa. Eu teria preferido esperar o dia 14 para dispor de minhas três divisões blindadas. O ataque pre-

visto para 13 de maio desenvolver-se-á numa frente estreita (2500 ms.) entre Sedan e Saint Menges, após uma preparação de fogos concentrados de artilharia e aviação. O general VON KLEIST desejava uma preparação muito curta mas brutal. Eu, pelo contrário, queria uma preparação de duas horas, para obter um efeito desmoralizante, pela ação prolongada dos stukas. O ataque será realizado pela 1.ª divisão blindada reforçada pelo regimento Gross Deutschland. O batalhão de engenharia será reforçado pelo batalhão de pioneiros do corpo de exército. A artilharia da 1.ª D.B. será reforçada pela artilharia do corpo de exército e disporá dos fogos dos grupos de 150 das 2.ª e 10.ª D.B. que, de suas posições, podiam atirar no setor da 1.ª D.B. A concentração dos fogos no setor da 1.ª D.B. compreendia, numa frente de 2500ms.

- 2 grupos de 105 da 1.ª D.B.;
- 2 grupos de 105 do regimento de artilharia do corpo de exército;
- 1 grupo de 150 da 1.ª D.B.;
- o grupo 150 da artilharia do corpo de exército;
- o grupo 150 da 10.ª D.B.;
- o grupo 150 da 2.ª D.B.

A D.C.A., será assegurada, no setor de ataque, pelo regimento de Flack do 19.º corpo de exército.

P. — Quando teve lugar a preparação de artilharia, qual foi a sua duração e a sua cadência?

R. — A preparação de artilharia devia durar duas horas, de 14,00 às 16,00 horas do dia 13 de maio. Cadência normal de 10,00 às 15,40 e rápida de 15,40 às 16,00 horas.

P. — Qual era a missão da artilharia?

R. — Destruir as posições francesas ao sul do Mosa e em particular as posições de artilharia, os P. C., as colunas de remuniciamento e as casamatas.

P. — Qual era a missão da aviação?

R. — Devia assegurar o domínio do ar durante a jornada de 13 de maio e especialmente a partir de meio dia. Bem antes do ataque eu havia regulado com a Luftwaffe o emprego da aviação. Pedi à aviação de bombardeio que destruísse a artilharia francesa e escalonasse seus bombardeios entre 14,00 e 16,00 horas, com intensidade máxima de 15,30 às 16,00 horas. A ligação entre o 19.º corpo e a aviação de bombardeio foi minuciosamente regulada. Além da aviação orgânica de reconhecimento do 19.º corpo de exército blindado e das es-

quadrilhas de caça que nos assegurariam a superioridade aérea, 12 esquadrilhas de bombardeio picado participariam do ataque.

P. — Qual era vossa impressão a 13 de maio, sobre a defesa franceza nas imediações do Mosa?

P. — Notei que a margem sul do rio estava mal defendida e que as forças inimigas pareciam fracas. Mesmo assim decidi destruir as casamatas que haviam resistido à preparação da artilharia, levando os 88 para a margem norte do Mosa, a fim de executarem tiros diretos sobre as mesmas.

P. — Qual era a situação às 16,00 horas, no momento do ataque?

R. — Às 16,00 horas o ataque é desencadeado e os infantos blindados passam facilmente o Mosa em botes pneumáticos. A construção da ponte começa em seguida. A surpresa foi completa. A aviação anglo-francesa está ausente e a artilharia francesa, impressionada pelos bombardeios da artilharia e dos stukas, retrai. As casamatas são destruídas, ou tomadas à falta de defensores.

P. — Como se desenrola o ataque ao sul do Mosa?

R. — Neste momento a 2.^a D.B. vai desempenhar o papel decisivo. Na noite de 13 de maio seus carros e sua artilharia passam a ponte e atingem o sul do Mosa para o ataque à posição principal de resistência, na direção de Cheery, para apoiar a ação da brigada de fuzileiros blindados e do regimento Gross Deutschland. Às 18,00 horas começou o ataque à posição principal de resistência, ao sul do Mosa. No fim da jornada esta posição estava rompida numa frente de 5 Km e o regimento Gross Deutschland havia progredido 6 Km ao sul do Mosa.

P. — Qual teria sido a situação na manhã de 14, se o contra-ataque francês tivesse sido desencadeado ao alvorecer?

R. — Teria surpreendido a 1.^a D.B. numa situação difícil, tanto mais que àquela hora eu não podia contar ainda com a 2.^a D.B. Mas, algumas horas mais tarde a 2.^a D. B., que conseguira forçar o Semoy, atravessava o Mosa e apoiava a 1.^a D.B. para rechassar o contra-ataque dos carros franceses.

P. — A aviação franco-inglês e a aviação belga não ensaiaram destruir a ponte de Saint-Menges, por onde passavam todas as comunicações do 19.^o corpo do exército, na jornada de 14 de maio?

R. — Esta jornada foi crítica porque a aviação franco-inglesa dominava o ar em Sedan, enquanto a aviação alemã estava empenhada noutro setor.

P. — Como o 19.º corpo de exército resistiu aos ataques e como a ponte foi protegida?

R. — Foi o regimento de Flak do 19.º corpo de exército que, pela habilidade de suas disposições e pela precisão de seu tiro, levou a melhor contra a aviação franco-inglesa. Não obstante sua coragem, os aviadores inimigos não puderam destruir a ponte de Saint-Menges, (entre Sedan e Saint-Menges). Cerca de 150 aviões inimigos foram destruídos.

P. — Que decisão tomastes, meu general, no fim da jornada de 14, ante o estorvo causado pelos contra-ataques franceses em terra e no ar?

R. — Não obstante a posição em flecha do 19.º corpo de exército blindado, decidi impulsionar para oeste as 1.ª e 2.ª divisões blindadas, a fim de desorganizar as retaguardas do IX Exército e aproveitar meu sucesso, explorando-o o mais rapidamente possível. Assegurei a proteção do movimento das 1.ª e 2.ª divisões blindadas confiando à 10.ª divisão blindada, reforçada pelo regimento Gross Deutschland, a cobertura do flanco esquerdo na direção de Paris, até que as unidades de infantaria do marechal RUNDSTEDT pudessem vir substituir a 10.ª D.B. ao sul do Mosa, em Sedan.

P. — Do vosso ponto de vista, qual podia ser a parada que o comando francês teria podido tentar para opôr-se à vossa manobra?

R. — De 15 a 17 de maio, o único meio para evitar a catástrofe do lado francês consistia, se isto fôsse possível, em realizar o contra-ataque conjugado das 8 divisões do exército do general FRÈRE (1) e da divisão blindada do general DE GAULLE, no flanco do 19.º exército, em marcha para oeste. Mesmo que este contra-ataque não tivesse êxito, deteria por dois ou três dias a progressão do 19.º corpo de exército. O contra-ataque do general DE GAULLE parece-me que malogrrou por falta de essência e o do general FRÈRE não foi posto em execução.

P. — A 10 de maio, o estado-maior geral alemão cria em vossa vitória?

R. — Muitos duvidavam do resultado de minha manobra. Lutei muito na Alemanha, para fazer triunfar a tática de emprego das divisões blindadas. Mas, em meu corpo de

exército, cada um, oficial, sub-oficial ou soldado, estava seguro da vitória.



Que conclusões podem se retiradas deste diálogo?

O número de 3500 carros e auto-metralhadoras postos em linha pelos alemães, em maio de 1940, segundo o general GUDERIAN, devem ser considerados como aproximados do real, já que todos os arquivos foram destruídos? Sabe-se que as teses francesas divergem, neste ponto. Quais as que prevalecerão, no futuro?

Em realidade, a querela em torno do número de carros e auto-metralhadoras, em maio de 1940, não passa de um aspecto da questão. O que é primordial, e deve ser sublinhado, é que a mobilidade estratégica e tática das divisões blindadas alemães superava a das divisões correspondentes do exército francês e a dos elementos de carros não endivisionados. É claro que com uma concepção de guerra baseada na surpresa, na massa e na rapidez de execução, os alemães haviam adquirido uma superioridade que repousava menos no número de carros que em sua mobilidade, em sua velocidade sobre estrada e terrenos variados, e em sua organização em divisões e corpos de exército blindados.

Por outro lado, de 10 a 15 de maio, o 19.º corpo de exército alemão, manobrando na frente do grupo de exércitos de VON RUNDSTEDT, conseguiu por seus próprios meios terrestres, com apoio de uma aviação potente, e servido pelas informações de primeira ordem do S.I. alemão, romper uma posição fortificada coberta por um obstáculo: o Mosa. Em menos de dois anos, a Alemanha faria a conquista da Europa, explorando a fundo esta nova forma de guerra baseada na cooperação e na ligação íntima, das armas blindadas, da aviação e do serviço de informações. O primeiro insucesso desta tática será consumado na Rússia, em fins de 1941, porque o serviço de informações alemão falhou não só quanto ao valor do exército russo, como sobre as perspectivas políticas que contava explorar (2).

Commandant ROGE'

Notas da Revue Historique de l'Armée.

(1) — O general Guderian refere-se ao exército do general Tuchen que se concentrava entre Rethel e o Oise; o exército

do general Frère não foi constituído senão a 18 de maio, no Somme.

- (2) — No plano psicológico convém notar também que o grande estado-maior alemão não perdoou a Hitler haver perdido a guerra. Este sentimento é tanto mais vivo quanto Hitler sempre desprezou as concepções militares de seus generais e que a 4 de fevereiro de 1938 decapitou o exército dos chefes que conservavam intacta a tradição. Por outro lado, após o atentado de 20 de julho de 1944, ele não incidiu no erro de, perante o povo, tornar os generais responsáveis pelos seus próprios erros estratégicos. Parece que é preciso não ver nisto senão querelas efêmeras de propaganda. Em 1918 o estado-maior alemão culpou o político das faltas militares e conservou, assim, o seu prestígio.

Thomaz Henriques, Ferragens S / A

RUA FLORENCIO DE ABREU, 85 e 93 — S. PAULO

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES DE:

Ferramentas para Artes, Ofícios e Lavoura — Ferragens para construções — Artigos para Oficinas, Indústrias, Estrada de Ferro e Lavoura

PADARIA E CONFEITARIA R. GRANDE DO NORTE

Completo Sortimento de Biscuitos, Doces e Conservas de todas as Qualidades — Aprontam-se Encomendas para Casamentos, Batizados, etc. — Tudo Fabricado com farinha de primeira qualidade

Mongem do especial CAFÉ RIO GRANDE DO NORTE

PANIFICADORA IRMÃOS CONCEIÇÃO LIMITADA

Rua Dr. Leal, 368 - A — Tel. 29-6117 — RIO DE JANEIRO

LOJA SÃO JORGE

Especialidade em Sedas, Armarinho e Fazendas, Colchões — Camas — Malas, Camisaria e Perfumaria, Roupas Feitas — Papelaria em Geral — Calçados finos para Homens, Senhoras e Crianças.

G. MAROUN

PRAIA DO CAJÚ, 6 - A — FONE 43-1155 — RIO DE JANEIRO

O sentido da nossa evolução militar

Cap. MOACYR RIBEIRO COELHO

Mal cessados os últimos tiros da tormenta que passou, quando ecoam ainda no espaço os gemidos dos feridos e os hinos da celebração da paz, as atenções de todo o mundo já se voltam, irresistivelmente, para o polo que magnetisa e cega a humanidade — a **FORÇA** — e nela, febrilmente, confessada ou inconfessadamente, procuram os povos calcar o progresso e a segurança dos Estados.

Mas si a guerra é fruto da ambição do homem, é obra do seu engenho a maneira de realizá-la. E a humanidade, que se batia de arco e flexa nos tempos remotos, acaba de levar a efeito uma luta arrasadora em terra, no ar e no mar e, o que é mais grave ainda, vem de lançar as bases do insodável potencial dos conflitos futuros!

Em que pese, portanto, aos nossos sentimentos generosos e pacifistas, como única resposta digna de Nação Soberana em face do permanente desentendimento universal, uma dupla necessidade se nos depara:

- de um lado, a obrigatoriedade irrefutável de prover o aparelhamento do país para a manutenção de sua própria segurança;
- de outro, a urgência de ser reestruturado o organismo militar da Nação em moldes modernos, compatíveis com a constante evolução do material bélico, evolução esta que impõe aos povos não industrializados limitações cada vez maiores.

Cumpra assim que encaremos com firmeza a gravidade do nosso problema militar, tornado agora mais difícil e complexo do que nunca pela prodigiosa evolução da técnica e da indústria aplicadas à arte da guerra.

Encaremol-o com firmeza, mas com visão realista, sem nos deixarmos ofuscar pelos empreendimentos de outros povos, a ponto de perdemos o senso de nossas possibilidades materiais!

Nem nos deixemos intimidar pelas realizações alheias a ponto de desesperarmos da situação!

Esquecer que a guerra, como fenômeno social que é estará sempre subordinada aos recursos e ao ambiente dos povos que a levem a efeito, deixando-nos guiar passivamente pela experiência alheia, se-

ria, além de perigoso, reincidir em passados erros, forjando soluções teóricas e insubsistentes.

É no aproveitamento judicioso dos nossos recursos e na apreciação serena e meticulosa das nossas necessidades que deveremos buscar a solução do problema, baseando a consistência da nossa defesa na potencialidade e continuidade de nossa força e na segurança contra perigosas surpresas de ordem técnica.

Realmente a guerra, "a mais mutável de todas as artes", em constante evolução no tempo e no espaço, revestir-se-á, para nós, de aspectos particularíssimos decorrentes, já do elevado grau de industrialização atingido pela humanidade, já das nossas condições particulares de Nação nova, escassamente povoada e cujas populações, ostentando as mais variadas condições de vida, espalham-se por um vasto interland mal servido de vias de comunicações.

Cada aspecto da nossa realidade social e geográfica representa um factor importante que deverá condicionar os rumos da nossa organização militar, si a quizermos calcar em bases solidas e a desejarmos capaz de atender às nossas necessidades e disponibilidades.

Importa, portanto, que na organização da nossa estrutura militar sejamos sobrios e, acima de tudo, objetivos.

Sobrios, tendo em vista a nossa condição de Nação pobre e não industrializada; objetivos, pela necessidade de ser o nosso aparelhamento bélico, rigorosamente adaptado à eventualidade de uma guerra no continente Sul-americano, guerra esta cujas características não serão exclusivamente as da Campanha da França, da Polónia ou dos Balkans, mas cujas modalidades participarão de todas elas, como participarão também de aspecto das lutas travadas nas planícies Ukranianas e da guerra Franco-Prussiana de 1870.

E isso porque o nosso "status", participando simultaneamente do moderno e do antiquado, das técnicas mais adeantadas como dos mais elementares processos de existência, liga-nos ao passado e ao presente, criando-nos injunções rigorosas a que não poderemos fugir.

Para o nosso singularíssimo teatro de operações teremos uma guerra singular e única e o melhor exército será, evidentemente, aquele que dispuser para cada terreno, para cada situação, para cada momento, da tropa mais adequada e do material mais apropriado. E, assim como não poderemos prescindir do mais moderno, não poderemos abandonar, sem perigo, recursos próprios, embora antiquados ou desconhecidos entre outros povos.

Paralelamente a uma larga moto-mecanização, cada vez mais ampla, indispensável a qualquer exército moderno que queira ser eficiente, a tração animal terá aqui o seu papel não menos oportuno, e, ocasiões haverá, em que mais rapidamente chegue ao pé da obra o ca-

nhão tirado por uma junta de bois que o mais moderno material auto propulsado.

A arregimentação de forças irregulares em moldes adequados que mantenham em estado próximo de mobilização permanente, impõe-se-nos como único meio de reforçar em curto prazo os fracos efetivos de tempo de paz que operam na fronteira, prevenindo destarte os perigos de uma demorada mobilização, consequência irremovível das nossas disponibilidades em vias de comunicações e situação geodemografica.

A complexidade do manejo e emprêgo dos modernos meios de combate e o alto rendimento que eles proporcionam quando acionados por uma tropa de elevado teor militar, parecem indicar como mais compensador, um elevado nível de eficiência da tropa permanente à formação de reservas mais numerosas porém de discutível capacidade intelectual, moral e técnica.

A incultura generalizada da massa, levando aos quarteis anualmente cerca de 60% de conscritos analfabetos, exige a intensificação do ensino primário nos corpos de tropa, seja como um objetivo de ordem social, seja para se garantir a formação de soldados de real eficiência.

A carência de técnicos e especialistas com que lutamos, a par da variadíssima gama de atividades militares, que abrangem desde o simples condutor de viaturas hipo-móveis até ao habilíssimo mecânico das unidades de manutenção, tornam indispensável uma conscrição racional que permita o aproveitamento máximo das aptidões trazidas pelo homem da vida civil.

A natureza descentralizada das operações, exigindo de todos os chefes, mesmo nos pequenos escalões, uma larga soma de aptidão profissional e ampla iniciativa pessoal, impõem a necessidade de graduados de elite e, portanto, com longa permanência nas fileiras.

Em suma, a nossa reestruturação militar imposta pelas exigências da guerra moderna, não deve limitar-se todavia à simples adopção de novos materiais de guerra, mas ir procurar no estudo extremado da nossa realidade geográfica e social e no computo dos nossos recursos, fraquezas e necessidades mais urgentes, as suas bases e fundamentos.

E o sentido que lhe devemos imprimir, sem perder de vista os modernos processos e recursos de combate, deverá orientar-se no proposito de procurarmos constantemente soluções nacionais para este problema eminentemente nacional e alicerçar-se em um sentimento de absoluta confiança naquilo que tivermos podido organizar e que estivermos em condições de acionar, recompletar e manter.

BAHIA HISTÓRICA

RUI ALENCAR NOGUEIRA

Cap. Infantaria

I

Fundamentos

Todo aquele que teve oportunidade de estudar, com maior cuidado, um pouco da nossa História, há de ter reconhecido, certamente, o papel de relevância que vêm desempenhando o território baiano e a sua gente, desde os tempos coloniais até os nossos dias.

Efetivamente, as primeiras arrancadas e as lutas iniciais contra a pirataria, a exploração indevida e a conquista mercenária travaram-se no sólo ou nas águas adjacentes da Bahia.

Não há quem, de sã consciência, não admire as belezas e os monumentos históricos daquela "bôa terra", como é conhecida, e não venha a lamentar que a má orientação de certos governantes haja destruído muita coisa transformando, por vezes, peças de real valor e pertencentes ao patrimônio em modelos arquitetônicos de uma cidade moderna.

A picareta agiu ali impiedosamente destruindo quanto podia, inclusive a celebre igreja da Sé, para abertura de ruas, avenidas, logradouros públicos ou cousas semelhantes, quando tudo podia ter sido feito com a ampliação da cidade pelos terrenos circunvizinhos, conquanto que se conservasse como relíquia do passado, aquela outra que viu o Brasil nascer e que foi a primeira sede do governo e da administração coloniais.

Aos poucos, de há muito, vem-se transformando fisionomicamente a antiga povoação fundada por Tomé de Souza obtendo-se, em consequência, mudanças radicais nos costumes, nos hábitos e na tradição.

Ainda conhecemos a Bahia no seu aspecto senhorial e bonito.

Quando por lá passámos pela primeira vez, ficámos entusiasmados com o respeito absoluto que então se devotava às cousas do passado e à conservação de tudo quanto existia sob o ponto de vista histórico.

As portas dos velhos sobrados, as "baianas" vestidas tipicamente, com os seus colares, com a "bata rendada", as pulseiras de balagandans e os brincos, com as "saías rodadas" e os chinelos enfeitados

de fita, descansavam, os "taboleiros" cheios de guloseimas que despertavam o apetite de qualquer mortal, embora sujeito ao mais rigoroso regime dietético.

Alta noite, as vozes dolentes das "doceiras" reboavam tristemente pelas ruas e pelos becos desertos, num tom muito melancólico e plangente do mercadejar pausado daqueles "quitutes".

Tratavam-se todos com intimidade, pela alcunha quasi familiar de "yaya" e "yôyô" e tudo era tão simples como se ainda vivessemos nos tempos dos felizes namorados das varandas dos sobrados, espionados sistematicamente, pela intrujice da velhota do casarão fronteiriço.

Com o que foi feito, tudo foi desaparecendo celeremente e é lamentável que assim tenha sucedido.

Em consequência, não é mais possível a colocação do "taboleiro da baiana" à entrada dos arranha-céus iluminados feericamente; nem se concebe que na festa da "Conceição da Praia" o "berimbáu" tenha o seu lugar de destaque e venha tocar para o "capoeira" *gingar*...

Tudo vai morrendo aos poucos.

A Bahia antiga, tão bonita, vai-se transformando cada vez mais. Dava gosto vê-la e o baiano, cômico das suas tradições, tinha maior orgulho da sua terra e a defendeu quanto poudo da furia intempestiva dos destruidores irreverentes.

Dizem até, que muita gente bôa, locupletou-se com o que havia de mais artístico de sorte que obras de real valor tais como peças de jacarandá, candelabros, lustres e outros objetos, foram arrancados a baixo preço ou recebidos como se fossem dádivas por diversos elementos prestigiosos e influentes.

Os habitantes de Salvador queixam-se amargamente e citam fatos contristadores do desaparecimento inexplicável de algumas preciosidades seja propriamente daquela, seja ainda, das cidades do interior pois, até lá, levaram os ambiciosos os seus tentáculos maquiavélicos.

Muito embora tal tenha acontecido, felizmente, nos domínios da arte, ainda há o que admirar naquele próspero Estado.

As igrejas são verdadeiros relicários de escultura e de pintura e, mesmo os que não são católicos, extasiavam-se diante da grandeza espiritual e do gênio incomparável dos mestres do passado que as levantaram, como exemplos de magestosidades esculturais que honram, para sempre, uma geração.

Há trabalhos verdadeiramente notáveis e apoteóticos pelos quais ainda é possível admirar-se a perfeição no manejar o maço e o cinzel, no entalhar das obras de cantaria ou no esculpir das estatuas que simbolizam os santos do misticismo romano, ou, ainda, no colorido inalterável dos quadros murais e azulejos das sacristias.

Vista do mar, a cidade do Salvador apresenta aspecto interessante pela arrumação do casario e dos sobrados que se vão ajeitando pelas elevações, e em planos diferentes, ou se erguem dentre os valés apertados e se agarram às encostas dos morros de qualquer fôrma.

E é por este motivo que existe a "cidade alta" — a mais preferida para as habitações familiares e considerada "*gran-fina*" e a "cidade baixa" — zona comercial por excelência, onde mora a classe menos afortunada.

O seu antigo sistema de defesa repousava nos velhos fortes e fortins, quase todos construídos pelos portugueses, desde a época das primeiras invasões holandesas e obedecia a um perfeito sistema de cruzamento de fogos, de modo a estabelecer um verdadeiro "colar defensivo" em torno da Baía de Todos os Santos.

A partir da entrada da barra, há o Forte de Santo Antônio que além de servir, há muito tempo, de "farol" aos navegantes, serviu como "posto de observação e escuta" ao Comando Naval, durante a última guerra. Logo em seguida vem o de Santa Maria, ao depois o de São Diogo, onde funcionou a Cia. Quadros do 19.º B.C., e assim sucessivamente até o de Monte Serrate, no qual foi instalado o Serviço de Transmissões da 6.ª R.M.

Aproveitando uma lage existente próxima à praia e em local onde, presentemente, foi construído o porto da cidade, instalaram os portugueses o Forte de São Marcelo que desde a primeira invasão flamenga foi a sentinela avançada contra as investidas para a terra.

Adiante do S. Diogo, ainda existem as ruínas de um antigo forte, também situado no mesmo plano que os acima citados, sofrendo os embates das ondas e servindo para moradia de pequenos animais que se escondem sob o limo e se metem nas frestas das pedras enegrecidas pelo tempo e pelo abandono cruel a que foi relegado.

Dizem-no ligado ao "Forte de São Pedro", antiga sede do 19.º B.C., que lhe fica fronteiro, porém em plano superior, através vastíssimo túnel.

Talvez isto aconteça.

Certo é que vimos, naquele antigo Quartel, junto ao portão da entrada e no pateo interno, vestígios de um túnel, ora quasi demolido, o qual prolongado certamente iria ter junto ao mar pois, em se penetrando nele, ouvia-se ruído como se fora o marulhar das ondas.

Dai as lendas fantasmagóricas que corriam pela boca dos soldados, todas invocadoras de "espíritos sofredores", sacrificados em holocausto à Pátria os quais, noite alta, vinham ter ali para pedir "rezas" ou socorros em "missas".

Junto ao local onde funciona a tradicional feira de "Água dos Meninos", está o Forte das Lagartixas, felizmente remodelado, embora subsidiário, não comportando senão reduzidíssimo efetivo.

Porém, logo depois, o Forte de S. Joaquim, mais poderoso e agasalhando maior número de combatentes, fica ladeando outro fortim que serve, em nossos dias, de escritório do Conselho Nacional do Petróleo.

Fora da barra, na praia do Rio Vermelho, até hoje resistem à inclemência do perpassar dos anos, os alicerces de outro fortim cujos feitos gloriosos parecem ecoar, ainda, na luta incessante do volume esmeraldino e impetuoso das águas oceânicas a inalterabilidade aparente daquelas penedias impassíveis.

Do outro lado, na lha de Itaparica, fechando a passagem do canal sul, o Forte de São Lourenço lá está como um marco glorioso e imperecível do valor insofismável da gente baiana.

Em outro plano superior, vindo da barra na direção do interior, ainda encontramos o Forte de S. Pedro, comportando maiores efetivos; o Forte do Barbalho, onde funcionou o C.P.O.R. durante anos e, mais avançados porém no mesmo nível, o da Gamboa e o de S. Antônio Além do Mar.

O Forte do Barbalho, sabemos seguramente possuir tuneis que o comunicam a outros, cousa facilmente constatável por alguém que venha a penetrar no interior do poço existente no meio do pátio interno e procure seguir em qualquer das direções.

Um nosso camarada, hoje distinto oficial de estado-maior, quando instrutor do C.P.O.R., tentou esmiuçar os mistérios daquela antiga praça de guerra, em companhia de alguns alunos.

Não chegou a bom termo, todavia, em virtude das dificuldades surgidas e, principalmente, por não lhe ser possível atrever-se a fazer escavações de qualquer espécie obtendo, no entanto, conclusões interessantes e de grande utilidade.

Como centro de irradiação das populações, seja para o norte, pelos sertões de Pernambuco e Campos de Piauí, seja para as Minas Gerais, desempenhou a Bahia um papel saliente.

Dali, sob as ordens régias da Corôa portuguesa, partiram os descobridores das minas porquanto era esta, aliás, a ideia dominante, fácil de ser explorada ao máximo graças ao espírito egoístico do homem principalmente em se tratando da gente que para aqui viera com o objetivo de tratar da colonização.

Por volta de 1587, surgiram na Bahia os primeiros indícios da pirataria. Eram os ingleses Robert Withrington e Christopher Lister que, supondo ser a Cidade do Salvador uma presa fácil, para ali velejaram dispostos à pilhagem.

Diz o Visconde do Pôrto Seguro que o governador Christovão de Barros "acabava de ausentar-se da cidade para o Recôncavo, a fim de *colher esmolas* para a casa de Misericórdia, de que fôra nesse ano eleito provedor, quando duas naus inglesas e uma zavra, tomando fora da barra um patacho hespanhol, e sabendo que na cidade estava de chefe um *bispo*, abalaram-se a entrar, assenhoreando-se logo de todos os navios fundeados no porto, incluindo nesse número uma urca artilhada do mercador flamengo Duarte Osquiert cuja tripulação se lhes uniu; e, todos juntos, começaram às bombardadas contra a cidade, com intento de *rendê-la e obrigá-la*, sem dúvida, a pagar um bom resgate".

Estabeleceu-se o pânico entre os habitantes os quais, dispersos, começavam a fugir espavoridos e em desabalada carreira, devido à falta de um chefe à altura dos acontecimentos, quando surgiu, de retorno à cidade, o governador Christovão de Barros que logo adotou medidas enérgicas que fizeram retroceder toda aquela massa, no que foi auxiliado, sobretudo, por uma mulher que assumiu atitude desassombrada e liderou a reação dos locais já completamente desmoralizados. (1)

Tornou-se impossível aos tais piratas, manter o domínio sobre aquela gente que não se rendia e, desprovidos de outros recursos materiais para sustentarem a luta, trataram de saquear as cidades do recôncavo.

Nesta fase, a "esquadrilha de barcas" organizada nos engenhos por Christovão de Barros, tornou-se eficiente pelo que, logo depois, foram os invasores obrigados à retirada definitiva, embora tenham efetuado desembarque na ilha de Itaparica, sem nenhum resultado prático.

Em seguida a estes fatos, a ideia dos descobrimentos das minas empolgou completamente o espírito aventureiro dos portugueses e as caravanas espalharam-se por varias direções, vadeando rios, transpondo montes e colinas, à procura do ouro e das pedrarias.

Com a finalidade precípua de atingir este objetivo, veio despachado de Portugal, com o título de "Capitão Mór e governador, Gabriel Soares de Souza que pretendia ir às cabeceiras do S. Francisco de vez que, pelo roteiro feito por seu irmão, ali deviam ser encontradas veios do metal cubigado.

Lutando contra todos os reveses, inclusive naufrágios, lançou-se ele à empresa a que se votara então, subindo o Paraguaçu, fundando arraiais porém não chegando ao ponto terminal da jornada.

Seu trabalho foi interessante pois que, além de reunir grande quantidade de roteiros, foi um dos primeiros escritores sobre a etnografia brasileira.

(1) V. Pôrto Seguro: H. Geral do Brasil

Destaca-se, como curiosidade, o seu testamento que constitui peça originalíssima, vasada em termos dessa natureza:

"Donde quer que eu falecer, me enterrarão no hábito de S. Bento", "havendo mosteiro de sua ordem, onde me enterrarão; e não havendo maneira" "deste hábito, e havendo mosteiro de S. Francisco, me enterrarão no seu hábito", e os religiosos de ambas estas ordens me acompanharão, e a cada um "darão de esmola cinco mil reis, e pelo hábito dez cruzados".

Convém aqui que pensemos quanto valiam, em 1588, cinco mil reis!

"Se Deus for servido que eu faleça nesta cidade e capitania, meu corpo será enterrado em S. Bento da dita cidade, na capela mór, onde se porá uma campa com um letreiro que diga AQUI JAZ UM PECA-DOR: e sendo Deus servido de me levar no mar ou em Espanha, todavia se porá na dita capela mór a dita campa com o dito letreiro, em a qual sepultura se enterrará minha mulher Anna de Argolo".

"Acompanhará o meu corpo, se falecer nesta cidade, o cabido, a quem se dará a esmola costumada, e os padres de S. Bento levarão de oferta um porco e seis almudes de vinho e cinco cruzados"

E assim foi feito o testamento até chegar a esta outra página curiosa:

"Como Nosso Senhor não foi servido que eu tivesse filhos de minha mulher, nem outros alguns, nem sobrinhos, filhos de meus irmãos, nem herdeiros forçados a quem pertença minha fazenda, e porque não herdei de meus pais, nem de meus avós, e adquiri por minha indústria e trabalho, e por ventura alguns encargos de consciência que ora não sei declarar, digo e declaro por meu herdeiro de toda a minha fazenda ao mosteiro de S. Bento da cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, com condição de que eu e minha mulher Anna de Argolo nos enterremos ambos na dita capela mór, que ora é, e falecendo antes que se faça a dita capela mór passarão a nossa ossada à dita, onde estará minha sepultura". (2)

Foi nas lutas do passado que se firmou a tradição do povo baiano!

Assim como adornos e objetos artísticos desapareceram de outros lugares e até dos interiores familiares, os canhões, braços, peças de bronze e tudo quanto representava valor, foi estupidamente arrancado dos fortes e vendido a peso, no ferro velho, pelos impiedosos sacripantas e vilipendiários destruidores do nosso passado.

Pena é que não se tenham adotado medidas drásticas que impedissem ações tão extemporaneas...

(2) Melo Moraes — Brasil Histórico.

Mas ainda é tempo de salvarmos muita coisa. Devem pois, os responsáveis pela administração pública, fazer com que se recolham aos depósitos, as máquinas que devastam a Bahia dos nossos avoengos.

Devemos respeitar as cinzas gloriosas daqueles heróis do passado, fazendo conservar intacta a histórica cidade, a fim de que a possamos mostrar às gerações vindouras, com o seu verdadeiro esplendor.

Desaparecerá, por certo, a veneranda e gloriosa cidade se não raciocinarem devidamente os homens da nossa geração.

Salvêmo-la, portanto, empregando todo esforço e boa vontade, enquanto é tempo.

Por que deixá-la perecer?

Augusto Velloso & Cia. Ltda.

ENGENHEIROS E EMPREITEIROS

«Executores de Obras Cíveis e Militares»

RUA PEDRO TAQUES, 117

Telefone 4-5065

São Paulo

AO FERRO VELHO DO CAJÚ

COMPRA E VENDE: FERRO VELHO, CHUMBO, COBRE,
METAL E MATERIAIS EM GERAL

JOÃO COLETTA

Rua Carlos Seidl, 61 — Telefone 28-6355 — Rio de Janeiro

A Instrução Militar Moderna

(Do Ten. Cel. Poppe de Figueiredo)

Numa época, como a que vivemos atualmente, em que os novos conhecimentos colhidos na 2.^a grande guerra e o desenvolvimento do material têm influenciado grandemente o problema da Instrução na tropa, o aparecimento do livro "A INSTRUÇÃO MILITAR MODERNA", do Ten. Cel. Poppe de Figueiredo, veio preencher uma grande lacuna.

Este livro organizado à luz do "Manual Técnico do Exército Norte-Americano, T. M. 21-250 — "Army Instruction", do Manual de campanha do Exército Norte-Americano — F. M. 21-5 — "Military Training" — e do Curso de métodos e processos de instrução — dado na extinta 7.^a D. I. (Recife) por oficiais. — U. S. A. F. S. A. (United States Army Forces South Atlantic), foi aprovado pelo Estado Maior do Exército e constituirá fatalmente a melhor fonte de consulta para os estudiosos do problema de Instrução na tropa e mesmo nas Escolas.

O trabalho do Ten. Cel. Poppe de Figueiredo, contem 7 capítulos : Método de Instrução, Programa de Instrução, Sessão de Instrução, Processos de Instrução, — Ficha de Instrução — Meios Auxiliares — Organização de Testes — e Instrutor, padronisa a organização de Instrução de um modo tal, que a sua divulgação evitará os graves inconvenientes das improvisações.

Ainda se recomenda este trabalho pelas palavras do Exmo. Sr. General Tristão de Alencar Araripe, ao prefaciá-lo : "Na análise de conjunto do problema — instrução, na elaboração do plano e dos programas e na exposição da maneira por que deve ser preparada e conduzida a sessão de apredizagem nada foi esquecido como conselho e como regra."

ASSUNTOS DIVERSOS

JOGO DO PATO

*Da Revista de Fomento Equino da República Argentina.
Traduzido e condensado pelo Major Belarmino N. Galvão.
Dedicado aos "Beduinos" do Norte do Ibicuí.*

JOGO a cavalo, pouco conhecido entre nós, constitue, porém, um dos grandes esportes hipicos, em que a destreza, habilidade, coragem e as qualidades de cavaleiro, têm oportunidade de manifestar-se amplamente.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Entre os Esportes praticados pelos Gauchos do pampa argentino, sempre foi destacado o Pato.

Concolorcovo, num livro disse: "Os Gaúchos das planícies de Buenos Aires jogavam o Pato em quadrilhas bem organisadas". Hudson, na sua obra "O Umbú", descreve o Pato e diz que é um jogo exclusivamente do Pampa Argentino. Assegura que sua popularidade no meio argentino é semelhante ao Rugby e Futebol na Inglaterra. Pelliza, em "Costumes Argentinos" diz que por onde passavam os jogadores ficavam trilhados os campos, como si houvesse uma invasão. Tudo rodava debaixo das patas dos cavalos; e os próprios ginetes caíam muitas vezes mortos, no meio dos longos percursos por onde havia passado o Pato, com a violência do furacão, perseguido pelos Gaúchos que reunidos tentavam tomar o troféu do fugitivo.

Para festejar grandes acontecimentos em Buenos Aires, eram organisadas corridas do PATO. Tais corridas resultavam em grandes desgraças e a Igreja intervindo, com o apoio official, conseguiu, depois de várias considerações sobre a brutalidade e violência, proibir a prática do "Jogo do Pato", estabelecendo castigos com excomunhão e exclusão da Igreja, aos que jogassem e negando sepultura cristã aos que falecessem vítima das corridas, como participantes. Apesar da proibição continuou o entusiasmo pelo jogo. A primeira proibição do Governo relativamente a prática do JOGO DO PATO, data de 11 de Julho de 1778.

Hudson na obra "O UMBÚ" afirma que o decreto proibitório diminuiu muito o prestigio do tirano João Manoel Rosas, entre os Gaúchos, e que um velho jogador comentou a proibição com esta

JOGO DO PATO

frase : "Oh! Senhor, quando recorde o Jogo do Pato, que por culpa de um maldito tirano já não corre, me dá vontade de chorar, por que já não há valentes nestes rincões onde vi pela primeira vez a luz do sol".

Outro historiador afirmava que os cavalos para o Jogo do Pato, eram tratados com tanto cuidado, quantos hoje são dispensados aos cavalos de corrida nos Derbys. Eram super-alimentados e adestrados para aguentar os tirões, encontros e especialmente acostumados a romper a ronda e "peichadas", quando encerrados, para ir buscar seus companheiros.

O PATO como simbolo ou instrumento do Jogo, era uma bola grande de couro cru com 3 ou 4 agarradeiras (alças) bem fortes.

A origem do nome do jogo, está em que nos primeiros tempos, era colocado dentro da bola um pato e outros presentes, como prêmio ao vencedor. Com o tempo este hábito mudou e foi adotado como prêmio, uma festa com comida que os vencidos pagavam.

As corridas de Pato se organizavam, sob a iniciativa das autoridades ou de algum estancieiro abastado. Era escolhido o lugar para o encontro e, designado o local, o vencedor devia soltar a presa. Também era distribuido um aviso a todos os vizinhos que acudiam montando os melhores cavalos. O grupo era dividido em dois bandos, com distintivos bem vivos para os cavalos e cavaleiros. Era então formado um grande círculo, e no meio dois a quatro cavaleiros disputavam o Pato, a voz de "Vamos"! "Peichadas", "rodadas", empinadas, boleadas, mortes... enfim, os Gaúchos faziam todo o possível para chegar vencedor ao local designado, onde organizavam depois uma grande festa com "comida" e seguida de baile que duravam a noite toda.

O PATO

Algumas regras do jogo extraídas do regulamento oficial adotado pela "Federação Argentina de O Pato".

O Pato, jogo a cavalo que se realiza em campos de 180 metros de comprimento por 90 de largura, no máximo, contendo em cada linha final sobre o centro, um arco com rede. Os quadros ou equipe disputantes esforçam-se por meio de corridas, combinações ou largos passes colocar o Pato sob o arco adversário.

O Pato é uma bola de couro com câmara de ar, de 40 centímetros de diâmetro, com agarradeiras (alças) bem fortes e dispostas de modo que qualquer que seja a posição sobre o solo fique sempre uma alça para cima. Estas alças são em número de quatro ou seis e de couro trançado costuradas fortemente sobre a capa da bola.

(Pato). Estas alças destinam-se a permitir que o cavaleiro em veloz disparada possa apanhar o Pato e arremessá-lo a distância.

As equipes são constituídas de 4 jogadores, sendo 3 dianteiros e um da defesa.

Uma partida é disputada em 4 períodos, de 10 minutos cada um, com 5 de intervalo para troca de cavalos.

Os períodos só terminam após o tempo regulamentar de 10 minutos, quando o Pato caia ao sólo, saía fora de campo, haja uma falta ou um goal.

SORTEIO DE CAMPO — Antes de iniciar o jogo, as equipes alinhadas em setores opostos do campo, tentarão, equipe por equipe, em veloz carreira recolher o Pato jogado ao ar pelo juiz no centro do campo. A equipe que recolher maior número de vezes, numa só carreira escolherá o arco que quer defender.

Ao iniciar o terceiro período as equipes trocam de arco ou campo.

Quando o Pato cair no sólo poderá ser recolhido pelo jogador que se adiante, o qual não poderá sofrer intervenção de outro no momento de recolher o Pato, deverá apanhá-lo pelo lado direito do cavalo e sem diminuir a velocidade da carreira.

Não poderá nenhum jogador parar sobre o Pato, nem girar ou voltar em torno dele, se algum adversário aparece ou tenta apanhá-lo. Poderá, no entanto, tentar com "peichadas", tranco, ou empurrão com o cavalo, pela esquerda, evitar que o adversário apanhe o Pato. — Neste caso o braço estirado na direção do Pato, poderá servir para enganar o adversário ou deslocar do local onde se acha para evitar que o mesmo seja apanhado.

Todo o passe ou lance ao arco deve ser feito com a mão direita, porém poderá recolher o Pato vindo de um passe, com qualquer mão.

Poderá haver "peichadas" ou trancos, no momento em que o Pato é conduzido, porém sempre pelo lado esquerdo.

A nenhum jogador é permitido intrometer-se entre dois adversários.

É permitido auxiliar o companheiro, abraçando pela cintura e tomando o Pato por uma alça, para que fique mais firme durante o percurso que tencionam realizar.

Todo jogador poderá encostar seu cavalo no do adversário empurrando-o para fora da linha de jogo, ou de marcha, porém sempre dois a dois e o encostar deve ser na altura da paleta do cavalo do adversário.

Se o encostar ou a "peichada" for feita de frente ou de "bico", é considerado cruza e conseqüentemente falta. Não sendo no momento de apanhar o Pato, pode encostar por qualquer lado. É proibido empurrar com o braço, cotovelo, mão ou cabeça ao encostar no

adversário. Póde empurrar com o corpo desde que o cotovêlo seja mantido encostado ao mesmo.

Não é permitido cobrir ou proteger com o seu cavalo o do companheiro que conduz o Pato, com o fim de auxiliar o lance.

É proibido "peichar" o adversário sôbre o meio do cavalo durante a carreira, ou parado.

Só é considerado ponto ou goal, quando o Pato fique alojado nas rêdes do arco.

Nenhum jogador pode ser cruzado durante a carreira, bem como é considerado falta o zigue-zaguear na frente do jogador para evitar sua velocidade ou que se aproxime do arco.

O Juiz evitará o jôgo violento. Chamará a atenção do jogador que assim proceder e em caso de reincidência, por um mesmo jogador poderá expulsá-lo de campo.

INFRAÇÕES E PENALIDADES

PENAL n.º 1 : — Tiro livre sôbre o arco.

Executado de 5 metros de distância. (Ponto marcado sôbre o centro do arco a 5 metros dêste).

Os jogadores da equipe ofensora ficarão colocados atrás da linha do arco. Estes não poderão interceptar o tiro ao arco.

Os jogadores da equipe ofendida formarão atrás do jogador que vai executar o tiro livre.

PENAL n.º 2 : — Um tiro livre ao arco de 8 metros dêste. (Ponto marcado no prolongamento do ponto dos 5 metros).

Póde ser diretamente ao arco ou por meio de combinação.

Os jogadores das equipes, ofensora e ofendida têm liberdade de colocação dentro do campo.

PENAL n.º 3 : — Um lance executado do ponto em que foi cometida a falta, com formação das equipes igual à de saída.

O Juiz fará um passe ao n.º 1 da equipe ofendida.

PENAL-GOAL : — No caso em que a falta é cometida premeditadamente, para salvar um goal e de forma perigosa, o juiz concederá um goal à equipe ofendida e poderá ainda marcar os penais 1, 2 e 3 a seu critério.

JOGADOR EXCLUIDO : — O Juiz poderá excluir um jogador, além de marcar para execução imediata qualquer penalidade, no caso de faltas perigosas e deliberadas ou ainda por má conduta que prejudique o JÔGO.

(No próximo número, continuação de regras e penalidades).

CONSERVAR MELHORANDO

Ten. HERALDO DE OLIVEIRA MOTA

Difícilmente, o plano de trabalho que orienta os diferentes ramos de atividade da Administração e Instrução do Exército, está sujeito a críticas. Tudo é fruto de uma longa experiência e nasceu dos ensinamentos colhidos na prática diária dos quartéis.

Daí sermos contrários ao critério de apagar o que foi feito e começar, novamente, dos alicerces. Mas isso não impede, todavia, que ao já existente de bom e codificado, juntem-se novas sugestões. Essas terão o modesto objetivo de, se possível, realizar um melhor esforço de cooperação no sentido de acrescentar alguma coisa à doutrina já existente, sem nenhum cunho vaidoso de doutrinar.

Assim, vejamos:

Há mais de um ano que as carteiras de identidade fornecidas pelo Exército passaram a conter, além dos dados de côr, cabelos, barba etc., dados relativos à filiação do identificado. Foi mais um elemento informativo. Poderíamos, no entanto, avançar um pouco, incluindo um detalhe de interesse geral: *o tipo sanguíneo do identificado*.

O Banco de Sangue do Exército aproveitaria com isso, cobrando pelo trabalho que tivesse, apenas algumas gramas de sangue dos indivíduos do tipo altruista (doadores universais) e aumentando, em consequência, a reserva de *plasma sanguíneo* que possui. Nós ganharíamos com essa medida, pois, em caso de acidente, o trabalho de quem nos socorresse estaria facilitado, desde que se fizesse mister uma *transfusão de sangue*.

A nossa Escola Militar oferece elementos de legislação militar aos cadetes, através de aulas comuns em que os textos regulamentares são discutidos teoricamente. Da minha parte nunca aprendi o trabalho de um tesoureiro, almoxarife e provisionador, pois me destinava a papéis de oficial combatente. No entanto, isto é sabido, em muitas ocasiões somos solicitados a desempenhar essas funções, alheias à nossa especialização. E então ficamos sujeitos a administrar mal, a cometer falhas, lidando com um mapa 42 e uma série enorme de detalhes. Isso acarreta prejuízos ao bom andamento dos trabalhos administrativos do Exército.

Acredito que esse mal possa ser sanado, dividindo-se os cadetes do 3.º ano em pequenas turmas, as quais durante um mês, de per si, treinariam cada uma das principais funções da vida administrativa

de uma Unidade. E teríamos uma turma praticando o trabalho do ajudante, outra do secretário, aprendendo a conferir cargas, documentos sigilosos, outro grupo no trabalho do comandante de sub-unidade (como verificar uma folha de vencimentos, como organizar um programa de instrução), alguns estudando o trabalho do sargenteante, do sub-tenente, de sgt. do rancho, do almoxarife, de aprovisionador e tesoureiro, *tudo dentro de um critério rigidamente prático*. Mensalmente as turmas revesariam as funções.

Assim teríamos aspirantes com segura orientação administrativa e, futuramente, fiscais capazes e senhores de suas funções.

Aquí ficam duas sugestões apenas, na secção *Conservar Melhorar* do que nos propomos manter, nas páginas da "Defesa Nacional". Aceitaremos de bom grado todas as ideias que venham em nosso auxílio.

Ação anti-tóxica do fígado

Sabe o leitor amigo o que é a ação anti-tóxica do fígado?

É a ação pela qual ele elimina as toxinas e os resíduos venenosos que tanto perigo oferecem para a saúde e para a própria vida. As moléstias infecciosas, as extravagâncias, a idade, são fatores que acarretam o enfraquecimento e até mesmo o desaparecimento dessa ação. As consequências são fáceis de prever, bastando para isso lembrar que as toxinas e os resíduos venenosos, ao invés de serem eliminados, vão se acumulando no organismo.

Atenção, pois leitor amigo. Lembre-se de que o HEPACHOLAN XAVIER restabelece e aumenta notavelmente a ação anti-tóxica do fígado. É o que centenas de médicos atestam, acrescentando ser o HEPACHOLAN o remédio MAIS SEGURO E MAIS EFICAZ para todos os males do fígado: cólicas e congestões hepáticas, ictericias infectuosas, colites, ângio-colites, colecistites, cirrose, etc. Muitas perturbações digestivas: azias, dispepsia, prisão de ventre, mau hálito, etc., decorrem da anormalidade do fígado e desaparecem completamente com o uso do HEPACHOLAN XAVIER. No interesse de sua própria saúde guarde bem esta verdade: Em líquido ou em drágeas — HEPACHOLAN — o remédio soberano para os males do fígado. O Hepacholan se apresenta em 2 tamanhos: Normal e Grande.

SECOS E MOLHADOS

Rua do Comércio, 183 — Telefone Central, 299 — Caixa Postal, 358

J. A. ANDRADE

Atacadista — Engarrafamento em geral — Vitória — E. E. Santo

BOLETIM

Comissão Mista Brasil-Estados Unidos — O novo chefe da Seção
Terrestre da Delegação Norte-americana

O General de Divisão WILLIAM H. H. MORRIS JR., nasceu a 22 de Março de 1890, na cidade de Ocean Grove, Estado de Nova Jersey. Jovem ainda ingressou na Academia Militar de West Point, tendo sido promovido ao posto de 2.º tenente com 21 anos de idade. Possui uma brilhante fé de officio cheia de serviços ao Exército Norte-Americano, sobretudo durante as duas Guerras Mundiais.

Ao terminar o curso de West Point seguiu logo para as Filipinas e depois para a China, tendo servido no Oriente cerca de 3 anos. Regressando aos Estados Unidos foi destacado para o Texas, indo servir no 9.º Regimento de Infantaria, sendo posteriormente designado professor de Ciências Militares e Tática, na Escola de Agricultura e Mecânica do Texas.

Por ocasião da 1.ª Guerra Mundial, o General Morris era ainda capitão, tendo sido comissionado no posto de major, seguindo para a França no comando do 360.º Batalhão de Infantaria. Tomou parte nas operações do Meuse-Argonne, e no combate de 2 de Novembro de 1918, ainda como comandante daquele batalhão, foi ferido, recebendo a medalha denominada "Coração de Púrpura" conferida aos militares feridos em ação. Pelo seu procedimento heróico recebeu ainda a "Distinguished Service Cross" com a seguinte citação de combate: "Pelo extraordinário heroísmo em ação nas vizinhanças de Villers-Devant-Dien, França, em 1.º de Novembro de 1918. Durante o escurecer, conduziu o seu batalhão ao ataque sob forte fogo de artilharia e metralhadoras. Ao subir numa elevação a fim de reconhecer pessoalmente as posições inimigas, expõe-se a pesado fogo adversário, e, embora ferido por tiros de metralhadora, conduziu heroicamente seu batalhão em sua progressão, recusando-se ser evacuado, dando ânimo aos seus homens com a sua coragem pessoal".

Após a terminação da Guerra ainda permaneceu algum tempo na Alemanha e na França, como Assistente do Inspector do 9.º Corpo de Exército, tendo servido antes como Parlamentar Norte-Americano junto ao 21.º Corpo de Exército Alemão. Ainda na Europa foi comissionado em Tenente-Coronel pelos seus relevantes serviços.

Em Julho de 1919, regressou aos Estados Unidos e com a desmobilização do Exército Norte-Americano voltou ao seu posto permanente de Capitão. Novamente foi professor de Ciências Militares e Tática em Academias Cívicas. Em Julho de 1920 foi promovido ao posto de major. Curvou as Escolas de Estado-Maior do Forte Leavenworth, e de Alto Comando do Exército, em Washington; após este último curso, pela maneira brilhante como o fez, foi designado instrutor na referida escola. Em Agosto de 1933 foi promovido ao posto de Tenente-Coronel e designado para a Secção de Infantaria em Forte Benning. Após ter exercido várias comissões no Ministério da Guerra, em Maio de 1940 é promovido ao posto de Coronel e em Dezembro do mesmo ano ingressa nas Forças Blindadas, assumindo o comando do 66.º Regimento Blindado. É neste posto que a nova Guerra Mundial o encontra. Logo após ao ataque de Pearl Harbor, em Janeiro de 1942, é comissionado em General de Brigada. Quatro meses depois é comissionado em General de Divisão, indo comandar a 6.ª Divisão Blindada, em Camp. Chaffee, Arkansas.

Tomou parte nas célebres Manobras do Deserto de Louisiana, e, após ter comandado alguns meses o 2.º Corpo Blindado, segue para Salerno, Itália, em Setembro de 1943, como Observador das Forças Terrestres. Regressando aos Estados Unidos, comanda algum tempo o 18.º Corpo Blindado e então é finalmente designado para o comando da 10.ª Divisão Blindada com destino ao Teatro de Operações da Europa.

Novos brilhantes feitos estavam reservados ao General Morris, agora como comandante de uma Grande Unidade. Em Setembro de 1944 desembarca com a sua Divisão na França, toma parte na captura de Metz, na Batalha de Bulge, captura de Trier, travessia do Reno, tomada de Helderger e Ulm, travessia do Danúbio e o final da Guerra encontra o General Morris em franca progressão pelos Alpes com destino a Garmisch-Partenkirchen.

Durante a última Guerra o General Morris pelo seu heroísmo pessoal e a maneira com que conduziu a sua Divisão foi várias vezes distinguido pelo Exército Norte-Americano. Assim é que recebeu a "Distinguished Service Medal" pela "maneira brilhante como apoiou o XX Corpo em suas operações contra Metz, no período de 2 de Novembro de 1944 a 10 de Janeiro de 1945"; a "Legião do Mérito" pela "excepcional conduta no comando da 10.ª Divisão Blindada, durante o período de 11 de Janeiro de 1945 a 5 de Maio de 1945, na França, Alemanha e Austria"; a "Estrela de Prata" pelo "seu heroísmo em ação nas vizinhanças de Garmisch-Partenkirchen, Alemanha, em 30 de Abril de 1945, expondo-se a pesado fogo inimigo, a fim de coordenar os esforços dos elementos sob seu comando"; e a "Estrela de Bronze"

pela "maneira como conduziu a sua Divisão, em combate nas visinhanças de Thienville, França". Além dessas condecorações ainda possui a "Legião de Honra com Cruz de Guerra e Palma", da França e a "Cruz de Guerra da Bélgica".

Após a terminação da Guerra ainda permaneceu na Europa até Outubro de 1945 no comando do 6.º Corpo, tendo estado na Áustria e Alemanha.

Regressando aos Estados Unidos, após a sua laboriosa estadia na Europa, foi servir na Secretaria da Guerra, sendo agora designado para as funções que vem exercer no Brasil.

* * *

Condecoração — Foram agraciados pelo Governo Francês com a "Medalha de Ouro da Resistência", os Srs. Coronéis RENATO BAPTISTA NUNES e JOÃO BAPTISTA MAGALHÃES, respectivamente Diretor-Presidente e Presidente do Conselho Fiscal de "A Defesa Nacional".

Sobejamente conhecidos e admirados no seio do Exército, não só pelos primorosos dotes intelectuais revelados através longa e profícua labuta profissional, como igualmente por suas raras e sólidas qualidades de carácter, torna-se ocioso relembrar aqui suas folhas de serviços, particularmente assinalados na Escola de Estado-Maior.

Faremos referências, apenas, à qualidade em que foram distinguidos pela Nação Francesa — a de escritores militares de larga projecção e intensa actividade, que muito têm feito pela maior aproximação espiritual entre as duas grandes pátrias latinas.

Congratulando-nos, pois, com os distintos mestres, e felicitando-os, felicitamos igualmente as autoridades francesas pelo acerto e justiça de tão honrosa comenda conferida a dois dos mais altos e puros expoentes da intelectualidade militar brasileira.

* * *

General DE LATTRE DE TASSIGNY

O Brasil tem recebido, neste após guerra, a visita dos mais altos expoentes das vitoriosas armas das Nações Unidas.

Recentemente esteve entre nós o General JEAN DE LATTRE DE TASSIGNY, actual Inspector Geral e Chefe do Estado-Maior do Exército Francês.

A figura sobremodo simpática do bravo e ilustre vencedor da campanha da *Alsácia* e do *Reno*, impôs-se desde logo à admiração de quantos lhe ouviram a palavra eloquente e assistiram alguma das conferências por ele pronunciadas em nossa Capital.

O General DE LATTRE, a par do muito que fez pela libertação de sua Pátria e pelo renascimento de seu Exército, é hoje uma das personalidades mais apreciadas nos meios militares mundiais, pelo debate que vem fazendo através conferências e artigos em revistas e jornais, em torno da renovação da organização das Forças Armadas e das modificações a introduzir nos processos de combate.

Apreciando os ensinamentos colhidos ao vivo na 2.^a Guerra Mundial, à luz dum raciocínio esclarecido e de uma sólida cultura geral, esse grande cabo de guerra gaulês tem escrito algumas das páginas mais interessantes da moderna literatura militar.

Não se contentando em aplicar seus pontos de vista, dadas as elevadas funções que exerce presentemente, porém fazendo questão de debatê-los e de doutrinar seus camaradas e subordinados, o General DE LATTRE, com uma visão segura e objetiva dos problemas que focaliza, fá-lo animado com um espírito da mais ampla universidade. Daí o interesse mundial despertado por seus estudos e reflexões.

Transcreveremos, em seguida, a saudação que lhe foi feita pelo General ALENCAR ARARIPE, Cmt. da Escola de Estado-Maior, quando de sua visita ao nosso mais elevado estabelecimento de ensino militar.

Saudação da Escola de Estado-Maior do Exército
ao General J. de Lattre de Tassigny (Outubro
de 1947).

Pelo Gen. T. A. ARARIPE

A Escola de Estado-Maior do Exército tem por grande honraria receber a visita de V. Excia. Ela empresta, sobretudo, notável significação ao amável gesto de V. Excia, dignificando este seu auditório com a conferência que teremos a ventura de ouvir.

Escola onde "se aprende a pensar" na expressão característica de Foch, "laboratório de ideias", como a temos designado, aqui não se tem deixado fugir a oportunidade de ouvir as lições, ainda frescas, dos últimos acontecimentos militares, através da autoridade dos grandes chefes que nos visitaram. Foi assim com EISENHOWER, o Comandante em Chefe aliado na Europa, CRITTENBERG, o Comandante do IV Corpo a que esteve diretamente subordinada a Força Expedicionária Brasileira na ITALIA, JUIN, um dos Comandantes das tropas Francêsas e ex-Chefe do Estado-Maior Geral da França e o nosso velho mestre e camarada CARPENTIER. A todos ficamos eternamente gratos por essa coadjuvação espontânea através das abalizadas palavras de ensino e de conselho que nos proporcionaram.

* * *

Não o recebemos, Senhor General, apenas com as deferências de cortesia e alta consideração devidas aos visitantes ilustres; nem tão

pouco com o mero carinho e a mera simpatia que aqui são latentes pelo Exército Francês, a que nos unem laços de grande e velha afeição.

Nesta casa, Escola de formação de chefes, apraz-nos recebe-lo como homem de ação, homem de atitudes e também homem de pensamento, encarando dessa maneira o protótipo do verdadeiro chefe, paradigma para os jovens oficiais que aspiram ser condutores de seus compatriotas na paz e na guerra.

Permita, Senhor General, que contrarie a sua modestia relembrando os traços mais acentuados de sua carreira. Homem de ação, já era o jovem tenente de dragões, carregando contra o inimigo e lanceado no peito; como o será o futuro oficial de infantaria, ferido, várias vezes, na primeira grande guerra e em operações dos Marrocos; como o será também mais tarde o comandante de grande unidade da segunda grande guerra, na fase crítica da derrota e no esforço inquebrantável da resistência e da reconquista. Homem de atitudes, é o chefe que não se conforma com a derrota e que tenta continuar a luta mesmo em outras terras; que se empenha por manter o espírito de resistência no pequeno exército deixado à França; que procura opôr-se à ocupação nazista e que, prisioneiro, realiza espetacular fuga para juntar-se aos combatentes aliados.

Homem de ação e homem de atitudes, é o comandante do Exército "B" de invasão, do 1.º Exército Francês, que, desembarcado no Sul da França, reconquista TOULON e MARSELHA e prossegue em violenta ofensiva, da PROVENÇA ao RENO e do RENO ao DANÚBIO, cooperando eficazmente na libertação de sua Pátria e na vitória final contra o Reich.

Finalmente, Senhores, homem de pensamento, é o laureado com a melhor classificação na Escola Superior de Guerra e que, além da influência acentuada nos estados-maiores em diferentes épocas, é hoje o grande delineador da renovação do sistema militar Francês. Nesse particular, o General De Lattre de Tassigny, não se limitou a propôr e advogar medidas, mas vem realizando verdadeiro trabalho de catequese, nos seus discursos, conferências e artigos, em torno do que denominou "o Exército de transição" e o "Ensaio de adaptação da organização militar francesa às condições futuras da guerra", idéias já divulgadas em nossas revistas militares.

Quando se cuida de atualizar o sistema militar de uma nação, de acordo com a experiência da guerra, as previsões de um progresso iminente, as necessidades e as possibilidades nacionais, tem grande oportunidade, principalmente para as nações de fraco potencial econômico, a apreciação do sistema proposto pelo General De Lattre de Tassigny.

Ele nos adverte, de início:

"Ao método puramente histórico, que conduzia geralmente à preparação da guerra de ontem e não à da guerra de amanhã, sobrepõe-

se o método conjectural, de estudos sempre renovados e de conclusões que não serão definitivas.

E mesmo quando tiver passado a fase de estudo, ou as conclusões forem de maior fundamento, as Forças Armadas se apresentarão em evolução que não cessará. O espírito dogmático que se amarra à letra dos regulamentos e às organizações rígidas deve ser substituído pelo espírito de flexibilidade, sempre disposto a adotar fórmulas novas, quer na concepção da arte da guerra, quer na aplicação dos meios de combate".

Posta em execução a mór parte de suas idéias, o General as completa em conferência realizada a 31 de Janeiro na Escola de Estado-Maior de França, publicada na "Defense Nationale" de Abril — "Ensaio de adaptação da Organização militar francesa às condições futuras da guerra".

O caráter renovador, quasi revolucionário, de seus conceitos, já comentados nesta sala, devem ser bem meditados sempre que desejarmos dar forma completa ao nosso sistema militar.

Enfrentando as constantes e as variáveis do problema da segurança nacional, êle começa por definir a concepção atual da mobilização, com a extensão do Serviço Militar ao Serviço Nacional. Prossegue com as idéias das lutas em superfície, em lugar das lutas de periferia ou lineares; com as necessidades de proteção total em superfície em lugar da simples cobertura das fronteiras; com a concepção de um corpo de batalha poderoso; com a incentivação da pesquisa científica e o desenvolvimento do dinamismo humano.

Cumprе salientar que, propugnando pela reforma da organização administrativa e militar do país, o General patenteia espírito civil e democrático quando acentua que "o Exército, longe de querer controlar, sob o manto da defesa nacional, o conjunto das atividades do país, aspira ardentemente que a Nação, no seu conjunto, sobrepondo-se à concepção restrita de defesa nacional impregnada da tradicional preponderância militar, se compenetre de seu papel permanente nos esforços de toda a natureza, indispensáveis à luta integral pela própria segurança".

* * *

Mais poderíamos dizer para justificar o júbilo e a ufania com que o recebemos e com que ouviremos a sua lição.

Mestre que V. Excia. é da arte da guerra, nós revemos no sua figura impressionante os nossos velhos e oporosos mestres da Missão Militar Francêsa, a quem tanto deve o nosso Exército, e os vultos imprecíveis do Exército Francês, padrões do saber, da bravura e da honra militar.

NOTÍCIAS MILITARES

ARMAMENTO E MATERIAL

— Em Ossu (Japão), tropas norte americanas encontraram instalações para lançamento de balões com explosivos. Presume-se que os japonezes tencionavam empregá-los sobre a região ocidental dos Estados Unidos. Os balões encontrados mediam 30 ms. de diâmetro e eram dotados de um "candelabro" com aparelhos de comando da altitude e de desprendimento das bombas. Inflados com hidrogênio, deveriam ser lançados de plataformas circulares.

— O foguete Stooze, dirigido pelo rádio, é construção britânica considerada como provável defesa contra aviões lançadores de bomba atômica.

— Já se diz: "Atualmente não se atribuem unidades de foguetes aos regimentos de Infantaria, porém, m futuro próximo, encontraremos os foguetes além da "bazooka", nos quadros de organização da infantaria." (De Revista Militar Brasileira).

— O papel "resistente à água" empregado pelo exército norte americano, fôra submetido no Texas a provas da resistência não só à água como a tudo que pudesse inutilizá-lo. Depois de mergulhado em água e retorcido vigorosamente vinte vezes, foi golpeado com coronha de fuzil, pisoteado na lama, fervido em água e sabão e, por fim, passaram-lhe um tank por cima.

AVIAÇÃO

— Estão sendo feitas experiências com trens de aterrissagem sobre lagartas, nos E. U. A. Visa-se, assim, derimir a necessidade de uma pista de pouso de superfície aparelhada, permitindo aterrissagem de aviões pesados em terreno pouco consistente, lama ou areia.

— De acôrdo com os informes oficiais, o aeroparque da cidade de Buenos Ayres terá caráter de aeroporto municipal e estará compreendido, na classificação internacional, aos similares de classe III, com capacidade para aviões com peso até 10000 kgs. Compreenderá tres pistas de cimento, cada uma com 800 ms. de comprimento.

— Em FORCES AERIENNES FRANÇAISES, tratando da EVOLUÇÃO DO COMBATE AÉREO, o Cap. ROUQUETTE fixa os seguintes pontos de vista: "A Aviação não poderá participar da batalha

terrestre si não dispuzer de superioridade aérea. O exército terrestre tem meios próprios para atingir seus objetivos: artilharia, blindados, infantaria, etc. O papel da Aviação deverá consistir portanto em informá-lo (reconhecimento) e o ajudar estrategicamente (bombardeio da retaguarda inimiga). A ajuda no campo de batalha deve consistir em desembaraçar o céu de inimigo. O resto competirá ao Exército da terra. Só o Comandante em Chefe deve dispor de aviação".

— Em Março último foram realizadas as primeiras manobras aéreas de envergadura, ocorridas desde o fim das hostilidades. Tiveram como objetivo evidenciar a mobilidade do exército do ar e estudar a possibilidade de intervenção a grande distância de uma formação aérea não seleccionada. Foram empenhados 30 aviões, dos quais 11 de transporte, 3 de reconhecimento e 16 P. 47 Thunderbolt, em vôo que se iniciou na Alemanha — e foi concluído em Abidjan, com escala em Dakar e Niamey.

CRÔNICA MILITAR DO BRASIL

— Com o título acima, a REVISTA MILITAR portuguesa publica interessante trabalho do Brigadeiro D. RUY DA CUNHA E MENEZES, em que são focalizadas as atividades da nossa Biblioteca Militar, as transformações do nosso plano de uniformes, a gloriosa epopéia de TUIUTI, as manobras da nossa E.E.M., uma exposição de artistas militares realizada no nosso Clube Militar, a questão da segurança do hemisfério e, por fim, uma conferência realizada pelo Ten. Cel. DIEZ-ALEGRIA-GUTIERREZ, do Exército de Espanha. No que diz respeito a esta conferência, a aludida crônica registra o seguinte: "Ao que parece, o velho espírito latino vai perdendo o prestígio no Brasil, empurrado pelo dinamismo e pelo materialismo das moderníssimas fórmulas norte-americanas, mais simples, mais práticas e de mais fácil receptividade. O Brasil vai entrando vertiginosamente — e totalmente — na esfera de influência norte-americana. A doutrina de Monroe é hoje uma verdade palpável; o Plano Truman uma necessidade compreendida; a hegemonia dos Estados Unidos, uma realidade, à qual apenas fogem, por enquanto, algumas repúblicas espanholas que teimam em conservar-se fieis à sua tradição, e aos seus inspiradores, os elementos da sua formação e as memórias de Bolívar e de San Martín. A Espanha é ainda a sua base de partida. Mas a América do Norte, com a sua aureola de liberalismo, com o fastígio do seu desenvolvimento industrial e do seu comércio, e com o prestígio das suas vitórias no último conflito, há de tornar-se finalmente, a despeito de todas as resistências, e de todas as relutâncias, o órgão regulador de todas as atividades — mesmo das atividades militares — que se desenvolvam

no Continente, desde o Canadá (inclusive ou exclusive?) até o Cabo Horn. A influência ibérica será, historicamente, uma recordação e o Homem de Armas Espanhol, o símbolo heráldico dum passado... que passou".

CONGRESSO MÉDICO-FARMACEUTICO

— Na cidade de Basileia (Suíça), realizou-se em Junho último o XI Congresso Internacional de Medicina e Farmácia Militares, no qual o Brasil, foi um dos países relatores.

FORMAÇÃO DOS QUADROS E FUSÃO DAS ARMAS

Afirma o Inspetor Geral do Exército Francês: "A compartimentação do Exército em certo número de armas não, tem a rigidez antiga, numa época em que um comandante de carros deve possuir as qualidades do cavaleiro e do artilheiro e, por vezes, as do engenheiro e do infante". O Cel. DUFFOURT, em artigo publicado sob o título acima, na REVUE DE DEFENSE NATIONALE, diz, a respeito: "Brevemente efetivos e armamentos estarão repartidos por unidades que formarão sub-divisões do exército de terra, de tipos diversos, correspondentes ao seu emprêgo no campo de batalha e cujos oficiais, formando um corpo único, serão chamados para servirem, indistintamente, em qualquer delas". Prossequindo, procura demonstrar, em síntese:

- que a distinção entre armas já é, de há muito, artificial;
- que o argumento da especialização necessária é especioso;
- que a formação de oficiais aptos para servirem em todas as armas é possível;
- e, enfim, que há vantagens na reforma que se pretende".

GUERRA ATÔMICA

— Segundo o Diretor de Investigações Científicas da General Elétric, a República Argentina encontra-se entre as poucas nações habilitadas para produção de bombas atômicas em prazo inferior a dez anos.

IMIGRAÇÃO

O vasto plano do governo argentino, para acelerar a imigração em grande escala, sofreu um revés na Itália, fonte que tradicionalmente tem abastecido aquele país. Isso, porque a Confederação Geral do Trabalho da Itália pretende que o governo italiano controle o emprêgo que se dará aos imigrantes, pretensão esta que a Argentina consi-

derou uma limitação à sua soberania. Contudo, embora o governo argentino haja encerrado as negociações a respeito, consta que 100.000 italianos estão dispostos a partir, com ou sem controle do governo de seu país.

IMPRESSÕES DO BRASIL

Em REVUE HOMMES ET MONDES, n.º de Fevereiro último, o Gen. JUIN fixa impressões colhidas no Brasil, após a recente guerra, notadamente sobre a Escola de Estado Maior, a organização do Exército e o recrutamento para as escolas militares. Insiste em que a França deve retomar a posição que lhe coube em nosso país e na linha aérea criada por MERMOZ.

INSTRUÇÃO DE COMBATE

— A 30a. D.I. norte-americana e duas unidades postas à sua disposição — o 543.º B.C.C. e o 823 Btl. Caça-Carros — atacando numa frente de 6100 ms. com dois Regimentos justapostos, penetrou 9 kms. em território inimigo e conquistou oito vilas defendidas pelas tropas panzer dos alemães, em operações noturnas que abrangeram duas noites. Citando tal fato, e outros mais, ocorridos na última guerra, o Ten. Cel. W. D. DUNCAN, da Escola de Comando e E.M. dos E.U.A., assinala que "o soldado norte americano geralmente prefere atacar de noite, nos terrenos planos e descobertos". E, a respeito de combates noturnos, diz ainda: "E' de se desejar que, ao romper qualquer novo conflito, tenhamos oficiais perfeitamente senhores da prática e da doutrina do combate noturno". O ponto de vista é interessante, muito embora o caráter de pouca profundidade a esperar de ações dessa espécie.

ORGANIZAÇÃO MILITAR

— Segundo publicação oficial, a França deverá dispor de um poderoso exército móvel, equipado para uma possível guerra atômica, embora o Ministro da Guerra esteja pessoalmente convencido de que a bomba atômica nunca será usada como instrumento de guerra. Segundo os planos franceses, num período de quinze anos o Exército estará preparado com forças suficientes, para ser considerado como um exército poderoso e contará com um total de 450.000 homens, sendo 294.000 do exército metropolitano. Quanto ao período de serviço militar, pretende-se "que é necessário manter o princípio do serviço de um ano, que já deu as suas provas e que parece indispensável para assegurar

a ligação entre os dois contingentes de recrutas". Este serviço efetivo será precedido de uma preparação militar no ano anterior à incorporação. Além disso, os setores de recrutamento deverão organizar exercícios de reserva, frequentes e de curta duração. Tendo em vista conciliação dos interesses militares e agrícolas, a época e o sistema de incorporação subordinar-se-ão às propostas dos Ministérios interessados.

— A bomba atômica imporá a necessidade de novos tipos de unidades do Exército, além das encarregadas do manuseio, transporte e lançamento das bombas. Como exemplo pode ser apontada a de uma unidade especial de anti-radio atividade, à qual possivelmente caberão as tarefas de examinar a área bombardeada, descontaminá-la e instruir a tropa quanto às medidas de proteção.

— O treinamento militar do russo começa na idade de 12 anos, com cursos elementares que tomam duas horas por semana. O serviço obrigatório principia aos 16 e continua até aos 50 anos de idade. A população russa, incluindo as Repúblicas do Báltico e as terras devolvidas pela Rumania, à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, foi estimada em 195.000.000, aproximadamente, no ano de 1940. Além da própria Rússia, que tem 110.000.000 de habitantes, há 16 Repúblicas Unidas que contribuem para que o número total se acerque de 200.000.000. Diz-se que a Rússia terá uma potencialidade militar de 40.000.000 de homens, caso empenhe todos os homens e mulheres fisicamente hábeis, entre as idades de 14 a 45 anos. A potência máxima alcançada pelos exércitos russos na última guerra foi de 20.000.000 de pessoas.

TRANSCRIÇÕES DE ARTIGOS DE OFICIAIS BRASILEIROS

— "Ensino militar" do Ten. Cel. CORREIA LIMA, em *Military Review*, n.º de Abril de 1946.

— "Operações do 6.º agrupamento tático brasileiro na Itália" do Ten. Cel. JOSÉ P. ULHOA CINTRA, em *Military Review*, n.º de Maio de 1946.

— "A Escola de Estado Maior e a instrução" do Cel. RENATO BAPTISTA NUNES, em *Military Review*, n.º de Junho de 1946.

— "A conquista de Monte Castello pela F.E.B." do Major NELSON R. DE CARVALHO, em *Military Review*, n.º de Julho de 1946.

— "As 4 fases da F.E.B." do Cel. HUMBERTO CASTELO BRANCO, em *Military Review*, n.º de Junho de 1946.

— "A arte de comandar" do Cel. J. B. MAGALHÃES, em *Military Review*, n.º de Agosto de 1946.

— "Colaboração Militar Brasil-Estados Unidos", do Gen. Div. E. LEITAO DE CARVALHO, em *Military Review*, n.º de Setembro de 1946.

— "Princípios e regras a observar no emprego dos Serviços" do Ten. Cel. ANTÔNIO MOREIRA COIMBRA, em *Military Review*, n.º de Outubro de 1946.

— "A F.E.B. na Itália", do Major NELSON R. DE CARVALHO, em *Military Review*, n.º de Novembro de 1946.

TRAVESSIA AÉREA DO ATLÂNTICO SUL

O Comando Superior das Forças Aéreas da Armada Portuguesa fez comemorar-se, a 17 de Junho último, o 25.º aniversário da travessia do Atlântico Sul, levada a cabo por GAGO COUTINHO e SACADURA CABRAL, após 60 horas de voo num Fairey 17, através cerca de 8000 kms.

SEPARATAS

— "Centralização de Tiro" —

(E o novo processo de tiro simplificado)

MORTEIROS

PATRULHAS MOTOMECANIZADAS

Estes trabalhos publicados nos números de Agosto e Setembro (399 e 400) foram tão apreciados, que a administração da Revista resolveu organizar separatas. O primeiro, a *Centralização do Tiro*, trabalho do Major Breno Borges Fortes, instrutor da E. A. O., é um livro para os artilheiros de qualquer posto, especialmente os Capitães Comandantes de Bateria e os futuros alunos da E. A. O.

O *Morteiros* organizado pelo Major Euro Lobo Martins, também instrutor da E. A. O. é um livro para os infantess e cavaleiros até o posto de Capitão. Excelente trabalho, reduzindo em 50 páginas os processos americanos para o tiro com os morteiros de 80 e 60 segundos de uma série de exercícios ótimos.

Patrulhas Motomecanizadas do Cap. Arnaldo Calderari, é um excelente trabalho com 20 exercícios de patrulhas e pelotões mecanizados, constando em todos um texto explicativo das ações e de um esboço elucidativo.

O apêlo feito aos Capitães e Tenentes pelo Ten. Cel. José Horácio da Cunha Garcia no número de Junho, já foi atendido em parte pela E. A. O. pois estes trabalhos de separatas, especialmente o *Morteiros*, e as *Patrulhas Motomecanizadas*, interessam bem de perto o escalão de baixo com um material bastante objetivo.

Major BELARMINO N. GALVÃO

ÉCQS DO «DIA DO RESERVISTA» EM JOÃO PESSOA—1946

— V A R A O — E X E M P L O —

(Palestra pronunciada ao microfone da P.R.I. 4, às 21 horas e 40 minutos de 15/XII/1946, pelo Major Ernesto Leite Machado, Chefe Interino da 23.^a C.R., em João Pessoa).

RESERVISTAS PARAIBANOS!

Os verbosos e cultos oradores que nos precederam neste microfônio, na série de palestras da "Semana do Reservista", já vos falaram, — e, por sinal, fizeram-no com maestria notável, — sobre o "Dia do Reservista" e os vultos imortais de Bilac e Hermes, — êstes dois gigantes, do Pensamento e da Ação, — expoentes máximos, entre nós, desta cruzada Sublime, que foi a campanha do "Serviço Militar Obrigatório".

A êstes dois grandes patriotas, deveremos, em grande parte, a estrondosa apoteose que, amanhã, — 16 de dezembro, mais uma vez, encherá de alegria e legítimo orgulho, nossos corações de brasileiros. Pouco nos resta, pois dizer-vos sobre êsses temas, já quasi esgotados. De Bilac, — especialmente, — o erúdito médico e professor patricio, — Sr. Dr. Oliveira Castro, — se ocupou, ontem, em brilhante e profunda palestra, repassada de vigoroso civismo e sadia brasilidade! Recordou aos paraibanos, — sem que pudesse ocultar a própria emoção, — fatos interessantíssimos, ligados à notável pregação cívica daquele Príncipe da Poesia Brasileira, a pról do Serviço Militar Obrigatório. Resta-nos, apenas, dizer-vos duas palavras sobre Hermes da Fonseca.

Falar do Sorteio, do Serviço Militar, ou da Reserva, é falar de Hermes, — Grande Soldado Brasileiro. Foi êle quem instituiu, em 1908, quando Ministro da Guerra do Governo Afonso Pena, o Serviço Militar Obrigatório, — antevendo, — espírito iluminado que era, — os benéficos resultados de sua adoção imediata. Foi a instituição dêsse Serviço, com o Sorteio

Militar, que nos permitiu preparar os primeiros reservistas e ir aumentando, anualmente, em progressão SEMPRE CRESCENTE, — graças a Deus, — nossas valorosas Reservas. Camaradas!

Hermes foi um simplório: alma singela e boa, pura como a mais delicada virtude; mentalidade de eleito, cerebração potente, espírito elevadíssimo, — por isto mesmo, superior ao seu tempo: um incompreendido, direis portanto. Possuía cultura geral invulgar e, — para a época em que viveu, — espantoso preparo técnico-profissional; talento privilegiado; patriotismo incomum; acentuado espírito de classe e dedicação ilimitada ao Brasil, que ele, — o Marechal, — estremecia mais que a própria vida. Era homem de boa fé talvez excessiva. Morreu sem conseguir aceitar a cruel verdade de que a indignidade pode constituir atributo humano.

De confiança, no próximo, seguramente exagerada, viu-se arrastado, — como corolário, mesmo, de algumas dessas delicadas e peregrinas virtudes, — pelo turbilhão vertiginoso e alucinante da política, ou, digamos melhor, da "política" má-sã, da "política" canalha, ou, — se preferis a corrutela, da "politicalha", — então muito em voga (exatamente como hoje, Senhores...). Nobre rebento de geração de gigantes, — os Fonsêcas, — e filho de Hermes Ernesto, — um dos "Sete Macabeus", — gente de ascendência tradicional, que se ilustrara, em duras pelejas, nos charcos miasmáticos do Paraguai; com acervo magnífico de inestimáveis serviços prestados ao nosso Exército e, portanto, ao Brasil, Hermes da Fonseca foi, — senhores, — digno continuador e herdeiro notável das excepcionais qualidades de bravos ancestrais.

Entretanto, não deixou de ser grandemente injustiçado — até bem pouco tempo, podemos assim dizer. Marechal do Exército Brasileiro, Ministro da Guerra e, por fim, Presidente da República no quadriênio de 1910 a 1914, foi cidadão modelar sob qualquer feição por que se lhe analise a vigorosa personalidade. Militar, atingiu, galhardamente, o ápice da nobre carreira abraçada. Conheceu quasi tôdas as glórias a que pode aspirar um soldado de elite. E conheceu, igualmente, quasi tôdas as amarguras a que, em todos os tempos, sempre estiveram sujeitos, entre nós, os Nunes Tutelares da Pátria, os Gênios benfazejos... — os Caixias, os Rios Brancos os Florianos... Como se o Exército do seu próprio País fôra pequenino demais para conter o brilho do seu talento de eleito, quiz ver, de perto, os grandes Exércitos Europeus. Visitou

os mais famosos da época: — o Alemão e o Francez, onde, em Manobras, impressionou, profundamente, as altas patentes e fêz-se admirar por espantosa cultura profissional. Com extraordinário desembaraço, segurança e propriedade, criticou o desenrolar dos temas perante numerosos e brilhantes Oficiais de Estado Maior. Estadista esclarecido e "político" notável, (no sentido nobre da palavra), atingiu a culminância da carreira política; chegou à suprema magistratura do País, vitória estrondosa que seus mesquinhos adversários políticos, — roídos de despeito, — nunca lhe haveriam de perdoar.

Homem da família, homem do lar, como espôso, pai, parente e amigo, pautou, sempre, seu procedimento pelos ditames áusteros da mais severa moral. Foi legítimo "Varão de Plutarco". Esquadrinhem-lhe, os biógrafos, — à vontade, — a vida íntima: não se lhe aponta deslize; não se lhe conhece nota destoante no concôrto harmonioso da vida irrepreensível de CIDADÃO-EXEMPLO.

Ilustrado e ilustre, respeitável por todos os títulos, prestigiado pelo Exército, — que o Marechal adorava, — e, ao mesmo tempo, ídolo da própria Classe, o valoroso soldado, em 1909, conquistou, — sem o querer, — popularidade a que raros nomes têm ascendido no Brasil. Sem embargo dêsse fato, ou, talvez mesmo, como consequência dessa situação privilegiada, viu-se combatido, caluniado e, — o que é ainda, pior para um homem público que atingiu o auge da fama, força e, prestígio, — viu-se ridicularizado, envolvido numa campanha infeliz e sórdida, ignóbil e indecorosa, para não dizer obscena...

Os "medalhões" profissionais da politiquice; os transfugas de todos os partidos; os "Camaleões" de todos os matizes; os indignos de todos os quilates; os desmoralizados de tôdas as castas; os aproveitadores de tôdas as situações e até mesmo, — senhores, — os patifes, as patifas, a quem sempre faltara hombridade precisa para cumprir o mais comezinho dever do homem de brio, — os inveterados na prática do "calote", — é até, também, os que encarneceram no véso de trapacear; os que envelhecera na prática da chicana, e os que se envileceram nas gordas negociatas e nos labirintos mal cheirosos da advocacia administrativa, — até esses — Senhores! — também tiveram o topete de pretender macular o caráter sem jaça do homem público inacatável, soldado incorruptível, cidadão probo e virtuoso, chefe de família exemplar, filho, es-

pôso e pai amantíssimo, que foi Hermes Rodrigues da Fonseca!

SENHORES!

Já é tempo de exigir justiça para a memória do inclito Marechal, a quem tanto deve o Brasil! Aquele que, como Ministro da Guerra e Presidente da República, elevou o Exército e a Pátria a alturas jamais atingidas! Reorganizou o Exército nos moldes dos melhores Exércitos do Mundo; modernizou-o; dotou-o de Quadros Capazes e de material eficiente e moderníssimo, para a época. Reorganizou a Marinha. (Em 1910, possuíamos a melhor, mais moderna e maior Marinha de Guerra da América do Sul). Criou o Serviço Militar Obrigatório e, conseqüentemente, nossa Reserva. — esta Maravilha, que, hoje, é nosso orgulho — e orgulho autêntico! Fêz construir quartéis modernos e higiênicos. E até Villas Militares completas, com residências confortáveis, para os que vivem "Sob Bandeira".

Como Presidente, basta afirmarmos que, em 4 anos, no seu honrado govêrno, foi DUPLICADO o número de quilômetros de estradas de ferro brasileiras!

Hermes foi honesto, puro, sábio, dinâmico, patriota e, sobretudo, genial, clarividente. Não somos nós quem o afirma: — é a própria "Justiça de Deus, na voz da História!"

Patrícios da Paraíba!

"Muito folgamos em verificar que a imprensa, o rádio, os intelectuais, os homens de pensamento, as figuras mais representativas das classes chamadas liberais" e do próprio Clero, de João Pessoa, "dão as mãos aos soldados, nesta "Semana do Reservista", conjugando esforços a prol da Defesa Nacional".

"E' velho consórcio que, entre nós, já vem de longe, êsse da inteligência aliada à Fôrça..." Festejado escritor patricio já observou que "se há País, no Mundo, em que a Inteligência tem sempre vivido em consórcio perene com a Fôrça, — com o Exército, — êste País é o Brasil." Judiciosa observação!

Mais uma vez se demonstra, pois, a tese genial do grande "Cantor dos Escravos": "Não cõra, o livro, de ombrear com o sabre, nem cõra, o sabre, de chamá-lo irmão!..."

Companheiros paraibanos!

Teríamos muito, ainda, a dizer-vos, mas... o tempo "võa"... Aproxima-se o minuto da nossa despedida — Che-

gamos ao término da nossa alinhavada "conversa", escrita às pressas, sem retórica, sem atavios, sem preocupação literária em meio às absorventes cogitações do serviço: — "cavaco" de soldado... ditado, apenas, pelo coração... Perspicazes, como sois, já compreendentes, porém, não vimos a este microfôno para concitar-vos ao cumprimento do dever! Aqui não nos achamos na qualidade de "Chefe do Serviço de Recrutamento Militar", neste Glorioso Estado, para lembrar-vos as obrigações do reservista. Seria desnecessário fazê-lo. Bem conhecemos vossa fibra, vosso civismo tradicional Sabemos quanto sois ordeiros. — Conhecemos vosso espírito de disciplina, vossa pronta obediência às ordens dos superiores hierárquicos, quando essas ordens visam, de modo evidente, — como é o caso, — engrandecimento da Pátria, a felicidade do Brasil e a continuidade da preservação de sua Soberania. Por outro lado, não ignoramos como vos sabeis mostrar adoravelmente rebeldes, admiravelmente intransigentes quando alguma autoridade desabusada, mesmo legalmente constituída, pretende, transpondo os limites do bom senso e da decência — perdendo, quanta vez, o respeito que deve a si própria! — impôr-vos vontade de tirano, ou, mesmo, impingir-vos pontos de vista errôneos, cuja aceitação viria melindrar vossos sentimentos de independência e altivez, já tão conhecidos no Brasil... Sabemos tudo isto e vos admiramos, patrícios da Paraíba. Confiamos plenamente em vós.

Não necessitais de exortação. Para seguides a estrada larga do dever, dispensais estímulo de quem quer que seja.

Aqui estamos, portanto, apenas, como "AMIGO" para transmitir-vos nosso abraço fraterno, dar-vos "boas-vindas" em nome dos vossos chefes e companheiros da Ativa, daqueles que ainda se encontram empenhados no labor sacrossanto da Caserna, — êsse cadinho admirável onde se aperfeiçoam e acrisolam os sentimentos de camaradagem, fraternidade e amor à Pátria.

Aqui vimos, finalmente, senhores!, para reafirmar, não somente a vós, mas a toda gente, — brasileira, ou, não, — para proclamar, alto e bom som, a todo o Universo, — se preciso fôr, — a convicção inabalável dos irmãos da Ativa nos vossos elevados sentimentos de amor ao Brasil! Para reafirmar, de frente erguida, com toda a altivez e independência, nossa crença segura de que sabereis, sempre no futuro, como, magnificamente, o soubestes no passado remoto e, também, há poucos meses, nos campos gelados da Itália. — "derramar,

conosco, vosso sangue caboclo antes que o tacho brutal do conquistador impiedoso e bárbaro" — (venha de onde vier!) — "pise as areias cristalinas das nossas praias, de beleza sem par, "transponha a linha das nossas fronteiras", — no Norte, Sul ou Oeste, — polua a pureza das nossas encantadoras patricias, "macule a dignidade das nossas familias", ou pratique, enfim, qualquer ultraje à honra do Estandarte Verde-Ouro!

E' com a maior simpatia que vos saudamos, reservistas paraibanos!

E ficamos plenamente confiantes na intransigencia absoluta do vosso arraigado amor ao Brasil!

Até breve!

Material cine e fotografico — Vidros Pirex — Motos Harley-Davidson
Máquinas em geral — Acessórios para autos — Lonas Raybestos
— Peças Ford e Chevrolet legítimas — Tintas da afamada marca
— DUCO-DU LUX — Arados-tratores-Desmatadeiras — Material
agrícola em geral — MESBLA

S. Paulo — B. Horizonte — P. Alegre — Recife — Niterói
Pelotas

Confeltaria Panificadora Expressa de PEREIRA & QUINTAES

PÃO QUENTE A TODA HORA

Biscoitos, bolachas, rosquinhas especiais, conservas, queijos, ovos
de granja

RUA GRACIANO NEVES, 22 — TEL. 328 — VITÓRIA
EST. E. SANTO

SACARIA ROCHA

(MARCA REGISTRADA)

JOSÉ ROCHA DE OLIVEIRA & CIA.

CASA ESPECIALIZADA EM CONCERTO DE SACOS PARA
CAFÉ, CEREAIS, ETC. — COMPRA E VENDA DE SACOS
AVENIDA CAPIXABA, 505 — VITÓRIA — E. E. SANTO

Eletrificação das linhas da E. F. Santos a Jundiáí

ELETRIFICAÇÃO DAS LINHAS DA E. F. SANTOS A JUNDIAÍ

Ampliando a rede de estradas de ferro que no Brasil estão sendo operadas com tração elétrica, vem agora de entrar em fase de conversão para este sistema de tração, o trecho Moóca-Jundiáí da Estrada de Ferro Santos a Jundiáí.

Diversas causas determinaram esta providência sendo indiscutivelmente a mais importante a dificuldade de se obter combustível abundante e barato para se atender a um tráfego sempre crescente e cada vez demandando maiores quantidades de combustíveis.

O carvão estrangeiro utilizado pela Estrada, com base para consumo em suas locomotivas, foi se esgotando durante a guerra sendo gradativamente e com grandes sacrifícios substituído pela lenha e carvão nacional, ambos também difíceis de se obter nas quantidades exigidas. O custo desses combustíveis, também sempre em alta, vinha cada vez mais onerando a economia da Estrada, chegando a absorver mais de 25% de sua receita total. Esses consumos a partir do ano de 1944 estão especificados no quadro a seguir: —

ANO	COMBUSTÍVEIS					VALOR Cr\$
	CARVÃO ES- TRANGEIRO Kg	CARVÃO NACIONAL Kg	CARVÃO VEGETAL Kg	LENHA m³	ÓLEO CRU lt	
1944	53.564.679	61.715.541	6.343.221	732.281,5	—	83.837.893,10
1945	67.168.200	60.852.270	11.325.952	684.400,0	—	84.240.282,50
1946	79.891.426	54.685.382	11.414.304	698.195,0	—	97.089.493,60
1947 11 meses	91.545.494	36.262.528	2.664.928	447.061,5	3.718.113,5	89.684.717,70

Após os estudos preliminares, e como primeira etapa, foi resolvida a eletrificação do trecho Moóca-Jundiáí, que é o que maior interesse apresentava no momento. Essa eletrificação foi então autorizada pelo Governo Federal que, por intermédio do Decreto-lei n.º 7.221 de 30 de dezembro de 1944, determinou providências nesse sentido, estabelecendo os recursos para a execução das obras.

Em 12 de setembro de 1946 após a conclusão de estudos técnicos, foi assinado com a "The English Electric Export & Trading Co. Ltd.", da Inglaterra, um contrato para fornecimento de todo o equipamento destinado àquele serviço, bem como sua montagem no Brasil, contrato esse atualmente mantido pelo Governo Brasileiro, após a encampação da Estrada determinada pelo Decreto-lei n.º 9.869, de 13 de setembro de 1946.

O contrato para esse serviço, prevê a construção de 65 quilômetros de linhas de contato no trecho de linha dupla, entre Moóca e Jundiáí,

A DEFESA NACIONAL

bem como a eletrificação de desvios e pátios de formação de trens, tudo num total de 191,23 quilômetros de linha singela. Serão construídas 3 sub-estações para alimentação da rede, 4 cabinas seccionadoras. Além do equipamento destinado a esse fim, a firma contratante fornecerá também 15 locomotivas elétricas, 3 composições eletro-motoras para subúrbio, e materiais diversos. Como serviço complementar está prevista a reforma de toda a sinalização do trecho a ser eletrificado, a qual será substituída pelo tipo moderno de refletores, e a construção de oficinas e abrigos para o material rodante e de tração.

Todo o sistema será controlado de uma única sub-estação por equipamento apropriado de supervisão, permitindo o comando de todas as sub-estações, cabinas, chaves etc.. A energia elétrica será fornecida pela "The S. Paulo Tramway Light & Power Co.", que fará a sua entrega em 88.000 volts, procedendo-se então a distribuição pelas demais sub-estações por intermédio de duas linhas trifásicas de 33.000 volts, que irão correr sobre as estruturas da rede aérea.

Grandes benefícios de ordem técnica e econômica são esperados com a conclusão desse serviço que muito virá contribuir para melhoria da eficiência do tráfego dessa seção, permitindo aumento de velocidade dos trens de passageiros e aumento da capacidade para o serviço de carga.

No trecho Moóca-Jundiaí a linha dupla com 64 quilômetros de extensão é realizado anualmente um tráfego de 900.000.000 toneladas-quilômetros, sendo 35% em trens de passageiros e 65% de carga. Os trens de passageiros, que hoje realizam o percurso de S. Paulo a Jundiaí em 63 minutos, terão esse tempo reduzido para 48 minutos, de acordo com o gráfico de percurso estudado em função da característica das novas locomotivas elétricas. Os trens de carga serão de 600 toneladas e, com base nesse peso, foi verificada a possibilidade teórica de um acréscimo de 200% no tráfego dessa seção, e isso devido ao aumento da velocidade dos trens e facilidades oferecidas pela tração elétrica. O equipamento ora instalado e locomotivas adquiridas irão permitir um tráfego em cada sentido, importação e exportação, de 21.000 toneladas diárias, isto é, 40% a mais do existente no momento, a fim de que a aplicação do capital invertido na obra tenha remuneração compensadora. Foram entretanto levadas em consideração no projeto todas as previsões para reforço do sistema, com acréscimo do tráfego para o futuro.

Como benefício de ordem econômica, podemos citar a economia aproximada de 80.000 toneladas de carvão estrangeiro e 2.000 toneladas de óleo, consumidos anualmente naquela seção, sem contar a enorme redução do custo da mão de obra e outros materiais utilizados na condução de trens, economia essa peculiar à tração elétrica e proveniente do aumento da velocidade comercial e lotação dos trens, ausência de paradas para abastecimento e supressão dos serviços auxiliares destinados àquele fim, emprego de recuperação para descida de rampas, menor custo de conservação e reparação de locomotivas, etc.

A firma contratante, tendo instalado seus serviços junto a esta Estrada, passou a atuar de forma a dar cumprimento a sua obrigações contratuais, já tendo executado o levantamento total da seção a ser eletrificada, bem como os projetos detalhados de todas estruturas, estando também adiantada a construção das fundações para suporte da rede aérea. No princípio deste ano, deverão chegar da Inglaterra os primeiros materiais de importação destinados ao serviço cujas obras estão sendo intensificadas, esperando-se sua conclusão para o ano de 1949.

I D É I A S

1.º Ten. DIÓGENES VIEIRA SILVA

(Aluno do C.O.R.)

Há tempos, quando servíamos em Fernando de Noronha, na 2.ª B.M.A.C., local destituído de recursos, principalmente alimentares, tivemos oportunidade de verificar como facilmente os soldados podem organizar uma horta, trabalhando na mesma apenas poucas horas por dia. Dentro de pouco tempo a idéia dos oficiais da Bateria tinha se transformado em realidade, e os comandados do Cap. Aroldo passaram a ter uma alimentação muito mais sadia.

Já aí tínhamos vontade de ver o Exército, cessada a guerra, empenhado em alguma obra colonizadora, além das muitas que ele sempre tem empreendido durante a nossa história. Em carta a um colega achamos útil a criação de Unidades Agrícolas, que não desviassem o nosso homem da lavoura para a cidade, aumentando favelas existentes nas cidades, como consequência do despovoamento de nosso interior.

Passaram-se os tempos, e este ano aquela velha idéia nos voltou ao verificarmos que havia sido apresentado ao Senado Federal, pelo Senador Mário Ramos, um projeto de lei criando as Unidades Agrárias no Exército Nacional. Desconhecemos os motivos pelos quais tal projeto desapareceu dos noticiários, depois de provocar tantos comentários favoráveis em nossa imprensa diária.

Resolvemos finalmente trazer a público nosso apoio à iniciativa, a par de algumas idéias sobre a viabilidade da mesma.

—oooOooo—

EM 19/VIII na Assembléia Fluminense o Sr. Hipólito Pôrto do PTB fez largas considerações sobre o êxodo rural, atribuindo sua origem principalmente às exigências do Serviço Militar; sendo aparteado pelo Sr. Vasconcelos Torres do PSD que revelou se achar em elaboração um plano que considerará o trabalho agrícola como serviço militar.

Julgamos oportuno dar uma idéia sôbre o assunto: *"Por que, em vez de considerarmos o trabalho agrícola como serviço militar, não fazemos com que o serviço militar seja em parte um trabalho agrícola?"*

Se dispensarmos o agricultor do serviço militar não estaremos definitivamente resolvendo um problema. Estaremos, o que é nosso defeito, contornando a solução de um problema, atacando partes do mesmo, sem procurarmos resolvê-lo em conjunto.

Achamos necessário não dispensar o lavrador do serviço militar. Objetarão que estaremos assim retirando um braço útil da lavoura e trazendo-o para a cidade, de onde êle nunca mais quererá sair, e por conseguinte contribuindo para o despovoamento rural. Mas, tal fato se verificará se trouxermos o homem para o Serviço Militar. Mas, poderemos levar êsse Serviço de encontro ao homem. O convocado prestará seu tempo de Serviço Militar sem sair do campo, em íntimo contacto com a terra, o solo, dividindo seu tempo entre seus deveres de soldado, preparando-se para a defesa da Pátria, e seus deveres de cidadão, sendo alfabetizado, aprendendo métodos modernos e racionais de cultivo do solo, verificando como o país é rico e inexplorado, como êle poderá contribuir para o engrandecimento da Pátria, mantendo-se no serviço, na profissão de seus pais e seus avós. O Exército daria a êsses homens um novo espírito, faria cidadãos úteis ao País tanto na paz (como lavradores) quanto na guerra (como soldados bem treinados).

Mas, antes de tal ser possível, será necessário criar êsses Centros onde os conscritos receberão treinamento. Para essa criação é que resolvemos trazer nossa colaboração. Como o título que encima essas linhas esclarece, são idéias que, para serem aplicadas, deverão passar ainda por um processo rigoroso de seleção, aperfeiçoamento, concatenação e confronto com a nossa realidade, a fim de separar o possível do utópico. Outros poderão ter idéias mais práticas, mais realizáveis, e da reunião de diferentes idéias poderá sair alguma colaboração para o engrandecimento do nosso País.

—oooOooo—

Seriam organizados no Exército Nacional diversos *Agrupamentos Colonizadores* localizados de preferência no interior do país em zonas necessitadas de desenvolvimento, porém,

nunca em cidades. Esses Agrupamentos receberiam anualmente, não só conscritos da lavoura, do interior, como também rapazes de nossas cidades. Aí seria prestado o serviço militar obrigatório, sendo os conscritos distribuídos pelas diferentes unidades do Agrupamento conforme suas aptidões e as necessidades das mesmas unidades.

Cada Agrupamento seria constituído de uma Unidade Agrária, uma Unidade Pecuária e uma Unidade Rodoviária. A par da instrução militar os conscritos receberiam instruções práticas sobre a lavoura, a pecuária e a construção e conservação de estradas. Ali os analfabetos receberiam a instrução essencial, ali o nosso sertanejo bisonho receberia noções de higiene e também noções de como deveria cultivar a terra de maneira a obter os melhores resultados. Estaríamos treinando soldados fortes e capazes ao mesmo tempo que teríamos o homem em contacto permanente com o solo, com a natureza. Mostraríamos claramente ao homem o que ele deveria defender em caso de perigo. Não mostraríamos ao nosso homem uma Pátria da qual ele tivesse apenas uma noção abstrata, mas mostraríamos que ele aprendia a arte da guerra para defender aquele solo que lhe dava o sustento diário, aquele solo no qual viveram seus avós, no qual ele nasceu, e no qual dormiria seu sono eterno. Ele aprenderia a usar seu fusil para defender os momentos gastos em usar o arado. Ali o homem veria surgir aos seus olhos um mundo até aquele momento desconhecido para ele. O sertanejo receberia a instrução e a saúde necessária a u'a melhor vida e veria os tesouros que poderia retirar do solo se utilizasse racionalmente seu braço, veria quão dádiosa é a terra. O cidadão veria um Brasil diferente: campos verdejantes em lugar de asfalto, riachos cristalinos em lugar de praias, vida saudável e ao ar livre em lugar de cidades movimentadas e poeirentas, a felicidade em contacto com a natureza em troca de uma vida atribulada e fictícia.

Nesse Agrupamento, a Unidade Agrícola iria proceder ao plantio racional do solo, a Unidade Pecuária ao desenvolvimento de nossos rebanhos, e a Unidade Rodoviária continuaria a brilhante obra de nossos bravos Batalhões Rodoviários, rasgando estradas para o escoamento de nossas riquezas. No início da instalação desse Agrupamento, a Engenharia iria colaborar construindo as instalações necessárias à vida dos homens a ele destinados, e creio que teríamos tam-

bém a colaboração de nossos camaradas da F.A.B. para os transportes de maior urgência.

Surgem no entanto inúmeras perguntas, muitas objeções à idéia tão imperfeitamente esboçada em linhas sumariíssimas.

E os dirigentes dêsses Agrupamentos?

Seriam oficiais voluntários, desejosos de contribuir para obra patriótica de tanta importância. A fim de que tivessem conhecimentos indispensáveis à missão que iriam receber, tirariam um curso sumário em nossas Escolas de Agronomia e Veterinária, curso êsse em que seria ministrado apenas o essencial, moldado em programas elaborados por uma reunião de delegados do Ministério da Guerra e do Ministério da Agricultura. Este último Ministério colaboraria também designando um agrônomo (frizamos mais uma vez: voluntário) como consultor técnico junto ao Comando do Agrupamento, encarregado de opinar sobre assuntos mais especializados.

Poderão objetar que não haveria voluntários para tal missão. Haveria sim. Ainda não podemos descrever completamente do patriotismo e abnegação de nosso homem-médio. O que temos é crise de confiança. Confiando em nosso povo, veremos que encontraremos inúmeros voluntários para obras de desprendimento e finalidade patriótica. No exército existem bastante idealistas com valor suficiente para se entregarem de corpo e alma a missões de tal natureza.

E o produto do trabalho dêsses Agrupamentos?

Seria destinado ao próprio Exército. A produção da Unidade Agrária seria destinada aos Estabelecimentos de Subsistência Regionais. O excedente poderia ser colocado no comércio. O Exército contribuindo em parte para sua própria manutenção estaria sendo menos pesado nos orçamentos (tela em que se batem os anti-militaristas), estaria sendo uma parcela ativa no reerguimento econômico do país. E aí, não teremos de ver somente a parte material, mas também — e é o principal — a parte moral. O exemplo oficial iria estimular a ação privada. Os soldados licenciados após o período de treinamento obrigatório poderiam receber terras do governo onde iriam aplicar em seu próprio benefício os ensinamentos colhidos na caserna. Em torno dêsses Agrupamentos com o tempo iríamos encontrar inúmeras granjas de ex-soldados produzindo produtos essenciais ao país. As estradas construídas pelas Unidades Rodoviárias iriam assegurar o transporte fácil dêsses produtos. Com o tempo teríamos como resultado do

desenvolvimento da célula inicial (um Agrupamento constituído de brasileiros abnegados) um próspero núcleo produtor irradiando civilização para as regiões vizinhas. Não será demais sonhar com futuras cidades onde no início existia apenas um Agrupamento.

O assunto, convenhamos, está ainda amorfo, não muito definido, porém, cremos que sua importância é tamanha, sua finalidade é tão nobre, que se presta para inúmeros projetos, discussões e iniciativas. Com o tempo, depois de convenientemente burilado, depois de escoimado de suas deficiências, aprimorado por estudos mais profundos, teremos esse tema inicial transformado possivelmente em um sólido projeto, destinado a produzir benéficos frutos para o futuro nacional. Lembramos no entanto o perigo das improvisações. O assunto, se merecer estudo por parte das autoridades superiores, deverá ser convenientemente examinado. Nada de Comissões (consequências: secretárias, estenógrafas, papéis, arquivos, luxuosos gabinetes, carros oficiais, muita discussão, polpudas remunerações e *nenhum proveito*), e sim *voluntários* (a salvação do país só se encontrará nos homens de boa vontade, naqueles que coloquem os interesses nacionais acima dos interesses e paixões pessoais) que tenham como idéia fixa a prestação de um serviço desinteressado ao País. Técnicos sobre os assuntos a serem tratados poderão dispendir algumas horas de lazer por semana com a única finalidade de elaborar um projeto sólido e completo destinado a ser colocado em execução tão logo seja aprovado pelo Governo. Democráticamente a discussão poderá ser aberta a todos os indivíduos sem distinção de cor, religião, posição social ou credo político. Algo muito mais importante que essas pequenas diferenças se acha em jogo. Encontra-se na balança a salvação de nosso País. O BRASIL não tem culpa dos erros de seus filhos, não pode sofrer por nossas deficiências e diferenças pessoais. Para a elaboração de um tal projeto o militar deverá dar o braço ao agrônomo, o financista ao lavrador, o médico ao advogado, o eleitor ao eleito, o superior ao subalterno, com honestidade, aceitando as idéias uns dos outros, separando o joio do trigo, lançando fora o que for imprestável ou contraproducente, e reunindo qual gemas preciosas as idéias aproveitáveis depois de convenientemente buriladas e aperfeiçoadas. Não nos deveremos perder em sonhos utópicos querendo imediatamente, de um dia para o outro obter resultados palpáveis de nosso trabalho. Entre o lançamento

da semente à terra, por muito fértil que ela seja, e o aparecimento dos primeiros sinais da frondosa árvore em que ela se transformará, sempre há um período obscuro, o mais importante trabalho e o que fica oculto a nossos olhos, o período em que a semente começa a germinar. E mesmo depois que surge aos nossos olhos o resultado da semeadura, vemos que é sempre um resultado frágil, um simples caule sem força e sem resistência, necessitando de amparo e socorro a cada momento, incapaz de resistir às intempéries. Mais tarde, depois de muito tempo e trabalhos ingentes é que aquela semente se transforma em frondosa e resistente árvore que irá compensar os nossos esforços, pagando-nos muitas vezes o que com ela dispendemos.

Assim serão as idéias. Lancadas que sejam, ficarão ocultas por algum tempo, dando-nos a impressão de terem desaparecido. Mas, não desanimemos. Esperemos. Assim que surjam os primeiros resultados, não nos desanimemos se eles estiverem muito aquém de nossa expectativa. Não abandonemos à sorte o frágil caule. Ao contrário, redobremos de cuidados, senão ele sucumbirá às forças contrárias. Com o tempo, começará seu desenvolvimento mais rápido até que lhe seja possível bastar a si mesmo. Talvez o resultado não seja para nossos dias. O carvalho nem sempre dá sombra para quem o planta. Mas os nossos descendentes nos bendirão se fôrmos um pouco altruistas, trabalhando para o futuro, para que eles colham os frutos de nossos suores. A Pátria que recebemos foi produto do trabalho e sangue de nossos antepassados. Não deveremos manter estacionário e muito menos malbaratar o patrimônio que nos foi legado. Façamos com que ele cresça cada vez mais, para que nossos filhos de nós se orgulhem, e para que o Brasil progrida sempre.

Esperamos que na nossa insignificância tenhamos contribuído com uma pequenina parcela que seja para manter viva a semente que poderá, sendo convenientemente cultivada, contribuir para o desenvolvimento de nossa Pátria.

Aí ficam algumas idéias que talvez possam ser aproveitadas pelos responsáveis por este grande BRASIL.

Rio, 11 de Setembro de 1947

As instalações do Hospital dos Servidores do Estado

O Hospital dos Servidores do Estado está aparelhado para atender a todos os requisitos das diversas clínicas e dispõe de material moderníssimo.

Suas enfermarias são amplas, confortáveis e os leitos todos separados entre si por biombo.

Nas suas oito salas de operações, equipadas com o que há de mais moderno no gênero, podem realizar-se quaisquer intervenções cirúrgicas. Cada sala possui uma lâmpada cialítica cuja luz não produz calor nem permite sombras, o que facilitará o trabalho operatório e permitirá maior rendimento nas operações. O Hospital dispõe de Radium para tratamento do cancer e suas manifestações.

Entre os vários serviços do Hospital, um dos mais bem equipados é o Serviço Telefônico, contando 283 aparelhos. Outro importante departamento do Hospital é a lavanderia com máquinas de esterilizar, lavar, espremer, secar e passar. A costuraria também é completamente mecanizada, dispondo de máquinas elétricas para costurar, pregar botões etc. No subsolo do magestoso edifício do Hospital, à rua Sacadura Cabral estão instaladas três gigantescas caldeiras cuja finalidade é manter vapor em todo o edifício. Este vapor tem numerosas utilidades, entre as quais a de esterilização dos materiais cirúrgicos, prestando, também, serviços à lavanderia e à cozinha.

No primeiro pavimento terreo, acham-se os ambulatórios em geral, em conexão com as respectivas clínicas e as instalações de Radiologia, Fisioterapia, Radioterapia, Serviços Dentários, Serviço de Admissão e Identificação dos doentes, Informações, Arquivo Médico, Farmácia, Portaria, Centro Telefônico e o Serviço de Assistência So-

A DEFESA NACIONAL

cial. Este serviço destina-se a zelar pelo interesse dos funcionários e proporcionar aos enfermos recreações, pois os doentes têm necessidade de receber também a alegria do espírito, que muito influirá para o seu restabelecimento.

O Hospital está apto para atender a uma clientela de mais ou menos cento e vinte mil funcionários, os quais, contando-se com as respectivas famílias, darão um total de cerca de duzentas mil pessoas a utilizar-se da grande instituição.

O Hospital tem capacidade para seiscentos leitos e, como já citamos, possui ambulatório das diversas especialidades, exceto para moléstias infecto-contagiosas.

Nos pavilhões anexos à parte térrea estão instalados os depósitos do Almoxarifado, Garage, Oficinas, Banco de Sangue, Serviço Holerith e Multilith, Seção Anatomo-Patológica, Necrotério e a Capela dedicada à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

No segundo pavimento, estão instaladas a administração geral, Diretoria e demais seções de caráter administrativo, contando, ainda, duas enfermarias em disponibilidade. Para dirigir os diversos serviços foram escolhidos treze chefes entre Professores catedráticos ou Docentes da Faculdade de Medicina, nomes conhecidos pela sua capacidade e técnica.

Além desses chefes, o Hospital dispõe de oitenta médicos das mais variadas especialidades e que foram admitidos por concurso.

Os doentes que estiverem internados terão assistência médica permanente, pois os internos residirão no estabelecimento.

No terceiro pavimento, encontram-se os serviços de Cardiologia, Neurologia e Pediatria, com clínicas especializadas para crianças de várias idades. Neste setor, de ambiente apropriado para a infância, vêem-se, nas paredes das enfermarias, decorações sugestivas.

No quarto pavimento, destinado à clínica médica, encontram-se enfermarias, quartos com serventia, apartamentos e enfermarias especiais para crianças. No quinto e sexto andares, acham-se instaladas enfermarias de três e quatorze leitos, e quartos individuais para atender homens e senhoras nas especialidades de dermatologia, otorrinolaringologia, oftalmologia, urologia e traumatologia.

A DEFESA NACIONAL

O sétimo pavimento está dividido em pequenas enfermarias de dois, três e cinco e quartos individuais, sendo a metade das alas laterais destinadas à ginecologia e obstetrícia; na ala central, encontram-se duas salas operatórias, uma de obstetrícia e outra de ginecologia, e duas salas de parto, uma sala de trabalho de parto, três salas para berçários.

Todo o oitavo andar é destinado à cirurgia de mulheres, possuindo duas salas para intervenções de otorrindaringologia, uma sala para cirurgia e duas salas para grandes intervenções.

A cirurgia de homens ocupa todo o nono pavimento. Possui enfermarias e quartos particulares, duas salas para grandes intervenções, uma sala para urologia e outra para traumatologia e ortopedia.

No décimo pavimento, encontram-se instalados, com todo o conforto moderno, os refeitórios para os médicos, enfermeiras e funcionários, bem como o Serviço de Dietética, com suas salas de aula e cozinha, peça que está habilitada a fornecer três mil refeições diárias.

Ali acham-se, também, instalados, a Biblioteca Médica, o Auditório para Conferências, o Centro de Material e Centro de Esterilização Geral, que será servido por pequenos elevadores, com comunicação para todos os andares.

No décimo primeiro pavimento, estão instalados com todo o conforto, os apartamentos especiais para os Srs. Presidente da República, Ministros de Estado e autoridades.

Estão, também, situados ali a residência dos médicos internos, os vestiários dos Serviços de Enfermagem, frigoríficos, tratamento de legumes, carnes e aves em geral, que são transportados para o décimo andar, onde se acham localizadas as cozinhas central e dietética.

A iluminação do Hospital não correrá nunca o risco de ser interrompida. Em casos de emergência, o estabelecimento disporá de um completo serviço de baterias, que imediatamente iluminará todas as dependências, impedindo, assim, que surjam incidentes desagradáveis no decorrer de uma operação.

O Hospital dos Servidores do Estado conta com um serviço de Pronto Socorro, constituído de duas modernas ambulâncias.

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos Oficiais do Ministério da Guerra, publicados no «Diário Oficial», no período de 20 de Outubro a 20 de Novembro de 1947

SUBSTITUIÇÕES NO COMANDO DE SUB-UNID. DOS B.S.

As substituições temporárias no Comando de Sub-unidades dos Batalhões de Saúde, privativo de oficiais médicos, devem tocar a oficiais do mesmo quadro, na forma do art. 427, do R.I.S.G. (Decreto n.º 6.031, de 26 de Julho de 1940); na falta destes, o comando deverá ser exercido acumulativamente pelo comandante de outra sub-unidade, como se proceda normalmente nos corpos de tropa das Armas (Rádio n.º 350-A 2, de 12 de Julho de 1947, da 3.ª R.M.).

Aviso N.º 1.106 — 21-10-47 — D.O. 23-10-47

SUSPEITA DE TUBERCULOSE

1.º Nos casos suspeitos de tuberculose, todo inspecionando assim considerado por uma Junta Militar de Saúde, ficará sob controle da mesma, afastado da atividade e do meio militar, durante o tempo necessário à completa elucidação diagnóstica, até o prazo máximo de seis meses, sem prejuízo dos seus vencimentos, devendo o Presidente da Junta Militar de Saúde fazer a devida comunicação ao Comandante de Região, Diretor ou Chefe de Estabelecimento, Repartição ou Serviços a que o inspecionando estiver subordinado e propor sua baixa a um Hospital Militar quando se tratar de praça residente em quartel.

2.º Nos casos do item acima, a Junta Militar de Saúde registrará o diagnóstico de 577-A para 42, usando no parecer a seguinte fórmula: Está sob controle da Junta Militar de Saúde de acordo com o Aviso (citar o presente aviso).

3.º Durante o prazo referido no item n.º 1, a Junta providenciará todos os exames que forem necessários, provas radiológicas e de inoculação em cobala, exames histo-patológicos, etc.), determinando, quando necessário, a baixa do inspecionando a um hospital militar para completa observação médica.

4.º Se persistir a ausência de confirmação bacilar e a Junta firmar, por exclusão propedêutica, o diagnóstico clínico de tuberculose, o doente será submetido à inspeção de saúde por uma Junta Militar de Saúde extraordinária composta de 5 membros, à qual serão enviados o doente e toda a documentação existente sobre o caso.

5.º A Junta Militar de Saúde extraordinária, acima referida, será, por solicitação do Presidente da primeira Junta, nomeada pe-

lo Diretor de Saúde do Exército na 1.ª Região Militar e pelos respectivos Comandantes nas demais Regiões.

6.º Se a Junta Militar de Saúde extraordinária confirmar diagnóstico da primeira Junta, emitirá o parecer de incapacidade definitiva citando o presente Aviso quando o diagnóstico for ainda por exclusão propedêutica, dispensando-se então a confirmação bacteriológica para o amparo previsto no Aviso n.º 4.532, de 29 de novembro de 1940, para os casos de tuberculose ativa.

7.º Aos servidores civis do Ministério da Guerra aplica-se o presente Aviso no que lhes for adaptável em face do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

8.º O disposto no n.º 1 não se aplicará às praças cuja incorporação possa ser anulada nos termos da Lei do Serviço Militar.

Aviso n.º 1.112 de 23-10-47 — D.O. de 25-10-47.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA — (Autorização)

Ante a solicitação feita pelo Capelão Chefe do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas, autorizo os Senhores Comandantes das guarnições onde não haja uma Capelanía Militar organizada, a aceitar os serviços de assistência religiosa, católica ou protestante, em proveito dos oficiais e praças de suas unidades, que lhes sejam oferecidos pelos ex-capelães da F.E.B. ou quaisquer outros sacerdotes ou ministros, nas respectivas sedes.

Este Ministério verifica com satisfação o interesse despertado pelo trabalho dos Capelães Militares e sua cooperação com todos os escalões do comando e, dada a impossibilidade de ampliar os quadros do S.A.R., faz a concessão a que se refere o presente aviso, recomendando sejam prestadas, nos termos e no espírito do regulamento do Serviço de Assistência Religiosa, todas as facilidades necessárias à execução dos serviços que, voluntariamente e sem ônus para os cofres públicos, venham a ser oferecidos.

Aviso. N.º 1.129, de 3-11-1947 — D.O. 5-11-47.

COMISSÃO DE R.M. DO EST. UNIDOS — (Efetivo)

De acôrde com o que propõe o Chefe da Comissão de Recebimento de Material dos Estados Unidos, fica o efetivo em oficiais daquela Comissão reduzido para o seguinte:

Ten.-cel.	1
Majores	4
Capitães	4
Cap. ou 1.º ten. I.E.	1

Altera-se assim o efetivo previsto no Aviso n.º 664, de 1-VI-1946.

Aviso. N.º 1.130 de 3-11-47 — D.O. 5-11-47.

DIRETORIA DE TRANSMISSÕES — (Solicita)

De conformidade com o que solicita a Diretoria de Transmissões e de acôrde com o parecer do Estado Maior do Exército, as Estações Radiotelegráficas da Rede Rádio Principal do Serviço Radiotelegráfico do Exército passam a ser chefiadas por oficiais (1.º ou 2.º tenente) do Q.A.O., de preferência oriundos do Q.R.E.

Aviso. N.º 1.131, de 3-11-47 — D.O. 5-11-47.

O PARECER DO E.M.E.

De conformidade com o parecer do Estado Maior do Exército e em face do Aviso n.º 1.332, de 8 de novembro de 1946, os cursos especializados da Escola de Educação Física. (Monitores Mestres de Esgrima e Massagista), são considerados equivalentes aos de Comandante de Pelotão ou Seção, para fins de promoção até a graduação limite dessas especialidades, estando os possuidores dos referidos cursos, amparados pelo parágrafo único do art. 89 do Decreto-lei n.º 3.500 de 23-VII-1946.

Aviso. N.º 1.132 de 3-11-47 — D.O. 5-11-47.

OFICIAIS DA DIRETORIA DE ENSINO — (Efetivo)

1.º — O quadro de efetivo em oficiais da Diretoria de Ensino do Exército é acrescido de um 1.º ou 2.º tenente de qualquer arma, do Q.A.O.

2.º — Fica assim alterado o efetivo previsto no Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 3.001, de 19-VIII-1938. (Of. n.º 295-A, de 17-X-1947, do E.M.E.).

Aviso. N.º 1.133 de 3-11-47 — D.O. 5-11-47.

ADIDOS AS UNIDADES — (Ordem)

1.º Os oficiais e as praças que se encontram adidos em virtude do Aviso n.º 1.031, de 20 de setembro de 1947, deverão seguir destino no decorrer do mês de Janeiro próximo futuro.

2.º Os comandantes de unidades e os chefes de repartições ou estabelecimento deverão tomar tôdas as providências para que não haja retardo no pagamento das ajudas de custo e no embarque dos citados oficiais e praças. Em consequência, as férias e o transito a que tenham direito deverão ser concedidos em tempo oportuno, em princípio ainda em 1947, devendo o ajuste de contas ser efetuado por ocasião da apresentação para seguir destino.

3.º Excetuam-se do presente Aviso os oficiais que por força das prescrições regulamentares ou por ordem do Ministro da Guerra devam aguardar em função o seu substituto.

Aviso. N.º 1.130 4-11-47 — D.O. 6-11-47.

GRATIFICAÇÃO "PRO-LABORE" OFICIAIS DO C.O.R. — (Solução de Consulta)

N.º 1.149. — Em solução ao ofício n.º 1.557, de 1-9-1947 do C.P.O.R. do Rio de Janeiro, resolve fixar as seguintes gratificações mensais "pro-labore", para o Curso de Officiais da Reserva (C.O.R.) para seu 2.º período de instrução:

1 Instrutor de Infantaria a	Cr\$ 300,00
1 Instrutor de Artilharia a	Cr\$ 300,00
1 Instrutor de Cavalaria a	Cr\$ 300,00
1 Instrutor de Engenharia a	Cr\$ 300,00
1 Instrutor de Intendência a	Cr\$ 300,00
1 Instrutor de Veterinária a	Cr\$ 300,00

Aviso. N.º 1.149. 5-11-47 — D.O. 7-11-47.

SUBDIRETORIA DE FUNDOS — (Elogios)

Torno públicas as referências do Doutor Mário Acioli, D.D. Procurador Regional da República, exaradas no ofício n.º 1.041-47, de 24 de setembro último, sobre o relevante serviço prestado à Fazenda Nacional pela Sub-diretoria de Fundos do Exército, com os informações precisas e claras expendidas num processo de ação ordinária que transitou na Procuradoria Regional e que impediu fossem os cofres públicos lesados em vultosa quantia. Encerrando suas considerações afirma aquele Procurador: — "Tivessem todos os servidores do Estado a competência e dedicação dos que servem na Subdiretoria de Fundos do Exército, o Patrimônio da Nação seria melhor defendido perante a Justiça".

Aviso. N.º 1.191 de 11-11-47 — D.O. 13-11-47.

O DIÁRIO OFICIAL N.º 260 de 10-11-47 — (página 14.357) Publicou o aviso N.º 1.158 — (Aprovação)

Aprovando O Regulamento do Serviço de Obras e Fortificações do Exército. (S.O.F.E.).

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa Ter)

O Quartel General da Zona Militar do Centro, passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto número 3.251, de 3 de novembro de 1938.

Aviso N.º 1.183 — de 10-11-47 — D.O. 12-11-47

AUMENTO DE VERBA FARMÁCIA CENTRAL DO EX. — (Solução)

Atendendo à exposição feita pelo Diretor da Farmácia Central do Exército, em ofício 182-Sc. de 29-8-47 fica aumentado para Cr\$ 20.000,00, para essa unidade administrativa, o limite a que se refere o art. 64 do Regulamento de Administração do Exército.

Aviso. N.º 1.184 — de 10-11-47 — D.O. 12-11-47

DIFERENÇA DE VENCIMENTOS — (Consulta)

Consulta o Chefe do Estabelecimento de Fundos da 5.ª Região Militar se cabe diferença de vencimentos ao Major Gabriel da Silva Santos pertencente ao E.M.R., por ter sido designado para as funções de Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva até a posse do titular efetivo, em face do art. 420 do R.I.S.G. e do art. 16, do Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva.

Em solução declarou:

Nenhuma diferença de vencimentos cabe ao Major designado para comandar C.P.O.R., à vista do art. 16 do Decreto 22.392, de 31-12-1946, que dispõe: — "Cada C.P.O.R. será comandado por oficial superior com o curso de Estado Maior, o qual exercerá também as funções de Diretor de Ensino".

Aviso. N.º 1.146 — 5-11-47 — D.O. 7-11-47